



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

Turismo Acessível

PARA TODOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



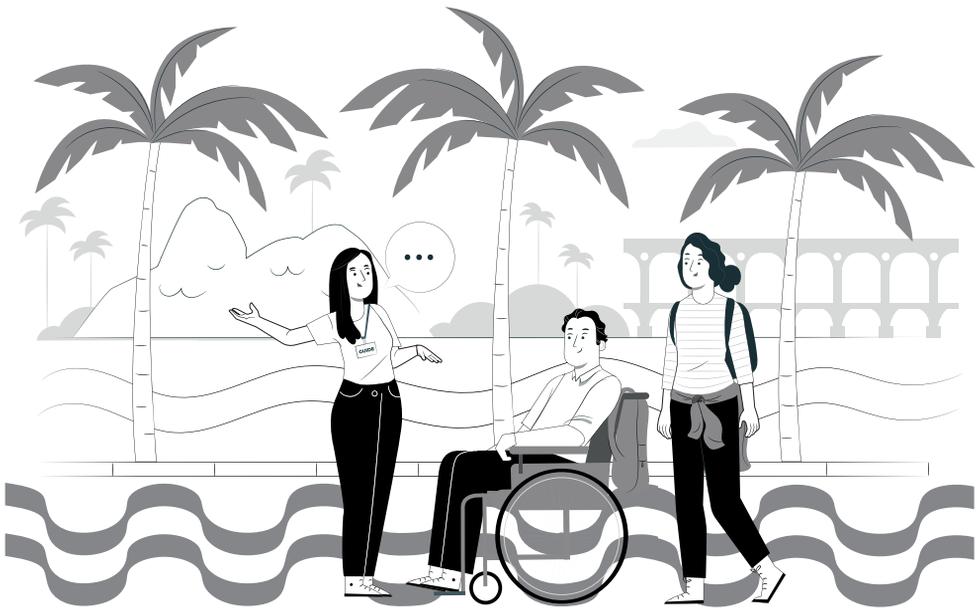


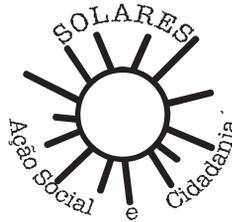


UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

Turismo Acessível

PARA TODOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO





Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Turismo acessível para todos no estado do Rio de Janeiro / organização Joice Lavandoski. --
Rio de Janeiro : Solares Ação e Cidadania, 2024.

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-980480-5-1

1. Acessibilidade 2. Pessoas com deficiência -
Acessibilidade 3. Pessoas com deficiência - Inclusão
social 4. Turismo I. Lavandoski, Joice.

24-241438

CDD-338.4791

Índices para catálogo sistemático:

1. Acessibilidade : Pessoas com deficiência :
Turismo 338.4791

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415



SUMÁRIO

Prefácio

7

Carolina de Souza

Introdução

9

Joice Lavandoski

Capítulo 1: A acessibilidade no contexto das políticas públicas no Brasil e no Rio de Janeiro e suas implicações para o turismo

13

Tiago Juliano, Ítalo de Paula Casemiro, Beatriz Pimentel Lopes, Roberta Matos Gomes

Capítulo 2: Tecnologia Assistiva e turismo acessível: uma revisão de literatura

63

Janicy Aparecida Pereira Rocha; Lucas Rodrigues de Barros; Ian Carvalho de Andrade

Capítulo 3: Acessibilidade nos municípios do Rio de Janeiro

93

Bruna Ranção Conti, Ítalo de Paula Casemiro, Joice Lavandoski

Capítulo 4: Panorama da acessibilidade em destinos turísticos do Estado do Rio de Janeiro

111

Maria Jaqueline Elicher, Joice Lavandoski, Janicy Aparecida Pereira Rocha, Bruna Ranção Conti, Lucas Rodrigues de Barros, Anna Carolina Pereira Rocha, Beatriz Pimentel Lopes, Stephanie Porto de Oliveira, Ian Carvalho de Andrade, Kamilla Aguiar de Sousa Costa, Roberta Matos Gomes

Capítulo 5: Considerações finais	186
---	------------

Joice Lavandoski, Maria Jaqueline Elicher, Tiago Juliano

Apêndices	
------------------	--

Apêndice A - Matriz de acessibilidade em atrativos turísticos	206
---	------------

Apêndice B - Resumo de artigo turismo e acessibilidade	224
--	------------

Apêndice C - Resumo expandido mapeamento da acessibilidade	228
--	------------

Apêndice D - Questionário sobre acessibilidade em destinos turísticos do Estado do Rio de Janeiro	240
---	------------

Apêndice E - Listagem das Secretarias Municipais que responderam o questionário	252
---	------------

Apêndice F - Links dos mapas georreferenciados	258
--	------------

PREFÁCIO

É com grande satisfação que escrevo o prefácio deste importante livro, fruto do Projeto de Extensão Interinstitucional Turismo Acessível para Todos no Estado do Rio de Janeiro. Este trabalho representa não apenas uma conquista no campo do turismo, mas também um marco no desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva e justa. O tema da acessibilidade no turismo é um dos pilares do desenvolvimento sustentável e responsável, uma diretriz que temos promovido com empenho no Ministério do Turismo, especialmente por meio do Programa Turismo Acessível.

Vivemos em uma sociedade em constante transformação, onde os avanços tecnológicos, a mudança de mentalidade e as demandas por inclusão se fazem cada vez mais urgentes. O turismo, sendo uma atividade profundamente ligada ao desenvolvimento social e econômico, deve acompanhar essa evolução. E é nesse contexto que a acessibilidade se coloca como um direito fundamental, proporcionando não apenas a inclusão de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, mas promovendo uma experiência turística segura, autônoma e prazerosa para todos.

O Programa Turismo Acessível busca justamente promover ações e políticas que garantam a inclusão social por meio do turismo. A relevância desse tema é crescente, especialmente no estado do Rio de Janeiro, um dos principais destinos turísticos do país, que, ao adotar medidas voltadas à acessibilidade, amplia o acesso às suas belezas naturais, culturais e históricas.

Este livro nos convida a refletir sobre as políticas públicas já estabelecidas e os desafios ainda a serem superados para que o turismo acessível seja uma realidade em todos os destinos brasileiros, e em especial no Rio de Janeiro. Por meio de uma análise cuidadosa dos marcos regulatórios, das tecnologias assistivas e de um levantamento detalhado da acessibilidade em municípios e destinos turísticos fluminenses, os autores nos apresentam um panorama completo e realista. Mais do que apontar falhas, este estudo oferece caminhos e soluções para que gestores públicos e privados, empreendedores e profissionais do setor possam avançar de forma efetiva na promoção de um turismo verdadeiramente inclusivo.

Os dados e os resultados da pesquisa aqui reunidos são, portanto, um recurso valioso para todos os envolvidos na cadeia produtiva do turismo. Eles reforçam a ideia de que a acessibilidade não é um custo adicional, mas sim um investimento que traz benefícios a curto, médio e longo prazo, tanto para os turistas quanto para os próprios destinos. Tornar o turismo mais acessível é não apenas uma obrigação legal e moral, como também uma oportunidade de fomentar a inclusão, a diversidade e o crescimento econômico sustentável.

Assim, ao receber este livro, convido cada leitor a adotar um olhar crítico e ao mesmo tempo propositivo. Que este conteúdo inspire a todos a continuarem avançando na implementação de práticas acessíveis, de modo que possamos, juntos, construir um futuro em que o turismo seja, de fato, para todas as pessoas. O trabalho aqui desenvolvido é uma demonstração clara de que o compromisso com a acessibilidade e a inclusão não deve ser visto como algo isolado, mas como uma parte fundamental de uma sociedade que valoriza a dignidade, a equidade e o respeito por todos os seus cidadãos.

Parabenizo os autores e todas as instituições envolvidas neste projeto por sua dedicação e compromisso com a construção de um turismo mais acessível no estado do Rio de Janeiro. O impacto deste trabalho certamente transcenderá as páginas deste livro, influenciando políticas públicas, transformando destinos e, acima de tudo, promovendo um turismo inclusivo, onde todas as pessoas, independentemente de suas condições, possam desfrutar plenamente das maravilhas que os destinos turísticos brasileiros têm a oferecer.

Carolina Fávero de Souza
Coordenadora-Geral de Turismo Sustentável e
Responsável - Ministério do Turismo

INTRODUÇÃO

Joice Lavandoski

Esta obra é um dos produtos do Projeto de Extensão Interinstitucional “Turismo Acessível para Todos no Estado do Rio de Janeiro” que foi executado em parceria com a Organização Social “Solares, Ação Social e Cidadania” e a Diretoria de Extensão da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROExC) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). O Projeto (processo nº 23102.003093/2023-86 e convênio nº 945102/2023), teve seu início em Dezembro de 2023 e término em Janeiro de 2025.

O Projeto contou com a coordenação técnica do Engenheiro Paulo Néelson Macuco Araujo, vinculado a Organização Social Solares, e a coordenação acadêmica da professora Doutora Joice Lavandoski, vinculada ao Departamento de Turismo e Patrimônio da UNIRIO. Uma equipe de técnicos e de pesquisadores, estes professores e alunos dos cursos de Graduação e de Pós-graduação da UNIRIO, atuaram nas ações propostas.

O objetivo do Projeto foi promover o levantamento da situação de acessibilidade de atrativos turísticos em destinos turísticos no Estado do Rio de Janeiro, contribuindo para sensibilizar a cadeia produtiva do turismo com informações técnicas e motivacionais para investir no segmento do turismo acessível. O público-alvo envolveu os gestores públicos e as Secretarias Municipais do Estado do Rio de Janeiro.

Foram determinadas cinco metas para o Projeto, descritas a seguir:

- 1) Promover a coleta e análise das informações e dados, por meio de levantamento em instituições públicas do Estado do Rio de Janeiro, respondidas por seus gestores e/ou representantes municipais;
- 2) Criar um banco de dados georreferenciados com as informações obtidas e criar uma base para a produção de análises que concorram no aperfeiçoamento da aplicação de práticas do turismo acessível no Estado do Rio de Janeiro;
- 3) Desenvolver a logística de implementação e aquisição de estruturas materiais de apoio às atividades dos levantamentos sociométricos sobre práticas do turismo acessível no Estado do Rio de Janeiro;

- 4) Sensibilizar e desenvolver e um curso na modalidade à distância sobre turismo acessível;
- 5) Promover a divulgação dos resultados (dos conhecimentos e das ferramentas criadas), através da distribuição das publicações junto às estruturas de Estado, demais entidades envolvidas no tema e a sociedade civil organizada.

Para o atendimento das metas descritas acima foram realizados quatro tipos de atividades:

- 1) Atividades de pesquisa: coleta, tratamento e sistematização de todo material disponível em fontes oficiais e confiáveis, bibliografia especializada e em outros estudos e projetos acadêmicos;
- 2) Atividades preparatórias: levantamentos preliminares, desenvolvimento de ferramentas de apoio, planejamento detalhado, formação das equipes de campo, de retaguarda e de agendamentos;
- 3) Atividades de campo: atuação dos membros das equipes técnica e acadêmica do Projeto junto às fontes públicas (órgãos do Estado) com sede no Estado do Rio de Janeiro;
- 4) Atividades de retaguarda: disponibilização de suporte técnico e administrativo ao pessoal de campo e nas atividades de compilação, armazenamento e interpretação das informações obtidas no campo.

Diante dessas metas e atividades preestabelecidas, obteve-se um conjunto de produtos que serviram como uma forma de aferição no cumprimento das metas, os quais são detalhados no quadro a seguir:

Quadro 1: Produtos gerados com o Projeto.

Produto	Descrição
Eventos sobre Turismo Acessível	Foram realizados eventos híbridos (de lançamento e de encerramento do Projeto) e eventos online de sensibilização da cadeia produtiva do turismo. Além disso, houve a participação de membros do Projeto em importantes eventos nacionais ligados ao trade turístico.
Reunião com as Secretarias Municipais de Turismo	Foram realizados contatos e reuniões presenciais nas Secretarias Municipais de Turismo do Estado do Rio de Janeiro para divulgar as ações do Projeto.

Curso de capacitação online	Foi disponibilizado o curso de capacitação “Mapeamento de Acessibilidade em Atrativos Turísticos” voltado ao atendimento das normas técnicas de acessibilidade nacionais, legislações municipais, estaduais e federais para o desenvolvimento da Matriz de Acessibilidade em atrativos turísticos (Apêndice A), visando o planejamento e a implantação da acessibilidade em destinos turísticos.
Publicações periódicas em website próprio e nas redes sociais	Publicação de materiais como artigos (ver Apêndice B e Apêndice C), textos, vídeos, questionário (Apêndice D e Apêndice E), base de dados, relatórios técnicos, mapas (Apêndice F), entre outros, em formato impresso e digital contendo os resultados do levantamento da acessibilidade nos municípios do Estado do Rio de Janeiro e com a formulação de recomendações para gestores (públicos e privados) sobre acessibilidade. Sempre que possível foram priorizados materiais utilizando ferramentas de acessibilidade, VLibras e audiodescrição. O website do Projeto pode ser acessado no link: https://www.turismoacessivelrj.com/index.html
Mapeamento georreferenciado sobre acessibilidade	Foram elaborados mapas georreferenciados (Apêndice F) com as informações coletadas via questionário com as 62 Secretarias Municipais do Estado do Rio de Janeiro que estão disponíveis nos links abaixo: https://bit.ly/tacess01 ; https://bit.ly/tacess02 E um mapa georreferenciado com as informações do Mapeamento sobre a acessibilidade de atrativos turísticos em nove municípios do Estado do Rio de Janeiro, disponível em: https://bit.ly/tacess03
Relatórios	Ao longo da vigência do Projeto foram elaborados relatórios de execução, de evolução mensal e de prestação de contas.

Fonte: Elaboração própria

A relevância deste Projeto para a área do Turismo e para o Estado do Rio de Janeiro justifica-se pela necessidade de proporcionar à população e aos turistas o acesso a espaços e serviços, tornando as cidades e destinos turísticos mais inclusivos e acessíveis. A busca por uma sociedade inclusiva reflete-se em todas as esferas e entre os diferentes atores: iniciativa privada, governos municipais, estaduais e federais, bem como a academia. Este Projeto foca no setor público municipal, entendendo que este é responsável e competente para promover e implementar, por meio de projetos, programas e políticas, ações de acessibilidade de forma abrangente para a sociedade brasileira e para os visitantes.

Dentre os objetivos alcançados neste Projeto, destaca-se a aproximação entre o governo municipal e a academia. Espera-se que os resultados obtidos possam ser disponibilizados à sociedade civil de maneira mais ágil e prática, tendo a academia como vetor, por meio das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão e cultura.

Portanto, apresenta-se a organização desta obra. O livro está estruturado em cinco capítulos, além desta Introdução e dos Apêndices. No Capítulo 1, é abordada a acessibilidade no turismo sob o prisma das políticas públicas no Brasil, destacando os avanços e os desafios para a promoção de um turismo inclusivo. O Capítulo 2 apresenta um panorama da produção científica nacional sobre tecnologia assistiva e turismo acessível, delineando uma agenda futura de pesquisa. O Capítulo 3 traz os resultados de um levantamento sobre a acessibilidade nas Secretarias Municipais do Estado do Rio de Janeiro. O Capítulo 4 expõe o mapeamento da acessibilidade em atrativos turísticos localizados em nove municípios do Estado. O Capítulo 5 apresenta as considerações finais da pesquisa, ressaltando a importância do curso de capacitação em Mapeamento da Acessibilidade em Atrativos Turísticos e propondo diretrizes aos gestores públicos e privados no planejamento e gestão de destinos turísticos.

Por fim, nos Apêndices, estão disponíveis importantes materiais de pesquisa que podem ser utilizados em estudos futuros, como o questionário aplicado junto às Secretarias Municipais (Apêndice D), os links para os mapas georreferenciados com dados sobre o Mapeamento realizado (Apêndice F) e a Matriz de Acessibilidade (Apêndice A) proposta no curso de capacitação, a qual permite a realização de um checklist para avaliação da acessibilidade em atrativos turísticos.

Convidamos à leitura!

CAPÍTULO 1

A ACESSIBILIDADE NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL E NO RIO DE JANEIRO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O TURISMO



Tiago Juliano
Ítalo de Paula Casemiro
Beatriz Pimentel Lopes
Roberta Matos Gomes



INTRODUÇÃO

No contexto brasileiro, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015) define acessibilidade como a possibilidade e a condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Em adição, pessoa com deficiência é considerada como aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Também se reconhece a condição de pessoas com mobilidade reduzida, como aquelas que tenham, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, como pessoas idosas, lactantes, pessoas com criança de colo, pessoas obesas e outras.

Os direitos de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida foram reconhecidos por meio de um processo lento e contingente, que apesar dos avanços acabou não superando a permanência de diferentes tipos de barreiras. Essas barreiras afetam não apenas direitos básicos, mas também processos de sociabilidade como o lazer e o turismo. Também de forma gradual, a agenda política em torno da acessibilidade se estendeu de uma preocupação antes centrada na noção de 'adaptação' para esforços de superação de barreiras. Estas são compreendidas como entaves, obstáculos, atitudes e comportamentos que limitam ou impedem a participação social de uma pessoa, bem como a fruição e exercício de seus direitos à acessibilidade. A legislação brasileira (Brasil, 2015) indica seis categorias de barreiras: i) urbanísticas: aquelas existentes nas vias e espaços públicos; ii) arquitetônicas: aquelas existentes nos edifícios públicos e privados; iii) nos transportes: aquelas existentes nos sistemas e meios de transporte; iv) nas comunicações e informações: aquelas existentes nos processos de expressão e recepção de mensagens, incluindo o intermédio de sistemas e tecnologias da informação e comunicação; v) atitudinais: aquelas existentes em comportamentos que prejudiquem a participação social, como atitudes e comportamentos discriminatórios; e vi) tecnológicas: aquelas que impedem o acesso às diferentes tecnologias.

Em todo o mundo, estima-se que o contingente de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida corresponda a cerca de 15% da população mundial. No Brasil, esse segmento populacional corresponde a cerca de 24% da população, número que tende a crescer devido ao processo de envelhecimento da população (Brasil, 2021). Essa parcela de pessoas apresenta significativo potencial de consumo. Enquanto segmento do mercado de turismo, estima-se que, até 2050, o turismo para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida corresponderá a cerca de 32% de todas as viagens realizadas em todo o mundo (Sisto et al., 2021).

Ainda assim, essa parcela da população ainda enfrenta diversas barreiras nos campos do lazer e do turismo, associadas à falta de acesso às instalações e aos serviços turísticos, além da falta de atendimento preferencial e personalizado (Brasil, 2021). A superação das barreiras de acessibilidade no turismo exige esforços articulados entre diferentes atores sociais e escalas espaciais. Nesse contexto, as políticas públicas são um elemento chave para avanços na promoção da acessibilidade e na consolidação do turismo como ferramenta de inclusão social de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

O ESTADO DA ARTE SOBRE TURISMO ACESSÍVEL

Organizações públicas e privadas do turismo têm dedicado esforços crescentes para compreender as oportunidades geradas pelo potencial de consumo da população com deficiência e mobilidade reduzida. Como forma particular de lazer, o turismo pode representar uma oportunidade para o desenvolvimento pessoal e social da população com deficiência e mobilidade reduzida, apresentando-se como uma contribuição para o bem estar e qualidade de vida desses sujeitos e, portanto, uma forma de inclusão social (Souza; Mangas, 2020). O alcance de segmentos sociais historicamente excluídos das práticas turísticas convencionais permitiu a emergência de propostas apresentadas a partir de uma diversidade de concepções, como turismo adaptado, turismo inclusivo, turismo responsável, turismo para pessoas com deficiência, turismo sem barreiras, turismo para todos, turismo acessível etc., todas buscando a inclusão de todas as pessoas no turismo (Nascimento, 2018).

Nesse contexto, a inclusão de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida nas práticas turísticas é um processo em curso e que tem sido influenciado, dentre outros fatores, pela evolução de um amplo quadro normativo – técnico e legal – e sua influência nas políticas de turismo. No Brasil, as primeiras ações para promover experiências turísticas para população com deficiência foram caracterizadas por iniciativas isoladas e pouco articuladas, direcionadas a grupos específicos – como idosos e pessoas com deficiência física e visual. Nesse momento, a falta de diretrizes políticas claras e sistemáticas contribuiu para que as iniciativas promovidas por empresas privadas, como agências de excursões, concorrem para experiências de segregação social, uma vez que os turistas com deficiência desfrutavam de pouca autonomia e circulam por espaços turísticos restritos (Sasaki, 2003).

Nas últimas décadas, a acessibilidade conquistou maior espaço no campo do turismo. Porém, grande parte dos destinos turísticos não está adequada para acolher pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, já que esses sujeitos ainda enfrentam diversas barreiras em espaços públicos e privados durante suas viagens. Para Carvalho (2012), as principais lacunas da acessibilidade no turismo dizem respeito tanto à dimensão estrutural, frente à insuficiência de espaços adaptados, quanto à dimensão humana,

considerando-se a carência de profissionais qualificados no setor turístico. Em adição, De La Fuente-Robles et al. (2020) destacam que as experiências de turistas com deficiência são limitadas por fatores como falta de informação, comunicação de baixa qualidade e falta de experiência dos prestadores de serviços e profissionais de turismo para colaborar com esses turistas. Assim, o baixo nível de intervenção governamental no campo do turismo acessível é uma das principais dimensões que explicam a dificuldade de superar essas barreiras.

Henríquez et al. (2022) sinalizam que o turismo acessível tem sido compreendido como uma forma específica de turismo na qual processos colaborativos são gerados entre diferentes stakeholders, permitindo que as necessidades de pessoas com deficiência sejam atendidas de forma independente, com equidade e dignidade, através de produtos e serviços turísticos focados no desenho universal. Para Duarte et al. (2015), o turismo acessível surge motivado pelo princípio de inclusão social, tendo como horizonte o intento de ampliar a participação de todas as pessoas nas práticas turísticas e superar experiências turísticas que segregam sujeitos com deficiência em grupos isolados e reforçam estigmas sociais assentados na discriminação.

No Brasil, os principais marcos institucionais para o turismo acessível tendem a defini-lo como segmento e/ou nicho de mercado, muitas vezes, associados ao turismo social, compreendido como 'forma de conduzir e praticar a atividade turística, promovendo a igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão' (Brasil, 2023, p.5). Porém, esses marcos carecem de uma compreensão clara sobre quais práticas turísticas podem ser categorizadas como turismo acessível. Recentemente, o turismo acessível foi conceituado como um conjunto de instalações e práticas para permitir ou melhorar a experiência turística para um amplo espectro de pessoas (Brasil, 2023).

A institucionalização da acessibilidade como ação estratégica para o desenvolvimento do turismo em diferentes escalas e contextos tem concorrido, ainda, para um crescente interesse de produção de conhecimento nesse campo. No cenário brasileiro, os levantamentos que tentam caracterizar a produção científica sobre turismo científico ainda são incipientes. Nascimento (2018) analisou dissertações e teses produzidas em programas de pós-graduação de Universidades brasileiras, entre 1987 e 2016, para identificar como a acessibilidade tem sido contemplada em

pesquisas de turismo. O autor aponta que o tema é relativamente jovem, sendo debatido de forma mais sistemática apenas a partir de 2000. Acessibilidade em espaços urbanos, aspectos jurídicos, infraestrutura e transportes são temas destacados nessas pesquisas, que também trazem à cena outras questões como qualidade de vida e consumo, internet e mercado de trabalho.

Em complemento, analisando publicações em periódicos brasileiros de turismo, Rodrigues e Valduga (2021) identificaram 45 publicações e também concluem que esse tema de pesquisa é recente, contemplado por pesquisas de forma mais sistemática a partir de 2016, ainda que o número de publicações oscile significativamente ao longo dos anos. Os autores categorizaram as temáticas mais comuns, destacando-se questões relacionadas à infraestrutura turística e meios de hospedagem. Cabe sinalizar que as relações entre acessibilidade e políticas públicas são pouco exploradas na produção acadêmica brasileira.

Portanto, o turismo acessível se configura como um campo de estudos com crescente importância e cujas pesquisas podem contribuir para o desenho e acompanhamento de diretrizes políticas estruturadas para a promoção da acessibilidade nas práticas turísticas. Como definido por Ferst et al. (2020), a acessibilidade é um diferencial na escolha dos destinos turísticos e um componente que favorece a competitividade dessas localidades no mercado de viagens, atendendo premissas de inclusão social e formas mais democráticas de turismo.

A EVOLUÇÃO DAS NORMAS DE ACESSIBILIDADE NO BRASIL

Normas de acessibilidade contemplam especificações técnicas e convenções jurídicas que buscam garantir direitos à pessoa com deficiência e mobilidade reduzida. Para Morano e Santiago (2019), o quadro normativo da acessibilidade enfatizou a superação de barreiras arquitetônicas e preconceitos sociais, permitindo identificar momentos particulares no trajeto evolutivo desse quadro. Para as estudiosas, as décadas de 1940 e 1960 marcaram o início do uso do termo acessibilidade apontando uma preocupação em identificar as barreiras arquitetônicas; entre os anos 1970 e 1980, o debate se voltou à eliminação de barreiras e popularizou o conceito de desenho universal; por fim, a partir de 1990, consolidou-se a ideia de acessibilidade universal, aproximando os conceitos de acessibilidade e desenho universal, ampliando as categorias de barreiras e sua aplicação.

No Brasil, um quadro normativo tem buscado assegurar direitos de pessoas com deficiência desde os anos 1960, a partir de normas pontuais, como a Lei n. 4.169/1962, que oficializou a convenção Braille; e a Constituição de 1967, que abordou vagamente a condição das pessoas com deficiência, apontando a necessidade de normas para a 'educação de excepcionais'. Porém, foi a Constituição Federal de 1988 que ampliou as matérias relativas à pessoa com deficiência no país. Partindo do princípio de igualdade de condições, a Carta Magna definiu competências do Estado na proteção e integração dessas pessoas; apontou a necessidade de combater formas de discriminação; e ampliou os direitos sociais a todo cidadão, incluindo o lazer, a cultura e o meio ambiente.

Desde então, um conjunto significativo de políticas e normas legais têm sido formulado para atender demandas dessa parcela da população. Até o final dos anos 1990, as normas de acessibilidade no país abordaram dimensões importantes da acessibilidade, porém, ainda de forma pouco articulada frente à ausência de uma política integradora desses esforços. O Quadro 1 sintetiza as leis elaboradas nesse momento:

Quadro 1: Normas de acessibilidade no Brasil (anos 1990)

Normas jurídicas	Conteúdo
Lei n. 7.853/1989	Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos e difusos da pessoa portadora de deficiência. Também disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências.
Lei n. 8.160/1991	Torna obrigatória a colocação, de forma visível, do Símbolo Internacional de Surdez em todos locais que possibilitem o acesso, circulação e utilização de pessoas portadoras de deficiência auditiva e em todos os serviços que lhe sejam disponíveis ou possibilitem seu uso.
Lei n. 8.742/1993	Estabelece a Lei Orgânica da Assistência Social, que contempla benefícios estendidos à pessoa com deficiência e idosos.
Lei n. 8.899/1994	Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo e interestadual.
Lei n. 8.989/1995	Isenta o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis para uso no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas com deficiência.

Fonte: Elaboração própria (2024)

Um marco importante no quadro normativo brasileiro, foi a promulgação da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Decreto n. 3.298/1999), que contemplou uma diversidade de direitos em diferentes áreas, como saúde, educação, trabalho, cultura, desporto, lazer e turismo. Nessa norma, é identificada uma preocupação com a acessibilidade na produção de guias turísticos, empresas hoteleiras e de transportes. Posteriormente, a Lei n. 10.098/2000 categorizou os tipos de barreiras existentes, tipificando-as em urbanísticas, arquitetônicas, em transportes e comunicação. Essa lei também definiu o quantitativo e percentual de equipamentos adaptados em espaços públicos e privados, como parques, estacionamentos e locais de espetáculo. Por sua vez, a Lei n. 10.048/2000 garantiu a prioridade de atendimento e embarque para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. A agenda política da acessibilidade no Brasil ganhou força, ainda, com a promulgação da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas

Portadoras de Deficiência, assinada na Guatemala em 1999 e reconhecida no país por meio da Lei n. 3.956/2001.

As Leis n. 10.098/2000 e n. 10.048/2000 foram regulamentadas pelo decreto n. 5.296/2004, que também tornou obrigatória a observância do Desenho Universal em todo projeto construtivo, seguindo normas técnicas e legislações específicas. O decreto n. 5.296/2004 também especificou o percentual de reserva de lugares para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida em espaços culturais, teatros, cinemas, ginásios e locais de espetáculos e eventos, de acordo com o tamanho desses espaços. Nesse ínterim, o Estatuto do Idoso (2003) regulamentou aspectos de acesso, reserva de assentos e condições de gratuidade e descontos em transportes e equipamentos culturais e de lazer para pessoas com mais de 60 anos.

Também foram produzidas normas específicas sobre a Língua Brasileira de Sinais (Lei n. 10.436/2002), regulamentada pelo decreto n. 5.626/2005; ingresso e permanência de cão-guia em ambientes de uso coletivo (Lei n. 11.126/2005); e percentual de equipamentos e brinquedos adaptados em parques públicos e privados (Lei n. 11.982/2009). Em 2009, a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU, 2006) ganhou peso no país como Emenda Constitucional. A partir de 2010, novas normas contemplaram dimensões da acessibilidade até então não debatidas, conforme o Quadro 2.

Quadro 2: Normas de acessibilidade no Brasil (década 2010)

Normas jurídicas	Conteúdo
Decreto n. 7.612/2011	Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite; revogado pelo Decreto n. 11.793/2023.
Lei n. 12.663/2012	Define medidas de acessibilidade para megaeventos esportivos.
Lei n. 12.764/2012, regulamentada pelo Decreto n. 8.368/2014	Estabelece os direitos de pessoas com espectro autista.

Lei n. 12.587/2012	Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, que contempla a acessibilidade para pessoas com deficiência e restrição de mobilidade como um dos princípios dessa política; além de criar reserva (10%) de vagas para condutores com deficiência na outorga de exploração de serviços de taxi.
-----------------------	---

Fonte: Elaboração própria (2024)

Na evolução desse percurso normativo, a Lei n. 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão (LBI) ou Estatuto da Pessoa com Deficiência – é considerada um avanço no reconhecimento de direitos de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, por compilar normas e definições anteriores e orientar a elaboração de políticas públicas a partir de princípios constitucionais. O Estatuto da Pessoa com Deficiência é organizado em dois livros: Livro I – Parte Geral e Livro II – Parte Especial, cabendo destacar que o Capítulo 9 do Livro é dedicado à dimensão da cultura, esporte, turismo e lazer. Portanto, o Estatuto da Pessoa com Deficiência chancela a importância do turismo no campo dos direitos dessa parcela da população. Em seu art. 42, a LBI atesta que ‘a pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e a lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas’, assegurando o acesso a:

- i) bens culturais em formato acessível;
- ii) programas de televisão cinema, teatro e outras atividades culturais e desportivas em formato acessível;
- iii) monumentos e locais de importância cultural e a espaços que ofereçam serviços ou eventos culturais e esportivos.

Além dos aspectos anteriores, também destaca espaços livres e assentos para pessoa com deficiência, com boa condição de visibilidade, proximidade de acompanhante, rotas de fuga (art. 44); observância ao princípios do desenho universal nos projetos de hotéis, pousadas e similares, com mínimo de 10% dos dormitórios acessíveis (art. 45); condições de acessibilidade e recursos de tecnologia assistiva, como legenda, janelas com intérprete de Libras e audiodescrição (art. 71) também são dimensões consideradas para a promoção da acessibilidade com claras implicações para o turismo (Brasil, 2015). Com a LBI, Oliveira e Costa (2021) ressaltam que todos os espaços de lazer e turismo devem estar em formato acessível para qualquer pessoa. Em

complemento, Duarte et al. (2015) argumentam que a inclusão do turismo como direito das pessoas com deficiência ampliou o campo dos direitos constitucionais garantidos a esses sujeitos, ampliando o entendimento de qualidade de vida e inserindo o lazer e o turismo como mecanismos de exercício pleno de cidadania.

A LBI sofreu alterações em alguns de seus artigos, destacando-se o Decreto n. 9.296, de 1º de março de 2018; e o Decreto n. 11.303, de 22 de dezembro de 2022, que modificaram o artigo 45 daquela lei. De maneira geral, foram redimensionados os quantitativos de dormitórios com aspectos construtivos acessíveis e estabelecidos prazos para demanda de tecnologias assistivas e recursos de acessibilidade pela pessoa com deficiência e mobilidade reduzida; bem como ampliado o prazo para os estabelecimentos mais antigos fornecer o quantitativo mínimo exigido nas normas (Quadro 3). De maneira geral, essas alterações tornam as exigências da LBI mais brandas no contexto dos serviços de hospedagem.

Quadro 3: Alterações no Estatuto da Pessoa com Deficiência no setor de meios de hospedagem

Normas jurídicas	Conteúdo
Decreto n. 9.296/2018	Regulamenta o art. 45, da Lei 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência). Trata da concepção e implementação dos projetos arquitetônicos de hotéis, pousadas e estruturas similares, que deverão observar princípios do desenho universal e ter como referências básicas as normas da ABNT, legislação específica e o disposto no decreto. O decreto também elenca os tipos de ajuda técnica e recursos de acessibilidade exigíveis sob demanda pelos hóspedes e seu prazo de atendimento. Define que 5% dos dormitórios, com mínimo de um, deverão ter características construtivas e recursos de acessibilidade previstos. Essas exigências são exigidas para projeto construtivos protocolados em órgãos competentes a partir de 2018. Esse decreto introduz, ainda, a proposta de adaptação razoável em casos nos quais comprovadamente o percentual estabelecido não possa ser alcançado, reduzindo a quantidade de dormitórios acessíveis até 2% do total de dormitórios.
Decreto n. 11.303/2022	Amplia o prazo para adaptação de estabelecimentos hoteleiros já existentes, construídos até junho de 2004, de 4 anos para 20 anos (2024).

Fonte: Elaboração própria (2024)

É importante sinalizar que essas alterações introduziram a noção de 'adaptação razoável' para se referir a modificações e ajustes necessários que não acarretem ônus desproporcional ao proprietário de empreendimentos e garantam condições de igualdade à pessoa com deficiência, quando o Desenho Universal não puder ser alcançado. Em particular, o Decreto n. 9.296/2018 apresenta três anexos, nos quais são elencados: i) características construtivas acessíveis; ii) ajudas técnicas e recursos de acessibilidade; e iii) ajudas técnicas e recursos de acessibilidade exigíveis sob demanda (Quadro 4).

Quadro 4: Características construtivas, ajudas técnicas e recursos de acessibilidade

<p>Características construtivas e recursos de acessibilidade (Anexo I)</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Dimensões de acesso, de circulação, de manobra, de alcance e de mobiliário estabelecidas na norma técnica de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT para dormitórios acessíveis. 2. Banheiro que atenda integralmente as especificações estabelecidas na norma técnica de acessibilidade da ABNT. 3. Chuveiro equipado com barra deslizante, desviador para ducha manual e controle de fluxo (ducha/chuveiro) na ducha manual (chuveirinho), o qual deverá estar sempre posicionado na altura mais baixa quando da chegada do hóspede. 4. Condições de circulação, aproximação e alcance de utensílios e instalações estabelecidas na norma técnica de acessibilidade da ABNT, quando houver cozinha ou similar na unidade. 5. Olhos-mágicos instalados nas portas nas alturas de cento e vinte e cento e sessenta centímetros. 6. Sistema magnético de tranca das portas dos dormitórios que permita autonomia ao hóspede com deficiência visual, surdo ou surdo-cego, além de informações em relevo, ranhuras ou cortes nos escaninhos de leitura e nos cartões magnéticos. 7. Campainha (batidas na porta) sonora e luminosa intermitente (flash) na cor amarela. 8. Sinalização de emergência, para os casos de incêndio ou perigo, sonora e luminosa intermitente (flash) na cor vermelha. 9. Aparelho de televisão com dispositivos receptores de legenda oculta e de áudio secundário. 10. Telefone com tipologia ampliada e com amplificador de sinal.
<p>Ajudas técnicas e recursos de acessibilidade (Anexo II)</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Vão de passagem livre mínimo de oitenta centímetros para a porta da unidade e para a porta do banheiro. 2. Barra de apoio no box do chuveiro. 3. Chuveiro equipado com barra deslizante, desviador para ducha manual e controle de fluxo (ducha/chuveiro) na ducha manual (chuveirinho), o qual deverá estar sempre posicionado na altura mais baixa quando da chegada do hóspede.

	<ol style="list-style-type: none"> 4. Olhos-mágicos instalados nas portas nas alturas de cento e vinte e cento e sessenta centímetros. 5. Campainha (batidas na porta) sonora e luminosa intermitente (flash) na cor amarela. 6. Sistema magnético de tranca das portas dos dormitórios que permita autonomia ao hóspede com deficiência visual, surdo ou surdo-cego, além de informações em relevo, ranhuras ou cortes nos escaninhos de leitura e nos cartões magnéticos. 7. Sinalização de emergência, para os casos de incêndio ou perigo, sonora e luminosa intermitente (flash) na cor vermelha. 8. Aparelho de televisão com dispositivos receptores de legenda oculta e de áudio secundário, quando o dormitório disponibilizar esse tipo de aparelho. 9. Telefone com tipologia ampliada e com amplificador de sinal, quando o dormitório disponibilizar esse tipo de aparelho.
<p>Ajudas técnicas e recursos de acessibilidade exigíveis sob demanda</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Cadeiras de roda. 2. Cadeiras adaptadas para banho. 3. Materiais de higiene identificado em braille e embalagens em formatos diferentes. 4. Materiais impressos disponíveis em formato digital, braille, fonte ampliada com contraste, a exemplo de formulários impressos, informações sobre facilidades e serviços oferecidos dentre outros, feitos sob demanda. 5. Cardápio em braille e fonte ampliada com contraste. 6. Relógio despertador/alarme vibratório. 7. Dispositivos móveis com chamada em vídeo e mensagem disponibilizados nas áreas comuns do estabelecimento ou aplicativo de comunicação criado nos termos estabelecidos no Título IV da Resolução nº 667, de 30 de maio de 2016, da Anatel, que aprova o Regulamento Geral de Acessibilidade em Serviços de Telecomunicações de interesse coletivo.

Fonte: Anexos do Decreto n. 9.296, de 1º de março de 2018

Especificações produzidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e padronizações internacionais, como a ISO 21.902/2021, também exercem um papel regulatório sobre as condições de acessibilidade no país. Formulada originalmente em 1985, a NBR 9050 é a mais abrangente dessas normas, contemplando a acessibilidade em edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos. Essa norma ganhou uma versão pública em 2004, sendo revisada em 2015 e 2020. Em conjunto com as normas jurídicas apontadas, a NBR 9050:2020 chancelou o emprego dos conceitos de desenho universal e tecnologia assistiva na concepção da acessibilidade em diferentes projetos, incluindo projetos turísticos.

O conceito de Desenho Universal surgiu nos anos 1950, vinculado à noção de ambientes sem barreiras físicas, mas ganhou maior notoriedade a partir dos anos 1980, quando a ênfase foi dada à funcionalidade dos espaços. Trata-se da concepção de produtos, ambientes, programas e serviços que podem ser usados por toda pessoa, sem necessidade de adaptação ou projeto específico, incluindo recursos de tecnologia assistiva. O conceito de Desenho Universal se assenta em sete princípios de uso: i) uso equitativo (igualitário); ii) uso flexível (adaptável); iii) uso simples (intuitivo); iv) informação de fácil percepção; v) segurança; vi) esforço físico mínimo; e vii) dimensionamento do espaço para acesso e uso abrangente. Por sua vez, tecnologias assistivas são dispositivos, recursos, metodologias e práticas que objetivam promover a funcionalidade de uma atividade e a participação de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, tornando-as mais independentes, como barras de apoio, campainhas sonoras e luminosas, sistemas magnéticos de abertura de portas, descrição em relevo, sinalização de emergência, dispositivos receptores de legenda e áudio etc. Essas estratégias podem ser replicadas em meios de hospedagem, terminais de transportes, áreas naturais protegidas e outros tipos de equipamentos e espaços de turismo (BRASIL, 2020).

A NBR 9050:2020 é organizada em seções, cujas especificações técnicas têm implicações ao contexto turístico. O Quadro 5 sintetiza os principais pontos de interesse da NBR 9050:2020 para espaços de turismo.

Quadro 5: Principais implicações da NBR 9050:2020 para espaços de turismo

<p>Sobre a ornamentação da paisagem e ambiente urbano:</p>	<ul style="list-style-type: none"> • plantio e manejo da vegetação devem garantir que os elementos (ramos, raízes, plantas entouceiradas, galhos de arbustos e de árvores) e suas proteções (muretas, grades e desníveis) não interfiram nas rotas acessíveis e áreas de circulação de pedestres; • nas áreas adjacentes às rotas acessíveis e áreas de circulação de pedestres, a vegetação não pode apresentar as seguintes características: a) espinhos ou outras características que possam causar ferimentos; b) raízes que prejudiquem o pavimento; c) princípios tóxicos perigosos; • quando as áreas drenantes de árvores estiverem invadindo as faixas livres do passeio, devem ser instaladas grelhas de proteção, niveladas em relação ao piso adjacente; • as dimensões e os espaços entre os vãos das grelhas de proteção não podem exceder 15 mm de largura e devem garantir as especificações mínimas dessa Norma.
--	---

<p>Sobre bens tombados:</p>	<ul style="list-style-type: none"> • todos os projetos de adaptação para acessibilidade de bens tombados devem obedecer às condições descritas nesta Norma, compatibilizando soluções com os critérios estabelecidos por órgãos legisladores e sempre garantindo os conceitos de acessibilidade; • no caso de sítios, áreas ou elementos considerados inacessíveis ou com visitação restrita, deve-se garantir o acesso por meio de informa�o visual, auditiva ou tátil das áreas ou dos elementos cuja adapta�o seja impraticável, com divulga�o das condi�es de acessibilidade do bem patrimonial informadas com antecedência ao visitante e vinculadas a todo material publicitário.
<p>Sobre locais de esporte, lazer e turismo:</p>	<ul style="list-style-type: none"> • todas as portas existentes na rota acessível, destinadas à circula�o de praticantes de esportes que utilizem cadeiras de rodas do tipo ‘cambadas’, devem possuir v�o livre de no mínimo 1,0 m, incluindo portas dos sanitários e vestiários; • nas arquibancadas deve ser atendido ao descrito em 4.8 dessa Norma e em normas específicas; • uma rota acessível deve interligar os espaços para pessoas com cadeira de rodas e os assentos para pessoas com mobilidade reduzida e obesas às áreas de apresenta�o, incluindo quadras, vestiário e sanitários; • �s áreas para prática de esportes devem ser acessíveis, exceto os campos gramados, arenosos ou similares; • os sanitários e vestiários acessíveis devem estar localizados tanto nas áreas de uso público quanto nas áreas para prática de esportes; • as cabinas acessíveis dos vestiários para praticantes de esportes devem atender aos parâmetros desta Norma.
<p>Sobre praias:</p>	<ul style="list-style-type: none"> • para vencer o desnível ente o passeio e a areia, deve ser instalada rampa com largura mínima de 0,9 m e declive, corrimões e demais parâmetros definidos nesta Norma; • para prote�o contra quedas, deve ser observado o descrito nesta Norma; • para o trajeto até o mar, deve ser garantida uma faixa livre de obstáculos, com o mínimo de 0,9 m de largura; • os trajetos � praia demarcados como acessíveis devem estar sinalizados com o símbolo internacional de acesso; e devem relacionar os serviços de apoio disponíveis; • recomenda-se que, junto � cada área de acesso adaptado à praia, exista um sanitário unissex acessível, atendendo às especifica�es constantes nesta Norma.

Fonte: Elabora o própria (2024)

No Brasil, aspectos normativos da acessibilidade são contemplados ainda por diretrizes produzidas para patrimônios tombados, bem como por planos diretores e legislações urbanísticas de cada cidade. De importância particular ao contexto turístico, os bens tombados devem observar as recomendações elaboradas pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN), por meio da Instrução Normativa n.1, de 25 de novembro de 2003, que estabelece diretrizes, critérios e recomendações para acessibilidade em bens culturais imóveis acatueados no nível federal.

Os principais critérios da IN IPHAN n.1/2003, são:

- realização de levantamentos que assegurem a compatibilidade das soluções com as possibilidades dos imóveis, garantindo sua integridade estrutural e impedindo a descaracterização do ambiente natural e construído;
- estabelecimento de prioridades e níveis de intervenção, atendendo demandas dos usuários e permitido manobrar e vencer desníveis, alcançar e controlar equipamentos, dispositivos e ajudas técnicas;
- as ajudas técnicas devem promover a integração entre pessoas com deficiência e mobilidade reduzida e os demais usuários do bem;
- em qualquer hipótese, as intervenções devem proporcionar aos usuários alcançar o imóvel desde o passeio ou exterior, percorrer espaços e acessar atividades abertas ao público de forma autônoma, usufruir das comodidades e serviços do espaço, devidamente identificadas através de sinalização visual, tátil ou sonora, ter acesso à informação por dispositivos de linguagem e comunicação diversos;
- quando a adaptação for comprovadamente inviável ou restrita, deve-se proporcionar a interação com o espaço e acervo, mesmo que de maneira virtual, por meio de informação visual, auditiva ou tátil, e pela oferta em ambientes apropriados de alternativas como mapas, maquetes, peças de acervo original ou cópias etc.;
- as soluções para acessibilidade em sítios históricos, arqueológicos e paisagísticos devem permitir o contato com o maior número de experiências possível, através de pelo menos um itinerário adaptado.

Por fim, o quadro normativo mais recente no campo da acessibilidade no Brasil tem se caracterizado pela diversidade de dimensões abordadas e pelo caráter complementar às principais normas vigentes, propondo alterações ou ampliando as políticas de promoção da acessibilidade para aspectos ainda não contemplados. O Quadro 6 elenca normas para a acessibilidade propostas nos últimos anos.

Quadro 6: Normas brasileiras de acessibilidade mais recentes

Normas jurídicas	Conteúdo
Decreto n. 9.451/2018	Regulamenta o art. 58, da Lei 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), que aborda preceitos de acessibilidade relativos ao projeto e à construção de edificação de uso privado multifamiliar.
Decreto n. 9.656/2018	Altera o decreto n. 5.626/2005, que regulamentou a Lei n. 10.436/2002, que dispõe sobre a Libras. Esse decreto define que o Poder Público, empresas concessionárias de serviços públicos e órgãos da administração pública federal, direta e indireta, deverão garantir às pessoas surdas ou com deficiência auditiva o efetivo e amplo atendimento por meio do uso e difusão da Libras e da tradução e interpretação de Libras – Língua Portuguesa.
Lei n. 13.825/2019	Altera a Lei n. 10.098/2000, para estabelecer a obrigatoriedade de disponibilização, em eventos públicos e privados, de banheiros químicos a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Define-se que a quantidade de banheiros químicos acessíveis deve corresponder a 10% do total, garantindo mínimo de 1 unidade acessível.
Lei n. 13.846/2019	Institui um conjunto de programas para análise de benefícios sociais com indícios de irregularidade e revisão de benefícios por incapacidade.
Lei n. 13.977/2020	Cria a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTA)
Lei n. 14.126/2021	Classifica a visão monocular como deficiência sensorial, do tipo visual.
Decreto n. 10.645/2021	Regulamenta o art. 75, da Lei 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, sobre diretrizes, objetivos e eixos do Plano Nacional de Tecnologia Assistiva. Define tecnologia assistiva ou ajuda técnica os produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação da PcDMr, com vistas à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. Propõe cinco eixos da referida Política: i) pesquisa, desenvolvimento, inovação e empreendedorismo em tecnologia assistiva; ii) capacitação em tecnologia assistiva; iii) promoção da cadeia produtiva em tecnologia assistiva; iv) regulamentação, certificação e registro de tecnologia assistiva; e v) promoção do acesso à tecnologia assistiva.

Lei n. 14.510/2022	Autoriza e disciplina a prática de telessaúde, alternado o art. 19 da Lei n. 13.136/2015, ao prever o aprimoramento o atendimento neonatal, com oferta de ações e serviços de prevenção de danos cerebrais e sequelas neurológicas em recém nascidos, inclusive por telessaúde.
Decreto n. 11.063/2022	Estabelece critérios e requisitos para avaliação de pessoas com deficiência ou com transtorno do espectro autista para fins de concessão de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis.
Lei n. 14.624/2023	Estabelece os direitos de pessoas com deficiência oculta.

Fonte: Elaboração própria (2024)

POLÍTICAS DE TURISMO E ACESSIBILIDADE

1. O cenário internacional

No decorrer do século 20, a ampliação de debates que resultaram em convenções internacionais no campo da acessibilidade concorreu para conformar uma agenda multilateral de compromissos com a inclusão de pessoas com deficiência e também implicou na maior internalização desse tema nas políticas de turismo em diferentes países. Sisto et al. (2001) apontam que essa agenda se estruturou de forma mais regular a partir dos anos 1940, quando a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) contemplou a promoção da igualdade de condições às pessoas com deficiência. Em particular, o artigo 24 dessa Declaração versa sobre o direito de qualquer pessoa ao lazer e ao repouso. O amadurecimento do debate internacional levou à publicação de novas convenções nos anos 1970, como a Declaração sobre os Direitos das Pessoas Deficientes (1975) e a Declaração sobre os Direitos das Pessoas Surdocegas (1979), que diversificam as dimensões abordadas no campo da acessibilidade. Essas primeiras declarações foram importantes para fundamentar parâmetros para políticas mais amplas de acessibilidade, que podem ser representadas pelo Programa Mundial de Ação Relativo a Pessoas Deficientes (1982), pelas Regras Padrão sobre Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência (1994) e pela Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (1999).

Contudo, foi apenas com a Convenção Internacional das Nações Unidas sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (2006) que a proteção aos direitos da pessoa com deficiência conquistou um instrumento normativo com alcance mundial. O propósito dessa Convenção é promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais pelas pessoas com deficiência. Em seu artigo 3º, a Convenção enuncia como princípios gerais o respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual e a independência das pessoas. Também são elencados sete princípios fundamentais: i) a não discriminação; ii) a participação plena e efetiva na sociedade; iii) o respeito pela diferença e pela aceitação as pessoas com deficiência como parte da diversidade humana; iv) a igualdade de oportunidades; v) a acessibilidade; vi) a igualdade entre

homens e mulheres; e vii) o respeito pelo desenvolvimento das capacidades de crianças com deficiência e seu direito em preservar sua identidade. A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi ratificada no Brasil por meio do decreto n. 186/2008.

O turismo é contemplado por essa Convenção em seus artigos 9 e 30, que buscam garantir acesso em igualdade de condições aos ambientes físicos, transportes, informação, comunicação, locais turísticos, instalações e serviços. Por outro lado, orientações para acessibilidade em práticas de lazer e de turismo são encontradas em acordos internacionais desde os anos 1980. O Programa Mundial de Ação Relativo a Pessoas Deficientes (1982), por exemplo, trouxe a preocupação em sensibilizar o mercado turístico sobre a importância da oferta de serviços acessíveis e a não discriminação. Em 1985, na cidade de Sofia (Bulgária), foi aprovada em Assembleia da Organização Mundial do Turismo (OMT) a Carta de Direitos do Turismo e Código do Turista, que enfatizou o direito de todos os trabalhadores ao descanso, lazer e férias, ampliando o debate em torno do direito ao turismo. Com seu texto iniciado em 1997 e aprovado em 1999, o Código Mundial de Ética no Turismo (OMT) concebe o turismo como direito e preconiza a eliminação de barreiras que possam inviabilizar as práticas turísticas. Organizado em dez artigos, o Código dá maior visibilidade à acessibilidade em seu artigo 2º (turismo como desenvolvimento pessoal e coletivo) e em seu artigo 7º (turismo como direito). Nesses artigos, preconiza-se que as atividades turísticas devem promover os direitos humanos, em particular, de grupos sociais vulneráveis, como pessoas com deficiência e população idosa; bem como estabelece-se o compromisso de fomentar e facilitar o turismo para esses sujeitos.

No ano de 2013, a OMT atualizou as Recomendações para o Turismo Acessível para Todos, produzido originalmente em 2005. Partindo da concepção da acessibilidade no turismo enquanto imperativo dos direitos humanos e como oportunidade de negócios, as Recomendações da OMT contemplam diretrizes para a gestão de destinos de turismo acessível; informações e promoção turística; requisitos para instalações e serviços públicos e turísticos, aplicados a áreas de estacionamento, comunicação, simbologia, mobilidade horizontal e vertical dentro dos edifícios, instalações sanitárias públicas, política de preços, transportes, estações e terminais de passageiros, vias, alojamento, estabelecimentos de restauração, salas de conferência e atividades culturais, esportivas e de excursão.

Reforçando o quadro internacional de orientações para acessibilidade no turismo, a norma internacional UNE-ISO 21.902 foi publicada em 2021, resultado de uma ação coordenada pela OMT, pela Associação Espanhola de Normalização (UNE) e pela Fundação Once. Destinada às governanças públicas dos destinos e a prestadores de serviços turísticos, a UNE-ISO 21.902:2021 contempla diretrizes amplas. Partindo de requisitos e recomendações gerais, que abordam desde aspectos legais à qualificação profissional e intervenções de infraestrutura; essa norma também apresenta estratégias para o setor público, transportes, espaços de turismo rural e urbano, atividades de lazer em diferentes espaços, segmento MICE (reuniões, incentivos, convenções e exposições), alojamentos, serviços de restauração e recomendações para agências de viagem e operadoras de turismo.

2. O cenário brasileiro

O quadro normativo direcionado ao turismo brasileiro começou a ser estruturado nos anos 1930, por meio de normas pontuais, como o Decreto-lei n. 405/1938, cujo texto destaca o impedimento à entrada de estrangeiros considerados ‘mutilados e alijados’. O caráter pontual e descontínuo permaneceu ao longo das décadas seguintes, quando foram dispositivos voltados à acessibilidade em meios de hospedagem, como a Resolução Normativa CNTur n. 24/1987 e a Deliberação Normativa n. 429/2002. Porém, foi apenas nas últimas duas décadas que o Poder Público passou a dispensar maior atenção à questão da acessibilidade no turismo, criando políticas públicas específicas (Duarte; Lemos, 2017).

Uma primeira orientação institucional para a promoção da acessibilidade no turismo brasileiro foi apresentada no documento “Turismo e Acessibilidade – Manual de Orientações”, publicado em 2006 pelo Ministério do Turismo. Elaborado a partir do Manual de Recepção e Acessibilidade de Pessoas com Deficiência a Empreendimentos e Equipamentos Turísticos, produzido pela Embratur em 2001, o Manual de Orientações (Brasil, 2006) aborda a importância da acessibilidade no turismo e destaca a necessidade de promover espaços e serviços inclusivos. Concebido em momento que antecede à publicação da Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), esse documento tem como principais bases normativas o Decreto n. 5.296/2004 e a NBR 9050:2004, vigentes à época. Seu conteúdo enfatiza a difusão de termos e definições considerados essenciais, como acessibilidade, ajudas técnicas, barreiras, desenho universal, edificações de uso coletivo e público,

elementos urbanos e urbanização, mobiliário urbano e rota acessível. Também são conceituadas e caracterizadas as noções de deficiência e mobilidade reduzida, bem como os principais componentes da legislação e das regras técnicas.

O Manual de Orientações (Brasil, 2006) apresenta uma concepção amplificada sobre a acessibilidade no turismo, abrangendo não apenas as barreiras de natureza física, mas também as barreiras relacionadas à comunicação e à informação. Nessa perspectiva, foi um avanço na sistematização de orientações para acessibilidade no turismo brasileiro e seu conteúdo denota maior importância à promoção da acessibilidade a partir da supressão de barreiras arquitetônicas, urbanísticas e de comunicação.

Resultado da articulação entre a Associação Brasileira de Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA), o Ministério do Turismo e o Sebrae, o Programa Aventura Segura (PAS) foi iniciado em 2006, a partir de ações em treze Estados brasileiros e consistiu no desenvolvimento e aplicação de normas técnicas para os segmentos de ecoturismo e turismo de aventura, produzindo padrões de qualidade e segurança para as atividades desses segmentos turísticos. Os esforços de desenho e aplicação das normas técnicas pelo PAS serviram de base para a produção de normas internacionais, bem como foram incorporadas como exigência pela Lei Geral do Turismo, aprovada posteriormente.

Como resultado do PAS, um conjunto de manuais de boas práticas abordou diferentes temáticas relacionadas àqueles segmentos, incluindo o Manual de Boas Práticas de Acessibilidade em Ecoturismo e Turismo de Aventura, publicado em 2010. O conteúdo do documento retoma definições sobre acessibilidade e deficiência, bem como apresenta informações referentes a hábitos, interesses e motivações da pessoa com deficiência e mobilidade reduzida no contexto turístico. Em adição, são fornecidos subsídios para empresários do setor, indicando esforços para sensibilizar o mercado acerca das oportunidades de negócios relacionadas à promoção da acessibilidade, além da importância da informação para o bom atendimento, preparação de colaboradores e estratégias de comunicação e marketing.

O Manual de Boas Práticas de Acessibilidade em Ecoturismo e Turismo de Aventura (Abeta; Brasil, 2010) aponta diretrizes técnicas e de segurança para essas atividades, mas também aspectos sociais, como orientações para interação social com pessoas com deficiência no contexto do turismo e para

atuação conjunta entre poder público e outros atores sociais em destinos de turismo acessível. Nessa perspectiva, há uma ampliação do debate em torno da acessibilidade no turismo, não se limitando às necessidades de adaptação do espaço.

Por sua vez, o programa Viaja Mais Melhor Idade buscou promover a inclusão de aposentados, pensionistas e pessoas com mais de 60 anos ao mercado doméstico de viagens. Instituído pelo Ministério do Turismo em 2007, os objetivos do programa buscavam conciliar o acesso da população idosa ao turismo e, ao mesmo tempo, estimular o mercado do turismo interno, reduzindo efeitos da sazonalidade. A principal estratégia consistiu em estruturar e fomentar descontos e vantagens (diárias extras, entradas e passeios gratuitos, milhas adicionais etc.) para idosos, aposentados e pensionistas. Em seu primeiro módulo (2007-2010), essas facilidades se limitaram aos serviços de operadoras e hotéis. Na segunda edição do programa (2013-2016), as vantagens foram estendidas a cruzeiros, locação de veículos, parques e atrações turísticas diversas. O principal instrumento do programa foi uma plataforma online, por meio da qual turistas que comprovassem o enquadramento no perfil do público poderiam consultar descontos e vantagens, oferecidos por empresas cadastradas no programa (Quadro 7).

Quadro 7: Edições do Programa Viaja Mais Melhor Idade

	1ª Edição (2007-2010)	2ª Edição (2013-2016)
Crédito	Consignado	cartão de crédito ou crediário
Benefício	até R\$ 3 mil, com menos de 1% de juros	de acordo com a renda do idoso
Juros	reduzidos, parcelamento em até 10 vezes	reduzidos, parcelamento em até 48 vezes
Pacotes	pacotes turísticos para grupos	pacotes ou serviços avulsos
Datas	pré definidas	quaisquer datas
Destinos receptores	40 destinos receptores	todos os municípios brasileiros
Polos emissores	28 destinos emissores	todos os municípios brasileiros
Compras	somente em agências e operadoras cadastradas no programa	em qualquer empresa cadastrada

Descontos	em hotéis credenciados	em toda rede cadastrada
Compra	Intermediada	direta pelo consumidor
Acompanhante	máximo de 1 acompanhante com as mesmas condições	pelo menos um acompanhante com as mesmas condições
Gestão	Terceirizada	via administração pública

Fonte: Programa Viaja Mais Melhor Idade – Cartilha (Brasil, 2010)

O Programa Viaja Mais Melhor Idade também criou condições de crédito especiais para idosos, aposentados e pensionistas, a partir de cartões de crédito ou crediários oferecidos por instituições financeiras federais, como a Caixa e o Banco do Brasil. O desenvolvimento de materiais e dicas para atender e formatar produtos turísticos para a população idosa também foram contempladas pelo programa. No ano de 2016, o Programa Viaja Mais Melhor Idade foi revogado por decisão do Ministro do Turismo em exercício. Em 2024, o Programa Voa Brasil foi lançado com uma proposta semelhante, já que visa estimular por meio de preços mais acessíveis a aquisição de passagens aéreas para pessoas inscritas no sistema previdenciário do país, como aposentados e pensionistas.

Considerada um marco regulatório para turismo no Brasil, a Lei Geral do Turismo (Lei n. 11.771/2008) contempla a acessibilidade a partir de duas perspectivas. Primeiramente, a lei destaca que um dos intuitos do Plano Nacional de Turismo (PNT) será promover a incorporação de segmentos especiais de demanda ao mercado de turismo interno, incluindo idosos e pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Em adição, passa a exigir dos prestadores de serviços turísticos a observância de normas e leis de acessibilidade, bem como clareza nas informações sobre a existência de espaços e equipamentos turísticos adaptados.

Nesse mesmo período, entidades privadas reunidas na feira Adventure Sports Fair passaram a debater e promover parcerias, destacando-se a articulação entre os empreendimentos Parque dos Sonhos e Campo dos Sonhos, a ONG Aventura Segura e o Ministério do Turismo, resultando no Projeto 'Aventureiros Especiais'. Tendo como destino piloto o município de Socorro-SP, o projeto contribuiu para adaptar atividades turísticas conforme as normas propostas no Programa Aventura Segura (PAS). Como exemplo, foram desenvolvidos equipamentos adaptados para práticas turísticas em áreas naturais, como cadeiras adaptadas para técnicas verticais, cadeiras para

botes de rafting, coletes salva vidas adaptados, cadeira para caminhadas em trilhas e veículos adaptados para transporte interno.

Em 2009, o projeto disponibilizou um conjunto de quatro Cartilhas intituladas 'Turismo Acessível', resultado da articulação entre o Ministério do Turismo e a Associação para Valorização da Pessoa com Deficiência (AVAPE). Conforme sintetizado no Quadro 8, o conteúdo desses volumes aprofundou a versão do primeiro Manual de Orientações (Brasil, 2006). No conjunto, as Cartilhas Turismo Acessível (Brasil, 2009) enfatizam processos da gestão pública, buscando orientar projetos para destinos de turismo acessível; bem como o planejamento e mapeamento de recursos turísticos para promoção da acessibilidade, além de componentes considerados fundamentais para esforços de qualificação de profissionais e prestadores de serviços turísticos, sendo um volume dedicado ao segmento de turismo de aventura, que se consolidou como um setor protagonista no debate acerca da acessibilidade.

Quadro 8: Conteúdo dos volumes das Cartilhas 'Turismo Acessível'

Cartilha Turismo Acessível – Uma viagem de Inclusão	<ul style="list-style-type: none"> • apresenta os conceitos e marcos legais em turismo e acessibilidade e orienta os gestores públicos e privados para os procedimentos necessários ao bom desenvolvimento do turismo acessível nos destinos.
Cartilha Turismo Acessível – Mapeamento e Planejamento da Acessibilidade em Destinos Turísticos	<ul style="list-style-type: none"> • apresenta definições dos diferentes tipos de deficiência, expondo a questão da inclusão no turismo, apontando como mapear a acessibilidade de um destino turístico e como elaborar um planejamento para o turismo acessível.
Cartilha Turismo Acessível – Bem atender no Turismo Acessível	<ul style="list-style-type: none"> • abordam a qualificação de pessoal para o bem atender no turismo.
Cartilha Turismo Acessível – Bem Atender no Turismo de Aventura Adaptada	<ul style="list-style-type: none"> • abordam a qualificação de pessoal para o bem atender, especificamente no segmento de turismo de Aventura Adaptada.

Fonte: Elaboração própria (2024)

A atualização das versões dos Planos Nacionais de Turismo (PNT) também indica avanços nos debates sobre a acessibilidade no turismo. Após a ausência do tema no PNT 2003-2007, o PNT 2007-2010 apresentou como um

dos objetivos a recuperação e adequação da infraestrutura e equipamentos turísticos para garantir a acessibilidade, ainda que essa abordagem não tenha se refletido em propostas práticas ou estratégias integradas. Como a consolidação do papel institucional do Ministério do Turismo e a experiência advinda de avaliações sobre resultados dos primeiros planos, as versões mais recentes dos PNT tendem a apresentar melhor articulação entre ações destinadas à promoção da acessibilidade com outros programas e estratégias desses planos, representando ganhos de qualidade no que tange à dimensão prática das propostas. O Quadro 9 sinaliza a forma como a acessibilidade foi debatida na evolução dos Planos Nacionais de Turismo no Brasil.

Quadro 9: Abordagens da acessibilidade nos PNT

PNT	Abordagens acerca da acessibilidade
2003-2007	<ul style="list-style-type: none"> • não se identifica uma abordagem diretamente relacionada à acessibilidade, representando um distanciamento das estratégias para o desenvolvimento do turismo no país e a promoção da acessibilidade.
2007-2010	<ul style="list-style-type: none"> • destaca a importância da acessibilidade no desenvolvimento do turismo no Brasil e suas abordagens ressaltam a necessidade de garantir condições adequadas para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida em todos os equipamentos turísticos; • a acessibilidade é inserida como integrante do Macro Programa de Fomento à Iniciativa Privada, sendo vista como uma premissa para qualquer tipo de apoio institucional à cadeia produtiva do turismo; • em que pese a importância atribuída à acessibilidade, o plano tende a se limitar a afirmar a importância do tema para o turismo.
2013-2016	<ul style="list-style-type: none"> • a ênfase recai sobre ações destinadas à realização de megaeventos no país, como a Copa do Mundo FIFA e os Jogos Olímpicos, que são vistos como uma oportunidade para o desenvolvimento socioeconômico e da melhoria da acessibilidade e da mobilidade urbana; • entre as medidas propostas, elencam-se melhorias na sinalização, acessibilidade e centros de atendimento aos turistas nas cidades-sede dos eventos, além da promoção da acessibilidade em equipamentos, atrativos e serviços turísticos; • outra ênfase do plano é a estruturação dos segmentos turísticos prioritários, que contemplam a população idosa e pessoas com deficiência e mobilidade reduzida; entre as ações são previstas a formulação de políticas públicas específicas,

	<p>promoção de estudos e pesquisas, fortalecimento dos arranjos institucionais relacionados e apoio à estruturação de produtos turísticos destinados a esses segmentos;</p> <ul style="list-style-type: none"> • nesse sentido, a preocupação com a acessibilidade se aproxima da atenção dada ao processo de preparação para os megaeventos e diversificação dos segmentos turísticos.
<p>2018-2022</p>	<ul style="list-style-type: none"> • enfatiza a importância da acessibilidade no turismo como um componente crucial para promover a igualdade de oportunidades, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável; e apresenta uma abordagem mais detalhada na proposição de ações para promoção da acessibilidade no turismo brasileiro. • o tema da acessibilidade é abordado com maior frequência em iniciativas que compõem a Linha de Ação 'Incentivo ao Turismo Responsável' e dentre as propostas no campo da acessibilidade, o plano busca promover ações específicas como: investimento em infraestrutura acessível, compromisso com a promoção de destinos turísticos acessíveis, inclusão de públicos prioritários (incluindo pessoas com deficiência e mobilidade reduzida e idosos) e estímulo à inovação e qualidade, promovendo destinos turísticos inteligentes que têm a acessibilidade como premissa.

Fonte: Elaborado a partir de Brasil (2003, 2007, 2013, 2016)

Nesse percurso, a criação do Programa Turismo Acessível representa a instituição da principal política de acessibilidade para o turismo no Brasil. Esse programa foi lançado no ano de 2012 e corresponde à política de acessibilidade empreendida pelo Ministério do Turismo e Embratur, tendo como principais parceiros institucionais a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE). O programa nasce dentro do contexto do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver Sem Limites, instituído pelo Decreto n. 7.612/2011. O principal objetivo é garantir a inclusão social e facilitar o acesso de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida às atividades turísticas, proporcionando o uso seguro e autônomo de serviços, edificações e equipamentos turísticos para qualquer pessoa. Com metas atualizadas a cada dois anos, a primeira versão do Programa Turismo Acessível propôs medidas para o período entre 2012 e 2014, contemplando a realização de estudos para dar suporte à estruturação de destinos e empreendimentos turísticos acessíveis; orientação de profissionais e gestores da cadeia produtiva; incentivo à ampliação de unidades habitacionais (UHs) acessíveis; implantação de um sistema de certificação de informações sobre acessibilidade; apoio à implantação e

adequação de infraestruturas turísticas e de apoio ao turismo acessível; incentivo ao acesso de pessoas com deficiência ao mercado de trabalho no turismo; promoção e posicionamento dos destinos turísticos acessíveis; e apoio à comercialização. Importante sinalizar que alguns desses esforços estiveram voltados às cidades sede da Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014 e localidades do entorno, permitindo inferir que a realização de megaeventos no país foi um fator impulsionador para estruturar uma agenda de acessibilidade no contexto do turismo brasileiro.

A versão mais recente do Programa Turismo Acessível (Brasil, 2021) considera positivo o avanço das normas e políticas de acessibilidade no Brasil, destacando as contribuições dos PNT para estruturação de medidas de acessibilidade nos destinos turísticos; bem como o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), que define o acesso igualitário à cultura, esporte, lazer e turismo como direitos assegurados legalmente. O programa também pondera e mapeia as principais estratégias desenvolvidas pelo governo federal no campo da acessibilidade no turismo:

- levantamento de informações sobre a acessibilidade da infraestrutura turística;
- inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho no turismo;
- cursos de qualificação/sensibilização para gestores públicos, privados e prestadores de serviços turísticos;
- apoio a ações de infraestrutura para melhorar a acessibilidade dos destinos;
- desenvolvimento de metodologias e tecnologias para viabilizar o turismo acessível;
- promoção de destinos turísticos acessíveis.

No campo informacional, o Programa Turismo Acessível apresentou desdobramentos relevantes. Em 2014, o lançamento do Guia Turismo Acessível disponibilizou o compartilhamento de informações sobre empreendimentos e atrativos turísticos em todo o país. Por meio de uma plataforma online e colaborativa, turistas podem avaliar e se informar sobre a oferta de acessibilidade, contribuindo para um mapeamento do turismo acessível no país. Além disso, o canal 'Disque 100' foi lançado como um serviço que recebe denúncias de violações de direitos humanos, incluindo aquelas relacionadas a pessoas com deficiência.

Embora o turismo acessível seja um segmento de mercado promissor, há poucos dados disponíveis sobre a dinâmica de consumo de turistas com deficiência e mobilidade reduzida no Brasil. Nessa perspectiva, o Programa Turismo Acessível (Brasil, 2021) definiu sete eixos prioritários para promover a acessibilidade no turismo brasileiro. O programa propõe que as ações que conformam cada eixo devem ser implementadas de forma conjunta e articulada entre Estado, sociedade civil e mercado turístico. O Quadro 10 relaciona os objetivos e metas de cada eixo de ação proposto pelo Programa Turismo Acessível:

Quadro 10: Objetivos e Metas dos Eixos do Programa Turismo Acessível

Eixos de ação e Objetivos	Metas
Estudos e Pesquisas: realizar estudos e pesquisas para apoiar os setores público, privado e terceiro setor na estruturação de destinos e produtos turísticos acessíveis.	Levantamento de informações sobre produtos e serviços turísticos acessíveis no mercado brasileiro; Estudo do perfil dos turistas com deficiência (demanda real e potencial); Realização de estudos de caso de boas práticas em acessibilidade. Apoio ao desenvolvimento e posicionamento de iniciativas e produtos de turismo acessível;
Informações Turísticas: disponibilizar informações sobre acessibilidade de empreendimentos e atrativos turísticos do Brasil.	Aprimoramento e atualização das informações sobre acessibilidade de empreendimentos e atrativos turísticos, com destaque para o Guia Turismo Acessível; Elaboração de um portfólio de rotas e experiências de turismo acessível.
Serviços turísticos: melhorar a qualidade dos serviços e empreendimentos turísticos em relação à acessibilidade	Capacitação de profissionais do turismo para atender pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; Sensibilização do setor turístico para adaptação e qualificação de seus empreendimentos; Implementação de uma ferramenta de compromisso voluntário para estabelecer padrões de acessibilidade; Disponibilização de linha de crédito para adaptações em empreendimentos turísticos.
Infraestrutura turística: apoiar a implantação e adequação da infraestrutura turística e de apoio nos destinos brasileiros.	Estruturação dos destinos turísticos com equipamentos públicos que atendam pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

<p>Comercialização: promover e apoiar a comercialização de destinos e produtos turísticos acessíveis, nacional e internacionalmente.</p>	<p>Apoio à comercialização em eventos nacionais e internacionais; Reconhecimento de boas práticas em turismo acessível; Inclusão do tema Turismo Acessível em ações promocionais no exterior.</p>
<p>Cultura e Patrimônio: ampliar a acessibilidade de bens culturais e programas culturais.</p>	<p>Promoção do acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida a patrimônios culturais; Disponibilização de informações sobre acessibilidade nos equipamentos culturais; Estímulo ao desenvolvimento de soluções em tecnologia assistiva.</p>
<p>Incentivo ao voluntariado: propor parcerias para mobilizar, divulgar e desenvolver atividades voluntárias voltadas à acessibilidade no turismo</p>	<p>Fomento de projetos de cooperação nacional e internacional para promoção do voluntariado acessível; Estímulo ao engajamento dos cidadãos em atividades voluntárias para acessibilidade no turismo.</p>

Fonte: Elaborado a partir de Brasil (2021)

Desde seu lançamento, em 2012, o Programa Turismo Acessível se consolidou como a principal política de acessibilidade no turismo brasileiro e influenciou o desdobramento de outras frentes de ação, destacando-se o desenvolvimento de cartilhas e estudos de demanda (Brasil, 2013, 2023). Embora manuais de orientação para o atendimento de turistas com deficiência sejam anteriores à estruturação do programa, as versões mais recentes apresentam formato, linguagem e conteúdo mais atentos à diversidade do público alvo. Lançada no contexto de realização dos Jogos Paralímpicos, na cidade do Rio de Janeiro em 2016, a Cartilha 'Dicas para atender bem turistas com deficiência' foi distribuída em órgãos oficiais e entidades do trade turístico, enquanto ferramenta de sensibilização e capacitação de prestadores de serviços turísticos. A distribuição foi acompanhada de palestras e ações de comunicação, cuja ênfase foi a importância da qualificação para o turismo acessível. Em 2023, duas novas versões dessa cartilha foram publicadas, sendo uma destinada ao atendimento de turistas com deficiência e outra a turistas idosos. Além de considerar as particularidades da população idosa, as cartilhas de atendimento mais atuais também incluíram conteúdos para sensibilizar o trade turístico acerca do capacitismo (Quadro 11).

Quadro 11: Conteúdo das Cartilhas ‘Dicas para atender bem

Atender bem: Turistas com Deficiência (2016)	Atender bem: Turistas com Deficiência (2023)	Atender bem: Turistas Idosos (2023)
Conceitos básicos: acessibilidade, desenho universal, pessoa com deficiência, pessoa com mobilidade reduzida, símbolos ou pictogramas, terminologias Exemplos de deficiência Dicas para atender bem	Conceitos básicos: acessibilidade, desenho universal, pessoa com deficiência, pessoa com mobilidade reduzida, símbolos ou pictogramas, terminologias e capacitismo Exemplos de deficiência Dicas para atender bem	Dados sobre a população idosa Terminologias Mitos Dicas para atender bem Cuidados ao montar pacotes turísticos para pessoas idosas Preparando o destino para o receber turistas idosos

Fonte: Elaboração própria (2024)

Produto da parceria entre o Ministério do Turismo e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o documento ‘Mapeamento de Atrativos, Empreendimentos, Produtos e Serviços’ (BRASIL, 2023) organiza propostas orientadoras para a promoção da acessibilidade em diferentes tipos de empreendimentos turísticos; bem como elenca empresas, atrativos e empreendimentos turísticos com medidas de acessibilidade nas diferentes regiões do país. A partir de oitavas com pessoas com deficiência e mobilidade reduzida e da análise da legislação internacional e nacional e de normas técnicas, objetiva produzir critérios que permitam caracterizar um produto ou serviços turísticos como acessível. São elencadas orientações gerais para promover o turismo acessível no turismo, bem como orientações específicas para um conjunto de serviços e produtos turísticos, como acampamentos; agências e operadoras; casas de espetáculos e centros de convenção; espaços de compras; empreendimentos de entretenimento e lazer; empreendimentos náuticos; estabelecimentos de alimentação; eventos e lazer; infraestruturas de apoio e organizadoras de eventos; locadoras de veículos e meios de transporte; museus e atrativos históricos; parques temáticos; parques zoológicos; praias; e prestadores de serviços turísticos. O Quadro 12 lista as orientações específicas do documento técnico.

Quadro 12: Orientações específicas para acessibilidade em empreendimentos turísticos

Tipo de deficiência	Orientações específicas de acessibilidade
Física e mobilidade reduzida	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso nivelado ou rampa de acesso • Área de descanso com sombra, piso firme, disponibilização de bancos e cadeiras com braços e encosto recuados • Assentos reservados • Assistentes para banho de mar • Braço de poltrona removível para possibilitar a transferência da cadeira de rodas para o assento • Cadeiras adaptadas para atividades aquáticas • Cadeiras e equipamentos adaptados para pessoas obesas • Cadeiras Julieti • Disponibilização de cadeira de rodas para uso interno • Equipamentos esportivos adaptados • Espaço de circulação • Esteiras de acesso à praia • Informações sobre o comprimento, tipo de superfície e largura da trilha • Localização próxima a salva vidas • Piso antiderrapante e regular • Portas de acesso largas • Rampas ou elevadores • Talheres e copos adaptados • Vestiários amplo, com área de circulação
Visual	<ul style="list-style-type: none"> • Área de descanso e disponibilização de bancos e cadeiras • Audioguia • Cardápio em braille • Cardápio online com possibilidade de utilizar leitor de tela • CoEspaço de circulação para pessoas com cão guia • Esteira de acesso à praia • Fichas em relevo • Piso regular e antiderrapante • Réplicas de sinalização tátil (piso tátil, braille, maquetes táteis etc.)
Auditiva	<ul style="list-style-type: none"> • Cardápio com imagens dos pratos • Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras)
Intelectual, mental e autismo	<ul style="list-style-type: none"> • Área reservada de atendimento em lugar silencioso • Áreas de descanso e disponibilização de bancos e cadeiras • Abafador de sons

Fonte: Elaborado a partir de Brasil (2023)

POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A acessibilidade tem se consolidado como um compromisso fundamental na busca por uma sociedade mais inclusiva e o turismo é um campo de oportunidades para a qualidade de vida e bem estar das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Na escala das políticas federais, os Planos Nacionais de Turismo têm dedicado um interesse crescente pelo tema da acessibilidade, refletindo uma maior demanda da população com deficiência e mobilidade reduzida por acesso autônomo e seguro às práticas turísticas (Vilela; Costa, 2020). Por outro lado, políticas de promoção da acessibilidade conduzidas nas escalas estaduais e municipais podem ser um importante indicativo de como as propostas existentes têm alcançado a população com deficiência nos mais diversos campos, incluindo o turismo.

No Estado do Rio de Janeiro, a Subsecretaria de Políticas Inclusivas foi estabelecida a partir do Decreto Estadual n. 48.954, de 15 de fevereiro de 2024, com o objetivo de promover e coordenar ações voltadas à inclusão e acessibilidade para pessoas com deficiência (Rio de Janeiro, 2024). Seu principal propósito é desenvolver e implementar políticas públicas que assegurem a acessibilidade universal, facilitando a participação plena de todos os cidadãos nas diversas esferas da vida urbana. A subsecretaria busca garantir que os espaços públicos e privados sejam adaptados às necessidades de pessoas com deficiência, promovendo melhorias em transportes, edificações públicas e eventos culturais (Diário PCD, 2024).

Entre as ações específicas destacadas pela Subsecretaria estão a implementação de melhorias na infraestrutura de transportes públicos, como ônibus e metrô adaptados; e a realização de reformas em prédios públicos para assegurar o cumprimento das normas de acessibilidade, que influenciam tanto deslocamentos e usos cotidianos dos moradores como de visitantes com deficiência. Além disso, o órgão promove a acessibilidade em eventos culturais e públicos, incluindo a presença de intérpretes de Libras e a adaptação de materiais informativos. Projetos em parceria com ONGs e grupos de defesa dos direitos das pessoas com deficiência também são desenvolvidos para fortalecer a inclusão no Estado. Apesar desses avanços, a Subsecretaria enfrenta desafios significativos que afetam a eficácia das políticas implementadas (Santos; Almeida, 2022).

Embora o plano nacional proponha soluções para superar os desafios de alocação de recursos e monitoramento, a eficácia dessas soluções está intrinsecamente ligada à estabilidade administrativa e ao comprometimento contínuo das gestões. A exemplo do que ocorre com as políticas do governo federal, políticas estaduais de acessibilidade também enfrentam desafios que passam pela necessidade de colaboração eficaz entre diferentes níveis de governo e setores da sociedade (Vilela; Costa, 2020).

1. A acessibilidade no planejamento urbanos de cidades do Rio de Janeiro

Ao tratar de acessibilidade, antes de tudo, estamos tratando sobre como as cidades são concebidas para serem mais ou menos inclusivas. Nesse contexto, o Plano Diretor Municipal é um documento que aponta os pilares do ordenamento territorial. Trata-se de um documento obrigatório para cidades com número de habitantes superior a 20 mil (Brasil, 2001), sendo um instrumento importante para orientar o desenvolvimento urbano de forma sustentável e inclusiva (Decarli; Ferrareze Filho, 2008; Bernardy; Moraes, 2010).

No Quadro 13, são apresentados alguns dados sobre as legislações relacionadas à acessibilidade de pessoas com deficiência na amostra de alguns municípios do Estado do Rio de Janeiro, contemplados pelo Projeto Turismo Acessível para Todos no Estado do Rio de Janeiro. Observa-se a predominância de Planos Diretores antigos, elaborados há mais de uma década. Por outro lado, os CMDPD foram criados há poucos anos. Em conjunto a esses dois instrumentos, um quadro normativo complementar, formado por leis e decretos municipais, apresenta medidas particulares dos municípios, no intuito de promover e garantir a acessibilidade nos espaços urbanos.

Quadro 13: Plano Diretor, CMDPD e normas sobre acessibilidade em municípios do Rio de Janeiro

Município	Plano Diretor/ Data	CMDPD/ Data	Leis, decretos, congêneres
Angra dos Reis	Sim/2006	Sim/2014	Lei Municipal nº 1521/2022 (Angra, Cidade Inclusiva)
Maricá	Sim/2006	Sim/2014	Decreto Nº 1.434/2024 (Política de Mobilidade)
Magé	Sim/2016	Não	Não identificado
Miguel Pereira	Sim/2006	Não	Lei Complementar nº 7/1992 (Código de Obras e Edificações)
Paraty	Sim/2007	Sim/2013	Lei Complementar nº 020/04/2003 (Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico)
Vassouras	Sim/2007	Não	Não identificado
Quatis	Sim/2015	Sim/2011	Lei n. 1.248/2023 (Direito de Atendimento Preferencial da Pessoa com Deficiência)
Teresópolis	Sim/2006	Sim/1994	Lei Complementar Municipal n. 271/2020 (Construção e Conservação de Passeios, Muros e Mobiliário no Município de Teresópolis Dentro dos Padrões de Acessibilidade)
Saquarema	Sim/2021	Sim/2014	Lei n. 1544/2016 (Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida)

Fonte: Elaboração própria (2024)

Ao refletirmos sobre como o Plano Diretor pode colaborar para a acessibilidade, primeiramente cabe destacar que este documento pode incluir diretrizes específicas para garantir o acesso aos espaços públicos e privados de uso coletivo, tornando estes acessíveis para pessoas com diferentes limitações (Bernardy; Moraes, 2010). Além disso, o Plano Diretor deve estabelecer normas e padrões, assim como mecanismos de fiscalização e penalidades em casos de não cumprimento, podendo prever incentivos para aqueles que adotam práticas inclusivas. Ressalta-se que esse

documento deve ser participativo, garantindo o envolvimento de pessoas com deficiência e associações representativas na sua elaboração (Decarli; Ferrareze Filho, 2008).

O levantamento e análise de Planos Diretores de municípios do Estado do Rio de Janeiro (Quadro 13) revela, como já observado no estudo de Cavalcante et al. (2020), que o papel da acessibilidade e da mobilidade nesses planos é destacado de modo pontual e, geralmente, versando sobre acessibilidade em transportes. Ou então, assim como também identificado no estudo de Bernardy e Moraes (2010), às medidas previstas em Planos Diretores tendem a não se concretizar como planejadas ou são executadas apenas de forma parcial. Cabe destacar que a produção do espaço urbano é caracterizada por uma disputa entre diferentes interesses, onde o capital imobiliário e os governantes podem ignorar demandas de movimentos populares (Peres; Abreu; Calheiros, 2023).

Outro instrumento mais recente e importante para garantir a acessibilidade nas cidades são os Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMDPD), um órgão colegiado, de natureza consultiva e deliberativa; e que atua em nível municipal para promover, garantir e fiscalizar os direitos das pessoas com deficiência. Este conselho tem o papel de garantir a acessibilidade, através da elaboração/implementação de políticas, fiscalização e controle social, educação e sensibilização, além de articular parcerias, por exemplo, para a realização de projetos e ações conjuntas que possam promover a acessibilidade e a inclusão (Brasil, 2018). De modo geral, os instrumentos legais que instituíram os CMDPD apresentam a definição de tipos de deficiência, composição dos membros, as atribuições destes e o mandato. Faltam nestes documentos, apontamentos sobre como os trabalhos serão avaliados e monitorados, planos de ação com metas, prazos e recursos necessários, assim como, a publicização das ações da comissão. Mesmo em conselhos que adotam a prática de publicação de relatórios periódicos de ações, identifica-se a descontinuidade na publicização dessas informações.

Já os Planos Diretores Municipais tendem a abordar a acessibilidade de maneira ampla e genérica, destacando a relevância de se garantir a circulação segura de pedestres. Observa-se, assim, uma aproximação semântica entre os termos 'acesso' e 'acessibilidade' nesses documentos, que pouco contribui para elencar e definir prioridade no campo do uso seguro e autônomo das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida nas cidades.

Dentre as leis municipais elaboradas para a promoção da acessibilidade em cidades do Rio de Janeiro, destaca-se a Lei Municipal n. 1.521/2022, do município de Angra dos Reis, que institui o Projeto 'Angra, Cidade Inclusiva' (Angra dos Reis, 2022). Esse projeto apresenta uma série de ações em prol da inclusão de pessoas com alguma deficiência, contemplando serviços e roteiros inclusivos que podem contribuir para a promoção do turismo acessível no destino. De modo similar, a Prefeitura Municipal de Maricá instituiu o Programa 'Maricá Acessível', que apresenta um conjunto de ações e intervenções urbanísticas em busca de promover a acessibilidade urbana (Maricá, 2022).

2. Políticas de Turismo Acessível no Estado do Rio de Janeiro: a acessibilidade no Plano Estratégico RJ+10

O Plano Estratégico do Turismo RJ +10 destaca a importância da inovação e da inteligência competitiva para o turismo no Estado do Rio de Janeiro, reconhecendo a crescente demanda por destinos inteligentes por parte de turistas cada vez mais exigentes e interativos. Para se destacar nesse cenário, o plano considera ser fundamental que o Estado se apresente como um espaço turístico inovador e acessível, promovendo a interação e integração dos visitantes com o destino e suas experiências antes, durante e depois da viagem (Rio de Janeiro, 2022).

No contexto da acessibilidade no turismo, o plano propõe uma infraestrutura básica e turística integrada, sustentável e de qualidade, baseada na plena acessibilidade de todos os cidadãos. Destaca a importância de promover a adequação da acessibilidade em vias, equipamentos e atrativos turísticos, visando à inclusão social de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. O Plano é organizado em oito macro programas, que se estruturam em programas, os quais, por sua vez, desdobram-se em projetos específicos. Os macro programas são:

- Governança Colaborativa;
- Gestão do Conhecimento;
- Desenvolvimento Territorial;
- Promoção e Marketing;
- Mercado de Trabalho e Turismo;
- Infraestrutura;
- Regulamentação e Normatização da Atividade Turística;
- Fomento e Captação de recursos.

Nesse Plano, a acessibilidade é abordada diretamente no Macro Programa Infraestrutura, contando com um programa específico: o Programa Acessibilidade no Turismo. Esse programa é dedicado à adequação da acessibilidade em vias, equipamentos e atrativos turísticos, promovendo a inclusão social de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida e tendo como premissa os princípios do design universal. O Programa Acessibilidade no Turismo se desdobra, ainda, em um projeto temático: Projeto 6.3.1 - Plano de Acessibilidade para Equipamentos e Atrativos Turísticos do Estado. Este projeto visa analisar como a acessibilidade é abordada no plano, buscando desenvolver estratégias para garantir que todos os cidadãos, independentemente de suas capacidades físicas, possam desfrutar plenamente das experiências turísticas oferecidas pelo estado (Rio de Janeiro, 2022).

Nesse sentido, a acessibilidade é abordada no Plano Estratégico do Turismo RJ+10 a partir de uma perspectiva de promoção de destinos turísticos inteligentes, que têm a inovação e inclusão como premissas para o desenvolvimento. Em termos estratégicos, a acessibilidade é apontada como fundamental para alavancar a competitividade do turismo no Estado do Rio de Janeiro.

Para atender a essa demanda crescente e garantir uma experiência positiva para todos os visitantes, o plano propõe a implementação de medidas concretas para promover a acessibilidade. Isso inclui o uso de tecnologias inovadoras para tornar os destinos mais acessíveis, melhorando assim a percepção positiva da imagem do destino. É reconhecido que a acessibilidade no turismo é essencial não apenas para garantir a igualdade de oportunidades, mas também para promover o desenvolvimento sustentável do setor. O plano propõe ainda a promoção de infraestrutura básica e turística integrada, sustentável e de qualidade, que permita a plena acessibilidade de todos os cidadãos (Rio de Janeiro, 2022). Em resumo, a implementação de medidas de acessibilidade no turismo é reconhecida como uma prioridade no plano, com o objetivo de garantir que o estado do Rio de Janeiro se destaque como um destino turístico inovador, acessível e competitivo, que ofereça experiências de alta qualidade para todos os seus visitantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou a acessibilidade no turismo dentro do contexto das políticas públicas no Brasil, destacando os avanços e desafios presentes na promoção de um turismo inclusivo. Nossas análises indicam que, apesar de avançarmos bastante, ainda são necessárias articulações para implementar essas normas em todas as partes do país (governo, estado e município). A falta de infraestrutura adequada, que é em grande parte decorrente do processo de organização do espaço urbano; e a falta de capacitação dos especialistas do setor são obstáculos persistentes que impedem a inclusão plena de indivíduos com deficiência e mobilidade reduzida nas atividades turísticas.

As políticas públicas são um instrumento indispensável para a mudança de um cenário e o enfrentamento de um problema que é público. Sendo assim, é indispensável que os gestores públicos, mas não somente, invistam esforços para superar essas limitações, assegurando que as políticas existentes sejam aplicadas de forma concreta e eficaz.

Observamos também que a análise das políticas públicas revelou uma evolução no conjunto normativo do Brasil, que agora incorpora mais amplamente os princípios de design universal e acessibilidade universal. Todavia, a aplicação desigual das normas entre diferentes esferas políticas demonstra a necessidade de uma abordagem mais integrada e coordenada ao nível nacional. As diferenças regionais na adaptação de infraestruturas e na oferta de serviços turísticos acessíveis indicam que, para atingir um turismo inclusivo, é indispensável o fortalecimento da cooperação entre os governos federal, estaduais e municipais, bem como com o setor privado e organizações da sociedade civil.

O estudo também apontou a relevância de políticas de turismo acessível como uma forma de inclusão social e melhoria da qualidade de vida para pessoas com deficiência, pois não estamos apenas tratando do direito de participar do turismo, mas muito mais do que isso, estamos tratando do acesso ao lazer, cultura e ao direito à cidade. As experiências turísticas têm o potencial de promover desenvolvimento pessoal e integração social, contribuindo para a equidade e dignidade dessas pessoas. No entanto, a falta de informações acessíveis, a falta de uma comunicação de qualidade e uma compreensão clara das necessidades de públicos com determinadas

limitações por parte dos prestadores de serviços turísticos ainda são desafios significativos. É crucial que políticas públicas não apenas incentivem a adaptação de espaços físicos, mas também promovam uma mudança cultural e atitudinal que reconheça e valorize a diversidade humana.

A promoção de uma acessibilidade efetiva e duradoura requer um esforço coordenado e uma abordagem integrada que alinhe recursos, fiscalização e continuidade das políticas. Apenas por meio dessa colaboração e comprometimento conjuntos será possível garantir que as iniciativas de acessibilidade alcancem seus objetivos e contribuam para uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

Por fim, as políticas públicas voltadas para a acessibilidade no turismo devem ser constantemente revisadas e atualizadas para refletir as necessidades que estão surgindo e as melhores práticas. A implementação de uma política pública eficiente requer um contínuo trabalho de pesquisa e acompanhamento, assegurando que as normas e diretrizes sejam não apenas estabelecidas, mas efetivamente implementadas e que seus efeitos sejam avaliados de forma crítica. Com uma abordagem inclusiva e proativa, o Brasil pode se posicionar como um destino turístico globalmente acessível, promovendo um turismo que seja para todos.

REFERÊNCIAS

ANGRADOSREIS. Câmara Municipal. Lei n. 3305, de 6 de outubro de 2014. Institui a Lei Criação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD. Angra dos Reis, RJ, 2014. Disponível em: <https://www.angra.rj.gov.br/sas-cmdpd.asp?IndexSigla=SDSP&vNomeLink=Conselho%20Municipal%20dos%20Direitos%20da%20Pessoa%20com%20Defici%EAncia%20-%20CMDPD>. Acesso em: 29 jul. 2024.

ANGRA DOS REIS. Prefeitura Municipal. Lei n. 1754, de 21 de Dezembro de 2006. Institui Plano Diretor Municipal de Angra Dos Reis. Angra dos Reis, RJ, 2006. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-angra-dos-reis-rj>. Acesso em: 29 jul. 2024.

ANGRA DOS REIS. Prefeitura Municipal Lei n. 1521, de 27 de junho de 2022. Institui o projeto “Angra, Cidade Inclusiva”. Angra dos Reis, RJ, 2022. Disponível em: https://www.angra.rj.gov.br/downloads/bo/BO-1521_De_28-06-2022.pdf. Acesso em: 29 jul. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA (ABETA); BRASIL. Ministério do Turismo. Manual de Boas Práticas de Acessibilidade em Ecoturismo e Turismo de Aventura. Belo Horizonte: Ed. ABETA, 2010.

BERNARDY, R. J.; MORAES, J. M. O Plano Diretor como instrumento de universalização da acessibilidade urbana. Unoesc & Ciência-ACHS, v. 1, n. 1, p. 49-56, 2010.

BRASIL. Documento Orientador para a Criação, Funcionamento e Reestruturação de Conselhos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - (CONADE). Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018.

BRASIL. Lei 10.267, de 28 de agosto de 2001. Estatuto da Cidade. Altera dispositivos das leis n. 4.947, de 6 de abril de 1966 e dá outras providências. Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 07 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de

Inclusão da Pessoa com Deficiência. Estatuto da Pessoa com Deficiência – Brasília-DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015.

BRASIL. Ministério do Turismo. Cartilha Viaja Mais Melhor Idade. Brasília: Ministério do Turismo, 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo. Dicas para atender bem o turista com deficiência [Cartilha]. s/i. 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. Dicas para atender bem o turista com deficiência [Cartilha]. s/i. 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. Dicas para atender bem o turista idoso [Cartilha]. s/i. 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. Estudo de perfil de turistas. Pessoas com deficiência. Brasília: Programa Turismo Acessível, 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo. Plano Nacional de Turismo 2007-2010: uma viagem de inclusão. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. Plano Nacional de Turismo 2016-2022: mais emprego e renda para o Brasil. Brasília: Ministério do Turismo, 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. Plano Nacional de Turismo: diretrizes, metas e programas 2003-2007. Brasília: Ministério do Turismo, 2003.

BRASIL. Ministério do Turismo. Plano Nacional de Turismo: o turismo fazendo muito mais pelo Brasil 2013-2016. Brasília: Ministério do Turismo, 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo. Programa Turismo Acessível. Brasília: Ministério do Turismo, 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. Turismo Acessível: Estudo do perfil de turistas. Pessoas com deficiência. Documento técnico. Brasília-DF: Ministério do Turismo, 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo. Turismo Acessível: introdução a uma viagem de inclusão. Vol. 1. Brasília: Ministério do Turismo, 2009.

BRASIL. Ministério do Turismo. Turismo e acessibilidade: manual de orientações. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

CARVALHO, S.M.S. Acessibilidade do turismo no Parque Nacional da Serra da Capivara-PI. Turismo em Análise, São Paulo, v.23, n.2, p. 437-463, ago. 2012.

CAVALCANTE, C. B. et al. Análise dos planos diretores de Fortaleza sob o paradigma do planejamento da acessibilidade e mobilidade da Urbe Sustentável. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 12, p. e20190271, 2020.

DE LA FUENTE-ROBLES, Y. M.; MUÑOZ-DE-DIOS, M. D.; MUDARRA-FERNÁNDEZ, A. B.; RICOY-CANO, A. J. Understanding stakeholder attitudes, needs and trends in accessible tourism: a systematic review of qualitative studies. Sustainability 2020, 12, 10507

DECARLI, N; FERRAREZE FILHO, P. Plano Diretor no Estatuto da Cidade: uma forma de participação social no âmbito da gestão dos interesses públicos. Senatus: Cadernos da Secretaria de Informação e Documentação do Senado, v. 6, n. 1, p. 35-43, 2008.

DIÁRIO PCD. Rio de Janeiro tem Subsecretaria de Políticas Inclusivas. Disponível em: <https://diariopcd.com.br/2024/02/24/rio-de-janeiro-tem-subsecretaria-de-politicas-inclusivas/>. Acesso em: 15 jul. 2024

DUARTE, D.C.; BORDA, G.Z.; MOURA, D.G.; SPEZIA, D.S. Turismo acessível no Brasil: um estudo exploratório sobre as políticas públicas e o processo de inclusão de pessoas com deficiência. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, São Paulo, v.9, n.3, pp. 537-553, set./dez. 2015.

DUARTE, D.C.; LEMOS, G.S. Turismo acessível: estudo da legislação brasileira e internacional sobre direitos das pessoas com deficiência. Inc. Soc., Brasília-DF, v.10.n.2, p.119-131, jan./jun. 2017.

FERST, M.C.; COUTINHO, H.R.M.; CHAVES, P.C.PR. Destino turístico e acessibilidade como diferencial de competitividade. Brazilian Journal of Development, Curitiba-PR, v.6, n.10, p.83989-84007, out. 2020.

HENRÍQUEZ, C. S.; CANO, A. J. R.; GALÁN, J. H.; ROBLES, Y. M. de la F. The past, present and future of accessible tourism research: a bibliometric analysis

using Scopus Database. Journal of Aecessibility and Design for All, v. 7, n. 2, JACCES, p. 26-60, 2022.

MAGÉ. Prefeitura Municipal. Lei Complementar n. 6, de 15 de Dezembro de 2016. Institui Plano Diretor Municipal de Magé. Magé, RJ, 2016. Disponível em: <https://leis.mage.rj.gov.br/APL/Legislativos/ContLei.nsf/>

MARICÁ. Prefeitura Municipal. Lei Complementar n. 239, de 28 de abril de 2014. Institui a LeiCriação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD. Maricá, RJ, 2014.

Disponível em https://www.marica.rj.gov.br/wp-content/uploads/2022/08/lei_complementar_239_2014___conselho_dos_deficientes.pdf. Acesso em: 29 jul. 2024.

MARICÁ. Prefeitura Municipal. Programa Maricá Acessível. Maricá, RJ, 2022. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/marica-acessivel>. Acesso em: 29 jul. 2024.

MARICÁ. Prefeitura Municipal. Decreto n. 1434, de 10 de Maio de 2024. Institui a Política de Mobilidade para o Município de Maricá; Aprova o Plano de Mobilidade Urbana do Município e dá Outras Providencias. 2024.

MARICÁ. Prefeitura Municipal. Lei Complementar n. 145, de 10 de Outubro de 2006. Institui Plano Diretor Municipal de Angra Dos Reis. Angra dos Reis, RJ, 2006. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/plano-diretor/>. Acesso em: 29 jul. 2024.

MIGUEL PEREIRA. Prefeitura Municipal. Lei Complementar n. 7, de 19 de março de 1992. Dispõe sobre o Código de Obras e Edificações do Município de Miguel Pereira.

Miguel Pereira, RJ, 1992. Disponível em: <https://sapl.miguelpereira.rj.leg.br/ta/493/text?>. Acesso em: 29 jul. 2024. MIGUEL PEREIRA. Prefeitura Municipal. Lei n. 133 de 21 de Setembro de 2006. Institui Plano Diretor Municipal de Miguel Pereira.

Miguel Pereira, RJ, 2006. Disponível em: <https://www.comiteguandu.org.br/conteudo/Planos/Plano%20Diretor%20-%20Miguel%20Pereira.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2024.

MORANO, R. P.; SANTIAGO, Z. M. P. Reflexões acerca das políticas de públicas de acessibilidade: uma análise histórica. Anais XVII ENANPUR, 2019.

NASCIMENTO, E.D. Análise da produção teórica brasileira sobre turismo e acessibilidade 1987 a 2016. 2018. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo. São Paulo. 2018.

OLIVEIRA, D.S.; COSTA, L.A. Avanços na regulamentação da política de esportes e lazer para pessoas com deficiência. Licere, Belo Horizonte, v.24, n.1, p.22-50, mar.2021

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA zo Acessível: Mapeamento do perfil do turista com deficiência. Brasília: Ministério do Turismo, 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). BRASIL. Ministério do Turismo. Turismo Acessível: mapeamento de atrativos, empreendimentos, produtos e serviços. Brasília: Ministério do Turismo, 2023.

PARATY. Prefeitura Municipal. Lei n. 1931 de 30 de dezembro de 2013. Dispõe sobre a Criação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e institui a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Paraty, RJ, 2013. Disponível em: https://paraty.rj.leg.br/camaraparaty/painel/Leis/2013/_1931_2013.pdf. Acesso em: 29 jul. 2024.

PARATY. Prefeitura Municipal. Lei Complementar n. 020/04 de 12 de Janeiro de 2003. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico do Município de Paraty. Paraty, RJ, 2004. Disponível em: http://www.paraty.rj.leg.br/camaraparaty/painel/Leis/2004/Lei_Complementar_20_2004.pdf. Acesso em: 29 jul. 2024.

PARATY. Prefeitura Municipal. Lei Complementar n. 34 de 9 de janeiro de 2007. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do município de Paraty. Paraty, RJ, 2007. Disponível em: <https://www.paraty.rj.gov.br/plano-diretor-do-municipio>. Acesso em: 29 jul. 2024.

PERES, L. F. B; ABREU, M. S; CALHEIROS, F. V. Cidade à venda: inflexão ultraliberal na produção do espaço em Florianópolis. Cadernos MetrÓpole, v. 25, n. 58, p. 1143-1169, 2023.

QUATIS. Prefeitura Municipal. Lei n. 737 de 29 de Abril de 2011. Dispõe sobre a Criação, Estrutura, Composição e Funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e dá Outras Providências. Quatis, RJ, 2011. Disponível em: <https://www.quatis.rj.leg.br/leis/legislacao-municipal/leis-2011-1/lei-no737-dispoe-sobre-a-criacao-estrutura-composicao-e-funcionamento-do-conselho-municipal-dos-direitos-da-pessoa-com-deficiencia-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 29 jul. 2024

QUATIS. Prefeitura Municipal. Lei n. 1248, de 14 de Abril de 2023. Dispõe Sobre o Direito de Atendimento Preferencial da Pessoa com Deficiência no Âmbito Municipal de Quatis e dá Outras Providências. Quatis, RJ, 2023. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/q/quatis/lei-ordinaria/2023/125/1248/lei-ordinaria-n-1248-2023-dispoe-sobre-o-direito-de>. Acesso em: 29 jul. 2024.

QUATIS. Prefeitura Municipal. Lei n. 881, de 04 de Maio de 2015. Promove a Revisão do Plano Diretor Participativo, Estratégico e Sustentável Do Município de Quatis. Quatis, RJ, 2015. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-quatis-rj>. Acesso em: 29 jul. 2024.

RIO DE JANEIRO. Estado. Plano de Ação para a Inclusão e Acessibilidade. Rio de Janeiro: Subsecretaria de Políticas Inclusivas, 2024.

RIO DE JANEIRO. Estado. Plano Estratégico do Turismo RJ+10 anos. Rio de Janeiro: SETUR, 2022.

RODRIGUES, I. M.; VALDUGA, V. Turismo acessível para pessoas com deficiência: a produção científica dos periódicos de turismo no Brasil. Revista Turismo em Análise, v. 32, n. 1, p. 59-78, jan./abr., 2021.

SANTOS, L. P.; ALMEIDA, M. J. Políticas Públicas de Inclusão: estudo de caso da Subsecretaria de Políticas Inclusivas no Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 14, n. 2, p. 120- 135, 2022.

SAQUAREMA. Prefeitura Municipal. Lei n. 1544 de 27 de dezembro de 2016. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Saquarema, RJ, 2016. Disponível em: <https://transparencia.saquarema.rj.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/LO-1544-2016.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2024.

SAQUAREMA. Prefeitura Municipal. Lei n. 1334 de 16 de Abril de 2014. Cria o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD - do município de Saquarema. Saquarema, RJ, 2014. Disponível em: <https://transparencia.saquarema.rj.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/LO-1335-2014.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2024.

SAQUAREMA. Prefeitura Municipal. Lei Complementar n. 71 de 8 de Dezembro de 2021. Plano Diretor Municipal de Desenvolvimento Sustentável Município de Saquarema. Saquarema, RJ, 2021. Disponível em: <https://planodiretor.saquarema.rj.gov.br/>. Acesso em: 29 jul. 2024.

SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (Org.). Políticas Públicas. Brasília: ENAPE, 2006.

SASSAKI, R. Inclusão no lazer e turismo: em busca da qualidade de vida. São Paulo: Áurea, 2003.

SISTO, R.; CAPPELLETTI, G. M.; BIANCHI, P.; SICA, E. Sustainable and accessible tourism in natural areas: a participatory approach. *Curren Issues in Tourism*, 2021.

SOUZA, J.; MANGAS, C. Acessibilidade no turismo e hotelaria: desafios contemporâneos. Valência: Editorial Universidade Politécnica de Valência, 2020.

TERESÓPOLIS. Prefeitura Municipal. Lei n. 1561 de 18 de Julho de 1994. Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COMPPD. Teresópolis, RJ, 1994. Disponível em: <https://camarateresopolis.com.br/biblioteca/leis-municipais/leis-municipais-por-assunto/51-associacao-e-conselhos/conselhos-municipais/802-lei-municipal-n-1561-de-18071994-institui-o-conselho-dos-direitos-da-pessoa-portado.html>. Acesso em: 29 jul. 2024.

TERESÓPOLIS. Prefeitura Municipal. Lei Complementar Municipal n. 271, de 2 de Janeiro de 2020. Dispõe Sobre a Construção e Conservação de Passeios, Muros e Mobiliário no Município de Teresópolis Dentro dos Padrões de Acessibilidade e dá Outras Providências. Teresópolis, RJ, 2020. Disponível em: <https://camarateresopolis.com.br/biblioteca/leis-municipais/leis-municipais-por-assunto/51-associacao-e-conselhos/conselhos-municipais/802-lei-municipal-n-1561-de-18071994-institui-o-conselho-dos-direitos-da-pessoa-portado.html>. Acesso em: 29 jul. 2024.

TERESÓPOLIS. Prefeitura Municipal. Lei Complementar n. 79, de 20 de Outubro de 2006. Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Teresópolis. Teresópolis, RJ, 2006. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-teresopolis-rj>. Acesso em: 29 jul. 2024.

VASSOURAS. Prefeitura Municipal. Lei n. 2270 de 20 de março de 2007. Institui o Plano Diretor Participativo da cidade de Vassouras. Vassouras, RJ, 2007. Disponível em: https://sapl.vassouras.rj.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/131_texto_integral. Acesso em: 29 jul. 2024.

VILELA, G. J. P; COSTA, H. A. Políticas públicas de turismo: uma análise dos planos nacionais de turismo do Brasil (2003-2022). Revista Turismo em Análise, São Paulo, v.31, n.1, p. 115-132, 2020.



CAPÍTULO 2

TECNOLOGIA ASSISTIVA E TURISMO ACESSÍVEL: UMA REVISÃO DE LITERATURA



Janicy Aparecida
Pereira Rocha
Lucas Rodrigues de Barros
Ian Carvalho de Andrade

INTRODUÇÃO

O turismo está em constante expansão e é considerado uma das maiores indústrias do mundo. No primeiro trimestre de 2024, o crescimento do turismo internacional indicou recuperação quase completa dos números de 2019, período pré-pandêmico. No referido trimestre, aproximadamente 285 milhões de turistas viajaram internacionalmente e o Produto Interno Bruto (PIB) do setor alcançou um valor estimado de 3,3 trilhões de dólares, o equivalente a 3% do PIB global (Organização [...], 2024). Já no Brasil, conforme dados do World Travel & Tourism Council (WTTC), em 2023 o turismo representou 7,7% da economia, contribuindo com 165,4 bilhões de dólares para o PIB nacional. As projeções indicam que, em 2024, a contribuição aumentará para 169,3 bilhões de dólares; e até 2034 o setor contribuirá com 194,6 bilhões de dólares para o PIB do país (World [...], 2024).

Embora estes dados não apresentem indicadores específicos sobre turistas com deficiências e/ou mobilidade reduzida, infere-se que os números apresentados contemplam estes perfis. Um mapeamento do perfil do turista com deficiência, divulgado em 2023 pelo Ministério do Turismo brasileiro em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), aponta que 94,4% dos participantes viajam a turismo e que, destes, apenas 4,7% nunca viajam acompanhados (Brasil; UNESCO, 2023). Por um lado, esses dados indicam a múltipla contribuição dos turistas com deficiências e/ou mobilidade reduzida para a movimentação econômica do setor. Por outro lado, refletem as diversas barreiras de acessibilidade presentes nesses locais que limitam a autonomia e a independência dessas pessoas, demandando que estejam sempre acompanhadas.

Diferentes pesquisas (McKercher; Darcy, 2018; Ozturk; Yayli; Yesiltas, 2008; Rochman; Syaodih; Aji, 2022) destacam os desafios enfrentados por mais de um bilhão de pessoas que vivem com alguma deficiência em todo o mundo, mais de 45 milhões delas no Brasil. Tais desafios derivam-se de diferentes tipos de barreiras impostas pelo meio às pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida. No Brasil, turistas com deficiências e/ou com mobilidade reduzida relatam que priorizam locais acessíveis em suas escolhas, no entanto, o Turismo Acessível ainda é uma realidade distante, com barreiras presentes desde o planejamento até a conclusão das viagens ou visitas aos atrativos turísticos, inclusive com discriminações em virtude da deficiência (Brasil; UNESCO, 2023).

Por discriminação em razão da deficiência entende-se quaisquer formas de ação ou omissão que dificultem ou impeçam o exercício dos direitos das pessoas com deficiências e/ou mobilidade reduzida, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de disponibilização de Tecnologia Assistiva (Brasil, 2015). O arcabouço legal brasileiro proíbe qualquer forma de discriminação às pessoas com deficiências e/ou mobilidade reduzida e instiga a construção de ambientes, serviços e práticas capazes de inclui-las. Ainda, estabelece a acessibilidade tanto como um direito em si, quanto como um direito instrumental ao exercício dos demais, entre eles o direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer (Brasil, 2015).

Nesse contexto, o Turismo Acessível emerge como uma forma de turismo no qual pessoas com particularidades de acesso – físicas, intelectuais ou sensoriais – desfrutam com equidade e independência de ambientes, produtos e serviços turísticos concebidos universalmente mediante colaboração entre as partes interessadas (Buhalis; Darcy, 2011). Apesar disso, há experiências turísticas nas quais pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida necessitam de apoios adicionais, mediante o uso de Tecnologia Assistiva.

A Tecnologia Assistiva desempenha um papel crucial na melhoria das experiências turísticas para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, inclusive contribuindo para a redução de barreiras de acesso (Zablocki et al., 2022). Portanto, Tecnologia Assistiva e Turismo Acessível possuem interfaces amplas, capazes de transformar as experiências turísticas. Porém, a literatura sobre tais interfaces é recente e incipiente, fato evidenciado por análise exploratória conduzida e relatada em texto concomitante (Andrade, Costa, Barros, Rocha, 2024), do qual se deriva a questão de pesquisa aqui abordada: na literatura brasileira, como são estabelecidas as relações entre Tecnologia Assistiva e Turismo Acessível, considerando a participação de pessoas com deficiência, os tipos de deficiência e de barreiras de acessibilidade? Para respondê-la, objetiva-se elaborar um panorama da produção científica nacional sobre Tecnologia Assistiva e Turismo Acessível, evidenciado uma agenda de pesquisa.

O capítulo estrutura-se em quatro seções, além desta introdução. A segunda seção é composta pelo referencial teórico. Na terceira seção é detalhado o percurso metodológico. Na quarta seção são apresentados e discutidos os resultados, a partir de quatro categorias temáticas. Por fim, na quinta seção, são feitas as considerações finais.

INTERFACES ENTRE TURISMO ACESSÍVEL E TECNOLOGIA ASSISTIVA

A acessibilidade no contexto do turismo começou a ganhar relevância em âmbito internacional a partir de 1960, impulsionada pela conscientização sobre os direitos das pessoas com deficiência e pelo movimento de direitos civis. Entre as décadas de 1940 e 1990, vários documentos sobre tais direitos foram publicados pelas Nações Unidas (Sisto et al., 2021). Ainda conforme os autores, desde a década de 1990, as Nações Unidas e a União Europeia vêm emitindo documentos específicos sobre a acessibilidade no turismo.

Conforme é detalhado no primeiro capítulo desta obra, no Brasil, há ampla legislação federal passível de aplicação para a acessibilidade no turismo, contemplando diferentes aspectos referentes aos direitos de acesso à cultura, ao lazer, ao esporte e ao turismo (Aires, 2024; Camisão, 2006; Melo; Ferst, 2022). Destacam-se: a Constituição Federal (1988); a Lei nº 10.098 (2000); a Lei nº 10.048 (2000); o Decreto nº 5.296 (2004); o Decreto nº 6.949 (2009); a Lei nº 13146 (2015), e outras. Acrescentam-se à legislação as Normas Brasileiras Reguladoras (NBR), da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT): NBR 9050 (1985)¹; NBR 15.599 (2012); NBR 16452 (2016); NBR 16537 (2016) e outras relacionadas.

De forma geral, a convergência entre acessibilidade e turismo leva à noção de Turismo Acessível, cuja compreensão se amplia a partir de diferentes perspectivas, marcos teóricos, legais e normativos. Com isso, a terminologia referente inclui os denominados: “turismo para todos”; “turismo inclusivo”; “turismo universal”; “turismo para pessoas com deficiência”; “turismo sem barreiras” e “turismo de fácil acesso” (Lam; Chan; Peters, 2020); além de Turismo Acessível, conceito aqui adotado e definido como:

[...] uma forma de turismo que envolve processos colaborativos entre as partes interessadas permitindo que pessoas com alguma condição de acesso, incluindo mobilidade, visão, audição e dimensões cognitivas, a realizem de forma

1 - Publicada em 1985, a NBR 9050 passou por diferentes revisões nos anos de 1994, 2004, 2015 e 2020.

independente, com equidade e dignidade por meio da disponibilização de ambientes, produtos e serviços turísticos universalmente concebidos. A definição faz uma abordagem para diversas idades e especificidades, de forma que as pessoas, ao longo da sua vida, podem se beneficiar da oferta de turismo acessível. Incluindo pessoas com deficiências permanentes e temporárias, idosos, obesos, famílias com crianças pequenas e aqueles que tenham a necessidade de trabalhar em ambientes mais seguros e socialmente mais sustentáveis (Buhalis; Darcy, 2011, p. 10-11, tradução nossa).

A partir dessa definição, se impõe o desafio de enfrentamento às múltiplas barreiras de acessibilidade para a oferta de experiências turísticas transversalmente acessíveis. Barreiras são quaisquer entraves, obstáculos, atitudes ou comportamentos que limitem ou impeçam o exercício de direitos e a participação social da pessoa com deficiência (Brasil, 2015). Elas podem se manifestar de seis formas (Brasil, 2015): urbanísticas (em vias e espaços públicos e privados); arquitetônicas (em edifícios públicos e privados); nos transportes (em seus sistemas e meios); nas comunicações e na informação (inviabilizando a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações); atitudinais (atitudes e comportamentos discriminatórios); e tecnológicas (impedem o acesso a tecnologias).

Barreiras são impostas pelo meio às pessoas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual ou sensorial (auditivo e visual) – as denominadas deficiências (Brasil, 2015). Como estratégias para mitigar barreiras ou como possibilidades para ampliação das habilidades funcionais das pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida, emerge a Tecnologia Assistiva, área de conhecimento interdisciplinar que abarca:

[...] produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (Brasil, 2015, Art. 3º).

Compreender a Tecnologia Assistiva como área de conhecimento interdisciplinar, que engloba mais que recursos oriundos de prescrição médica para corrigir um corpo com lesão, contribui para a construção de uma

visão mais coerente com o modelo social da deficiência, no qual as barreiras de acesso derivam-se do ambiente e não do corpo com lesão (Galvão Filho, 2013). Os diferentes tipos de soluções em Tecnologia Assistiva – nos mais variados formatos, suportes, materiais e indicados para diversos objetivos – levaram ao surgimento de classificações para essas soluções. Elas têm o intuito de organizar as soluções e a área, e de facilitar a identificação dos recursos mais adequados aos usuários.

No Brasil, José Tonolli e Rita Bersch propuseram em 1998 uma classificação baseada em outras internacionais. Ela foi adotada pelo Governo Brasileiro na Portaria Interministerial nº 362/2012, que dispõe sobre o limite de renda mensal dos tomadores de recursos para aquisição de Tecnologia Assistiva e passou por atualizações em 2017. A classificação possui 12 categorias, a saber (Bersch, 2017): auxílios para a vida diária e vida prática; Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA); recursos de acessibilidade ao computador; sistemas de controle de ambiente; projetos arquitetônicos para acessibilidade; órteses e próteses; adequação postural; auxílios de mobilidade; auxílios para ampliação da função visual e recursos que traduzem conteúdos visuais em áudio ou informação tátil; auxílios para melhorar a função auditiva e recursos utilizados para traduzir os conteúdos de áudio em imagens, texto e língua de sinais; mobilidade em veículos; esporte e lazer.

Soluções de Tecnologia Assistiva, em suas diferentes categorias, são utilizadas nas mais diversas atividades, entre elas o Turismo Acessível. Turismo Acessível e Tecnologia Assistiva se inter-relacionam, pois esta provê soluções que contribuem para melhorar as experiências turísticas das pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida nos atrativos turísticos, nos meios de hospedagem, nos sistemas de transporte ou, ainda, nas ferramentas digitais a partir das quais podem ser acessadas informações sobre destinos e serviços turísticos (Lam; Chan; Peters, 2020; Zablocki et al., 2022).

Se ao Turismo Acessível cabe zelar para que destinos e serviços turísticos sejam para todos, não obstante suas capacidades físicas, sensoriais ou intelectuais, à Tecnologia Assistiva compete conceber e fornecer recursos e metodologias adequados, capazes de apoiar a funcionalidade, a autonomia e a independência das pessoas assistidas, melhorando sua qualidade de vida e possibilitando sua inclusão.

PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa é exploratória e descritiva quanto aos objetivos; bibliográfica, quanto aos procedimentos; e qualitativa, quanto à abordagem (Prodanov; Freitas, 2013). Consiste em uma revisão quasi-sistemática (Travassos et al., 2008), pois embora siga o rigor e o formalismo de uma revisão sistemática, não utiliza técnicas de meta-análise; e os diferentes estudos não são comparados entre si. O protocolo da pesquisa segue três etapas distintas, a saber: planejamento; execução e análise, sintetizadas no Quadro 1.

Quadro 1: Protocolo da pesquisa

Etapa	Definição
Planejamento	Questão de pesquisa: na literatura brasileira, como são estabelecidas as relações entre Tecnologia Assistiva e Turismo Acessível, considerando a participação de pessoas com deficiência, os tipos de deficiência e de barreiras de acessibilidade?
	Estratégia de busca:
	Descritores: "Tecnologia Assistiva" (com as sinônimas "tecnologias assistivas"; "Produtos Assistivos"; "Ajudas Técnicas"; "Tecnologias de Apoio"; "Produtos de Apoio") e "Turismo Acessível" (com as sinônimas "turismo adaptado"; "turismo para todos"; "turismo inclusivo").
	Expressões de busca: adaptadas à sintaxe de cada base de dados, utilizando operadores, quando aceitos (booleanos AND e OR; aspas como operador de proximidade).
	Fontes de informação:
	Publicações de Turismo (http://www.each.usp.br/turismo/publicacao-esdeturismo/);
	Google Acadêmico (https://scholar.google.com).
	Campo de busca: aqueles disponibilizados pelas bases de dados. Publicações de Turismo: títulos, palavras-chave e resumos. Google Acadêmico: texto integral.
	Delimitação temporal: nenhuma.
Critérios de inclusão: artigos científicos publicados em periódicos brasileiros revisados por pares; no idioma português; menção explícita e concomitante a ambos os termos de busca (Tecnologia Assistiva e Turismo Acessível) e/ou suas sinônimas.	

	<p>Crítérios de exclusão: outras tipologias documentais (livros, monografias, relatórios, projetos, teses, dissertações etc.); ausência de menção concomitante a ambos os termos de busca (Tecnologia Assistiva e Turismo Acessível) e/ou suas sinónimas.</p>
Execução	<p>Consecução da estratégia de busca nas fontes de informação definidas e seleção dos textos mediante critérios de inclusão e exclusão.</p>
	<p>Seleção dos artigos recuperados: leitura dos títulos e resumos com o intuito de verificar a pertinência do conteúdo à questão de pesquisa.</p>
Análise	<p>Análise de conteúdo em três etapas: pré-análise; exploração; tratamento/interpretação.</p>

Fonte: Elaboração própria (2024)

A primeira base de dados, Publicações de Turismo, foi escolhida por sua relevância, indexando, à época, 26 periódicos científicos brasileiros da área de Turismo. Com o intuito de expandir a amostra, dado que a primeira base de dados indexa os textos apenas por títulos, palavras-chave e resumos, selecionou-se o Google Acadêmico que indexa o texto integral. Assim, mesmo se ambos os termos de busca e/ou suas sinónimas não constassem nos títulos, resumos e palavras-chaves, os artigos seriam identificados. Não se estabeleceu delimitação temporal para recuperar eventual evolução histórica sobre as temáticas.

O protocolo foi executado nos meses de fevereiro e março de 2024, iniciando-se pela base de dados Publicações de Turismo. Identificou-se que a base não aceita os operadores definidos, sendo necessária a busca por descritores individuais. Com essa adaptação da estratégia, foram recuperadas centenas de artigos. Analisados os resumos, identificou-se que os artigos continham, separadamente, palavras dos descritores e/ou suas sinónimas, mas nenhum continha, ao mesmo tempo, ambos os termos de busca e/ou suas sinónimas. Por esse motivo, nenhum artigo indexado pela base de dados foi selecionado. No Google Acadêmico foram recuperados 124 artigos, dos quais 11 foram selecionados para compor a amostra, por contemplarem os critérios de inclusão definidos (Quadro 2). As principais razões para a exclusão foram a tipologia documental diversa da definida e o fato de não abordarem, explicitamente, a Tecnologia Assistiva no contexto do Turismo Acessível.

Quadro 2: Artigos analisados (n = 11), dispostos cronologicamente

ID	Ano	Autoria	Título	Publicação
A1	2016	Nascimento; Uvinha	Programa turismo acessível na cidade de São Paulo: reflexões e possibilidades	Revista Turismo y Desarrollo Local Sostenible (Área: Turismo)
A2	2020	Nobre; Soares; Cardoso	Turismo acessível em Porto Alegre: material informativo e comunicação aumentativa e alternativa	Revista Aleph (Área: Ciências Sociais Aplicadas)
A3	2020	Duarte; Honorato	Turismo cultural acessível: a percepção dos gestores dos principais teatros de Brasília	Revista Turismo, Visão e Ação (Área: Turismo)
A4	2020	Gonçalves; Cinelli	Tecnologia Assistiva: o Design da Informação em imagens táteis como recurso na experiência de deficientes visuais em museus	Revista Projética (Área: Design)
A5	2021	Cardoso et al.	POA turismo acessível: comunicação aumentativa e alternativa em materiais e sítios turísticos	Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade (Área: Interdisciplinar)
A6	2021	Oliveira; Silveira	A percepção do usuário na disponibilização de maquetes táteis para pessoas com deficiência visual em atrativos turísticos: um estudo no Museu Oscar Niemeyer – Curitiba-PR	Revista Turismo, Visão e Ação (Área: Turismo)
A7	2021	Tavares; Tomé	Turismo Cafeeiro: experiências, expectativas e percepções de pessoas com deficiência visual	Revista de Cultura e Turismo (Área: Turismo)
A8	2021	Müller; Rosso	Uso de maquetes táteis para o conhecimento do patrimônio: análise de uma experiência turística inclusiva em Pelotas/RS.	Revista Confluências Culturais (Área: Interdisciplinar)
A9	2022	Melo; Ferst	Para cego ver: análise da acessibilidade no Palacete Provincial em Manaus para turistas com deficiência visual	Revista Ateliê do Turismo (Área: Turismo)
A10	2023	Bastiani; Cardoso; Bruscato	Cruzando o paralelo 30°: audioguia com audiodescrição de roteiro turístico em Porto Alegre	Revista Contemporânea (Área: Interdisciplinar)

A11	2024	Aires	Direitos fundamentais: uma análise da acessibilidade de dois atrativos turísticos culturais de Fortaleza	Revista da Seção Judiciária de Alagoas (Área: Direito)
-----	------	-------	--	--

Fonte: Elaboração própria (2024)

Selecionada a amostra, procedeu-se à análise de conteúdo (Bardin, 2009), com suas três principais etapas: pré-análise; exploração; tratamento/interpretação. Como pré-análise, considera-se o caminho percorrido na primeira fase da pesquisa (análise exploratória de corpus textual com o software Voyant Tools), de cunho quantitativo (Andrade, Costa, Barros, Rocha, 2024). Do referido texto, que analisa esta amostra acrescida de trabalhos monográficos (TCC, dissertações e teses), emergiu a questão de pesquisa abordada neste capítulo, que contempla resultados da segunda etapa da pesquisa, de cunho qualitativo.

Na etapa de exploração, foi feita a leitura integral dos textos, com fichamento e preenchimento de planilha no Google Sheets para consolidação dos dados, identificação dos temas, filtragem e apoio à categorização. Na etapa de tratamento/interpretação, foram estabelecidas categorias temáticas às quais os dados foram associados, após verificação cruzada por dois dos autores. Conforme Flick (2009, p. 150), codificar e categorizar são etapas fundamentais da análise qualitativa, sendo que categorizar consiste em “[...] alocar dados junto a outros dados, a um termo ou título, para materializar sua semelhança; ou a diferentes termos para materializar sua diferença.” e codificar consiste em “[...] dar nome a dados e alocar outros dados juntos a eles (e ao nome)”. A definição das categorias seguiu o modelo de grade mista (Laville; Dionne, 1999), com as categorias iniciais definidas a priori com base no referencial teórico e na questão de pesquisa, e as categorias definitivas (Quadro 3) foram se estabelecendo a partir da leitura e releitura dos dados.

Quadro 3: Categorias temáticas de análise

Categoria	Subcategoria
Tipos de Tecnologia Assistiva abordados	Comunicação Aumentativa e Alternativa
	Projetos arquitetônicos para acessibilidade
	Auxílios para qualificação da habilidade visual e recursos que ampliam a informação a pessoas com baixa visão ou cegas
Tipos de deficiência contemplados	Algum tipo de deficiência
	Deficiência física e/ou mobilidade reduzida
	Deficiência visual (cegueira e baixa visão)
Participação de pessoas com deficiência nas pesquisas	Participação ao longo de todo o processo
	Participação como informantes.
	Sem participação relatada
Relações entre Tecnologia Assistiva e Turismo Acessível	Turismo Acessível e Tecnologia Assistiva enquanto solução de suporte
	Turismo Acessível, Tecnologia Assistiva enquanto solução de suporte e Tecnologia Assistiva enquanto área de conhecimento
	Tecnologia Assistiva enquanto solução de suporte e Tecnologia Assistiva enquanto área de conhecimento

Fonte: Elaboração própria (2024)

Todavia, os conteúdos das diferentes categorias, por vezes, se entrelaçam e a opção por inseri-los em determinada categoria se dá por minúcias de significação. Juntos, os conteúdos das categorias, apresentados e discutidos na próxima seção, levam ao cumprimento do objetivo e à resposta à questão de pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os artigos da amostra (n=11) foram publicados entre 2016 e 2024, anos posteriores à promulgação da LBI, que assegura a Tecnologia Assistiva como direito das pessoas com deficiência. Embora não se possa afirmar relação causal direta entre as datas dos artigos e da LBI, assinala-se o caráter recente da literatura identificada. Cinco artigos foram publicados em periódicos da área do Turismo. Seis, embora também contemplem a noção de Turismo Acessível, foram publicados em periódicos interdisciplinares (n=3) ou de outras áreas (n=3), o que evidencia a Tecnologia Assistiva enquanto área de interesse interdisciplinar. A maioria é oriunda da região Sul (n=6); dois são do Sudeste e três são do Centro-Oeste; Nordeste e Norte.

Dez dos onze artigos fundamentam-se em referencial acadêmico e legislativo para discutir acessibilidade e Tecnologia Assistiva no contexto do turismo e pensar experiências concretas, seja de atrativos turísticos ou da construção de soluções de Tecnologia Assistiva para espaços e atrativos. A exceção é A4, que se vale de discussão teórica sem estudo de caso. Nos textos A1, A2, A5, A8 e A10 é avaliada a aplicabilidade de soluções ou projetos de Tecnologia Assistiva em algum espaço ou atrativo turístico. Já nos textos A3, A6, A7, A9 e A11 são analisados locais ou experiências turísticas quanto à acessibilidade, trazendo a perspectiva da Tecnologia Assistiva enquanto área do conhecimento ou solução de suporte.

Dado esse panorama, os dados são categorizados e discutidos na sequência.

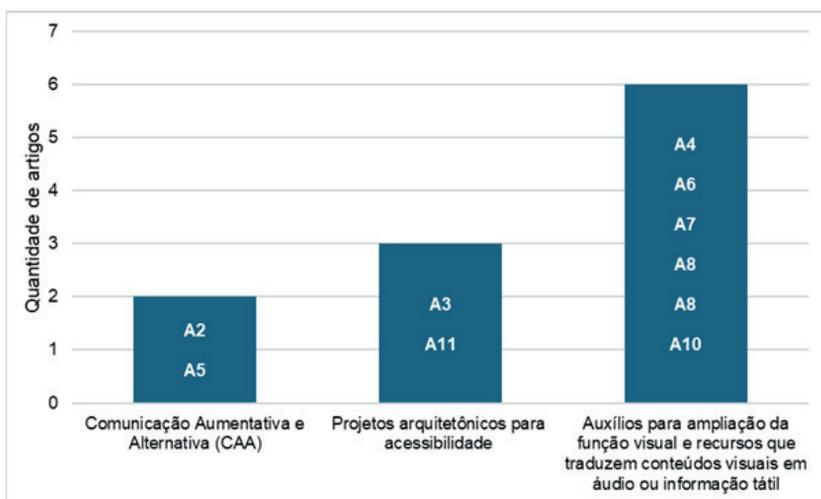
1. Tipos de Tecnologia Assistiva abordados

Nesta categoria temática, a partir de sínteses, os artigos são alocados em três subcategorias conforme o tipo de solução que abordam, utilizando-se da tipologia de Tecnologia Assistiva definida por Bersch (2017). Apenas A1 não se enquadra em uma categoria de Bersch (2017), pois não aborda uma solução de Tecnologia Assistiva específica. Em A1, Nascimento e Uvinha (2016) analisam dados da utilização do Guia Turismo Acessível, programa do Ministério do Turismo, na cidade de São Paulo/SP. Os autores acessaram o site do referido programa e buscaram por avaliações quanto à acessibilidade atribuídas por usuários a 10 dos 310 atrativos turísticos então cadastrados. Além dos poucos atrativos avaliados, os autores identificaram erros, incompletudes e incoerências nos dados dos cadastros. Embora

não tenham discorrido sobre alguma categoria específica de Tecnologia Assistiva, os autores apresentam-na brevemente como recursos associados à ABNT NBR 9050/2015, sem aprofundamentos.

Das 12 tipologias de Bersch (2017) apenas três foram identificadas, seja por menções explícitas nos artigos ou por inferências desses autores. Conforme o identificador dos artigos, estabelecido no Quadro 2, obtém-se a configuração ilustrada na Figura 1.

Figura 1: Classificação dos artigos quanto à tipologia de Tecnologia Assistiva que abordam



Fonte: Elaboração própria (2024)

Em relação à primeira subcategoria, a **Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA)** é uma solução de Tecnologia Assistiva na qual são utilizados símbolos, imagens, escrita simples, vocalizadores e alternativas para “[...] atender pessoas sem fala ou escrita funcional ou em defasagem entre sua necessidade comunicativa e sua habilidade em falar, escrever e/ou compreender” (Bersch, 2017, p. 6), caso explicitado nos textos A2 e A5. Enquanto sistema de comunicação, a CAA contribui para o enfrentamento às barreiras nas comunicações e na informação (Brasil, 2015), independentemente de idade ou tipo de deficiência do usuário.

Em A2, Nobre, Soares e Cardoso (2020) utilizam os princípios da CAA para criar um mapa de percurso turístico em multiformatos acessíveis com pictogramas e escrita simples para uma rota turística do município de Porto Alegre/Rio Grande do Sul. O projeto foi desenvolvido coletivamente, com cinco duplas de projetistas, um professor coordenador e três consultores – duas pessoas com deficiência (visual e física) e uma turismóloga. Em A5, Cardoso et al. (2021) apresentam, como estudo de caso, o Projeto POA Turismo Acessível e descrevem os materiais gráficos produzidos: o mapa de percurso turístico em multiformatos acessíveis apresentado em A2 e a aplicação da CAA criada em placas de comunicação em parquinhos infantis de praças de Porto Alegre.

Ambos os artigos se referem ao mesmo projeto, têm um autor em comum (Cardoso) e, enquanto em A2 é apresentado o processo de criação do mapa a partir dos fundamentos da CAA; em A5 o mapa e a placa de CAA ilustram os resultados do projeto ante a discussão empreendida. Nela, os autores abordam a importância da acessibilidade no turismo, trazendo a CAA como um recurso de Tecnologia Assistiva que promove a inclusão de todas as pessoas, independentemente de suas especificidades comunicativas.

A segunda subcategoria identificada, **projetos arquitetônicos para acessibilidade**, diz respeito a “projetos de edificação e urbanismo que garantem acesso, funcionalidade e mobilidade a todas as pessoas, independente (sic) de sua condição física e sensorial” (Bersch, 2017, p. 8). São contempladas soluções para enfrentamentos às barreiras arquitetônicas (Brasil, 2015) como adaptações estruturais, rampas de acesso, corrimãos, elevadores, banheiros acessíveis e semelhantes, situações abordadas nos textos A3 e A11.

Em A3, Duarte e Honorato (2020) analisam a acessibilidade para usuários de cadeiras de rodas nos oito principais teatros da cidade de Brasília/Distrito Federal, a partir da percepção de seus gestores. Mediante entrevistas que contemplaram o entendimento dos gestores sobre acessibilidade e hospitalidade em teatros, o estudo conclui que seis teatros pesquisados não são acessíveis para cadeirantes. Ainda que reconheçam a importância da eliminação de barreiras de acesso, os gestores pontuam a falta de infraestrutura e de recursos financeiros.

Em A11, Aires (2024) avalia se dois atrativos turísticos da cidade de Fortaleza/Ceará, o Museu da Indústria e o Teatro José de Alencar, asseguram

os direitos fundamentais das pessoas com deficiência referentes ao turismo, respeitando o que estabelece a legislação. A pesquisa observacional indicou que os avanços legislativo e normativo não se refletem nos atrativos. Há barreiras de acessibilidade no acesso e circulação interna; na sinalização; nos sanitários e nos informativos impressos. Ainda, no Museu da Indústria não há cadeiras de rodas e, em ambos os atrativos, não há Tecnologia Assistiva, nem profissionais preparados para atender às pessoas com deficiência visual e auditiva. Apesar de mencionar a ausência de Tecnologia Assistiva para enfrentamento às barreiras nas comunicações e na informação por pessoas com deficiência visual, a ênfase de A11 é na ausência acentuada de Tecnologia Assistiva que mitigue barreiras arquitetônicas. Por isso, compõe essa subcategoria.

A terceira subcategoria identificada, **auxílios para ampliação da função visual e recursos que traduzem conteúdos visuais em áudio ou informação tátil**, contemplam “auxílios ópticos, lentes, lupas manuais e lupas eletrônicas; os softwares ampliadores de tela; material gráfico com texturas e relevos, mapas e gráficos táteis, software OCR em celulares para identificação de texto informativo, etc” (Bersch, 2017, p. 10). Logo, são soluções para mitigar barreiras nas comunicações e na informação ou tecnológicas.

Em A4, texto bibliográfico, Gonçalves e Cinelli (2020) defendem as potencialidades das imagens táteis baseadas em diretrizes do Design da Informação enquanto Tecnologia Assistiva relevante para pessoas com deficiência visual em museus. Os autores afirmam que para serem eficientes na comunicação da informação, imagens táteis devem contemplar os diferentes componentes que constituem um objeto informativo por eles apresentados.

Em A6, Oliveira e Silveira (2021) analisam percepções e experiências de visitantes com deficiência visual no Museu Oscar Niemeyer (MON), em Curitiba/Paraná, refletindo sobre a comunicação tátil (maquetes) e a audiodescrição enquanto Tecnologia Assistiva. Tendo como métodos a Avaliação de Pós-Ocupação² e entrevistas com oito visitantes cegos (quatro congênitos e quatro adquiridos), os autores destacam as potencialidades da maquete tátil e a presença de algumas barreiras no MON: demora para

2 - Conjunto de técnicas, com foco nos ocupantes, para avaliação das condições de uso do ambiente, de sua adaptação às necessidades do usuário e das condições de habitabilidade e conforto proporcionadas (Preiser; Rabinowitz; White, 1988).

disponibilização de audioguia e falta de piso tátil em alguns espaços. Concluem que visitantes com deficiência congênita se sentiram mais seguros e autônomos durante a visita e visitantes com deficiência adquirida consideraram que o MON poderia proporcionar mais autonomia.

Em A7, Tavares e Tomé (2022) conduzem um debate em comunidade virtual no WhatsApp para analisar experiências, expectativas e opiniões de cinco pessoas cegas a respeito da oferta turística acessível em fazendas de café. Os resultados indicam ausência de expectativas ou interesses prévios nesse tipo de turismo, mas foi destacado nas falas que o turismo cafeeiro tem potencial para estimular diferentes sentidos (audição, tato, olfato e paladar) e que a acessibilidade é importante nesse contexto, com a eliminação de barreiras dos diferentes tipos. Apesar disso, não foram apontadas demandas específicas de acessibilidade arquitetônica. Já os autores, com o apoio de um participante, destacam a importância da audiodescrição para reduzir barreiras nas comunicações e na informação.

Em A8, Müller e Rosso (2021) analisam a experiência de duas pessoas com cegueira adquirida utilizando maquetes táteis do Grande Hotel de Pelotas/Rio Grande do Sul, com audiodescrição associada. Objetivou-se refletir sobre a contribuição dessas soluções de Tecnologia Assistiva para o conhecimento do patrimônio cultural edificado. Comentários dos participantes contribuíram para adequações de conteúdo e momento da audiodescrição. Ainda, os participantes tocaram paredes internas e ornamentos do prédio. Os resultados da experiência comprovam a relevância dessas soluções para fruição.

Em A9, Melo e Ferst (2022) usam visitas guiadas seguidas de entrevistas com cinco visitantes cegos e com baixa visão para analisar a acessibilidade do Centro Cultural Palacete Provincial, em Manaus/Amazonas para esse público, tendo como suporte a legislação brasileira aplicável sobre o tema. Foram relatadas barreiras de acessibilidade diversas e demandadas soluções de tecnologia Assistiva, tais como piso tátil, maquetes e outros recursos táteis e QR Codes junto às imagens de objetos.

Em A10, Bastiani, Cardoso e Bruscatto (2023) narram a construção de roteiro de visita com audiodescrição para a rota turística “Cruzando o paralelo 30º”, em Porto Alegre/Rio Grande Sul, no âmbito do Projeto POA Turismo Acessível, também objeto de A2 e A5. Tendo uma pessoa com deficiência visual como consultora e revisora, o roteiro foi dividido

em 25 faixas, abrangendo 12 pontos da rota em questão, após visitas de campo, levantamento fotográfico e pesquisa histórica. Ainda, os autores aprofundam a discussão da audiodescrição enquanto recurso de Tecnologia Assistiva.

2. Tipos de deficiência contemplados

Nesta categoria buscou-se sistematizar os tipos de deficiência contemplados pelos artigos. Na Figura 2 são sintetizados os quantitativos de textos que abordam os diferentes grupos de pessoas com deficiência, com o destaque de que alguns tratam a deficiência de forma ampla, sem fazer um recorte de tipo específico e, por isso, foram enquadrados como abordando pessoas com algum tipo de deficiência, sem especificação. Logo, tem-se: quatro artigos (A1, A2, A5 e A11) tratando a acessibilidade para pessoas com a deficiência sem especificação de tipo; um artigo (A3) com foco em pessoas com deficiência física e/ou mobilidade reduzida; e seis artigos (A4, A6, A7, A8, A9 e A10) voltados para pessoas com deficiência visual.

Figura 2: Quantitativos de textos e os diferentes grupos de pessoas com deficiência abordados



Fonte: Elaboração própria (2024)

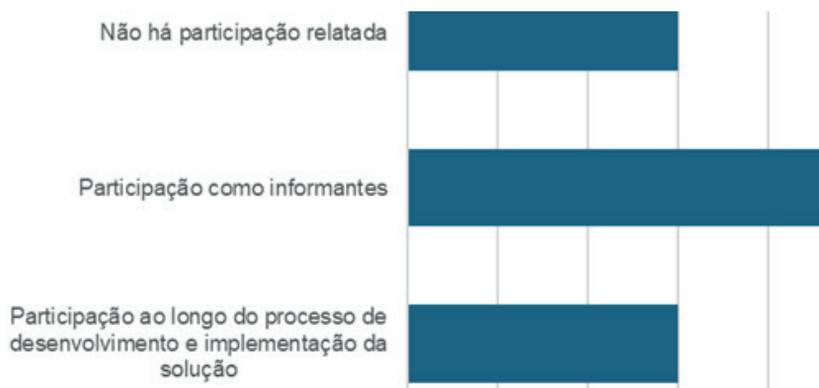
É pertinente lembrar que, de forma geral, no debate sobre acessibilidade para pessoas com deficiência predominam discussões sobre acessibilidade arquitetônica, urbanística e/ou infocomunicacional para três grandes grupos: o de pessoas com deficiência física e/ou mobilidade reduzida, preconizadas no acesso físico com a eliminação de barreiras a partir do Desenho Universal; o de pessoas com deficiência visual, com soluções

sonoras, táteis e olfativas para acessibilidade arquitetônica, urbanística e nas comunicações e informação; e o de pessoas surdas com a Libras como solução infocomunicacional.

3. Participação de pessoas com deficiência nas pesquisas

Nesta terceira categoria temática é dimensionada a participação de pessoas com deficiência no processo de desenvolvimento, implementação ou avaliação da solução de Tecnologia Assistiva no atrativo. Esse vetor de categorização possui como mote a necessidade de se considerar as pessoas com deficiência como protagonistas de decisões, de forma que sejam escutadas e determinem suas prioridades, já que uma das principais finalidades do Turismo Acessível é justamente a inclusão dessas pessoas. Ainda, a Tecnologia Assistiva é um recurso dos usuários, como defende Bersch (2017), sendo eles quem melhor conhece suas demandas e de sua comunidade. Na Figura 3 são sumarizados os artigos quanto à presença ou ausência de participação de pessoas com deficiência. Foi possível identificar em maior quantidade na amostra, a participação de pessoas com deficiência nos estudos (n=8).

Figura 3: Formas de participação das pessoas com deficiência nos artigos analisados



Fonte: Elaboração própria (2024)

Da amostra, apenas três artigos – todos derivados de um mesmo projeto de pesquisa – relatam ter tido pessoas com deficiência atuando ao longo do desenvolvimento e implementação das soluções de Tecnologia Assistiva abordadas. Em A2 é relatada a participação de dois consultores, com

deficiências visual e física, apesar de os autores apontarem como limitação a ausência de participação de usuários de CAA, solução utilizada no mapa desenvolvido. Em A5 é relatada a segunda fase do projeto abordado em A2, logo, infere-se que a participação dos consultores na primeira fase se estende à aplicação dos pictogramas e da escrita simples já elaborados, nas placas de CAA, produtos da segunda fase. Em A10 houve a participação de consultora com deficiência visual, especialista em audiodescrição, e os autores destacam a importância de que essa participação se dê ao longo de todo o projeto em vez de se restringir à mera avaliação da solução já construída.

O segundo grupo, composto por cinco artigos, se vale de informações dadas por pessoas com deficiência visual para subsidiar as pesquisas. Em A1, a participação se dá de forma indireta, já que os autores utilizam, como fontes documentais, avaliações feitas por usuários, sem especificar o tipo de deficiência, a atrativos cadastrados no Guia Turismo Acessível. Em A6 foram entrevistadas oito pessoas cegas; em A7 cinco pessoas cegas participaram do debate online sobre o tema; em A8 duas pessoas cegas participaram da visita de campo, alvo da observação; em A9 foram entrevistadas cinco pessoas com diferentes graus de deficiência visual. Percebe-se, nessas quatro pesquisas, o enfoque dado exclusivamente à deficiência visual, contemplando majoritariamente pessoas cegas.

Por fim, o terceiro grupo de textos, composto por A3, A4 e A11, não relatam terem recorrido às pessoas com deficiência para compor a pesquisa, seja como consultores ou participantes. Rememorando, A4 é de cunho teórico; os outros dois são empíricos: A3 tem como participantes gestores de teatros e, em A11 a inspeção da acessibilidade é feita pela própria autora, que não relata ter deficiência.

Não compete, aqui, juízo de valor acerca de pesquisas sobre acessibilidade nas quais não há participação de pessoas com deficiência, sobretudo porque os autores dessas pesquisas podem integrar este grupo, optando por não relatar. Adota-se como pressuposto que toda pesquisa que discute acessibilidade e equidade para pessoas com deficiência é importante e, portanto, contribui para as temáticas Tecnologia Assistiva e Turismo Acessível. Todavia, chama atenção que em apenas três dos artigos analisados, as pessoas com deficiência assumam protagonismo de participação social na criação de soluções de Tecnologia Assistiva, o que potencializa as perspectivas das equipes e das pesquisas.

O paradigma emancipatório dos estudos da deficiência advoga pela necessidade de que as pesquisas sobre as temáticas relacionadas adotem a perspectiva de “pesquisar com” as pessoas com deficiência em vez de “pesquisar sobre” ou “pesquisar para” elas (Moraes, 2010). Essa perspectiva coloca a pessoa com deficiência não apenas como sujeito participante, mas como um expert em sua condição. Garante-se, assim, o lugar para proposições fundamentadas em vivências de quem, de fato, experiencia a condição da deficiência cotidianamente. Quando não se pauta pelo “pesquisar com”, incorre-se no risco de apresentar soluções em caráter prescritivo, feitas por quem jamais experienciou todas as nuances daquela condição e, não necessariamente, adequadas.

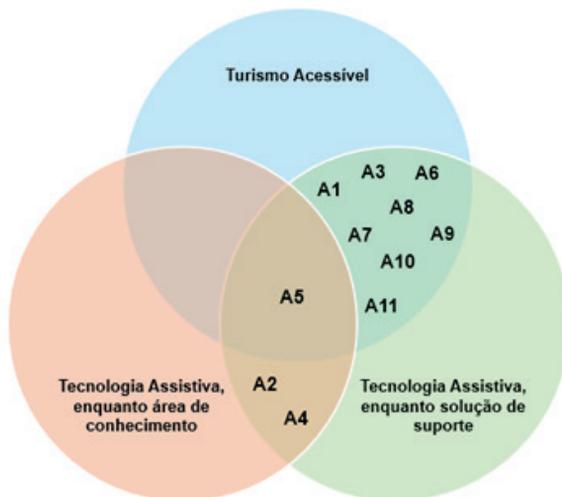
4. Relações entre Tecnologia Assistiva e Turismo Acessível

Por fim, nesta categoria temática são evidenciadas as formas como, nos artigos são constituídas (ou não) as relações entre Tecnologia Assistiva, enquanto solução de suporte ou área de conhecimento, e o Turismo Acessível. Tal categoria perpassa pela problemática conceitual que se estabelece em contexto brasileiro, onde alguns autores, leis e normativas não diferenciam Tecnologia Assistiva enquanto área e enquanto solução, apresentando as soluções de suporte com denominações como Tecnologia Assistiva e tecnologias assistivas (além de outras variações de grafia e sinônimas), sem esclarecer que há um aporte teórico subsidiando as soluções e outro subsidiando a área de conhecimento. Ainda, evidencia-se como a Tecnologia Assistiva é relacionada ao Turismo Acessível: a) se como soluções a serem disponibilizadas em espaços e atrativos turísticos; ou b) se como área de conhecimento, à qual cabe conceber soluções para que espaços e atrativos turísticos sejam para todos.

Nenhum dos 11 artigos analisados aborda Tecnologia Assistiva apenas como área do conhecimento interdisciplinar. Nos três artigos nos quais essa característica é mencionada, aparece também sua caracterização enquanto solução de suporte vinculada à área. No entanto, o amparo técnico por leis e normativas evidencia como a teoria que compreende a Tecnologia Assistiva como área do conhecimento interdisciplinar não é considerada ou é pouco difundida nos artigos analisados. De forma geral, é perceptível que a pauta do Turismo Acessível está relacionada à Tecnologia Assistiva na medida em que as soluções propostas são associadas à efetividade de experiências e de

atrativos turísticos acessíveis. Apesar disso, nenhum dos textos estabelece discussão teórica robusta sobre as interfaces entre ambas as áreas. As interseções entre os temas em cada artigo são ilustradas na Figura 4.

Figura 4: Interseções entre as temáticas em cada artigo



Fonte: Elaboração própria (2024)

Em A2 a Tecnologia Assistiva é posta como área de conhecimento interdisciplinar, à qual a CAA está vinculada. Todavia, apesar de A2 ter o termo Turismo Acessível no título e como palavra-chave, a noção de Turismo Acessível não é abordada, sendo o termo tangenciado pela perspectiva da acessibilidade nas comunicações e na informação sobre atrativos turísticos, viabilizada pela CAA enquanto solução de Tecnologia Assistiva. Também em A4 a Tecnologia Assistiva é posta como área de conhecimento da qual se derivam as imagens táteis como soluções de suporte e há diferenças demarcadas em seção conceitual. Já a noção de Turismo Acessível está apenas implícita a partir do campo empírico no qual se assenta a proposta: os museus como atrativos turísticos.

Em A5, assim como em A2, a Tecnologia Assistiva é apresentada como área de conhecimento interdisciplinar, à qual a CAA, enquanto solução de suporte, está vinculada. A noção de Turismo Acessível é aprofundada, mas sua relação com a Tecnologia Assistiva, embora passível de inferência no

texto, não é explicitada em termos teórico-conceituais.

Em A1, a Tecnologia Assistiva é apenas mencionada como solução de suporte para melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, mas é relacionada de forma explícita ao Turismo Acessível, este abordado de forma mais aprofundada. Em A3, a Tecnologia Assistiva é posta apenas como solução de suporte relacionada ao Desenho Universal e à acessibilidade. Então, ela é discutida como soluções utilizadas pelo Turismo Acessível, este abordado de forma abrangente, sob o mote da inclusão social e do turismo para todos. Em A6, a Tecnologia Assistiva é abordada apenas como solução de suporte e exemplificada pelas maquetes táteis. Enquanto o termo recebe ênfase conceitual, a temática do Turismo Acessível perpassa o texto, com menções sem aprofundamentos conceituais, no contexto da acessibilidade para pessoas com deficiência em atrativos turísticos.

Em A7, a Tecnologia Assistiva é mencionada, mas não conceituada, sendo possível apenas associar o termo com a audiodescrição, solução de suporte exemplificada pelos autores. Já o Turismo Acessível recebe maior ênfase, sem ser relacionado, explicitamente, à Tecnologia Assistiva. No entanto, pode-se inferir a intenção de abordá-la como alternativa para a remoção de barreiras no contexto do Turismo Acessível. Em A8, não se conceitua ou se apresenta a Tecnologia Assistiva como área de conhecimento ou como solução de suporte, mas é possível associá-la aos objetos apontados como soluções pelos autores: maquete tátil e audiodescrição. Já o termo Turismo Acessível tem única menção, sem qualquer aprofundamento, no contexto da segurança e autonomia das pessoas com deficiência no acesso a equipamentos turísticos. Percebe-se que as soluções abordadas são entendidas como Tecnologia Assistiva que melhoram experiências turísticas.

Em A9, a Tecnologia Assistiva tem única menção a partir da qual se infere seu entendimento enquanto soluções de suporte que devem estar disponíveis nos atrativos turísticos: audiodescrição e materiais táteis e sensoriais. Já o Turismo Acessível é aprofundado em termos conceituais, legais e normativos, junto ao conceito de acessibilidade para pessoas com deficiência. Não se estabelece relações explícitas entre ambos, embora se possa depreender que as soluções mencionadas contribuem para a acessibilidade do atrativo.

Em A10, a Tecnologia Assistiva é tratada como solução de suporte, exemplificada pela audiodescrição, apresentada mais detalhadamente. O Turismo Acessível é conceituado de forma abrangente e relacionado à audiodescrição como aliada para a inclusão da pessoa com deficiência

nesse contexto. Em A11, a Tecnologia Assistiva, brevemente definida, é abordada como solução de suporte para promoção da acessibilidade. O Turismo Acessível é abordado sob a perspectiva da igualdade de direitos, a partir dos marcos normativos e legais. Não há relações teóricas explícitas entre ambos os termos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomada a questão de pesquisa, conclui-se que, de forma geral, a literatura analisada tende a direcionar maior foco teórico-conceitual ao Turismo Acessível ou à Tecnologia Assistiva, sem atribuir a ambos o mesmo peso. Ainda, não são estabelecidas relações teórico-conceituais robustas entre Turismo Acessível e Tecnologia Assistiva, enquanto área de conhecimento. As relações estabelecidas são, em sua maioria, instrumentais: soluções de Tecnologia Assistiva são postas à serviço das pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida com o intuito de melhorar as experiências turísticas em espaços permeados por barreiras e, portanto, inacessíveis. Logo, parece haver expectativa de que a Tecnologia Assistiva contribua para que barreiras sejam contornadas, quando seu intuito é ampliar habilidades funcionais dos usuários em ambientes que sejam para todos.

As relações estabelecidas são possíveis e relevantes, mas é importante também evidenciar Turismo Acessível e Tecnologia Assistiva como campos interdisciplinares, sendo as soluções projetadas, desenvolvidas, implementadas e utilizadas a partir de esforço conjunto e de igual peso, com cada área contribuindo com sua expertise. Ao Turismo Acessível compete disponibilizar ambientes, produtos e serviços turísticos universalmente concebidos, sem barreiras; à tecnologia Assistiva compete prover soluções que promovam a funcionalidade de pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

Foi identificado que a participação de pessoas com deficiência nas pesquisas ainda é parcial, com elas incluídas como informantes ou avaliadoras. Ainda, os tipos mais comuns de deficiências contempladas são a visual, especialmente a cegueira, e a física; junto a soluções para o enfrentamento de barreiras arquitetônicas e nas comunicações e na informação, prioritariamente. Já as soluções de Tecnologia Assistiva mais abordadas se caracterizam como produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, em detrimento das metodologias, estratégias, práticas e serviços. As soluções propostas ou abordadas, em sua maioria, não contemplam atividades turísticas ao ar livre.

Embora tenha como limitações a tipologia documental e a restrição da coleta a uma única base de dados, o objetivo proposto pela pesquisa foi alcançado com a apresentação desse panorama da produção científica brasileira sobre as temáticas. O capítulo oferece aportes para reflexões sobre

as contribuições existentes, bem como para o desenho de novas pesquisas que instiguem novas reflexões a partir das lacunas identificadas. Frente às limitações temáticas identificadas na literatura analisada, encoraja-se uma agenda de pesquisa que contemplem os assuntos a seguir:

a) Estudos que estabeleçam maior aproximação entre o Turismo Acessível e os estudos da deficiência (disability studies), para ampliação da participação social da pessoa com deficiência, com enfoque emancipatório. Assim, é importante que a literatura destaque a primazia de pesquisar com ao invés de pesquisar sobre ou para determinado grupo. Também são recomendados estudos que contemplem as barreiras atitudinais no setor turístico e as estratégias para enfrentamento que considerem metodologias, estratégias, práticas e serviços enquanto Tecnologia Assistiva.

b) Estudos que abordem acessibilidade, turismo e recursos de Tecnologia Assistiva para pessoas com os outros tipos de deficiência (auditiva e intelectual), bem como para pessoas neurodiversas, pois são fundamentais para que o turismo seja, de fato, acessível.

c) Estudos nos quais as relações teórico-conceituais entre Turismo Acessível e Tecnologia Assistiva sejam aprofundadas, com esta sendo compreendida para além de solução de suporte.

d) Por fim, como pesquisas futuras, análises semelhantes a esta podem ser conduzidas ampliando a amostra para outras tipologias documentais, idiomas das publicações e bases de dados.

REFERÊNCIAS

AIRES, Cybelle Freire. Direitos fundamentais: uma análise da acessibilidade de dois atrativos turísticos culturais de Fortaleza. *Revista Jurídica da Seção Judiciária de Alagoas*, Maceió v. 1, n. 8, p. 61-82, 2024. Disponível em: <https://revista.jfal.jus.br/RJSJAL/article/view/11/7>. Acesso: 16 jul. 2024.

ANDRADE, Ian Carvalho de; COSTA, Kamilla Aguiar de Sousa; BARROS, Lucas Rodrigues de; ROCHA, Janicy Aparecida Pereira. Interfaces entre Tecnologia Assistiva e Turismo Acessível. *Humanidades em Revista*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 3-21, 2024. Disponível em: <https://seer.unirio.br/hr/article/view/13337>. Acesso em: 21 jan. 2025.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BASTIANI, Jamile de; CARDOSO, Eduardo; BRUSCATO, Léia Miotto. Cruzando o paralelo 30: audioguia com audiodescrição de roteiro turístico em Porto Alegre. *Revista Contemporânea*, São José dos Pinhais, v. 3, n. 7, p. 9383-9402, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/1044>. Acesso em: 16 jul. 2024.

BERSCH, Rita. *Introdução à Tecnologia Assistiva*. Assistiva/Tecnologia da Educação. Porto Alegre, 2017. Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf. Acesso em: 19 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União: Seção 1*, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 22 maio 2024.

BRASIL; UNESCO. *Mapeamento do perfil do turista com deficiência*. 2023. Disponível em: https://is.gd/perfil_turista_deficiencia. Acesso em: 23 maio 2024.

BUHALIS, Dimitrius; DARCY, Simon (ed.). *Accessible Tourism: concepts and issues*. Bistol: Channel View Publications. 2011.

CAMISÃO, Verônica. *Turismo e Acessibilidade*. BRASIL, Ministério do Turismo.

Turismo social: diálogos do turismo - uma viagem de inclusão. Brasília: Ministério do Turismo, p. 320-349, 2006. Disponível em: https://is.gd/govbr_turismosocial. Acesso em: 19 jul. 2024.

CARDOSO, Eduardo et al. POA Turismo acessível: Comunicação Aumentativa e Alternativa em materiais e sítios turísticos. Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade, São Luís, v. 7, n. 1, p. 208-224, 2021. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/ricultsociedade/article/view/17153/9217>. Acesso em: 16 jul. 2024.

DUARTE, Donária Coelho; HONORATO, Thaiza Silveira. Turismo cultural acessível: a percepção dos gestores dos principais teatros de Brasília. Turismo: Visão e Ação, Balneário Camboriú, v. 22, n. 3, p. 575-596, 2020. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/article/view/17008/9639>. Acesso em: 16 jul. 2024.

FLICK, Uwe. Qualidade na pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Bookman: Artmed, 2009.

GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. A construção do conceito de Tecnologia Assistiva: alguns novos interrogantes e desafios. Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade, v. 2, n. 1, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/7064/6552>. Acesso em: 19 jul. 2024.

GONÇALVES, Luana Bortoletto; CINELLI, Milton José. Tecnologia Assistiva: o Design da Informação em imagens táteis como recurso na experiência de deficientes visuais em museus. Projetica, Londrina, v. 11, n. 1, p. 16-36, 2020. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/projetica/article/view/35761>. Acesso em: 16 jul. 2024.

LAM, Kit Ling; CHAN, Chung-Shing; PETERS, Mike. Understanding technological contributions to accessible tourism from the perspective of destination design for visually impaired visitors in Hong Kong. Journal of Destination Marketing & Management, v. 17, p. 1- 9, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jdmm.2020.100434>. Acesso em: 25 jul. 2024.

LAVILLE, Christian.; DIONNE, Jean.; SIMAN, Lana Mara de Castro. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

MCKERCHER, Bob; DARCY, Simon. Re-conceptualizing barriers to travel by people with disabilities. *Tourism Management Perspectives*, v. 26, p. 59-66, 2018.

MELO, Juliana Silva; FERST, Marklea da Cunha. Para cego ver: análise da acessibilidade no Palacete Provincial em Manaus para turista com deficiência visual. *Ateliê do Turismo, Campo Grande*, v. 6, n.2, p. 232 - 251, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/adturismo/article/view/16196>. Acesso em: 16 jul. 2024.

MORAES, Marcia. PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual. In: MORAES Marcia; KASTRUP, Virgínia (org.). *Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual*. Rio de Janeiro: Nau. 2010. p. 26-51.

MÜLLER, Dalila; ROSSO, Fabíula Colatto. Uso de maquetes táteis para o conhecimento do patrimônio: análise de uma experiência turística inclusiva em Pelotas/RS. *Revista Confluências Culturais, Joinville*, v. 10, n. 3, p. 62-74, 2021. Disponível em: <https://periodicos.univille.br/RCC/article/view/1665>. Acesso em: 16 jul. 2024.

NASCIMENTO, Eduardo Duarte do; UVINHA, Ricardo Ricci. Programa Turismo Acessível na cidade de São Paulo: reflexões e possibilidades. *Turydes - Revista Turismo y Desarrollo*, [s.l.], v. 9, n. 20, p. 1-18, 2016. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/turydes/20/acessibilidade.html>. Acesso em: 16 jul. 2024.

NOBRE, Jeruza Santos; SOARES, Kamila Lemes; CARDOSO, Eduardo. Turismo acessível em Porto Alegre: material informativo e Comunicação Aumentativa e Alternativa. *RevistAleph, Niterói*, n. 35, p. 219-237, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/revistaleph.vi35.45588> . Acesso em: 16 jul. 2024.

OLIVEIRA, Tayene Coelho Gonçalves; SILVEIRA, Carlos Eduardo. A percepção do usuário na disponibilização de maquetes táteis para pessoas com deficiência visual em atrativos turísticos: um estudo no Museu Oscar Niemeyer - Curitiba - PR. *Turismo: Visão e Ação, Balneário Camboriú*, v. 23, n. 1, p. 575-596, 2021. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/article/view/17322/9862>. Acesso em: 10 jul. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. UN Tourism Barometer. 2024. Disponível em: <https://www.unwto.org/un-tourism-world-tourism-barometer-data>. Acesso em: 21 maio 2024.

OZTURK, Yuksel; YAYLI, Ali; YESILTAS, Mehmet. Is the Turkish tourism industry ready for a disabled customer's market?: the views of hotel and travel agency managers. *Tourism Management*, v. 29, n. 2, p. 382-389, 2008.

PREISER, Wolfgang; RABINOWITZ, Harvey; WHITE, Edward. *Post-occupancy evaluation*. New York: van Nostrand Reinhold, 1988.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. *Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROCHMAN, Gina Puspitasari; SYAODIH, Ernady; AJI, Riswandha Risang. How Accessible is Tourism for People With Disabilities?. In: *SCIENCE AND TECHNOLOGY RESEARCH SYMPOSIUM, 2021, Bandung*. Anais [...]. Bandung: KnE Social Sciences, 2022, p. 211-218.

SISTO, Roberta; CAPPELLETTI, Giulio Mario; BIANCHI, Piervito; SICA, Edgardo. Sustainable and accessible tourism in natural areas: a participatory approach. *Current Issues in Tourism*, v. 1, n. 18, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13683500.2021.1920002>. Acesso em: 25 jul. 2024.

TAVARES, Beatriz Carvalho; TOMÉ, Marcello. Turismo Cafeeiro: experiências, expectativas e percepções de pessoas com deficiência visual. *CULTUR - Revista de Cultura e Turismo, Ilhéus*, v. 16, n. 2, p. 1-22, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/cultur/article/view/3321>. Acesso em: 16 jul. 2024.

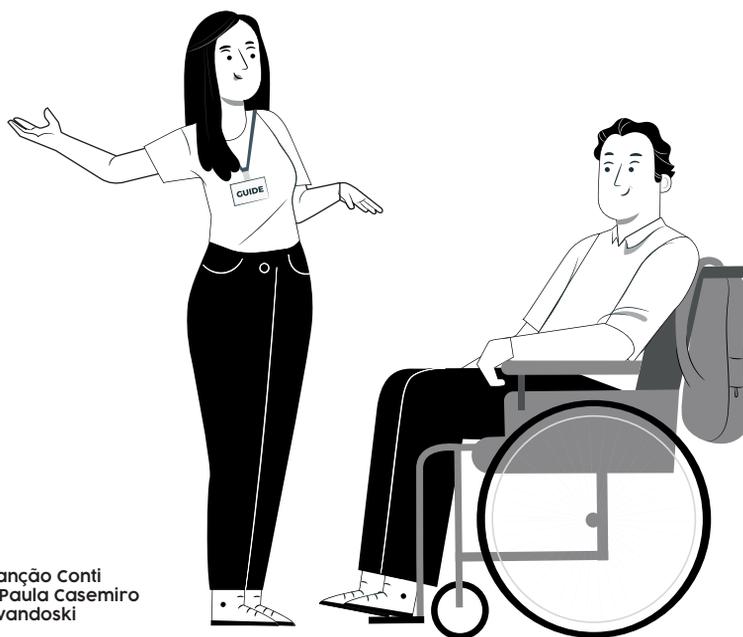
TRAVASSOS, Guilherme H.; SANTOS, Paulo Sérgio Medeiros dos; MIAN, Paula Gomes; MIANNETO, Paula Gomes; BIOLCHINI, Jorge. An Environment to Support Large Scale Experimentation in Software Engineering. In: *IEEE INTERNATIONAL CONFERENCE ON ENGINEERING OF COMPLEX COMPUTER SYSTEMS, 13., 2008*. Proceedings [...]. New York: IEEE, 2008, p. 193-202.

WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL. El sector de viajes y turismo contribuirá con 169.3 mil millones de dólares al PIB de Brasil durante 2024. 2024. Disponível em: <https://wttc.org/news-article/el-sector-de-viajes-y-turismo-contribuira-con-169-3-mil-millones-de-dolares-al-pib-de-brasil-durante-2024-wttc>. Acesso em: 21 maio 2024.

ZABŁOCKI, Marek et al. Designing Innovative Assistive Technology Devices for Tourism. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, [s.l.], n. 19, v. 21, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijerph192114186>. Acesso em: 04 jun. 2024.

CAPÍTULO 3

ACESSIBILIDADE NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



Bruna Ranção Conti
Ítalo de Paula Casemiro
Joice Lavandoski



Este capítulo tem como objetivo apresentar uma etapa do Projeto que se voltou para um levantamento sobre a acessibilidade junto às Secretarias Municipais de Turismo do Estado do Rio de Janeiro. Assim, foi realizada uma pesquisa envolvendo os 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, a partir do contato com as Secretarias Municipais de Turismo e o envio, por e-mail, de um questionário elaborado em plataforma digital. O questionário foi elaborado contendo perguntas (Apêndice D) versando sobre:

- 1) a gestão pública (existência de Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência; Órgão Municipal voltado para a pessoa com deficiência; Lei Municipal sobre Acessibilidade; Comissão Permanente de Acessibilidade; e Plano Diretor de Turismo que contemple a acessibilidade);
- 2) a existência de atrativos adaptados e acessíveis e;
- 3) a existência de informações acessíveis e pessoal capacitado para atender as pessoas com deficiência.

Vale destacar que para a elaboração das perguntas referentes às adaptações físicas dos espaços (Centro de Informação/Atendimento ao Turismo e atrativos turísticos) foi utilizada como parâmetro a NBR 9050:2020, que prevê as condições de acessibilidade em edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos, empregando os conceitos de desenho universal e tecnologia assistiva na concepção da acessibilidade. Além disso, vale ressaltar que as questões passaram por uma análise de uma equipe multidisciplinar, no intuito de validar o conteúdo das questões, a compreensão e a clareza das indagações.

Os dados foram coletados no período de fevereiro a agosto de 2024, contemplando uma amostra de 62 municípios que responderam os questionários em sua totalidade. Os dados foram tabulados no Microsoft Excel 2010 e analisados de forma descritiva. Sobre o perfil dos respondentes, todos os participantes são profissionais que atuam na Secretaria Municipal de Turismo (n=62). A listagem das Secretarias Municipais que responderam o questionário está disponível no Apêndice E. A classificação dos municípios que participaram da pesquisa, por Região Turística (SETUR-RJ, 2024), está apresentada no Quadro 1.

Quadro 1: Classificação dos municípios da pesquisa por Região Turística

Região Turística	Quantidade de municípios
Agulhas Negras	2
Águas do Noroeste	10
Baixada Verde	8
Caminhos Coloniais	4
Caminhos da Mata	4
Caminhos da Serra	7
Costa do Sol	6
Costa Doce	3
Costa Verde	4
Metropolitana	2
Serra Verde Imperial	3
Vale do Café	9

Fonte: Dados da pesquisa (2024), com base em SETUR-RJ (2024)

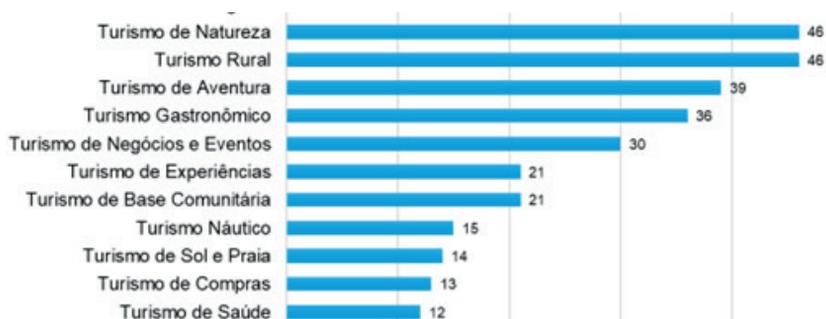
Por meio da classificação dos municípios nas doze Regiões Turísticas do Estado do Rio de Janeiro (SETUR-RJ, 2024), identifica-se que a amostra da pesquisa (n=62) contemplou todas as Regiões Turísticas do Estado do Rio de Janeiro. Além disso, a maioria dos municípios da amostra pertencem às seguintes Regiões: “Águas do Noroeste”, “Vale do Café”, “Baixada Verde”, “Caminhos da Serra” e “Costa do Sol”.

Usando a classificação dos municípios disponível no Mapa do Turismo (Brasil, 2024), dos 62 municípios participantes, 39 destes integram alguma Região Turística, sendo que cinco estão na categoria A; oito estão na categoria B; dez estão na categoria C; e dezesseis estão na categoria D. Esta categorização é um instrumento elaborado pelo Ministério do Turismo para identificar o desempenho da economia do setor de Turismo nos municípios que constam no Mapa do Turismo Brasileiro (Brasil, 2024).

Ao caracterizar os tipos/segmentos de turismo existentes nos municípios participantes da pesquisa, nota-se que o turismo histórico-cultural é o mais representativo, estando presente em quase a totalidade da amostra (n=58). Há também outros segmentos que se destacam, como o turismo religioso (n=49), o de natureza (n=46) e o turismo rural (n=46). Há, portanto, uma diversidade na oferta turística no Estado do Rio de Janeiro, como pode ser

observado na Figura 1. Importa observar que, em função dos diferentes tipos de segmentos turísticos, há também diferentes tipos de ambientes e públicos, que possuem diferentes demandas. Como visto em alguns estudos, áreas protegidas (Santos, 2021) e zoológicos (Balleste; Naoumova, 2022), por exemplo, carecem de infraestrutura adequada para pessoas com deficiência.

Figura 1: Segmentos de turismo presentes nos municípios da pesquisa

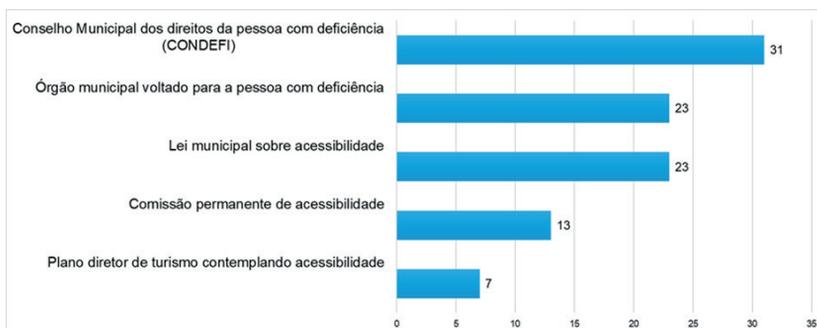


Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Sobre a existência de Conselho Municipal de Turismo nos municípios, a ampla maioria dos participantes (n=54) indicou a existência de um Conselho em atividade, no entanto, dois municípios apontaram não existir tal arena de negociação.

Com relação à análise da adequação dos documentos de políticas públicas dos municípios ao tema da acessibilidade, considerou-se a existência ou não de Lei Municipal sobre Acessibilidade, e se o Plano Diretor de Turismo do município contempla a temática da acessibilidade. Já sobre os espaços de negociação da gestão, foram identificadas a existência ou não de Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Órgão Municipal voltado para a pessoa com deficiência e Comissão Permanente de Acessibilidade. A Figura 2, a seguir, evidencia a situação encontrada nos 62 municípios respondentes.

Figura 2: Políticas Públicas de Acessibilidade nos Municípios



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

De acordo com o gráfico anterior, 23 municípios possuem Plano Municipal sobre Acessibilidade e um Órgão voltado para o atendimento de pessoas com deficiência (PcD), o que sugere um avanço no reconhecimento institucional da necessidade de regulamentação sobre o tema. Além disso, entre as normativas e legislações existentes em prol da acessibilidade, foi observado que metade dos participantes (n=31) indicaram a existência do Conselho Municipal dos direitos da pessoa com deficiência (CONDEFI), o que é um dado positivo, pois indica que há uma instância formal para discutir e monitorar os direitos desse grupo. No entanto, a questão a ser feita é: o CONDEFI tem efetivamente influência nas decisões e no planejamento urbano e turístico? Embora a existência do conselho seja um bom sinal, sua eficácia depende da sua autonomia e da capacidade de implementar mudanças.

É salutar que a legislação, por si só, não resolva problemas de acessibilidade, para além disso, é essencial haver um sistema de monitoramento, acompanhamento de resultados e aplicação de sanções em caso de descumprimento da legislação. A colaboração entre órgãos locais, como o CONDEFI e as entidades turísticas, pode ser uma solução. Como discutido por Santos, Oliveira e Flórez (2024), são necessários estudos sobre as condições específicas que afetam as normas e legislações voltadas às PcDs, no intuito de investigar como as normas vêm sendo aplicadas e como estas atendem ou não as necessidades das PcDs. Importante observar que as políticas são de suma importância para reduzir as desigualdades e promover a acessibilidade, tendo em vista que a falta dessas políticas é um fator gerador de exclusão social (Yamamoto, 2021). Além disso, o lazer é um

dos espaços estruturantes para a redução da discriminação e preconceito contra PcDs (Mazzotta; D'antino, 2011), por isso, o acesso aos espaços pelo público, seja ele turista ou não, é elementar.

No entanto, é preocupante o dado sobre a existência de um Plano Diretor de Turismo que contemple a acessibilidade nos municípios da pesquisa, pois apenas sete indicaram a existência de tal plano, o que reflete uma falta de planejamento estratégico que considere as necessidades de acessibilidade no desenvolvimento turístico. Fato este que corrobora com os apontamentos feitos por Devile (2009), no que se refere à necessidade de desenvolvimento de uma cultura de acessibilidade, que envolva os diferentes atores de modo organizado e colaborativo, algo que começa pelo planejamento. Portanto, do ponto de vista da organização da gestão pública e dos documentos norteadores das políticas de acessibilidade no turismo, percebe-se que ainda há uma lacuna importante a ser preenchida para que a acessibilidade e a inclusão sejam temas relevantes na gestão municipal do turismo.

Ainda no âmbito da legislação, foi questionado se o órgão municipal responsável pelo turismo aplica a legislação e as normas de acessibilidade (especialmente a NBR 9050 de 2020) na elaboração de termos de referência e/ou projetos para atrativos turísticos. Nota-se, pelos resultados, que o atendimento às normas técnicas de acessibilidade são um grande desafio para os participantes, tendo em vista que apenas 13 indicaram atender aos requisitos de normas. Além disso, 20 participantes apontaram o desconhecimento dessa informação. De fato, como observado em diversos estudos (como exemplo, Henriquez et al., 2022; Rodrigues; Valduga, 2021), o atendimento das normas de acessibilidade ainda é um grande desafio no campo do turismo, mas não apenas.

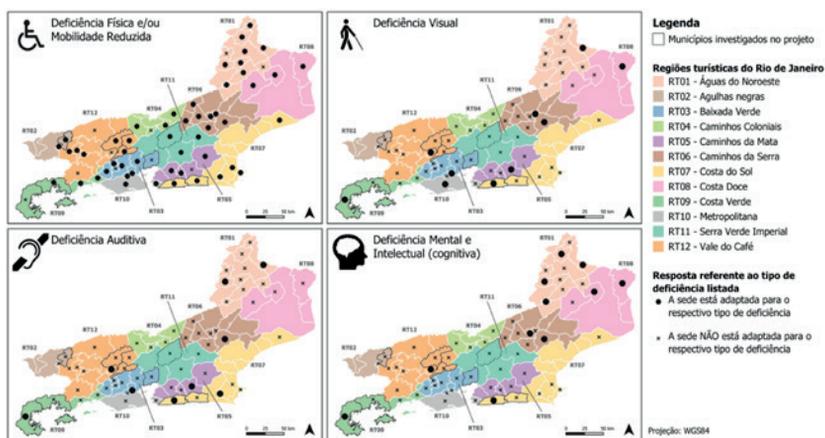
E quando questionados se o órgão municipal responsável pelo turismo tem conhecimento sobre o “Programa Turismo Acessível” do Ministério do Turismo, que teve início em 2012, 27 responderam que sim, 19 responderam que não, e 16 não souberam responder. Nesse sentido, ao serem indagados sobre a busca de informações sobre o Turismo Acessível, pouco mais da metade (n=32) afirmou fazer essa busca.

Ao serem questionados sobre a existência de linhas de crédito destinadas à adequação de edifícios e pontos turísticos às necessidades de PcDs, a maioria dos participantes afirmou desconhecer essa possibilidade. No entanto, segundo Duarte e Honorato (2020), os gestores públicos apontam

a dificuldade financeira como uma das barreiras para a promoção de adaptações em espaços culturais. Nesse sentido, esses dados reforçam a lacuna existente à nível municipal para promoção de um turismo mais inclusivo, destacando-se os limitados conhecimentos apresentados pelos órgãos municipais de turismo.

A seguir são apresentados os resultados obtidos com as perguntas relativas à adaptação da Prefeitura Municipal e dos atrativos turísticos do município. Ao analisar a acessibilidade da sede da Prefeitura Municipal (Figura 3), nota-se que menos de um terço dos participantes (n=18) indicaram a adequação da sede para PcDs, sendo a maioria sem adequação ou apenas parcialmente (n=44). Dentre as adaptações feitas nas sedes, as de maior destaque são aquelas voltadas às pessoas com mobilidade reduzida, indicada por 45 participantes. Essas ações se concentram em mudanças relativamente simples, como vaga em estacionamento para PcD (n=36) e algum tipo de acessibilidade nas entradas dos edifícios (n=40). Adaptações de maior relevância, como o piso tátil para PcD (n=05) e profissional capacitado para o atendimento de PcD (n=03), estão presentes de forma pontual em poucas prefeituras. Vale lembrar que, segundo a Lei nº 13.146/2025, deve-se ter vagas reservadas próximas aos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem PcDs ou com comprometimento de mobilidade.

Figura 3: Prefeituras adaptadas às PcDs

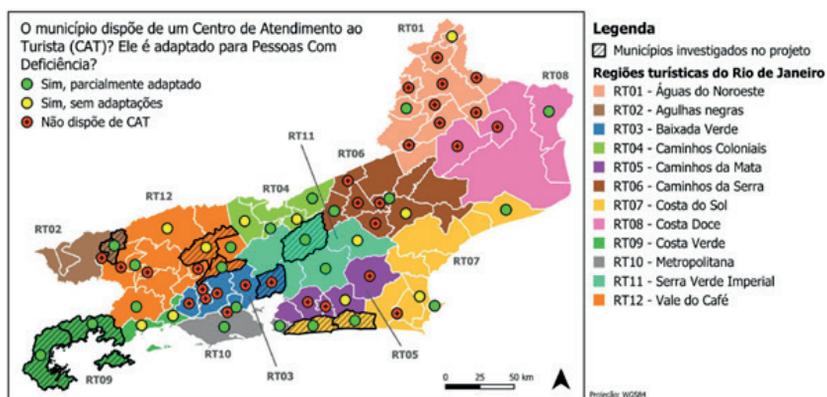


Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Ao serem indagados sobre a existência de servidores PcDs, a maioria dos participantes (n=45) indicou a existência de servidores nesta condição, o que nos leva a acreditar que não há o adequado atendimento às necessidades destes servidores, tendo em vista que apenas 18 participantes indicaram que a sede da prefeitura está adequada para as necessidades de PcDs.

A Figura 4, a seguir, ilustra que pouco mais da metade dos municípios participantes (n=33) indicaram a existência de um Centro de Atendimento ao Turista (CAT), mas nem todos possuem algum tipo de adaptação para receber o turista PcD.

Figura 4: Centros de Atenção ao Turista adaptados para PcDs



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Assim como observado nos resultados sobre as adaptações para PcD nas prefeituras, o mesmo padrão se repete nos CATs, sendo que a adaptação mais comum são as entradas com alguma acessibilidade (n=20) ou vaga no estacionamento para PcD (n=13), como demonstrado no Quadro 2.

Quadro 2: Adaptações nos Centros de Atendimento ao Turista

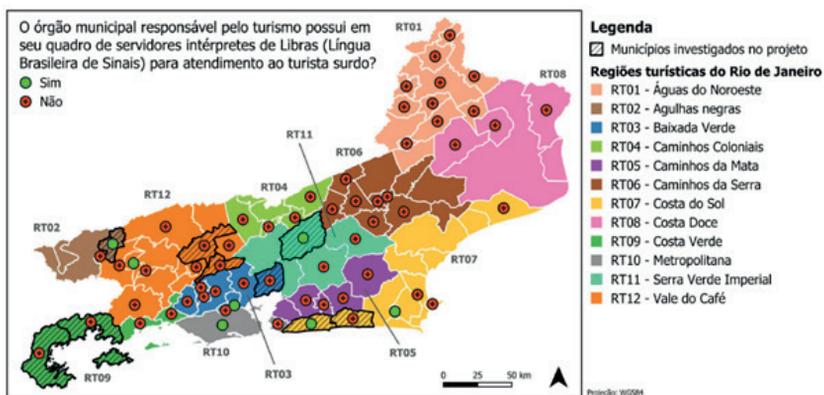
Adaptações presentes nos CATs	Quantidade de municípios
Alguma entrada à edificação acessível	20
Estacionamento com alguma vaga demarcada para pessoas com deficiência (PcD) / Idoso / Gestante	13

Balcão de recepção acessível para pessoa com deficiência física e/ou com mobilidade reduzida	11
Banheiros adaptados nas áreas de uso comum para pessoa com deficiência física e/ou com mobilidade reduzida	11
Escadas e rampas com corrimão em duas alturas e sinalização tátil adequada	7
Piso tátil para pessoas com deficiência visual nas áreas comuns	5
Profissional capacitado para apoio ou atendimento à pessoa com deficiência (PcD)	4
Balcão de recepção acessível para pessoa com deficiência visual	3
Recepção sinalizada com o Símbolo Internacional de Acesso (SIA)	2
Alarmes de emergência visuais e sonoros nos sanitários acessíveis	1
Equipamentos eletromecânicos de elevação (plataforma / elevador)	1
Sinalização em braille e relevo (placas e mapas)	0

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Acerca da presença de intérpretes de Libras (Língua Brasileira de Sinais), que é um recurso elementar para atender parte do público PcD, apenas sete municípios indicaram ter esse profissional disponível, como evidenciado na Figura 5, a seguir.

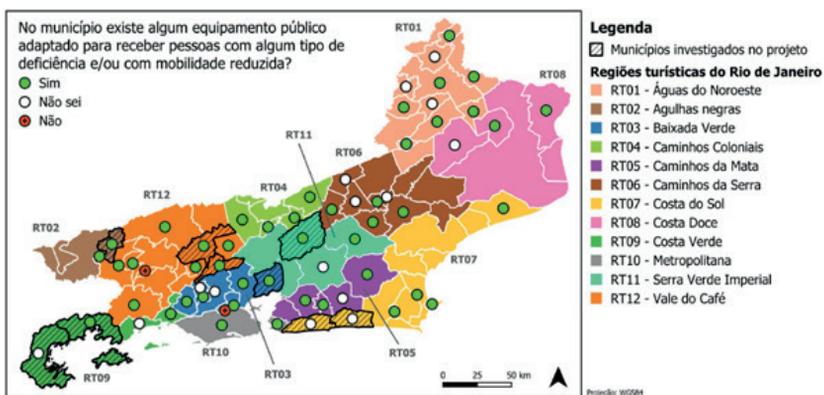
Figura 5: Intérpretes de Libras para atendimento ao turista surdo



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

No que diz respeito à acessibilidade dos atrativos turísticos, 51 municípios responderam que possuem algum equipamento turístico (parque, museu, mirante, ou outro atrativo turístico) adaptado para receber pessoas com algum tipo de deficiência e/ou com mobilidade reduzida (Figura 6).

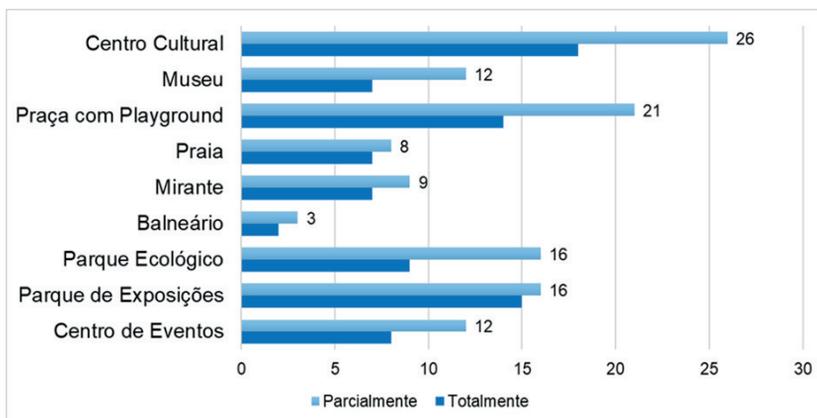
Figura 6: Municípios com equipamentos públicos de turismo adaptados



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

No entanto, muitos dos atrativos estão apenas parcialmente adaptados, como demonstrado na Figura 7.

Figura 7: Acessibilidade dos atrativos turísticos

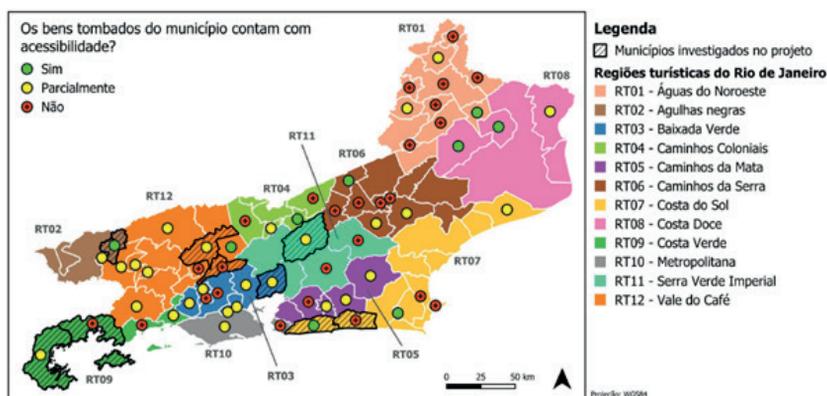


Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Nota-se pelos resultados da Figura 7, que os atrativos naturais, como os balneários, parques, mirantes e praias são os menos adaptados para receber pessoas com deficiência. Em contrapartida, os equipamentos destinados à recepção de eventos, como parque de exposições, centros de eventos e centros culturais estão melhor preparados para a recepção desse público. Importante considerar que a acessibilidade é um fator relevante no contexto turístico, sendo um dos fatores para a tomada de decisão no processo de escolha de destinos (Tronca; Franzen; Cesar, 2020; Ferst; Anjos; Kuhn, 2023). Além disso, é possível que parte desses espaços estejam sobre a gestão da iniciativa privada, o que pode favorecer maior atenção dos gestores para a temática. No entanto, é importante destacar ainda, a existência de praças públicas acessíveis, um equipamento que além de atender aos turistas, é essencial para a promoção do lazer aos residentes.

Com relação aos bens tombados dos municípios, apenas 9 responderam que possuem algum desses bens totalmente adaptado, e 27 que possuem algum bem tombado parcialmente adaptado (Figura 8). Vale ressaltar que o turismo cultural e histórico envolve visitas a museus, centros históricos, monumentos, espaços religiosos, entre outros, que são muitas vezes antigos e podem apresentar barreiras de acessibilidade. Como visto no estudo de Yamamoto (2021), ao analisar o caso da Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, na cidade do Rio de Janeiro, são necessárias estratégias diferenciadas para lidar com a acessibilidade em espaços tombados que, em muitos dos casos, apresentam baixa adequação às normas de acessibilidade.

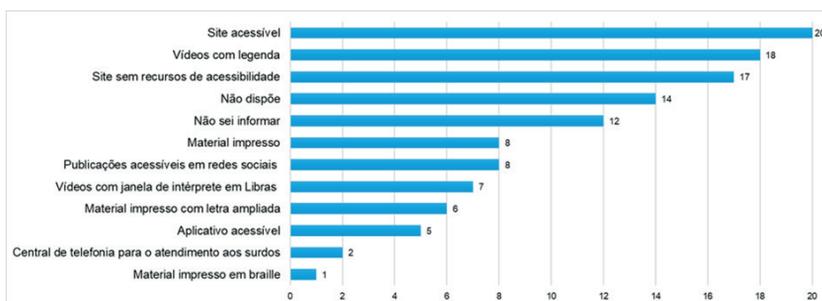
Figura 8: Bens tombados adaptados



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Sobre a acessibilidade das informações e os materiais promocionais disponibilizados aos turistas, 20 municípios afirmaram possuir sites com recursos de acessibilidade. Apenas uma quantidade mínima de municípios conta com: central de telefonia para o atendimento aos surdos, material impresso com letra ampliada, publicações acessíveis em redes sociais (como texto alternativo para imagens, audiodescrição, legendas e/ou libras para áudio e vídeos), ou aplicativo acessível, como demonstrado na Figura 9.

Figura 9: Acessibilidade das informações disponibilizadas aos turistas



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Ao serem indagados sobre a divulgação de produtos e serviços turísticos acessíveis no site municipal, apenas 11 participantes indicaram haver essa informação no site, o que pode ser reflexo da pouca atenção dada ao público PcD por parte dos municípios. A acessibilidade em websites no contexto do turismo, de fato, é um desafio. Como identificado no estudo de Tonini et al. (2022), a acessibilidade e o atendimento dos pressupostos do desenho universal, são uma limitação em sites turísticos que podem impactar na visibilidade e na promoção de destinos nos meios digitais.

Especificamente sobre os websites das prefeituras, é importante destacar que o site é um recurso importante para a promoção do turismo e, para atender ao público com diferentes limitações de acessibilidade, neste sentido, é relevante que as prefeituras disponibilizem recursos para acessibilidade em seus websites. No entanto, como demonstrado na Figura 10 a seguir, são poucas as prefeituras que possuem algum tipo de recurso para acessibilidade em seu site. Esse resultado é inclusive contraditório com o que apontaram os participantes sobre acessibilidade em recursos promocionais (como visto na Figura 9), pois 20 participantes indicaram ter acessibilidade no website institucional. Entre outros aspectos, isso pode

indicar um desconhecimento sobre o que seria a acessibilidade em um website, por exemplo.

Figura 10: Acessibilidade nos sites das prefeituras municipais



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Sobre o monitoramento do turismo acessível nos municípios, o quadro a seguir compila as respostas com relação aos dados e informações turísticas levantados pelos municípios:

Quadro 3: Informações sobre o Turismo Acessível nos municípios

Dado	Quantidade de municípios que possui o dado
Perfil do Turista	27
Perfil do Turista com algum tipo de deficiência	9
Número de quartos acessíveis	26
Nível de acessibilidade em seus equipamentos turísticos	7

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

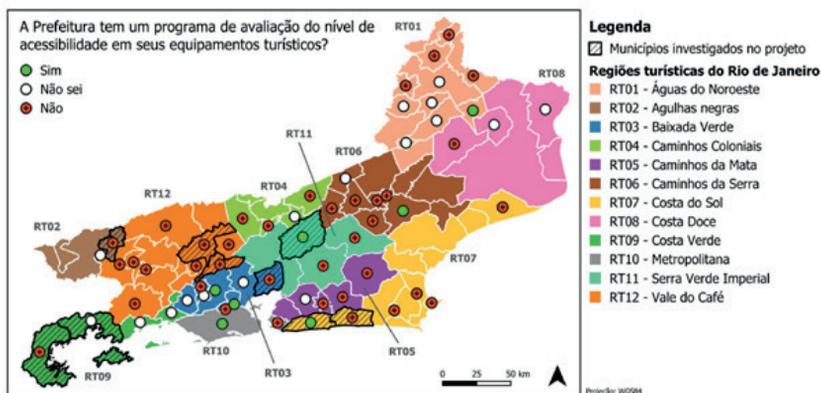
Menos da metade dos participantes (n=27) indicaram ter informações sobre o perfil do turista que visita o município, o que é um aspecto elementar, entre outras coisas, para conhecer as possíveis necessidades e preferências do público. Além de grande parte dos municípios não possuírem o perfil do turista, o cenário piora ao se observar que apenas nove participantes indicaram ter alguma informação sobre o perfil do turista PcD, sendo que a ampla maioria (n=43) não possui essa informação. Sem dados sobre o perfil do turista com deficiência

ou mobilidade reduzida, o município está “no escuro” em relação a esse público.

Acerca de quartos acessíveis, também nota-se que a maioria dos municípios (n=30) não possui informações sobre quartos acessíveis nos meios de hospedagem. Isso limita a capacidade de planejar adequadamente serviços, infraestrutura e atrativos que realmente atendam às necessidades desses turistas.

Além disso, poucas são as prefeituras que possuem algum tipo de programa de avaliação do nível de acessibilidade de seus equipamentos turísticos (n=07), como evidenciado na Figura 11.

Figura 11: Avaliação da acessibilidade dos equipamentos turísticos



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Este resultado revela a falta de acompanhamento visando avanços e melhorias na acessibilidade dos espaços turísticos. A falta de programas de avaliação da acessibilidade demonstra ainda uma desconexão entre a legislação nacional, como o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão - Lei nº 13.146/2015), e as práticas adotadas pelos entes municipais, pois se não há o acompanhamento, não há como produzir indicadores que possam apontar melhorias ou deficiências nos equipamentos turísticos, quanto à acessibilidade.

Outra importante questão diz respeito às ações de sensibilização promovidas pelos órgãos responsáveis pelo turismo. Dos 62 participantes, 39 indicaram

não existir campanhas no intuito de sensibilizar a cadeia produtiva do turismo. Isso sugere uma falha na sensibilização dos diversos atores da cadeia produtiva, como por exemplo, hotéis, restaurantes, agências de turismo e outros serviços. Sem campanhas educacionais e de sensibilização, é provável que os prestadores de serviços turísticos não estejam cientes ou motivados a implementar boas práticas de acessibilidade. A ausência de treinamento e sensibilização pode resultar na perpetuação de práticas excludentes, não alterando (pelo menos a curto e médio prazo) o cenário da acessibilidade nos meios turísticos do Estado do Rio de Janeiro.

Além desta análise sobre os resultados obtidos junto ao questionário destinado às Secretarias Municipais de Turismo (resultados descritos acima), também foram elaborados dois mapas digitais com dados georreferenciados (Apêndice F) que estão disponíveis no website do “Projeto Turismo Acessível para Todos no Estado do Rio de Janeiro”. O mapa denominado “Turismo Acessível RJ - Secretarias Municipais” permite a visualização gráfica dos municípios que responderam o questionário, e está disponível através do link: <https://bit.ly/taccess01>

De forma complementar, o mapa denominado “Turismo Acessível RJ - Respostas das Secretarias Municipais” permite a visualização gráfica das respostas para as principais perguntas do questionário, e está disponível através do link: <https://bit.ly/taccess02>

REFERÊNCIAS

BALLESTE, Samantha Medeiros; NAOUMOVA, Natalia. Acessibilidade em Jardins Zoológicos: um estudo no Parque Zoológico da FZB/RS. Risco - Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online), v. 20, p. 1-18, 2022.

BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência). Brasília, 2015.

BRASIL. Mapa do Turismo. 2024. Disponível em: <https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>. Acesso em: 21 out. 2024.

DEVILE, Eugenia Lima. O desenvolvimento do Turismo Acessível: dos argumentos sociais aos argumentos de mercado. Revista Turismo & Desenvolvimento, n. 11, p. 39-46, 2009.

DUARTE, Donária Coelho; HONORATO, Thaiza Silveira. Turismo cultural acessível: a percepção dos gestores dos principais teatros de Brasília. Turismo: Visão e Ação, v. 22, p. 575-596, 2020.

FERST, Marklea da Cunha; ANJOS, Sara Joana Gadotti dos; KUHN, Vitor Roslindo. Valoração da Acessibilidade na Hotelaria e a Lealdade do Turista com Deficiência. Turismo: Visão e Ação, v. 25, n. 2, p. 243-262, 2023.

FLÓREZ, Dayanna Fernández. Acessibilidade em turismo: identificando padrões e tendências. Cenário: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território, v. 12, n. 1, p. 1-21, 2024.

SUÁREZ HENRÍQUEZ, Cristian; RICOY CANO, Adrián Jesús; HERNÁNDEZ GALÁN, Jesús; DE LA FUENTE-ROBLES, Yolanda María. The past, present and future of accessible tourism research: a bibliometric analysis using Scopus Database. Journal of Accessibility and Design for All, v. 7, n. 2, p. 26-60, 2022.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira; D'ANTINO, Maria Eloísa Famá. Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer. Saúde e sociedade, v. 20, p. 377-389, 2011.

SANTOS, Luana Cândido dos. Inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência em espaços naturais: perspectivas e possibilidades em Unidades Protegidas do Recife. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. 2021.

SANTOS, Lúcia Oliveira da Silveira; OLIVEIRA, Josefa Laize Soares; FLÓREZ, Dayanna Fernández. Acessibilidade em turismo: identificando padrões e tendências. Cenário: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território, v. 12, n. 1, p. 1-21, 2024.

SETUR-RJ. Secretaria de Estado de Turismo do Rio de Janeiro. Regiões e cidades. Disponível em: <https://www.turismo.rj.gov.br/category/regioes/>. Acesso em: 16 out. 2024.

RODRIGUES, Igor Moraes; VALDUGA, Valduga. Turismo acessível para pessoas com deficiências: a produção científica dos periódicos de turismo do Brasil. Revista Turismo em Análise, v. 32, n. 1, p. 59-78, 2021.

TONINI, Hernanda et al. Avaliação de Websites de Regiões de Enoturismo: casos brasileiros e internacionais. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, v. 16, p. e-2684, 2022.

TRONCA, Bruna; FRANZEN, Letícia Indart; CESAR, Pedro de Alcântara Bittencourt. Turismo, hospitalidade e acessibilidade: a perspectiva do usuário do espaço urbano. Rosa dos Ventos, v. 12, n. 1, p. 210-227, 2020.

YAMAMOTO, Thais. Patrimônio histórico e acessibilidade: um estudo de caso no entorno da Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro na cidade do Rio de Janeiro. Dissertação (mestrado). Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. 2021.

CAPÍTULO 4

PANORAMA DA ACESSIBILIDADE EM DESTINOS TURÍSTICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

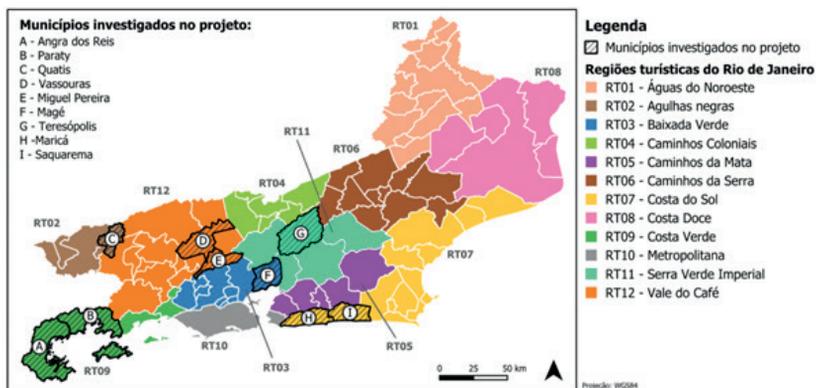


Maria Jaqueline Elicher
Joice Lavandoski
Janicy Aparecida Pereira
Rocha
Bruna Ranção Conti
Lucas Rodrigues de Barros
Anna Carolina Pereira Rocha
Beatriz Pimentel Lopes
Stephanie Porto de Oliveira
Ian Carvalho de Andrade
Kamilla Aguiar de Sousa Costa
Roberta Matos Gomes



Neste capítulo é apresentado o mapeamento sobre a acessibilidade de atrativos turísticos localizados em nove municípios escolhidos para compor a amostra, a saber: Angra dos Reis, Magé, Maricá, Miguel Pereira, Paraty, Quatis, Saquarema, Teresópolis e Vassouras. Na Figura 1 é apresentado um mapa com a localização desses municípios nas doze regiões turísticas no Estado do Rio de Janeiro (SETUR-RJ, 2024).

Figura 1: Localização dos municípios analisado nas respectivas regiões turísticas



Fonte: Elaboração própria (2024)

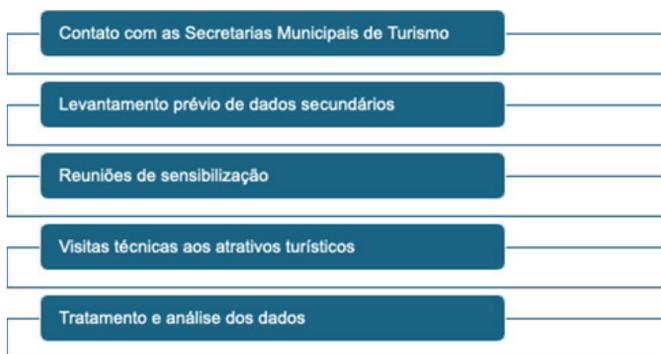
Os municípios analisados se concentram na zona sul fluminense, distribuídos nas seguintes regiões turísticas: Vale do Café (Vassouras e Miguel Pereira), Costa do Sol (Saquarema e Maricá), Costa Verde (Angra dos Reis e Paraty), Serra Verde Imperial (Teresópolis), Baixada Verde (Magé) e Agulhas Negras (Quatis).

O objetivo desta fase da pesquisa foi mapear, de forma geral, as condições atuais de acessibilidade dos principais atrativos turísticos geridos pelo poder público nesses municípios. Portanto, não foram mapeados os atrativos turísticos privados. O mapeamento permite elaborar um diagnóstico dos municípios e contribuir para o planejamento de ações que visem melhorias e adaptações dos ambientes para torná-los acessíveis às pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida. Portanto, por meio do mapeamento pode-se: a) incentivar a acessibilidade e propor adequações para ambientes; b) equiparar oportunidades de inclusão; c) sensibilizar e conscientizar a comunidade local e os turistas em geral sobre a inclusão de pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida; e d) contribuir para a elaboração de políticas públicas.

A elaboração do mapeamento teve como fundamentação a seguinte legislação federal: a) Lei nº 10.098/00, regulamentada pelo Decreto nº 5.296/04, que estabelece normas gerais para a promoção da acessibilidade, e que tornam obrigatórias estas adequações em todas as edificações públicas e de uso coletivo, nos edifícios de serviço e comércio bem como em todas as vias e transportes públicos; b) Lei nº 13.146/2015, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI); e c) as principais normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a saber: a NBR 9050/20, a NBR 16.537/24, a NBR 16.452/16, NBR 15.450/2006 e a NBR 15.599/08.

A metodologia utilizada para o mapeamento envolveu cinco fases, cujas atividades são descritas após a apresentação da Figura 2, a seguir.

Figura 2: Metodologia utilizada no mapeamento sobre a acessibilidade em atrativos turísticos



Fonte: Elaboração própria (2024)

Um detalhamento das atividades, o período de realização delas e seus objetivos, são detalhados abaixo:

a) Contato com as Secretarias Municipais de Turismo: realizado durante os meses de março a junho de 2024 pela equipe técnica do projeto que envolveu o contato telefônico e por email, mediante envio de ofício, com o objetivo de apresentar o projeto e informar sobre a realização da visita-técnica para fins de mapeamento dos atrativos. Eventualmente algum contato com os representantes municipais também foi possível mediante a participação dos coordenadores do projeto em feiras e eventos da área do Turismo, como na WTM Latin America (em São Paulo) e no Salão do Turismo (Rio de Janeiro).

b) Levantamento prévio de dados secundários: realizado no mês de junho de 2024 pela equipe acadêmica do projeto com o objetivo de identificar e definir os principais atrativos turísticos com alguma acessibilidade em cada município. Esse levantamento foi obtido por meio de dados secundários, nos websites dos municípios, no TripAdvisor e no Google. O levantamento gerou uma listagem com indicação de atrativos turísticos que poderiam ser mapeados presencialmente.

c) Reuniões de sensibilização: com as Secretarias Municipais de Turismo antes da realização das visitas e/ou na chegada ao município, para apresentar o projeto, obter indicações de locais de visitação e, porventura, para o acompanhamento de algum representante municipal nas visitas aos atrativos.

d) Visitas técnicas aos atrativos turísticos: com observação in loco e registro por meio de anotações e fotografias feitas pelo coordenador técnico do projeto, Engenheiro Paulo Néelson Araujo. As visitas foram realizadas nos meses de junho e julho de 2024, com transporte financiado pelo projeto (Solares ASC e UNIRIO) contendo a identificação do projeto por meio de um adesivo nas portas dianteiras do automóvel.

e) Tratamento e análise dos dados: a equipe acadêmica e técnica do projeto realizou a análise dos dados durante os meses de agosto, setembro e outubro de 2024. A análise dos dados, de natureza qualitativa, permitiu gerar textos e quadros analíticos, mapas georreferenciados com as informações das condições de acessibilidade atual em cada atrativo turístico visitado; além de relatórios técnicos que serão entregues às Secretarias Municipais contendo o resultado detalhado do mapeamento sobre a acessibilidade nos atrativos turísticos.

Os relatórios técnicos contêm textos e quadros analíticos com a situação atual da acessibilidade do atrativo, a ação recomendada e a referência normativa para cada um dos 13 itens analisados em cada atrativo turístico. Os itens analisados e descritos nos relatórios técnicos são: 1. acessos e circulação externa, 2. ponto de parada de ônibus, 3. travessia de pedestres, 4. estacionamento, 5. informação e sinalização, 6. sinalização horizontal, 7. circulação e uso do atrativo, 8. circulação vertical, 9. atendimento ao público no local, 10. sanitários, banheiros e vestiários, 11. mobiliário urbano, 12. lixeiras, 13. transporte público. Particularmente, os dados e as informações nos relatórios podem servir de base para o estabelecimento de metas e

para a elaboração de um cronograma de adequação dos locais pelo poder público municipal. Destaca-se novamente que, os relatórios técnicos completos serão destinados às respectivas Secretarias Municipais dos nove municípios envolvidos.

Nesta fase da pesquisa, a saber, o mapeamento sobre a acessibilidade de atrativos turísticos, foram visitados e analisados um total de 83 atrativos turísticos em nove municípios do Estado do Rio de Janeiro, conforme é detalhado no Quadro 1.

Quadro 1: Quantidade de atrativos turísticos analisados no mapeamento de acessibilidade

Municípios	Quantidade de atrativos turísticos visitados
Angra dos Reis	11
Magé	5
Maricá	10
Miguel Pereira	13
Paraty	5
Quatis	11
Saquarema	8
Teresópolis	10
Vassouras	10

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Embora as condições de acessibilidade nos atrativos tenham sido verificadas perante o conjunto dos 13 itens anteriormente descritos, neste material, optou-se por apresentar as informações de nove itens, em função deles apresentarem resultados mais representativos na amostra e, também, devido a uma melhor visualização gráfica. Abaixo, no Quadro 2, pode-se visualizar os nove itens da matriz de acessibilidade abordados neste capítulo, uma descrição geral do que foi avaliado e a referência normativa vigente que ampara tal análise.

Quadro 2: Descrição dos itens analisados na matriz de acessibilidade

Item analisado	Descrição geral	Referência normativa
Acesso e Circulação externa	Análise da rota acessível, dimensões, condições gerais do revestimento, inclinação de rampas, corrimãos, pisos táteis e equipamentos de elevação	Item 6 da NBR nº 9050/2020
Travessia de pedestres	Sinalização visual e tátil, condições gerais do revestimento e posicionamento	Item 6 da NBR nº 9050/2020
Estacionamento	Sinalização, quantidade de vagas e condições gerais	Item 6.14 da NBR nº 9050/2020
Informação e Sinalização	Informações essenciais nos espaços, nas edificações, nos equipamentos e no mobiliário.	Item 5 da NBR nº 9050/2020
Sinalização Horizontal	Pisos táteis e condições gerais da instalação	NBR nº 16.537/2024 NBR nº 9050/2020
Circulação / Uso do Atrativo	Análise da rota acessível, oferta de tecnologias assistivas, sinalização visual e tátil	NBR nº 9050/2020 NBR nº 16537/2024
Circulação Vertical	Dimensões, corrimãos, sinalização visual e tátil de escadas, rampas e equipamentos de elevação	Item 6 da NBR nº 9050/2020 NBR nº 16537/2024
Atendimento ao Público (Local)	Análise da rota acessível, sinalização visual e tátil e Libras	NBR nº 9050/2020 NBR nº 15.599/2008
Sanitário, Banheiros e Vestiários	Dimensões, equipamentos, sinalização visual, tátil e sonora	Itens 5 e 7 da NBR nº 9050/2020

Fonte: Elaboração própria (2024)

Os dados sobre cada atrativo e item analisado nas visitas técnicas de mapeamento da acessibilidade foram resumidos em quadros analíticos referentes a cada município e seus respectivos atrativos. Nos quadros analíticos é utilizada uma linguagem gráfica com quatro cores diferentes

representando cada uma das quatro condições possíveis, conforme ilustrado no Quadro 3.

Quadro 3: Legenda da linguagem gráfica utilizada na apresentação dos resultados

Cor	Descrição	Exemplo
	Atrativo com recursos de acessibilidade adequados.	No item “Acesso e Circulação”: rota acessível com piso tátil, rampas e corrimãos em conformidade com a legislação.
	Atrativo com recursos de acessibilidade inadequados.	No item “Sanitários, banheiros e vestiários”: banheiros para cadeirantes com dimensões insuficientes ou acesso inadequado.
	Atrativo sem recursos de acessibilidade.	No item “Travessia de pedestres”: ausência de sinalização tátil e visual para travessia de pedestres.
	Atrativo com recurso de acessibilidade não aplicável ou que não foi possível vistoriar.	No item “Atendimento ao público”: não foi possível identificar se há intérprete de Libras no local.

Fonte: Elaboração própria (2024)

A seguir, em nove seções de nível primário, são destacadas as principais características dos nove municípios (ordenados alfabeticamente), por meio de breve descrição da história de formação do município, os dados socioeconômicos e os principais atrativos turísticos. Na sequência de cada seção de nível primário, em seções de nível secundário, são apresentadas as análises referentes à acessibilidade dos atrativos turísticos utilizando os quadros analíticos referidos anteriormente. Por fim, na seção 10 são apresentadas algumas considerações gerais sobre os resultados do mapeamento.

1. Angra dos Reis

Angra dos Reis é um município do sul fluminense, localizado numa faixa estreita de terra entre a baía da Ilha Grande e a escarpa da Serra do Mar. Sua geografia é recortada por penínsulas e enseadas, e seu território é constituído por montanhas, costões, praias e planícies aluviais. Angra dos Reis foi descoberta, oficialmente, pelo navegador Gonçalo Coelho, em 6 de janeiro de 1502, data do Dia de Reis Magos, o que inspirou o nome da cidade devido à sua bela baía repleta de ilhas paradisíacas, montanhas, rios e um mar azul profundo. Dessa forma, caracteriza-se como uma das mais

antigas cidades brasileiras, além de possuir um rico acervo histórico-cultural, com inúmeros prédios tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e belezas naturais que atraem turistas de vários países (Prefeitura de Angra dos Reis, 2024).

Antes da chegada dos europeus, a região era habitada pelos índios tamoios e tupinambás, que já desfrutavam da rica natureza local. A colonização europeia começou em 1530 com uma expedição portuguesa e, em 1556, colonizadores dos Açores fundaram um povoado na enseada. Em 1608, o local foi oficialmente elevado à categoria de Vila dos Reis Magos da Ilha Grande. A economia inicial de Angra girava em torno da cultura da cana-de-açúcar e seu papel como ponto de parada entre Santos e Rio de Janeiro. No decorrer do Império, especialmente durante o ciclo do café, Angra tornou-se um dos maiores portos do Brasil, exportando e importando produtos de Minas Gerais e São Paulo (Associação Estadual dos Municípios do Rio de Janeiro, 2024).

No entanto, com a inauguração da estrada de ferro São Paulo-Rio no final do século XIX, a importância de Angra como ponto de comunicação diminuiu. A abolição da escravatura em 1888 também impactou negativamente a economia local. A cidade só voltou a crescer com a construção de uma estrada de ferro para Minas Gerais e a reativação do porto na década de 1950. A partir da década de 1960, com a instalação do Estaleiro da Verolme, hoje Keppel Fels, seguida pela construção da Usina Nuclear de Furnas e pelo Terminal da Petrobrás - TEBIG, também conhecido como Terminal Marítimo Almirante Maximiano da Fonseca e da BR-101 Rodovia Rio-Santos, a economia local volta a ser impulsionada (Associação Estadual dos Municípios do Rio de Janeiro; Prefeitura de Angra dos Reis). Assim, as atividades econômicas mais relevantes em Angra dos Reis atualmente são as atividades turísticas, portuárias, petrolíferas (nos setores de armazenamento e transporte), a produção naval, a pesca e a geração de energia (com as usinas nucleares).

Do ponto de vista econômico, o turismo desempenha um papel de grande importância no município, graças aos seus diversos atrativos naturais. A região conta com aproximadamente 200 praias e mais de 300 ilhas, situadas ao longo do litoral e no arquipélago da Baía da Ilha Grande. Na década de 1970, a inserção de Angra dos Reis no Plano Nacional de Desenvolvimento do Turismo foi um marco importante. A rodovia BR-101 desempenhou um papel crucial nas transformações urbanas e no desenvolvimento do turismo na região da Costa Verde, sendo vista como um importante

equipamento turístico, que facilitou o acesso das populações das grandes cidades do eixo Rio/São Paulo às praias e à natureza. A rodovia não apenas incentivou a ocupação humana, mas também contribuiu para a instalação de infraestruturas essenciais para o turismo, como hotéis, pousadas, marinas e segundas residências, formando um aparato fundamental para a estruturação do setor (Lopes Junior, Hanai e Ribas, 2020).

Angra dos Reis tem um rico acervo patrimonial, com prédios históricos como o da Prefeitura Municipal e do Mercado Redondo, e diversas edificações religiosas como a Igreja do Senhor do Bonfim, localizada no bairro Bonfim, Igreja de Nossa Senhora do Rosário localizada no Bairro Vila Histórica de Mambucaba, Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo, Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Igreja de Santa Luzia, Igreja de Nossa Senhora da Lapa da Boa Morte e as Ruínas do Convento de São Bernardino de Sena, todas localizadas no Centro Histórico. No bairro de Bracuhy Angra dos Reis também se encontra um dos únicos exemplares de engenhos de cana-de-açúcar de Angra, as ruínas do Engenho Bracuhy, que representam a produção de aguardente, uma atividade econômica relevante no século XVIII (Azevedo, 2015).

As principais atrações turísticas do município são apresentadas no Quadro 4.

Atrativos históricos	Bica da Carioca: construída em 1842 pela Câmara Municipal para canalizar uma fonte existente, era utilizada por moradores de Angra, especialmente para abastecimento de água, e tornou-se um ponto de encontro comunitário. O monumento é tombado pelo INEPAC.
	Casa de Cultura: A primeira do Estado do Rio de Janeiro, foi inaugurada em 1985 em um prédio histórico de 1824, transformado após desapropriação e reformas em 2005. Ela foi reinaugurada em 2006, restaurada à sua aparência original.
	Casa Larangeiras: Um edifício importante do comércio de Angra dos Reis desde 1822, abriga hoje a Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio, um salão de exposições e espaço para cursos, sendo tombado pelo INEPAC
	Chafariz da Saudade: Construído em 1871 para a visita de D. Pedro II e tombado pelo INEPAC, foi reinstalado em 2007 na Praça Codrato de Vilhena após ser transferido em 1938 e na década de 70. Hoje, o local inclui o Monumento ao Sr. Jorge Elias Miguel, uma feira de artesanato e um ponto de táxis, além de sediar rodas de capoeira.

	<p>Marco da cidade: É uma pedra de alvenaria com inscrições de 1533 e uma data incorreta de 1932, marca o local do povoado fundado por Antônio de Oliveira Gago. Angra dos Reis foi oficialmente reconhecida em 1560 e sua data correta de descobrimento é 6 de janeiro de 1502.</p> <p>Monumento aos Três Reis Magos: Instaladas na Praia do Anil em 20 de outubro de 2012, às estátuas dos Três Reis Magos, esculpidas por Miguel Santeiro e pesando 32 toneladas, estão voltadas para o bairro Belém e para a cidade de Belém na Cisjordânia. A instalação foi coordenada pela Prefeitura Municipal de Angra dos Reis.</p> <p>Plenária Vereador Benedito Adelino (Antiga cadeia pública): Construído em 1668, o antigo prédio da câmara e cadeia, agora conhecido como Plenária Vereador Benedito Adelino, é o edifício público mais antigo da cidade. O primeiro piso, que ainda possui grades, foi uma cadeia até 1978, e a administração pública passou a ser feita por prefeitos a partir da década de 1920.</p>
Monumentos religiosos	<p>Ermida do Senhor do Bonfim: A Capela de Nosso Senhor do Bonfim, foi construída em 1780 por Manoel Francisco Gomes e tombada pelo IPHAN, destaca-se pelo seu alpendre e altar em estilo rococó. A festa anual, na primeira semana de maio, inclui barracas de comidas, bebidas e a tradicional disputa no Pau de Sebo, e a capela foi erguida em agradecimento a uma imagem de Cristo Crucificado que teria reaparecido misteriosamente.</p> <p>Igreja da Matriz de Nossa Senhora da Conceição: As obras começaram em 1625 e terminaram após 125 anos, foi originalmente projetada para os Santos Reis Magos. Em 1632, a santa tornou-se padroeira da cidade, levando a uma reforma no altar; a fachada é simples, mas o interior é ricamente decorado, com destaque para o altar principal e a pia batismal de pedra de lioz doada em 1750.</p> <p>Museu de Artes Sacra - Igreja da Nossa Senhora da Lapa e Boa Morte: Construída em 1752 como agradecimento a Nossa Senhora da Lapa, a capela tornou-se o Museu de Arte Sacra em 1992, após ser usada pela Irmandade dos Homens Pardos desde 1826. O museu conserva a pintura original do retábulo e altar-mor, além de mais de duas mil peças religiosas.</p> <p>Igreja de Freguesia de Santana: No século XVIII, a Freguesia de Santana era o principal centro econômico da Ilha Grande, com plantações de café e engenhos de açúcar. Hoje, é uma área com apenas 50 habitantes, após ter sido bastante populosa como a Enseada de Palmas.</p>

	<p>Igreja de Santa Luzia: Inaugurada em 1632 pela família de Oliveira, a Igreja de Santa Luzia, com arquitetura colonial e estilo rococó no altar e retábulo, foi Matriz de Angra dos Reis e tombada pelo IPHAN em 1954. Desde a década de 1930, é administrada pela Irmandade do Glorioso São Benedito.</p>
	<p>Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo: Construído entre 1593 e 1617, a Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo, com arquitetura colonial e tombado pelo IPHAN, inclui vários espaços funcionais e continua a ser residência dos Freis Carmelitas. A Igreja da Ordem Terceira do Carmo, parte do Conjunto Arquitetônico Carmelita do século XVII, possui nave, coro, sacristia e um cemitério fundado no século XIX.</p>
<p>Atrativos Naturais</p>	<p>Ilha Grande: na Costa Verde, destaca-se por sua biodiversidade e beleza natural, com 192 km² de paisagens que incluem 106 praias, cachoeiras e montanhas. Originalmente habitada pelos índios tamoios e tupinambás, a ilha é acessível por embarcações a partir de Angra dos Reis e oferece trilhas que levam a praias e enseadas pouco exploradas a partir da Vila do Abraão.</p>
	<p>Ruínas do Engenho Central do Bracuhy: Situada no Km 504 da BR-101, próximo ao acesso do condomínio homônimo, a construção data do século XIX e remete à arquitetura da Revolução Industrial. Recentemente renovada por um empreendimento hoteleiro, mantém seus fossos subterrâneos e espessas paredes de pedra.</p>
	<p>Forte da Ponta do Leme: O Forte da Ponta do Leme, construído pelo Capitão Rosalvo Mariano da Silva, possui poços de canhões e túneis com trilhos para granadas. Em ruínas, está localizado na Ponta Leste, próximo ao Terminal Petrolífero e ao monumento do encouraçado Aquidabã.</p>
	<p>Parque da Cidade: O Parque Natural Municipal da Mata Atlântica, conhecido como Parque da Cidade, é uma área de conservação gerida pelo Instituto Municipal do Ambiente (IMAAR). Seu propósito principal é o ordenamento do solo, a preservação ambiental e o incentivo ao ecoturismo.</p>
	<p>Praias e ilhas: Com mais de 300 ilhas e 2 mil praias, seguem algumas: Enseada do sítio forte, Ilha Botinas, Ilha da Gipóia, Ilha de Cataguás, Ilha Itanhangá, Ilha de Jorge Grego, Ilha de Paquetá, Praia do Laboratório, Praia Secreta, Praia da Figueira, Praia Grande, entre outras.</p>
	<p>Montanhas e grutas: Pico do Frade, Pico do Papagaio, Gruta do Acaiá entre outras</p>

Fonte: TurisAngra (2024)

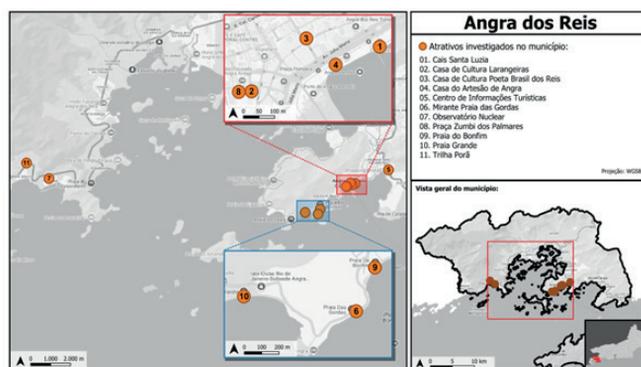
Apesar dos desafios com desastres naturais e questões sociais, Angra dos Reis continua a ser um importante destino turístico e econômico no estado do Rio de Janeiro. Segundo o site do IBGE, em 2022, a população era de 167.434 habitantes e a densidade demográfica era de aproximadamente 205,84 habitantes por km². A área territorial de Angra dos Reis é de 813,420 km². O Município faz limite a oeste com Paraty, a leste com Mangaratiba, a norte com o Estado de São Paulo através do município de Bananal, a nordeste com o município de Rio Claro e ao sul com o Oceano Atlântico (IBGE Cidades, 2022).

Em 2021, o PIB per capita era de R\$ 53.262,55. Na comparação com outros municípios do estado, ficou na 24ª posição do total de 92 municípios. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,714, segundo dados mais recentes. Esse valor classifica a cidade em uma posição intermediária no ranking do estado do Rio de Janeiro (IBGE Cidades, 2022).

1.1. Análise da acessibilidade dos atrativos turísticos em Angra dos Reis

No município de Angra dos Reis foram analisados onze atrativos turísticos, conforme pode ser observado no mapa apresentado na Figura 3.

Figura 3: Localização dos atrativos turísticos mapeados em Angra dos Reis



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

No Quadro 5 são apresentadas as informações obtidas nas visitas técnicas para o mapeamento da acessibilidade de onze atrativos turísticos de Angra dos Reis.

Quadro 5: Acessibilidade dos atrativos turísticos em Angra dos Reis

Atrativo	Acesso e circulação	Travessia de pedestres	Estacionamento	Informação e sinalização	Sinalização horizontal	Circulação/ uso do atrativo	Circulação vertical	Atendimento ao público no local	Sanitários, banheiros e vestiários
Observatório Nuclear	Amarelo	Vermelho	Vermelho	Amarelo	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Amarelo
Trilha Porã	Vermelho	Branco	Vermelho	Branco	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Vermelho
Cais Santa Luzia	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Vermelho	Amarelo	Amarelo	Vermelho	Amarelo
Casa do Artesão de Angra	Amarelo	Branco	Amarelo	Amarelo	Vermelho	Amarelo	Branco	Vermelho	Amarelo
Casa de Cultura Poeta Brasil dos Reis	Vermelho	Branco	Branco	Amarelo	Vermelho	Vermelho	Amarelo	Vermelho	Amarelo
Casa de Cultura Laranjeiras	Vermelho	Branco	Amarelo	Amarelo	Vermelho	Vermelho	Branco	Vermelho	Branco
Praça Zumbi dos Palmares	Amarelo	Branco	Amarelo	Amarelo	Vermelho	Vermelho	Branco	Branco	Amarelo
Praia Bonfim	Amarelo	Branco	Amarelo	Amarelo	Branco	Vermelho	Branco	Vermelho	Vermelho
Mirante Praia das Gordas	Vermelho	Branco	Branco	Amarelo	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Branco	Branco
Praia Grande	Amarelo	Vermelho	Vermelho	Amarelo	Vermelho	Vermelho	Amarelo	Branco	Vermelho
Centro de Informações Turísticas	Amarelo	Branco	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Vermelho	Amarelo

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A partir do quadro, é possível observar que os números entre recursos de acessibilidade inadequados e a existência desses recursos são equivalentes, revelando a insuficiência na promoção de uma interação satisfatória entre os visitantes e o ambiente. A avaliação do atrativo “Centro de Informações Turísticas” indica uma maior presença de recursos acessíveis, embora inadequados. Como na Figura 4 (A e B), referente às sinalizações inadequadas em duas vagas reservadas para idosos e pessoas com deficiências.

Figura 4: Vagas reservadas com sinalização inadequada



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Por outro lado, os atrativos “Observatório Nuclear” e a “Trilha Porã” obtiveram as avaliações menos favoráveis entre os analisados. Os atrativos que apresentam um maior número de itens na cor branca referem-se aos atrativos naturais, mais difíceis para análise com base em requisitos urbanos.

2. Magé

Fundada em 1566, o município de Magé fica situado na região da Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro, ao norte da capital, fazendo limites com os municípios de Petrópolis, Duque de Caxias e Guapimirim. Foi uma sesmaria (lote de terra concedido para a coroa portuguesa) e teve seu

território desenvolvido a partir da produção de cana de açúcar. O município também foi uma estratégia para o transporte de ouro pois se encontrava na rota para as minas de ouro de Minas Gerais e, a partir da integração ao ciclo do café no início do século XIX, que dominava a economia na época, houve um fortalecimento no desenvolvimento econômico e populacional na região, que até então era utilizada apenas como um centro de apoio logístico e de serviços para os tropeiros que transportavam ouro.

De acordo com o censo de 2023, a população de Magé era de 249 mil habitantes, obtendo como o Índice de desenvolvimento humano (IDH) de 0,684 classificado como médio, de acordo com a pesquisa realizada em 2010 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

O município de Magé possui uma economia diversificada, mas ainda sofre com a falta significativa de industrialização e infraestrutura. Tendo como principais setores econômicos a agricultura, pecuária, comércios, indústrias, construção civil, serviços e o turismo.

Abrangendo especificamente a área do turismo, Magé é rodeada pela Mata Atlântica, de manguezais, rios e cachoeiras, atraindo visitantes pelo seu potencial no ecoturismo. Apesar disso, o turismo no município ainda é pouco explorado, mas já causa impacto na economia através do consumo de produtos e serviços, principalmente em setores como o artesanato, transporte e alimentação.

Entendendo a importância desse setor para o município, a câmara municipal em conjunto com o prefeito, no dia 17 de maio de 2023, sancionou a lei nº 2778, que estabeleceu um conjunto de objetivos e diretrizes para um melhor desenvolvimento do turismo e combate às desigualdades socioeconômicas, promovendo uma melhor valorização da cidade e gerando empregos. As principais atrações turísticas do município são apresentadas no Quadro 6.

Quadro 6: Atrativos Turísticos de Magé

Atrativos naturais	Cachoeira véu da noiva: localizada em meio a Mata Atlântica, possui este nome devido a sua queda da água, que se assemelha a um véu. Tem uma queda de água relativamente alta e a trilha que segue o caminho para a cachoeira é acessível.
	Cachoeira de monjolos: localizada no distrito de Santo Aleixo, tem sua queda de água que desce através das rochas, formando cascatas.

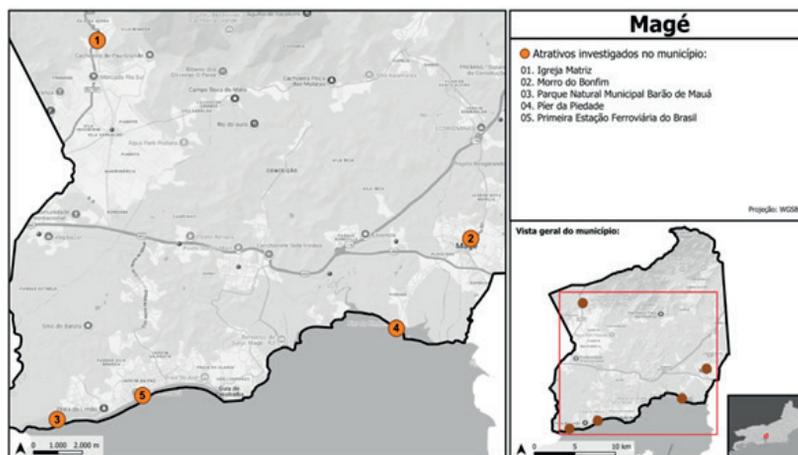
	<p>Rio Suruí: um dos principais rios que atravessam o município de Magé, ele é utilizado para passeios de barco e pesca esportiva.</p> <p>Parque Nacional da Serra dos Órgãos: é muito conhecido por suas formações rochosas, como o famoso Dedo de Deus. O parque oferece trilhas de diversos níveis de dificuldade, além de atividades como escalada e camping, dentre várias cachoeiras e rios que se formam no parque.</p> <p>Parque Nacional Municipal Suruí</p> <p>Praia Remanso de Suruí: Localizada no distrito de Suruí, em Magé, é uma praia adequada para passeios de barco e natação devido às águas calmas.</p>
Igrejas	<p>Igreja da Nossa Senhora Da Piedade: fundada no ano de 1762, a igreja possui um estilo arquitetônico que remete ao passado colonial brasileiro, com elementos barrocos e neoclássicos. Ela oferece diversos eventos e celebrações religiosas ao longo do ano.</p> <p>Capela da Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba: fundada por volta de 1756 pelos próprios habitantes, possui uma arquitetura típica do tempo colonial, realizando missas e celebrações religiosas periodicamente.</p>
Museu	<p>Museu Histórico de Magé: fundado a fim de preservar a história e cultura da região, contém acervos que ilustram o desenvolvimento do município de Magé através de fotografias, documentos e objetos.</p>
Atrativos Culturais	<p>Caminho do ouro: é um caminho histórico que relembra o período colonial brasileiro, quando o Brasil desempenhava o transporte significativo de ouro e utilizava o trajeto para melhorar o comércio e o desenvolvimento da região, conectando as minas ao porto. O caminho pode oferecer visitas guiadas, palestras sobre a rota histórica, além de poder apreciar a paisagem natural.</p> <p>Estrada de ferro Mauá: foi uma das principais rotas para o transporte de café, um dos principais produtos de exportação do Brasil no período do século XIX, foi inaugurada em 1854 pelo Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, como a primeira estrada a utilizar trilho de ferros e locomotivas a vapor. Algumas trilhas que percorrem a estrada podem ser visitadas e são oferecidos passeios guiados.</p>

Fonte: Elaboração própria a partir de Melhores Destinos (2023) e O Dia (2022)

2.1. Análise da acessibilidade dos atrativos turísticos em Magé

No município de Magé foram analisados cinco atrativos turísticos, conforme pode ser observado no mapa apresentado na Figura 5.

Figura 5: Localização dos atrativos turísticos mapeados em Magé



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

No Quadro 7 são apresentadas as informações obtidas nas visitas técnicas para o mapeamento da acessibilidade em cinco atrativos turísticos do município de Magé.

Quadro 7: Acessibilidade dos atrativos turísticos em Magé

Atrativo	Acesso e circulação	Travessia de pedestres	Estacionamento	Informação e sinalização	Sinalização horizontal	Circulação/ uso do atrativo	Circulação vertical	Atendimento ao público no local	Sanitários, banheiros e vestiários
Parque Natural Municipal Barão de Mauá	Red	White	Red	Yellow	Red	Red	Red	Red	Yellow
Igreja Matriz	Red	Red	Red	Red	Red	Red	White	Yellow	White
Morro do Bonfim	Red	White	Red	Yellow	Red	Red	White	White	White
Pier da Piedade	Red	White	Red	Red	Red	Red	White	White	White
Primeira Estação Ferroviária do Brasil	Red	White	Red	Red	White	Red	White	White	White

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A partir do quadro, é possível observar que, dos cinco atrativos avaliados, nenhum possui recursos de acessibilidade adequados em sua totalidade, sendo predominante sua inexistência. Itens como “Acesso e circulação”, “Estacionamento”, “Circulação e uso do atrativo” não foram contemplados com nenhum recurso de acessibilidade.

Já nos poucos atrativos nos quais há a presença de recursos de acessibilidade, foram percebidas diferentes inadequações ao estipulado pelas normas. A exemplo disso, no atrativo “Parque Natural Municipal Barão de Mauá”, o sanitário acessível não está adequado, com pouco espaço de circulação para uso da pia e torneira sem alavanca de acionamento (Figura 6A), embora haja barras nas paredes (Figura 6B).

Figura 6: Pia inadequada ao estipulado pela NBR 9050/2020



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A quantidade de itens na cor branca nos atrativos diz respeito ao fato de que alguns deles são parques ambientais ou atrativos históricos, o que torna mais complexa a implementação de recursos de acessibilidade voltados para aparatos urbanos, como travessias de pedestre.

3. Maricá

Maricá é uma cidade cercada por maciços costeiros, suas principais serras são Calaboca, Mato Grosso (onde está o ponto mais alto do município, o Pico da Lagoinha, a 890 metros), Lagarto, Silvado, Espreado e Tiririca. Além disso, dentro do município, encontra-se também um extenso complexo lagunar

composto pelas lagoas de Maricá, Barra de Maricá, do Padre, Guarapina, Jacaroá, Araçatiba, Boqueirão e Jaconé. Essas lagoas estão conectadas ao mar pelos canais de Ponta Negra e Itaipuaçu (Prefeitura de Maricá, 2024). Maricá é também famosa por suas praias oceânicas, destacando-se as de Jaconé, Ponta Negra, Barra de Maricá, do Francês e Itaipuaçu. A topografia diversificada da região proporciona um ambiente ideal para esportes radicais, como vôo livre, trekking e mountain bike, entre outros. A Serra da Tiririca, situada entre Maricá e Niterói, é um parque estadual que conserva um valioso trecho da Mata Atlântica (Prefeitura de Maricá, 2024).

A Área de Proteção Ambiental Estadual de Maricá, que é tipicamente de restinga, localiza-se na costa do município e inclui a antiga Fazenda São Bento da Lagoa, a Ponta do Fundão e a Ilha Cardoso. Esta área abriga a tradicional comunidade pesqueira de Zacarias, estabelecida desde o século XVIII, além de sítios arqueológicos e um complexo ecossistema de restinga (Prefeitura de Maricá, 2024).

Atualmente, Maricá possui uma área de 362.480 km² e é dividida entre os distritos de Maricá (sede), Ponta Negra, Inoã e Itaipuaçu. A população estimada é de 197.277 habitantes e a densidade demográfica é de 545,61 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE Cidades, 2022).

A colonização de Maricá começou no início do século XVI, quando a Coroa Portuguesa buscava proteger o litoral contra ataques de corsários franceses. Em 1574, as terras foram concedidas a colonizadores portugueses e divididas em sesmarias (lotes de terras distribuídos pelo rei de Portugal para incentivar o cultivo).

O primeiro núcleo populacional significativo foi fundado por monges beneditinos em 1635, na Fazenda de São Bento, em São José do Imbassai, onde foi erguida a primeira capela dedicada a Nossa Senhora do Amparo (Prefeitura de Maricá, 2024).

A localidade passou a ser chamada Vila de Santa Maria de Maricá, em homenagem à rainha D. Maria I de Portugal em 1814 e em 1889, o governo republicano elevou a vila à categoria de cidade. A origem da palavra Maricá, de acordo com alguns estudiosos, pode ter dois significados: na língua Tupi, aglutinando Mari (espinho) + Caa (mato, como em caatinga), imprimindo o sentido de “terra de espinhos” ou “terreno espinhento”; e a uma planta que quando balançada produz sons parecidos ao maracá - o chocalho

utilizado nas cerimônias religiosas indígenas (Oliveira, 2005). A Estrada de Ferro de Maricá também faz parte da história da cidade, com seu primeiro trecho inaugurado em 1888, ligando Alcântara ao Rio do Ouro. Entre 1911 e 1940, a ferrovia alcançou seu auge, com a linha estendendo-se até Cabo Frio e movimentando grande volume de cargas locais. No entanto, a ferrovia entrou em declínio com a diminuição da atividade agrícola, sendo desativada definitivamente em 1966 (Prefeitura de Maricá, 2024).

A economia de Maricá em seus três primeiros séculos de existência era baseada principalmente na exportação de peixe para a metrópole portuguesa, após passar pelo processo de salga (conserva do produto), era transportado como carga de luar, até o porto e depois, no fim do século XIX, o pescado era escoado pela Estrada de Ferro (Oliveira, 2005). Maricá também inseriu-se na indústria açucareira até seu declínio e depois também participou da cultura do café, juntamente com toda a região fluminense. A agricultura de itens como mandioca, milho, feijão, legumes e frutas ocupavam lugar secundário, abastecendo os mercados de Niterói e do Distrito Federal (Rio de Janeiro). Atualmente, a economia do município de Maricá é diversificada, além da agricultura de cítricos e frutíferas, o setor de turismo e da construção civil também são relevantes áreas para a economia local (Oliveira, 2005).

A construção da rodovia Amaral Peixoto, a RJ-106, impulsionou grande desenvolvimento da indústria da construção civil para residências de veraneio, novos equipamentos turísticos e a construção de indústrias e comércios. Maricá passa a constar oficialmente no rol das cidades da Região dos Lagos a partir de 2002, passando a ser considerada uma cidade institucionalmente turística. Além disso, hoje, a cidade de Maricá é uma das que mais recebem royalties do petróleo no estado do Rio de Janeiro (Oliveira, 2005; Maricá Info, 2024).

As principais atrações turísticas de Maricá são apresentadas no Quadro 8.

Quadro 8: Atrativos Turísticos de Maricá

Atrativos Históricos Culturais	Fazenda Centenária de Itaocaia Valley: Localizada em Itaipuaçu, foi onde o cientista Charles Darwin fez sua pernoite junto com sua comitiva em 1832.
-----------------------------------	--

	Aldeia Tekoa Ka'aguy Hovy Porã: Significa "Mata Verde Bonita", é habitada por 110 indígenas Tupi-Guaranis Mbya e está situada em São José do Imbassaí, em mata virgem de restinga. A aldeia é aberta a visitas com agendamento prévio, oferecendo aos turistas a chance de imergir na cultura indígena local, incluindo língua, religião, artesanato e outras tradições.
Edificações religiosas	Igreja Matriz Nossa Senhora do Amparo: O primeiro verdadeiro núcleo populacional, estabelecido pelos beneditinos em 1635, surgiu na Fazenda de São Bento (hoje São José do Imbassaí). Foi nesse local que, em 1814, foi erguida a primeira capela dedicada a Nossa Senhora do Amparo.
	Igrejas e Capelas centenárias: Capelas Santo Antônio, São Jorge e São João no bairro rural Espraçado; São Pedro, em Araçatiba; Capela de São José, em São José do Imbassaí e Igreja Nossa Senhora de Fátima, em Ponta Negra.
Atrativos Naturais	Pedra do Macaco, de Itaocaia e do Elefante, além da Gruta do Spar
	Lagoas: Araçatiba, Boqueirão, Barra de Maricá, do Padre, Guarapina, Jacaroá e Jaconé, além dos canais de Ponta Negra e de Itaipuaçu que ligam as lagoas ao mar.
	Praias: As mais conhecidas são Ponta Negra, Jaconé, Barra de Maricá, Francês, Itaipuaçu, Cordeirinho e Recanto.
	Trilha Transmaricá: O Projeto ecológico de Maricá promove o desenvolvimento sustentável ao combinar História e Natureza. Com aproximadamente 60 km de trilhas, que podem levar até três dias para serem percorridas, o projeto passa por fazendas e cachoeiras, oferecendo uma excelente oportunidade para explorar a fauna e flora da Mata Atlântica.
	Voos de Parapente: Localizada na Serra do Camburi, esta rampa é popular entre os praticantes de voo livre, com vistas impressionantes da cidade, lagoas e praias. O acesso ao topo é feito com "aranhas", veículos disponíveis nos finais de semana.

Fonte: Portal Turismo RJ (2024)

Maricá também é marcada por figuras ilustres e eventos históricos. O padre José de Anchieta é lembrado por uma “pesca milagrosa” na Lagoa de Araçatiba em 1584, onde, segundo relatos, ele antecipava aos índios os peixes que seriam capturados. Em 1868, a Princesa Isabel e o Conde D’Eu se hospedaram na Fazenda do Pilar (Ubatiba).

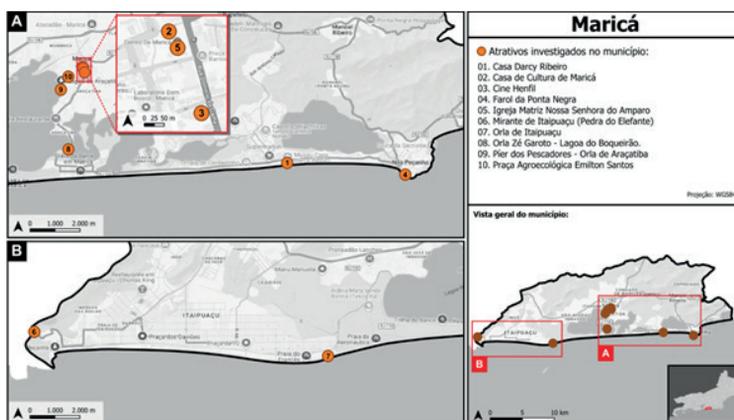
O naturalista britânico Charles Darwin incluiu Itaipuaçu em suas pesquisas sobre a fauna e flora da Mata Atlântica em 1832. Seus estudos, registrados no famoso livro “A Origem das Espécies”, contribuíram para sua fama mundial. O circuito de trilhas que ele percorreu é conhecido como “Caminhos de Darwin” e é hoje uma atração turística de Maricá (Prefeitura de Maricá, 2024). O turismo em Maricá se concentra muito no interesse do viajante urbano pela aura de lugar bucólico e tranquilo, característico de cidades médias e pequenas do interior, mas também recai em praias e lagoas ainda selvagens que Maricá oferece (Oliveira, 2005).

Diversas figuras proeminentes da cultura brasileira também estabeleceram laços com a cidade, como as cantoras Maysa e Beth Carvalho, o antropólogo Darcy Ribeiro e o jornalista João Saldanha. Para preservar a memória dessas personalidades, a Prefeitura de Maricá está adquirindo os imóveis que lhes pertenciam para transformá-los em museus e espaços culturais, localizados ao longo das belas praias do Cordeirinho e de Barra de Maricá. Este projeto é conhecido como Circuito Cultural Caminho das Artes (Prefeitura de Maricá, 2024).

3.1 Análise da acessibilidade dos atrativos turísticos em Maricá

No município de Maricá foram analisados dez atrativos turísticos, conforme pode ser observado no mapa apresentado na Figura 7.

Figura 7: Localização dos atrativos turísticos mapeados em Maricá



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

No Quadro 9 são apresentadas as informações obtidas nas visitas técnicas para o mapeamento da acessibilidade em dez atrativos turísticos do município de Maricá.

Quadro 9: Acessibilidade dos atrativos turísticos em Maricá

Atrativo	Acesso e circulação	Travessia de pedestres	Estandamento	Informação e sinalização	Sinalização horizontal	Circulação/ uso do atrativo	Circulação vertical	Atendimento ao público no local	Sanitários, banheiros e vestiários
Casa Darcy Ribeiro	Red	White	Red	Yellow	Red	Red	White	Red	Yellow
Fazol da Ponta Negra	Red	White	Red	Yellow	Red	Red	White	Red	Red
Casa de Cultura de Maricá	Red	Yellow	Yellow	Yellow	Red	Red	Red	Red	Yellow
Igreja Matriz Nossa senhora do Amparo	Red	Red	Yellow	Yellow	Red	Red	White	White	White
Praça Agroecológica Emilton Santos	Yellow	Yellow	White	Yellow	Yellow	Yellow	White	Red	White
Ola de Itaipuaçu	Yellow	Red	Yellow	Yellow	Red	Red	White	White	Red
Mirante de Itaipuaçu (Pedra do Elefante)	Red	White	Red	Yellow	Red	Red	White	White	White
Cine Henfil	Yellow	White	Yellow	Yellow	Red	Red	White	Red	Yellow
Pier dos Pescadores - Orla de Aracatiba	Red	Red	Yellow	Yellow	Yellow	Red	White	Red	Red
Ola Zé Garoto - Lagoa do Boqueirão	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Red	White	White	Red

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Ao observar o quadro é possível notar a predominância da cor vermelha, sinalizando a falta de recursos de acessibilidade nos itens avaliados dos atrativos, como a “Casa Darcy Ribeiro”, o “Farol da Ponta Negra” e o “Pier dos Pescadores - Orla de Araçatiba”. Em seguida, destaca-se a cor amarela, demonstrando a inadequação dos recursos de acessibilidade a partir dos itens avaliados nos atrativos, caso da “Praça Agroecológica Emilton Santos” e da “Orla Zé Garoto - Lagoa do Boqueirão”.

O item “Informação e sinalização” está parcialmente adequado em todos os atrativos. Em seguida, o item “Estacionamento” aparece como parcialmente adequado em seis atrativos. No item “Circulação/uso do atrativo”, o único atrativo que foi considerado como parcialmente adequado foi a “Praça Agroecológica Emilton Santos”; todos os outros foram considerados inadequados.

Conforme ilustrado, tanto na “Praça Agroecológica Emilton Santos” (Figura 8A), quanto na “Orla Zé Garoto - Lagoa do Boqueirão” (Figura 8B) há piso tátil. Analisados enquanto “Sinalização Horizontal”, em ambos os locais eles estão inadequados conforme os parâmetros da NBR 9050/2020, pois estão danificados ou implementados de maneira errada.

Figura 8: Piso tátil inadequado em dois atrativos do município de Maricá



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Por fim, a predominância da cor branca em alguns itens dos atrativos avaliados evidencia a impossibilidade de verificação ou não aplicação. O item “Circulação vertical”, por exemplo, não se aplica em orlas e atrativos planos.

4. Miguel Pereira

A cidade de Miguel Pereira fica situada na região centro sul fluminense, interior do Estado do Rio de Janeiro, consagrada em 1897 pelo comerciante Antônio da Silva Machado, proprietário de grandes fazendas da região, responsável pelo cultivo de café, uma atividade econômica muito importante naquele período. Se tornou independente do município de Paty dos Alferes e denominada de município em 1955 devido ao crescimento da cidade e importância regional. O nome da cidade é uma homenagem a um político local, chamado Miguel Joaquim de Almeida Pereira, governador do Rio de Janeiro entre os anos de 1920 a 1924 que obteve um papel importante para a criação da cidade. A cidade tem uma localização estratégica, ao lado de importantes cidades do Estado, como Vassouras, Paracambi, Paty dos Alferes, Japeri, Petrópolis e Duque de Caxias.

Miguel Pereira tem aproximadamente 26.582 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022 e tem crescido de forma significativa em termos turísticos com a criação de diversos atrativos tendo a intenção de tornar a cidade cada vez mais visível e fortalecendo a economia, impulsionando o comércio e gerando empregos.

A área de Miguel Pereira era parte de grandes sesmarias, colonizadas por portugueses no século XVIII para o incentivo do desenvolvimento agrícola. Através do impulsionamento do desenvolvimento ferroviária, o transporte de café e outros produtos agrícolas para outras regiões importantes como o Rio de Janeiro se tornou cada vez mais fácil, tornando Miguel Pereira um grande centro urbano. Tendo como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) DE 0,745 de acordo com o censo de 2010 classificado como alto, refletindo na boa educação, expectativa de vida e renda per capita dessa população (IBGE Cidades, 2022).

Tendo como os principais setores da economia o turismo, agricultura e a indústria, o turismo vem sendo impulsionado através dos atrativos como o Parque dos Dinossauros, a Rua Coberta, Rua Torta, Lago Javary, Museu Ferroviário Miguel Pereira, Museu Francisco Alves e, dentre outros que se encontram em construção, como no caso do Parque das Aves e o Novo Centro da Cidade. Em 2023 a cidade de Miguel Pereira já bateu recordes de visitantes no Carnaval, nos feriados de Tiradentes e no Dia do Trabalhador, segundo os dados divulgados pela Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio de Janeiro (ABIH-RJ, 2024).

Vale também considerar os índices de violência, que são consideravelmente baixos, fazendo com que Miguel Pereira seja conhecido como uma das cidades mais seguras do Estado do Rio de Janeiro, de acordo com entrevista dada pelo prefeito da cidade André Português na emissora Diário Tv em maio deste ano. A cidade se mostra presente em relação à políticas públicas de segurança e um crescimento nos investimentos em relação à violência contra a mulher, reforçando a assistência às vítimas de violência doméstica com a inauguração da Casa do Direito Da Mulher Daniella Perez, dedicado ao acolhimento das vítimas oferecendo os serviços judiciais, psicológicos e sociais. Segundo o governador André Português, o combate à violência contra a mulher é um importante pilar para o governo. Esses resultados provêm de esforços significativos entre a parceria ativa com o governo estadual e federal. As principais atrações turísticas do município são apresentadas no Quadro 10.

Quadro 10: Atrativos Turísticos de Miguel Pereira

Atrativos Naturais	Lago do Javary: Um dos cartões postais mais bonitos de Miguel Pereira, sendo um lago possível de fazer passeios de pedalinho.
	Gruta dos escravos: uma formação de rochas, também conhecida como Capela dos Escravos, onde os negros escravizados realizavam seus rituais, localizada no início da Serra do Couto.
	Poção: é uma cachoeira rodeada de Mata Atlântica e de fácil acesso, portanto é perfeita para todas as idades.
	Roncador: é uma cachoeira com queda de 5 metros de altura que formam piscinas naturais.
	Rio Santana: é um dos diversos rios que passam pela região, disponibiliza atividades recreativas como banho, caminhadas e piquenique. O rio nasce em Petrópolis e deságua no Rio Guandu, mas antes de passar pelo seu destino final, forma diversas cachoeiras durante as estradas de Miguel Pereira.
Atrativos Históricos e Culturais	Museu Francisco Alves: Um museu em homenagem ao Rei da Voz, um cantor muito popular pela cidade durante os anos de 1940.
	Memorial histórico de Miguel Pereira: é uma instituição que visa preservar a história e cultura local através de objetos, documentos e fotografias ilustrando o desenvolvimento do município, entendendo o passado através de exposições e atividades. É oferecido visitas guiadas e eventos como palestras e workshops.

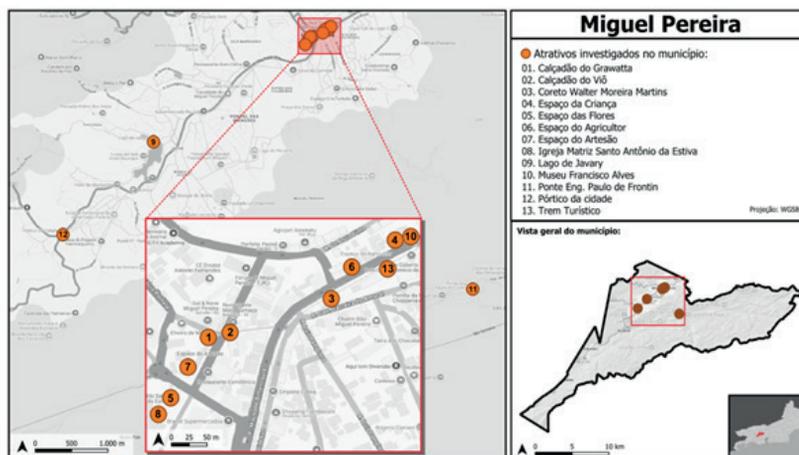
	<p>Pórtico: localizado na entrada de Miguel Pereira servindo de boas-vindas aos visitantes do município.</p> <p>Viaduto Paulo de Frontin: um viaduto ferroviário de 34 metros de altura desativado, sendo possível caminhar admirando a vista das montanhas a pé e saltar de bungee jump e praticar rapel.</p> <p>Maria Fumaça: aborda um percurso de 9km, passando por paisagens naturais da cidade, oferecendo uma viagem nostálgica relembrando o período ferroviário do Brasil.</p> <p>Museu ferroviário: Localizado na antiga estação ferroviária de Miguel pereira, possui um amontoado de registros fotográficos e objetos do passado ferroviário do Brasil.</p>
Fazendas	Santa Cecília: é uma fazenda histórica com uma vista deslumbrante que se destaca pelas atividades que são oferecidas, como passeio a cavalo e trilhas. Os visitantes podem experimentar algumas atividades rurais e eventos culturais.
Igrejas	Igreja Matriz: localizada no centro da cidade, teve sua origem no início do século XX e até nos dias de hoje continua exercendo sua função com atividades religiosas, como missas, celebrações e eventos comunitários. Além dos eventos religiosos, a igreja também atrai visitantes por sua arquitetura clássica e histórica.
Outros	Terra dos Dinos: conhecido por ter exposições de dinossauros com tamanhos originais, sendo uma atração interativa acessível para todas as idades, sendo uma ambiente familiar.
	Serra Radical: é um espaço com atividades ao ar livre, como trilhas, caminhadas e escaladas, com uma vista espetacular para montanhas e perfeito para quem deseja apreciar a vegetação da Mata Atlântica.

Fonte: Elaboração própria a partir de Governo do Estado do Rio de Janeiro (2024) e ABIHRJ (2024)

4.1. Análise da acessibilidade dos atrativos turísticos em Miguel Pereira

No município de Miguel Pereira foram analisados treze atrativos turísticos, conforme pode ser observado no mapa apresentado na Figura 9.

Figura 9: Localização dos atrativos turísticos mapeados em Miguel Pereira



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

No Quadro 11 são apresentadas as informações obtidas nas visitas técnicas para o mapeamento da acessibilidade em treze atrativos turísticos do município de Miguel Pereira.

Quadro 11: Acessibilidade dos atrativos turísticos em Miguel Pereira

Atrativo	Acesso e circulação	Travessia de pedestres	Estacionamento	Informação e sinalização	Sinalização horizontal	Circulação/ uso do atrativo	Circulação vertical	Atendimento ao público no local	Sanitários, banheiros e vestiários
Espaço do Artesão	Amarelo	Amarelo	Branco	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Branco	Amarelo	Amarelo
Calçada do Viô	Amarelo	Amarelo	Branco	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Branco	Amarelo	Branco
Espaço das Flores	Amarelo	Amarelo	Branco	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Branco	Amarelo	Branco
Trem Turístico	Amarelo	Amarelo	Branco	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Branco
Espaço da Criança	Amarelo	Amarelo	Branco	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo
Espaço do Agricultor	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo
Lago do Javary	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo
Museu Francisco Alves	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo
Coreto Walter Moreira Martins	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo
Calçada do Grawatta	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo
Igreja Matriz Santo Antônio da Estiva (apenas visitória externa)	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo
Ponte Engº Paulo de Frontin	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo
Pórtico da Cidade	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

O quadro demonstra maior ocorrência da cor amarela nos itens averiguados do conjunto de treze atrativos. Isso significa que há recursos de acessibilidade, mas não seguem as normativas estabelecidas. Atrativos como “Espaço do Artesão”, “Calçadão do Viô”, “Espaço das Flores”, “Espaço da Criança”, “Espaço do Agricultor”, “Museu Francisco Alves” e “Calçadão do Grawatta” atendem à implementação de recursos de acessibilidade na maioria dos itens avaliados, embora estejam inadequados. Já atrativos como o “Lago do Javary” e o “Coreto Walter Moreira Martins” são atrativos que não possuem nenhum tipo de acessibilidade referente aos itens avaliados.

É perceptível o movimento do município em tornar seus atrativos acessíveis, sendo um dos poucos municípios analisados a ter dois itens com acessibilidade adequada, que são: um no “Calçadão do Grawatta”, que possui escadas e corrimãos (“Circulação Vertical”) seguindo as normas da NBR 9050/2020; e outro no “Espaço do Agricultor”, com a travessia de pedestres também em conformidade com a norma. Na Figura 10 é ilustrada a travessia de pedestres acessível para chegar ao “Espaço do Agricultor”. Nela, podemos observar além da delimitação da faixa, rampa de acesso e piso tátil.

Figura 10: Faixa de pedestres em conformidade com a NBR 9050/2020



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Já os recursos acessíveis implementados de forma inadequada podem ser observados no atrativo “Espaço do Artesão”, onde há um mapa tátil (item “Informação e Sinalização”) com informações danificadas que dificultam a leitura (Figura 11A) e, no item “Sanitários, Banheiros e Vestiários”, a pia não segue os padrões recomendados pela normativa NBR 9050/2020 (Figura 11B).

Figura 11: Recursos de acessibilidade inadequados: mapa tátil e pia de banheiro



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A ocorrência da cor branca evidencia a falta de parâmetros urbanísticos em determinados atrativos, como na “Ponte Engº Paulo de Frontin”, que não possui estrutura de parada e contemplação da paisagem, sendo um local de passagem.

5. Paraty

Paraty é um município localizado no litoral sul do estado do Rio de Janeiro. Historicamente, antes da chegada dos portugueses, a região onde hoje se encontra Paraty era habitada por povos indígenas.

Não há consenso sobre a data de fundação de Paraty. Alguns historiadores falam que em 1540/1560 já havia um núcleo devotado a São Roque no Morro da Vila Velha (hoje Morro do Forte); outros falam de 1597, quando Martim Corrêa de Sá empreende uma expedição contra os índios Guaianás do Vale do Paraíba; alguns outros, de 1600, quando havia um povoamento de paulistas da Capitania de São Vicente; e alguns mais, 1606, quando da chegada dos primeiros sesmeiros da Capitania de Itanhahém (Prefeitura de Paraty, 2024).

Durante o século XVII e início do século XVIII, Paraty tornou-se um importante porto para o escoamento do ouro vindo das Minas Gerais. O Caminho do Ouro, uma trilha que ligava Paraty a Vila Rica (atual Ouro Preto), era uma rota crucial para o transporte dessas riquezas até os portos do Rio de Janeiro e de lá para Portugal. Além do ouro, Paraty também se destacou pela produção de açúcar e aguardente.

Com a abertura de novas rotas mais seguras e diretas para o transporte do ouro, como o Caminho Novo, que ligava diretamente as minas ao Rio de Janeiro, Paraty perdeu importância como porto de escoamento, levando a um declínio econômico no século XVIII. Com o fim do ciclo do ouro e a ausência de grandes vias de transporte, Paraty permaneceu relativamente isolada, mantendo suas características coloniais intactas devido à estagnação econômica. Com o ciclo do café, a partir do século XIX, a cidade revive, temporariamente, seus prósperos dias de glórias coloniais. A produção de pinga e derivados da cana também ajudou na economia local. No século XVIII, a cidade chegou a ter mais de 200 engenhos de pinga e casas de moenda (Prefeitura de Paraty, 2024).

Nas décadas de 1950 e 1960, Paraty começou a ser redescoberta como um destino turístico devido ao seu centro histórico preservado e belezas naturais. Na década de 1970, com a construção da rodovia Rio–Santos, Paraty voltou a se integrar ao novo ambiente econômico da região. A rodovia permitiu o acesso do público a um dos mais íntegros sítios históricos brasileiros e à maior área contínua preservada da Mata Atlântica do país. Isso porque Paraty situa-se no fundo da Baía da Ilha Grande e aos pés da Serra da Bocaina; as trilhas na Mata Atlântica e as cachoeiras do entorno, com destaque para o Parque Nacional da Serra da Bocaina, são grandes atrativos para praticantes de ecoturismo e em busca de aventura (Brasil, 2010).

Vale destacar que o tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) ajudou a proteger e valorizar sua arquitetura colonial. E em 2019, Paraty e Ilha Grande foram declaradas Patrimônio Mundial da UNESCO, tanto como sítio cultural quanto natural, reconhecendo sua excepcional beleza natural e importância histórica (Prefeitura de Paraty, 2024).

No âmbito cultural, em 2003, a FLIP (Festa Literária Internacional de Paraty) tornou-se um dos eventos literários mais importantes do Brasil, atraindo escritores, intelectuais e público de todo o mundo. Além da FLIP, Paraty sedia

outros eventos culturais significativos, como a Festa do Divino, o Festival da Cachaça, Cultura e Sabores, e o Paraty em Foco (festival de fotografia). Portanto, Paraty se consolida cada vez mais como um destino referência em turismo cultural (Brasil, 2010).

O turismo é responsável por uma parcela significativa do PIB de Paraty. Estima-se que atividades relacionadas ao turismo respondam por cerca de 70% da economia local. O município recebe centenas de milhares de turistas todos os anos. Eventos como a FLIP podem atrair mais de 20 mil visitantes durante os dias do evento (Prefeitura de Paraty, 2024).

Hoje, Paraty enfrenta o desafio de equilibrar o desenvolvimento econômico, principalmente através do turismo, com a preservação de seu patrimônio histórico e natural. As principais atrações turísticas de Paraty constam no Quadro 12.

Quadro 12: Atrativos Turísticos de Paraty

Arquitetura Colonial	O centro histórico de Paraty é um conjunto bem preservado de construções coloniais, com suas ruas de pedra "pé-de-moleque" e edifícios coloridos. Muitas das antigas residências foram convertidas em museus, pousadas, lojas de artesanato e restaurantes.
Igrejas Históricas	Destacam-se: Igreja de Santa Rita, Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, e Capela de Nossa Senhora das Dores. Praia do Sono: Conhecida por suas águas claras e tranquilas, é um destino popular para camping e caminhadas. Praias de Trindade: Um conjunto de praias, incluindo a Praia do Meio e a Praia do Cachadaço, famosa por suas piscinas naturais.
Praias e Ilhas	Ilha do Araújo e Ilha Comprida: Acessíveis por passeios de barco, essas ilhas são ideais para snorkeling e relaxamento. Há diversas outras ilhas para serem visitadas.
Áreas naturais protegidas	Parque Nacional da Serra da Bocaina: Oferece trilhas para caminhadas, cachoeiras e vistas panorâmicas. Área de Proteção Ambiental de Cairuçu: Inclui diversas praias, trilhas e comunidades tradicionais caiçaras. Reserva Ecológica da Juatinga: Inclui diversas praias, trilhas e comunidades tradicionais caiçaras.
Cachoeiras	Cachoeira do Tobogã, Cachoeira da Pedra Branca, Cachoeira da Praia Grande da Cajaíba, Cachoeira de Martim de Sá, Cachoeira do Saco Bravo, dentre outras.

Eventos	Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP); Festa do Divino; Festival da Cachaça, Cultura e Sabores; Paraty em Foco.
Experiências	<p>Passeios de Barco: Oferecem vistas panorâmicas da baía de Paraty e visitas a diversas ilhas e praias isoladas.</p> <p>Caminho do Ouro: Trilha histórica utilizada durante o ciclo do ouro, que ainda pode ser explorada a pé.</p> <p>Alambiques de Cachaça: Visitas guiadas aos alambiques locais onde se pode aprender sobre a produção da cachaça e degustar diferentes variedades.</p> <p>Turismo de Base Comunitária: Aldeias Indígenas (Araponga, Paraty-Mirim, Rio Pequeno); Quilombo Campinho da Independência.</p>

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

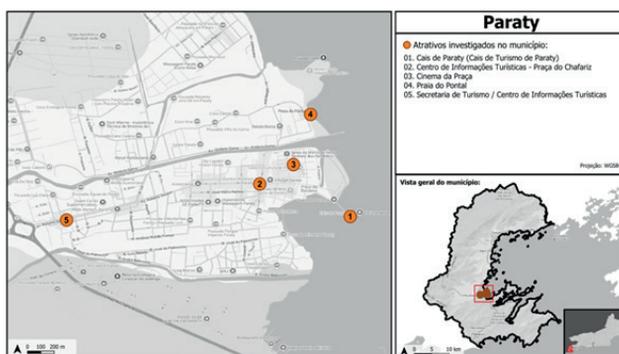
Paraty possui uma população de 43.800 habitantes, com densidade demográfica de cerca de 47,4 habitantes por km² (IBGE Cidades, 2022).

O Produto Interno Bruto (PIB), de acordo com dados do IBGE, é de aproximadamente R\$1,09 bilhão. Este valor reflete a importância econômica da cidade, especialmente no setor de serviços, que é amplamente impulsionado pelo turismo. O PIB per Capita é de aproximadamente R\$ 25.221,60 (IBGE Cidades, 2022).

5.1. Análise da acessibilidade dos atrativos turísticos em Paraty

No município de Paraty foram analisados cinco atrativos turísticos, conforme pode ser observado no mapa apresentado na Figura 12.

Figura 12: Localização dos atrativos turísticos mapeados em Paraty



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

No Quadro 13 são apresentadas as informações obtidas nas visitas técnicas para o mapeamento da acessibilidade em cinco atrativos turísticos do município de Paraty.

Quadro 13: Acessibilidade dos atrativos turísticos em Paraty

Atrativo	Acesso e circulação	Travessia de pedestres	Estacionamento	Informação e sinalização	Sinalização horizontal	Circulação/ uso do atrativo	Circulação vertical	Atendimento ao público no local	Sanitários, banheiros e vestiários
Cais de Paraty/ (Cais de Turismo)	Red	White	Red	Yellow	Red	Red	White	White	Red
Secretaria de Turismo / Centro de Informações Turísticas	Red	White	Red	Yellow	Red	Red	White	Red	Red
Cinema da Praça	Yellow	White	Red	Yellow	Red	Yellow	Yellow	Red	Yellow
Centro de Informações Turísticas - Praça do Chafariz	Yellow	White	Red	Yellow	Red	Yellow	White	Red	Yellow
Praia do Pontal	Red	Red	Red	Yellow	Red	Red	White	White	Red

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A partir do quadro, podemos perceber a predominância da cor vermelha nos itens “Estacionamento” e “Sinalização horizontal”, evidenciando a falta de recursos de acessibilidade. Outra cor que também possui grande destaque é o amarelo, representando a existência de recursos de acessibilidade, mas de forma inadequada. Exemplo das inadequações podem ser observados na Figura 13, com piso tátil identificado de forma irregular nos atrativos “Secretaria de Turismo/Centro de Informações Turísticas” (13A) e “Praia do Pontal” (13B), respectivamente.

Figura 13: Piso tátil e calçada inadequados conforme às normas



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Em menor quantidade no quadro, a ocorrência da cor branca pode ser observada com maior frequência nos itens “Circulação vertical” e “Travessia de Pedestres”, indicando a não aplicação ou impossibilidade de averiguação nos atrativos avaliados. Exemplo disso pode ser dado no atrativo “Praia do Pontal”, que é plano e não se configura com aparatos urbanos no que se refere a “Circulação vertical”.

6. Quatis

Quatis é um município situado na região do Vale do Paraíba fluminense, marcado pelo desenvolvimento agrícola. A região onde hoje se encontra começou a ser povoada no final do século XVIII, apesar de já ter sido habitada pelos índios Puris. A fertilidade do solo atraiu agricultores, principalmente dedicados à criação de gado, plantação de cana de açúcar e produção de anil (Prefeitura de Quatis, 2024).

Posteriormente, o cultivo de café passou a ser a principal atividade econômica da região. Isso porque, com o declínio do ouro em Minas Gerais, no final do século XVIII, os mineiros passaram a vir para o Vale do Paraíba, com seus escravos e o dinheiro conseguido com a mineração, a fim de plantar café. Várias sesmarias passaram a ser concedidas por boa parte do Vale do Paraíba fluminense, tendo Resende como centro irradiador. Na primeira metade do século XIX já é possível encontrar notícias de várias fazendas em Quatis, além de uma capela dedicada a Santo Antônio (Prefeitura de Quatis, 2024). A fundação de Quatis é geralmente datada de meados do século XIX, como povoado vinculado ao município de Resende e, posteriormente, anexado ao município de Barra Mansa (que se separou de Resende em 1832). Inicialmente, a área de Quatis era uma fazenda pertencente a grandes proprietários de terras, e o nome “Quatis” deriva de uma palavra indígena que se refere a um tipo de animal comum na região (Prefeitura de Quatis, 2024).

No século XX, com a decadência do ciclo do café, a economia de Quatis diversificou-se para outras atividades agrícolas, como a produção de leite e a pecuária. A instalação de pequenas indústrias também contribuiu para o desenvolvimento econômico do município. Além disso, a construção de estradas facilitou o transporte de produtos agrícolas para outras regiões, impulsionando ainda mais o crescimento econômico local (Prefeitura de Quatis, 2024).

Com a construção da estação ferroviária em Quatis, em 15 de maio de 1897, e a conclusão da Estrada de Ferro Oeste de Minas, em 1915, nova leva de mineiros criadores de gado, vindos da região do Rio Grande (Andrelândia, Lavras, Aiuruoca, Liberdade, São Vicente) e outros pontos de Minas Gerais, veio para toda a região sul fluminense, onde adquiriram as fazendas de café já em decadência, implantando assim um novo tipo de economia, a pecuária leiteira. Até por volta de 1930, gado e café conviveram nestas fazendas, quando este foi definitivamente suplantado pela produção do leite (Prefeitura de Quatis, 2024).

Na década de 1970, o distrito de Quatis aumentou consideravelmente sua população devido à construção da Ferrovia do Aço. Mas Quatis conseguiu sua emancipação do município de Barra Mansa apenas em 1991 (Lei nº 1787), a partir de um plebiscito. A emancipação foi um marco importante na história local, permitindo uma maior autonomia administrativa e a implementação de políticas públicas direcionadas às necessidades da

população local (Prefeitura de Quatis, 2024).

Quatis preserva várias tradições culturais, incluindo festas religiosas e eventos comunitários que refletem a herança rural e agrícola da região. Mais recentemente, o turismo vem se apresentando como uma atividade em crescimento no município, com destaque para o ecoturismo. As belezas naturais, como cachoeiras e trilhas, atraem visitantes em busca de lazer e contato com a natureza (Prefeitura de Quatis, 2024).

As principais atrações turísticas de Quatis são apresentadas no Quadro 14.

Quadro 14: Atrativos Turísticos de Quatis

Atrativos naturais	Cachoeira da Bocaína: Um dos pontos mais visitados, ideal para quem gosta de contato direto com a natureza. A cachoeira oferece piscinas naturais e áreas para piquenique.
	Rio Paraíba do Sul: Lugar para atividades de lazer, como pesca e passeios de barco.
	Trilha do Mirante da Serra: Oferece uma vista panorâmica da região e é indicada para quem gosta de caminhada e fotografia.
	Trilha do Quilombo: Caminhada que passa por antigas rotas utilizadas por escravos.
	Parque Municipal de Quatis: Um espaço verde com áreas de lazer, playgrounds e espaços para prática de esportes.
Fazendas Históricas	Fazenda Santa Mônica: Uma das fazendas históricas da região, oferece visitas guiadas que mostram a arquitetura colonial e a história do ciclo do café.
	Fazenda São Sebastião: Conhecida pela produção de leite e queijo, oferece visitas que incluem degustação de produtos locais.
Igrejas	Igreja Matriz de São Sebastião: Ponto de encontro da comunidade e um marco histórico da cidade.

	Capela de Nossa Senhora da Conceição: Localizada em um ponto elevado, oferece uma ampla vista da cidade.
Eventos culturais	Festa de São Sebastião: Celebrada em janeiro, é a principal festa religiosa da cidade, com procissões, missas e eventos culturais.
	Festival de Inverno: Realizado em julho, o festival inclui apresentações musicais, teatrais e gastronômicas, atraindo visitantes de toda a região.
Turismo	Passeios a Cavalo e Visitas a Sítios: Muitas propriedades rurais oferecem passeios a cavalo, visitas a plantações e experiências de vida no campo.
	Feira do Produtor Rural: Realizada semanalmente, a feira oferece produtos frescos, artesanato local e comidas típicas.
Turismo Rural	Museu Municipal A História deste Lugar.

Fonte: Elaboração própria a partir de Prefeitura de Quatis (2024) e Tripadvisor (2024)

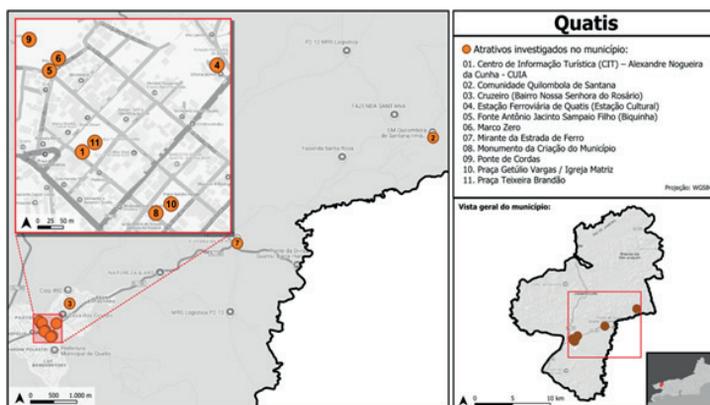
Atualmente, a população de Quatis é de 13.682 pessoas. A cidade possui uma área territorial de 284,826 km², resultando em uma densidade demográfica de aproximadamente 48,04 hab/km² (IBGE Cidades, 2022).

Em 2021, o PIB per capita era de R\$ 20.945,97. Na comparação com outros municípios do estado, ficou na posição 80 de 92. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é 0,690, segundo dados mais recentes (2010). Esse valor classifica a cidade em uma posição inferior no ranking do estado do Rio de Janeiro (IBGE Cidades, 2022).

6.1. Análise da acessibilidade dos atrativos turísticos em Quatis

No município de Quatis foram analisados onze atrativos turísticos, conforme pode ser observado no mapa apresentado na Figura 14.

Figura 14: Localização dos atrativos turísticos mapeados em Quatis



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

No Quadro 15 são apresentadas as informações obtidas nas visitas técnicas para o mapeamento da acessibilidade em onze atrativos turísticos do município de Quatis.

Quadro 15: Acessibilidade dos atrativos turísticos em Quatis.

Atrativo	Acesso e circulação	Travessia de pedestres	Estacionamento	Informação e sinalização	Sinalização horizontal	Circulação/ uso do atrativo	Circulação vertical	Atendimento ao público no local	Sanitários, banheiros e vestiários
Fonte Antônio Jacinto Sampaio Filho (Biquinha)	Red		Red	Yellow	Red	Red	Red		
Ponte de Cordas			Red	Yellow		Red			
Marco Zero			Red	Yellow		Red			
Comunidade Quilombola de Santana	Red			Yellow		Red			
Mirante da Estrada de Ferro						Red			
Praça Teixeira Brandão						Red			
Centro de Informação Turística (CIT) - Alexandre Nogueira da Cunha - CUIA	Red					Red			
Praça Getúlio Vargas / Igreja Matriz	Red					Red			
Monumento da Criação do Município	Red	Yellow	Yellow	Yellow	Red	Red			Red
Estação Ferroviária de Quatis (Estação Cultural)	Red				Red	Red	Red	Red	Red
Cruzeiro (Bairro Nossa Senhora do Rosário)	Yellow		Yellow	Yellow	Yellow	Yellow			Red

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Nenhum dos onze atrativos turísticos analisados em Quatis possui recursos de acessibilidade com plena adequação às normativas. Destaca-se a cor amarela, indicando que em vários atrativos há diferentes recursos de acessibilidade com inadequações, com destaque para “Informação e sinalização” que, embora presente em todos os atrativos, não seguem o determinado nas normativas. Já a cor vermelha, indicativa da ausência de recursos de acessibilidade, predomina em itens como “Sinalização horizontal” e “Circulação/Usos do atrativo”.

Na Figura 15 é ilustrada a inadequação do piso tátil da “Praça Teixeira Brandão”, sendo possível observar que toda extensão da praça possui piso decorativo comum, estando o piso tátil em uma pequena área limitada.

Figura 15: Piso tátil inadequado na Praça Teixeira Brandão



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A maior quantidade de ocorrências, na cor branca, indica a não aplicabilidade dos recursos de acessibilidade, como no quesito “Circulação vertical” nos diferentes atrativos ao ar livre; além de indicar a impossibilidade de verificação de outros itens no momento da visita.

7. Saquarema

Saquarema é um município brasileiro do estado do Rio de Janeiro, localizado na região das Baixadas Litorâneas, mais precisamente, na Região dos Lagos. Sua população estimada em 2022 era de 89.559 habitantes (IBGE Cidades, 2022).

O Município integra a Região Hidrográfica IV (Lagos São João) do Estado do

Rio de Janeiro, conformando, com Maricá, uma área específica que reúne as bacias das lagoas de Saquarema, Jaconé e Jacarepiá e a área de restinga. As matas de baixada foram quase totalmente suprimidas, inclusive as situadas nas margens dos rios, sendo substituídas por pastagens. Todavia, boas parcelas de Mata Atlântica podem ser vistas nas montanhas e uma amostra valiosa de mata de restinga encontra-se preservada na Reserva Ecológica de Jacarepiá (IBAM, 2022).

A população de Saquarema era, em 2022, de 89.559 habitantes e a densidade demográfica era de 254,34 habitantes por quilômetro quadrado. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 31 e 27 de 92. A área do município era de 352,13 km², o que o coloca na posição 50 de 92 entre os municípios do estado e 3088 de 5570 entre todos os municípios. O município é constituído de 3 distritos: Saquarema, Mato Grosso e Bacaxá (IBGE Cidades, 2022).

A formação histórica do Município remonta ao século XVI. Em dezembro de 1530, saindo de Lisboa, Martim Afonso de Souza contornou o Cabo Frio e atracou em frente ao Morro de Saquarema (morro da Igreja de Nossa Senhora de Nazareth), no lugar onde hoje é a construção da Barra Franca. Na ocasião entraram em contato com uma tribo de índios Tamoios. Por séculos esses indígenas dominaram a parte litorânea onde hoje se localiza a sede do município de Saquarema e apelidaram a lagoa de “SOCÓ-REMA”, que quer dizer bandos de socós (ave pernalta abundante na lagoa naquela época) (Prefeitura de Saquarema, 2024).

A Coroa Portuguesa dividiu o território brasileiro em capitânicas hereditárias e as terras do atual município de Saquarema, passaram a pertencer a Martim Afonso de Souza, por se encontrarem dentro dos limites fixados para a Capitania de São Vicente a ele doada. Dado a extensão do território da Capitania, muitos anos se passaram antes que as terras de Saquarema recebessem estrutura urbana (Prefeitura de Saquarema, 2024).

A Estrada de Ferro Maricá (EFM) teve seu primeiro trecho inaugurado em 1887, ligando os municípios de São Gonçalo a Maricá. Desde então, a ferrovia se tornou o principal meio de transporte da região, até então desprovida de outras vias de acesso. No território de Saquarema foram construídas as estações Sampaio Correa e Bacaxá, em 1913. A estação de trem de Bacaxá foi o principal indutor do desenvolvimento do centro comercial de Saquarema. Ali era embarcada a produção local, ao mesmo tempo que chegavam ao

seus destinos os bens e itens da capital e das cidades vizinhas.

A partir dos anos 1950, teve início uma política de abertura de estradas e priorização do transporte rodoviário, que nesse caso foi primeiramente traduzida com a pavimentação da RJ 106. A medida permitiu acesso mais fácil e rápido aos municípios da Região dos Lagos e se tornou uma alternativa mais competitiva em relação ao transporte ferroviário. Posteriormente, ocorreram a abertura da BR 101 e a construção da Ponte Rio Niteroi (IBAM, 2022).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que Saquarema figurou (em 2023), no top 10 das cidades que mais ampliaram sua participação na economia brasileira. O instituto mediu o Produto Interno Bruto (PIB) nacional, que é a soma dos bens e serviços produzidos no país, com base nos dados econômicos de 2020 e 2021. Saquarema registrou uma alta de 0,3 ponto percentual, avançando para 0,47% do PIB, enquanto capitais como São Paulo e Rio de Janeiro perderam peso (Jornal Extra, 2023). Segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o número de empregados cadastrados na cidade de Saquarema em 2022 foi 17,453, o que representa uma variação de 11.5% em relação ao ano anterior. A remuneração média do trabalhador no ano de 2022 foi de R\$3.477,28, e o número de estabelecimentos cadastrados foi 3.889. A receita total do município de Saquarema foi a 13ª do estado (em comparação que não inclui a capital). Em 2021 o PIB per capita era de R\$ 458.767,96 (Sebrae, 2023).

Na economia local, são destaques as atividades de comércio e serviços, a pesca e a pecuária, a construção civil, bem como as iniciativas do poder local de apoio ao pequeno produtor e de atração de empreendimentos para o Polo de Desenvolvimento localizado em Sampaio Correa, além é claro, do Turismo.

O turismo desempenha um papel de grande importância no município. Saquarema faz parte da categoria B no Mapa do Turismo brasileiro, ou seja, o segundo grau mais alto de desempenho econômico do setor. No Plano Diretor de Turismo do Estado, foram estabelecidas doze regiões o Município integra a região Costa do Sol, juntamente com os Municípios de Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Carapebus, Casimiro de Abreu, Macaé, Maricá, Quissamã, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia. A Costa do Sol é considerada estratégica para o desenvolvimento do turismo do estado (IBAM, 2022).

Localizada no Estado do Rio de Janeiro, com belíssimas praias, lagoas, cachoeiras e montanhas, a cidade é conhecida internacionalmente como a “Capital Nacional do Surf”. Sede também da Confederação Brasileira de Voleibol (CBV), a “casa do voleibol brasileiro”, ainda abraça outros esportes como práticas de stand up paddle, pesca, remo, canoa havaiana, kitesurf, paramotor, skimboard, beach tênis, entre outros.

As principais atrações turísticas de Saquarema são apresentadas no quadro 16.

Quadro 16: Atrativos Turísticos de Saquarema

Atrativos Naturais	Mirante Morro da Cruz: Conta a estória de Saquarema que foi erguido em 1930 uma cruz de madeira no morro que se situa entre os distritos de Bacaxá e Saquarema como ponto de romaria para missa em agradecimento à Santa Cruz devido a problemas de saúde que afligiam a população local.
	Prainha: Localizada entre a Praia da Vila e Itaúna, ao lado da Igreja de Nossa Senhora de Nazareth, encanta a todos por sua beleza.
	Praia da Vila: Ideal para quem curte a agitação dos quiosques, bares e restaurantes. Sua extensão é de aproximadamente 1km, com águas limpas e transparentes, de cor entre o verde e o azul, variando de acordo com a luminosidade. Suas areias são claras e finas. Boas ondas atraem os desportistas radicais.
	Lagoa de Saquarema: Boa para pesca e para a prática de esportes náuticos, tem cerca de 17 Km de extensão e largura bastante variável. Possui águas mornas, com tonalidade que varia de acordo com a luminosidade do dia.
	Reserva Ecológica Estadual de Jacarepiá (REEJ): Afastada do mar cerca de 1200 metros, a lagoa está cercada por extenso brejo que, em época chuvosa, consiste em área de inundação favorecendo uma flora e fauna bastante diversificada. Situada entre a lagoa e o mar, encontra-se a mata seca de restinga com árvores em torno de 20 metros.
	Cachoeira da Serra do Roncador: A mata intocada e o clima de montanha tornam o passeio extremamente agradável. O acesso é feito através de trilhas com dificuldade moderada, sendo necessário o acompanhamento de guias. Fica distante apenas 3 km de Sampaio Corrêa, com aproximadamente 1,5 km em estrada de terra.

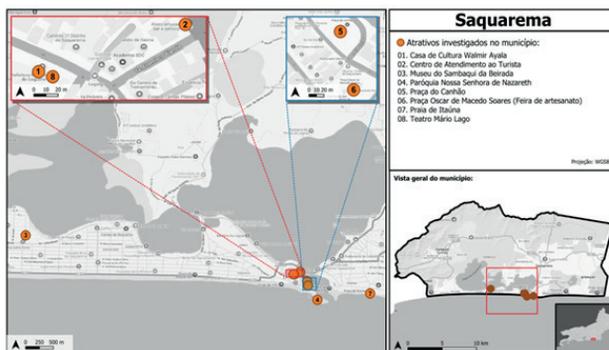
Atrativos Históricos	Sambaquis: Os adeptos do turismo arqueológico são atraídos a Saquarema pelos Sambaquis de Manitiba, Pontinha e Beirada. O Sambaqui da Beirada, tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional, encontra-se em excelentes condições de visitação, tanto para pesquisa científica, quanto para turismo. É um museu a céu aberto.
	Centro de Memória: espaço de exposição de acervo da cidade, com peças raras e obras de arte doadas por moradores locais.
	Templo do Rock: Iniciativa do cantor Serguei, celebridade dos anos 70 e morador de Saquarema, dispõe de grande acervo de fotos e objetos do cantor e de outros roqueiros famosos.
	Casa da Cultura Walmir Ayala: Dos tempos feudais dos barões do império nasceu a arquitetura clássica. O romantismo encheu as fachadas de esculturas e arabescos e os senhores da corte, sob os seus tetos, organizavam os seus festejos memoráveis.
Monumentos Históricos	Igreja de Nossa Senhora de Nazaré: A freguesia de N. S. de Nazareth de Saquarema teve origem em uma pequena capela, onde hoje está edificada a Igreja Matriz, pelo senhor Manoel de Aguillar Moreira e sua esposa D. Catharina de Lemos, em 1662. Em 1675 essa capela foi substituída por um templo de maiores proporções construído em pedra e cal.
	Gruta Nossa Senhora de Lourdes: A imagem da Santa, localizada na gruta próxima à Igreja de Nossa Senhora de Nazareth, bem como sua proximidade com o mar, formam um conjunto arquitetônico-religioso deslumbrante
	Igreja de Santo Antônio: Em meados do ano de 1922 - foi edificada por Segisfredo Rodrigues Bravo, em terreno de sua propriedade, uma capela sob a invocação de Santo Antônio, hoje padroeiro da Vila.
Eventos Culturais	Eventos esportivos de fluxo turístico: Sedia 3 edições do WSL (Surf - praia de Itaúna), campeonatos de skate, canoa havaiana, skimboard, motocross, Jiu-Jitsu, futebol, ciclismo, entre outras modalidades.
Turismo Rural	Saquarema oferece visita aos produtores locais de queijos, cogumelos, doces, bolos, pães e biscoitos e cervejas artesanais, produzidos na região.

Fonte: Portal Saquarema (2024)

7.1. Análise da acessibilidade dos atrativos turísticos em Saquarema

No município de Saquarema foram analisados oito atrativos turísticos, conforme pode ser observado no mapa apresentado na Figura 16.

Figura 16: Localização dos atrativos turísticos mapeados em Saquarema



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

No Quadro 17 são apresentadas as informações obtidas nas visitas técnicas para o mapeamento da acessibilidade em oito atrativos turísticos do município de Saquarema.

No município de Saquarema, os atrativos turísticos apresentam limitações significativas no que diz respeito à acessibilidade. A “Sinalização horizontal” e a “Circulação/uso do atrativo” são classificadas integralmente como inadequadas, representadas pela cor vermelha, conforme observado no quadro 17.

Em contrapartida, em todos os atrativos o item “Informação e sinalização” foi sinalizado com a cor amarela, indicando a presença do recurso de acessibilidade, mas com inadequações. Essa situação é exemplificada pela placa no estacionamento da “Paróquia Nossa Senhora de Nazareth” (Figura 17A) que, apesar de informar sobre a vaga privada também ser destinada a pessoas com deficiência, não está plenamente em conformidade com as normas. Há a ausência de elementos essenciais, como texto e pictogramas em alto relevo, além de letras com cores contrastantes, comprometendo a acessibilidade da sinalização.

Já na “Praça Oscar de Macedo Soares”, onde acontece a feira de artesanato, é possível observar a inconformidade com o item “Acesso e circulação” (Figura 17B). De acordo com as normas vigentes, a rampa de acessibilidade deve possuir piso regular, antiderrapante e estável, o que não é atendido pela calçada dessa praça.

Quadro 17: Acessibilidade dos atrativos turísticos em Saquarema

Atrativo	Acesso e circulação	Travessia de pedestres	Estacionamento	Informação e sinalização	Sinalização horizontal	Circulação/ uso do atrativo	Circulação vertical	Atendimento ao público no local	Sanitários, banheiros e vestiários
Centro de Atendimento ao Turista	Red	Amarelo	Red	Amarelo	Red	Red	Amarelo	Red	Amarelo
Praça do Canhão	Red	Red	Red	Amarelo	Red	Red	Amarelo	Red	Amarelo
Praça Oscar de Macedo Soares (Feira de artesanato)	Amarelo	Red	Red	Amarelo	Red	Red	Amarelo	Red	Amarelo
Paróquia Nossa Senhora de Nazareth	Red	Amarelo	Red	Amarelo	Red	Red	Amarelo	Red	Amarelo
Teatro Mário Lago	Amarelo	Red	Red	Amarelo	Red	Red	Amarelo	Red	Amarelo
Casa de Cultura Walnir Ayala	Red	Red	Red	Amarelo	Red	Red	Amarelo	Red	Amarelo
Museu do Sambaqui da Betrada	Red	Amarelo	Red	Amarelo	Red	Red	Amarelo	Red	Amarelo
Praia de Itaúna	Amarelo	Amarelo	Red	Amarelo	Red	Red	Amarelo	Red	Amarelo

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Figura 17: Placa de sinalização e rampa de acesso com inadequações às normas



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Por fim, os itens “Circulação vertical”, “Sanitários, banheiros e vestiários”, “Atendimento ao público no local” e “Travessia de pedestres” foram representados pela cor branca em determinados pontos turísticos, indicando a impossibilidade de verificação destes itens no dia da visita in loco, e também, a complexidade envolvida na implementação de recursos de acessibilidade nessas áreas, como observado no caso da “Praça Canhão”. Sendo uma praça pública, constata-se a dificuldade em disponibilizar sanitários adequados para os turistas.

8. Teresópolis

O Município de Teresópolis está localizado na região serrana do estado do Rio de Janeiro. Embora a primeira descrição oficial tenha sido feita em 1788, por Baltazar da Silva Lisboa - que em seu relato descrevia a serra e também a Cascata do Imbuí - foi a partir de 1821 que a região começou a ser ocupada. Nessa época, o português de origem inglesa George March adquiriu uma grande gleba e transformou-a em fazenda modelo (Teresópolis, 2015). O nome da cidade foi dado em homenagem à Imperatriz Dona Teresa Cristina, mulher do Imperador D. Pedro II. A família imperial frequentava bastante a região, em visitas e períodos de férias.

Mas, foi o inglês George March, nascido em Portugal, considerado um dos fundadores da cidade. Ele aportou no RJ no mesmo período da vinda da Família Real e adquiriu grandes sesmarias nas terras da região da serra dos órgãos, chamada Santo Antônio do Paquequer, hoje município de Teresópolis. Passou a produzir hortigranjeiros e frutas e criação de cavalos e cabras em fazendas na região.

A criação do município data de 6 de Julho de 1890, quando foi assinado o Decreto de elevação de Therezopolis a cidade, pelo então Governador do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Francisco Portella. George March é considerado o fundador da cidade de Teresópolis (SHRBST, s.d.).

Durante o século XIX, o trem foi o principal meio de transporte e se expandiu mundialmente até a segunda metade do século XX. No estado do Rio, pioneiro no transporte ferroviário no país, havia um ramal que funcionava a partir do Cais da Piedade, onde atracavam as barcas de passageiros, até o distrito de Guapimirim, passando pelo centro do município de Magé. Até 1901, a estação de Guapimirim serviu como final da linha, até que iniciaram as obras para subir a Serra dos Órgãos.

A expansão foi gradativa, chegando primeiro nas localidades de Barreira (1904), Miudinho (1905), Garrafão e Alto (1908), mais precisamente no dia 7 de setembro deste mesmo ano, quando todo esse trecho foi inaugurado oficialmente. Até então Teresópolis tinha uma via de transportes incipiente. Em 1919, com a administração da ferrovia tomada pela Estrada de Ferro Central do Brasil, o ramal foi prolongado até uma localidade denominada como “Várzea de Teresópolis”, onde foi construída uma nova estação terminal, a Estação José Augusto Vieira, em 1929. Os trens passaram a partir da Estação Barão de Mauá, no Rio de Janeiro até Magé, onde seguiam para Teresópolis pelo trajeto original (SHRBST, s.d.).

Ao contrário do se pode imaginar, todo o crescimento e posterior desenvolvimento desse pequeno núcleo se verificou no sentido norte-sul, isto é, os comerciantes que vinham das Minas Gerais em direção ao porto da Estrela, nos fundos da baía da Guanabara, passando por Petrópolis, viam esta região como ponto estratégico de repouso. Só bem mais tarde o fluxo foi alternado no sentido sul-norte, com o advento da ligação rodoviária, ligando o Rio a Teresópolis em 1959 (TCU, 2021). Apesar da deficiência nas comunicações, a região desenvolveu-se graças à beleza paisagística e amenidades climáticas, que estimularam a função de veraneio, principal fator de crescimento do município.

O núcleo urbano de Teresópolis localiza-se em sítio comprido e estreito no vale do rio Paquequer. A cidade acha-se condicionada por esse relevo, tendo formação marcadamente longitudinal, que ora se alarga, ora se estreita. A ocupação ocorreu, inicialmente, nos bairros da Várzea e do Alto. Com o desenvolvimento urbano, a ocupação foi subindo encostas e vales

próximos, formados pela rede de pequenos afluentes do rio Paqueta (TCU, 2021).

Teresópolis é a maior produtora agrícola do Estado do Rio de Janeiro. São cerca de 183 mil toneladas de produção anual em uma área de 6.641,17 hectares, que renderam à cidade o título de Capital Estadual da Agricultura Familiar. O faturamento com a Produção Agrícola é o maior do Estado, movimentando cerca de R\$250 milhões/ano. O município também é a Capital Nacional do Lúpulo. Insumo de grande valor para as indústrias cervejeira, farmacêutica e de refinamento do álcool. Graças à qualidade da água e ao fato de ser a Capital Nacional do Lúpulo, Teresópolis tem na “bebida dourada” um grande potencial econômico e turístico, que também vem se fortalecendo através do incentivo às Micro Cervejarias (Cidade de Teresópolis, s.d.).

Além da produção agrícola e industrial, Teresópolis também tem uma relação de cuidado muito forte com as Unidades de Conservação de Proteção Integral, como o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, o Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis (maior parque municipal do Brasil, com 304 espécies diferentes) e o Parque Estadual dos Três Picos. Juntos, eles compreendem 19,1% da área do município. Este último é, inclusive, o maior parque estadual do Estado do Rio de Janeiro: são mais de 46 mil hectares que representam 75% de toda a área verde protegida na cidade (Cidade de Teresópolis, s.d.).

Do ponto de vista do desenvolvimento do turismo na região, Teresópolis, pertence a chamada região Verde Imperial (Plano Diretor de Turismo do RJ, 2001). No Mapa do Turismo, Teresópolis pertence à categoria B, que indica o segundo grau mais alto de desempenho econômico do setor turístico.

As principais atrações turísticas de Teresópolis são apresentadas no Quadro 18.

Quadro 18: Atrativos Turísticos de Teresópolis

Patrimônios Históricos	<p>Palácio Teresa Cristina – A sede da administração municipal, com suas linhas em estilo colonial, ocupa um dos prédios mais bonitos da cidade. No local onde funcionava o antigo auditório, foi inaugurado o Teatro Municipal de Teresópolis.</p>
	<p>Várzea Palace Hotel – O prédio, com sua arquitetura eclética, começou a ser construído em 1912, nos fundos da igreja matriz.</p>
	<p>Igreja Matriz de Santo Antônio do Paquequer – Localiza-se no bairro Alto, região que reúne o maior conjunto de casas antigas da cidade. Em 1880, em ruínas, foi reconstruída.</p>
	<p>Matriz de Santa Teresa – Em estilo gótico, possui belos vitrais de origem tcheca. A Praça Baltazar da Silveira, onde a igreja está localizada, foi um dos núcleos principais do desenvolvimento de Teresópolis, de onde irradiaram manifestações políticas, culturais e sociais marcantes para o município.</p>
	<p>Castelo Montebello Medieval – Com características da época dos senhores feudais, o lugar foi cenário para as aventuras vividas nos filmes da Jovem Guarda e promoveu muitas festas da alta sociedade local.</p>
Atrativos Naturais	<p>Mirante do Soberbo – Conhecido também por Mirante da Vista Soberba, fica na entrada da cidade. De lá é possível avistar o Dedo de Deus, o pico do Escalavrado, a Boca do Peixe e outros pontos da serra dos Órgãos.</p>
	<p>Parque Natural Montanhas de Teresópolis - O Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis é uma unidade de conservação de Mata Atlântica. Possui vida exuberante e diversos atrativos.</p>
	<p>Pedra da Tartaruga - A Pedra da Tartaruga fica dentro do Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis, com uma trilha de 620 metros de caminhada, de fácil acesso.</p>
	<p>Parque Nacional da Serra dos Órgãos - O Parque Nacional da Serra dos Órgãos é uma unidade de conservação situada no maciço da Serra dos Órgãos, abrangendo os municípios de Teresópolis, Guapimirim, Magé e Petrópolis, com uma área de 20.030ha. É aberto para visitação permanente. É administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Em Teresópolis há uma sede.</p>
	<p>Pedra do Elefante - Localizada nas proximidades do Mirante do Soberbo, ela tem uma trilha bastante curta até o ponto</p>

	de onde se avista majestosamente o Dedo de Deus e outras icônicas montanhas do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, como Escalavrado, Dedo de Nossa Senhora, Cabeça do Peixe e Verruga do Frade.
Centro Cultural	Casa de Cultura Adolpho Bloch – Conta com galeria de exposições, teatro, auditório, sala de dança e ateliê. O prédio sedia a Academia Teresopolitana de Letras e a Sociedade dos Artistas de Teresópolis. Através do evento Cultura de Raiz, a casa de cultura dá visibilidade aos artistas descobertos através do projeto Cultura nos Bairros, um evento caça-talents itinerante.
	Casa da Memória Arthur Dalmasco – Sede da Secretaria de Cultura de Teresópolis, é um local dedicado ao resgate do acervo histórico e cultural do município.
	Granja Comary - centro de treinamento da Seleção Brasileira de Futebol, localizado no bairro Carlos Guinle.
	Sobrado José Francisco Lippi – A sede da fazenda Nossa Senhora da Conceição possui arquitetura do século XIX, porões e um museu que documenta a história de Venda Nova. Um espaço cultural abriga contação de histórias, uma cabana de leitura, o bosque das helicônias e uma loja de artesanato.
	Centro Cultural Higino – Tombado como patrimônio histórico, o prédio foi sede do extinto Hotel Higino, que ficou famoso por seus bailes de carnaval durante as décadas de 1960 e 1970.
Espaços Culturais e Outros	Encontro de Folia de Reis – A cidade já teve cerca de oito grupos de folia. Atualmente, apenas duas estão ativas: a Estrela Guia e a Estrela Marte do Oriente.
	Teresópolis Encena – Em 2010, o Grupo de Trabalho de Artes Cênicas e a prefeitura decidiram transformar a mostra teatral que há mais de 10 anos era realizada na cidade em um festival. A programação inclui palestras, oficinas e cursos.
	Festival de Inverno – Acontece desde 2001, em Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo. Shows musicais e apresentações de teatro e de dança integram os espetáculos do festival.
	Feira Agroecológica - A Feira Agroecológica reúne semanalmente os produtores rurais de Teresópolis. Além de hortaliças, frutas, ervas, plantas e sementes sem agrotóxicos, vende salgados vegetarianos, pães, mel, doces e geléias.
	Feirarte – A conhecida feirinha de artesanato de Teresópolis (Feirarte) é realizada na Praça Higino da Silveira, desde 1983.

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

O município possui uma área territorial de aproximadamente 771 km² e população estimada de 165.123 pessoas e a densidade demográfica é de 213,52 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE Cidades, 2022).

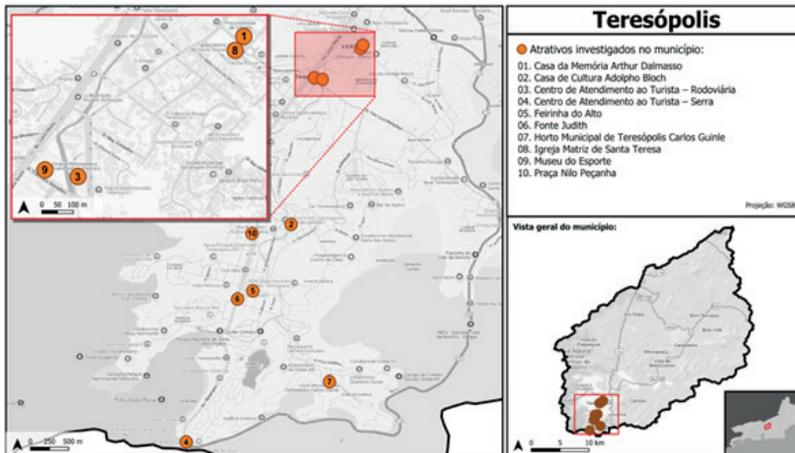
A temperatura média do município gira em torno de 17,7°C (clima do tipo tropical de altitude), e é considerada a cidade mais alta do estado do Rio de Janeiro e, portanto, uma das de clima mais frio.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) Teresópolis está situado na faixa de desenvolvimento humano mais alto, passando de 0,580, em 1991, para 0,771, em 2010. O município ocupa a 1.021ª posição em relação a 5.565 municípios do Brasil. Em relação aos outros municípios do Rio de Janeiro, está na 23ª posição. Em 2021, o PIB per capita era de R\$ 31.880,03 (IBGE Cidades, 2022).

8.1. Análise da acessibilidade dos atrativos turísticos em Teresópolis

No município de Teresópolis foram analisados dez atrativos turísticos, conforme pode ser observado no mapa apresentado na Figura 18.

Figura 18: Localização dos atrativos turísticos mapeados em Teresópolis



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

No Quadro 19 são sintetizadas as informações obtidas nas visitas técnicas para o mapeamento da acessibilidade em dez atrativos turísticos do município de Teresópolis.

Quadro 19: Acessibilidade dos atrativos turísticos em Teresópolis

Atrativo	Acesso e circulação	Travessia de pedestres	Estacionamento	Informação e sinalização	Sinalização horizontal	Circulação/ uso do atrativo	Circulação vertical	Atendimento ao público no local	Sanitários, banheiros e vestiários
Museu do Esporte	Red	White	White	Yellow	Red	White	White	Red	Red
Centro de Atendimento ao Turista – Rodoviária	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	White	Red	Yellow
Igreja Matriz Santa Teresa	Red	White	White	White	Red	White	White	White	White
Casa da Memória Arthur Dalmasso	Yellow	White	White	White	Red	Red	Red	Red	Red
Feirinha do Alto	Yellow	White	White	White	Yellow	Red	White	White	Yellow
Fonte Judith	Red	White	Red	White	Red	Red	White	White	White
Centro de Atendimento ao Turista – Serra	Red	White	White	Yellow	Red	Red	White	Red	Yellow
Horto Municipal de Teresópolis Carlos Guinle	Red	White	Red	White	Red	White	White	White	White
Casa de Cultura Adolph Bloch	Red	White	Red	Yellow	Red	Red	White	Red	Red
Praça Nilo Peçanha	Red	Yellow	Yellow	Yellow	Red	Red	Red	White	White

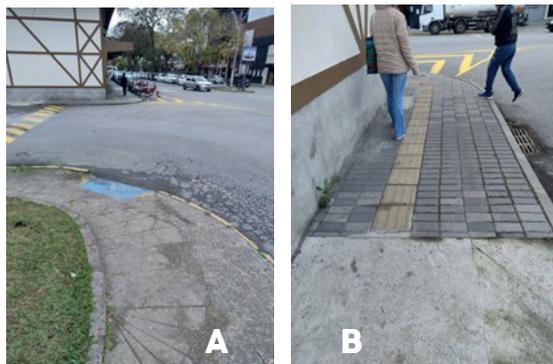
Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Há, no quadro acima, predominância da cor amarela em todas as linhas e em várias colunas. Isso indica que há recursos de acessibilidade em boa parte dos atrativos, mas eles ainda são inadequados ao estipulado pelas normativas vigentes e precisam passar por ajustes. As áreas de “Informação e sinalização”, “Estacionamento” e “Travessia de pedestres” são aquelas nas quais se destacam os recursos de acessibilidade com inadequações.

A cor vermelha também predomina nas diferentes linhas e colunas, à exceção de “Travessia de pedestres” e “Informação e sinalização”, evidenciando a ausência de alguns recursos de acessibilidade nos 10 atrativos. As áreas de “Acesso e circulação”, “Sinalização horizontal” e “Circulação/uso do atrativo” são aquelas nas quais a maioria dos atrativos não possui recursos de acessibilidade, o que impacta diretamente a experiência e a inclusão de pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

Nas imediações do Centro de Atendimento ao Turista, localizado na rodoviária de Teresópolis, foi identificada calçada de acesso em mau estado de conservação e rampa sem conexão com faixas de travessia (Figura 19A), além do piso tátil instalado de forma inadequada, inclusive com piso direcional interrompido e sem piso tátil de alerta indicando a rampa (Figura 19B).

Figura 19: Calçada e piso tátil com inadequações às normas



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Já a cor branca tem mais ocorrências no item “Circulação vertical”, que inclui escadas, rampas, elevadores e plataformas elevatórias importantes para acesso aos atrativos. A impossibilidade de avaliar tais estruturas se justifica

pela ausência delas devido às condições estruturais ou à natureza do atrativo. Por fim, nos dez atrativos avaliados, não há nenhuma ocorrência da cor azul, indicativo de que nenhum dos recursos de acessibilidade identificados está em total conformidade com as normativas vigentes.

9. Vassouras

Vassouras, situada no Vale do Rio Paraíba fluminense, foi fundada na primeira metade do século XIX (1833) por um grupo de agricultores. Sua história está intimamente ligada ao ciclo do café, que foi a principal atividade econômica da região durante o século XIX (Prefeitura de Vassouras, 2024).

Ainda no século XVIII, a área começou a ser ocupada por fazendeiros vindos de outras regiões do Brasil, especialmente de Minas Gerais, atraídos pelas terras férteis. No século seguinte, Vassouras se tornou um dos principais centros produtores de café do Brasil. A cidade era parte da região conhecida como Vale do Paraíba, que abrangia áreas dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O cultivo do café trouxe grande prosperidade para Vassouras, muitos fazendeiros enriqueceram e construíram grandes casarões e fazendas que até hoje são símbolos da riqueza da época. Mas a economia do café em Vassouras, assim como em outras partes do Brasil, dependia fortemente do trabalho escravo. O uso intenso de mão de obra escrava teve impactos profundos na sociedade local e na estrutura econômica da cidade (Prefeitura de Vassouras, 2024).

Nesse período, além de edificações habitacionais, Vassouras possuía vários prédios públicos e obras de urbanização em andamento, como a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição – construída em 1828 e ampliada até 1872; o Chafariz Monumental – datado de 1842; o Hospital da Santa Casa de Misericórdia – construído em 1853; a Praça Barão de Campo Belo – concluída em 1857; entre outros. Em 1957, esse acervo arquitetônico passou por um processo de tombamento (Processo nº 566-T-57) pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Seu valor estético foi expresso como fator preponderante para seu tombamento, termos como “pureza”, “beleza”, “magnífica arborização” e “homogeneidade” foram utilizados para demarcar a sua relevância enquanto bem nacional a ser preservado. Esses vocábulos eram tradicionalmente elencados para seleção de patrimônios nacionais, pautados no discurso de “monumento-documento”, o que demarca o período áureo do café como parte constituinte da história nacional,

ainda hoje presente como parte da identidade dos cidadãos dessa cidade (Miranda, 2012).

No final do século XIX, a produção de café começou a declinar devido à exaustão do solo, pragas e a competição de outras regiões produtoras. Com esse declínio, Vassouras teve que se diversificar economicamente, e a pecuária e a agricultura de subsistência passaram a ter maior importância (Prefeitura de Vassouras, 2024).

Na década de 1970 alguns programas federais impulsionaram diversas medidas de preservação de sítios históricos, voltadas para a premissa de que o turismo seria propulsor da economia dessas cidades, mediante a integração dos três níveis de governo (municipal, estadual, federal). O conceito de “cidade-monumento” foi alargado, passando o desenvolvimento econômico a ser inserido, a partir de então, como valor agregado ao bem cultural, onde a preservação do patrimônio urbano seria destinada a suprir necessidades e solucionar desigualdades sociais (Miranda, 2012).

Assim, as atividades turísticas ainda incipientes em Vassouras se apresentavam como solução às poucas iniciativas econômicas desenvolvidas pelo município, sendo que o patrimônio cultural passou então a assumir função desenvolvimentista (Miranda, 2012). Hoje, Vassouras é conhecida pelo seu rico patrimônio histórico, sendo que os casarões e fazendas da era do café foram transformados em atrações turísticas.

As principais atrações turísticas de Vassouras são apresentadas no Quadro 20.

Quadro 20: Atrativos Turísticos de Vassouras

Centro Histórico	Casarões Coloniais: Muitos casarões do século XIX foram preservados e são atrações turísticas. Exemplos incluem a Casa da Hera, o Centro Cultural Cazuzu, o Palacete Barão de Itambé, o Palacete Barão do Ribeirão, a Fazenda Cachoeira Grande e a Fazenda Santa Eufrásia.
	Praça Barão de Campo Belo: É a praça principal da cidade, cercada por casarões históricos e igrejas, como a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição.
	Antiga estação ferroviária: O prédio existente hoje foi inaugurado em 1914, mas o local já era uma estação em 1875.

	<p>O último trem passou por ali em 1970. Atualmente abriga um centro gastronômico.</p>
	<p>Cemitério Nossa Senhora da Conceição.</p>
	<p>Memorial Manuel Congo: Um escravo ferreiro chamado Manoel Congo liderou uma rebelião que em novembro de 1838 reuniu mais de 300 escravos de diversas fazendas e diferentes senhores para uma fuga em massa. Em 6 de setembro de 1839 Manoel Congo foi enforcado em praça pública no local chamado Largo dos Enforcados.</p>
	<p>Fazenda Cachoeira Grande: Um exemplo clássico da opulência da época, com jardins bem cuidados e um acervo significativo de artefatos históricos. Pertenceu ao barão Francisco José Teixeira Leite.</p>
Fazendas Históricas	<p>Fazenda Santa Eufrásia: Única fazenda histórica tombada pelo IPHAN, guarda um tesouro da história e da memória do Vale do Café.</p>
	<p>Fazenda São Luiz da Boa Sorte: é fruto da união de duas fazendas da família Gomes Ribeiro de Avelar e sua construção remonta a 1835. É decorada com objetos do século XVIII e XIX. Passou por restauração nos anos 2000. Além do turismo atua também na produção rural. Abriga ainda o Museu do Café.</p>
	<p>Fazenda Cachoeira do Mato Dentro: pertenceu ao Barão do Ribeirão, José de Avelar e Almeida. A fazenda conserva o único banheiro de pedra pertencente aos escravos do Brasil.</p>
	<p>Fazenda São Fernando: Foi fundada no início do século XIX, por Luis dos Santos Werneck. Atualmente sua produção está voltada para a agricultura orgânica, a produção de leite e a caprinocultura.</p>
	<p>Fazenda Mulungu Vermelho: Foi construída em 1831 e já foi uma das mais prósperas da região com uma produção de aproximadamente 280 mil pés de café. Na visita é possível conhecer um antigo lavadouro de café remanescente com as características originais da época de sua construção.</p>
	<p>Fazenda São Roque: As terras onde está localizada hoje fazem parte de uma sesmaria doada bem no início do século XIX para Antônio da Costa Franco, que era tenente da Guarda Nacional. A fazenda ficou nas mãos da mesma família até início do século XX.</p>
	<p>Fazenda do Secretário: A fazenda foi construída em 1830 pelo avô materno de Eufrásia Teixeira Leite, Laureano Corrêa e Castro, o Barão de Campo Belo, que dá nome à principal praça de Vassouras.</p>

Museus	Museu Casa da Hera: Um dos mais famosos, preserva a história da família Teixeira Leite e tem um acervo de mobiliário, vestuário e objetos da época.
	Museu do Café: Focado na história do café e sua importância para a região.
	Museu Vassouras: Casarão erguido em 1853 no alto da Praça Barão de Campo Belo. O Hospital da Santa Casa de Misericórdia funcionou no imóvel até 1910, quando o espaço passou a abrigar o Asilo Barão do Amparo. Em 2017, o Instituto Vassouras Cultural, fundado por Ronaldo César, adquiriu o casarão.
Eventos Culturais	Festival Vale do Café: Um evento anual que celebra a cultura do café com música, danças e outras manifestações culturais.
	Semana da Cultura: Inclui apresentações teatrais, musicais e exposições de arte.

Fonte: Visite Vassouras (2024)

Embora não haja números exatos disponíveis sobre o impacto do turismo para a economia local, Vassouras recebe um número considerável de turistas anualmente, especialmente durante eventos culturais e históricos. A cidade é um destino popular dentro do turismo histórico e rural no estado do Rio de Janeiro.

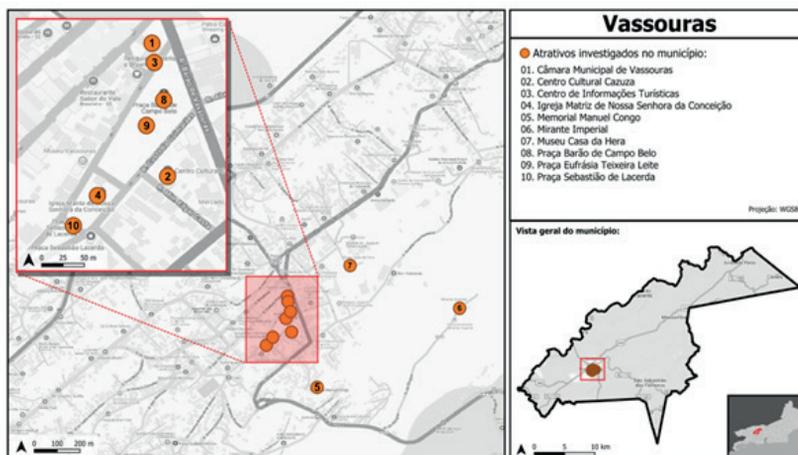
A população de Vassouras, conforme os dados mais recentes do Censo Demográfico de 2022 realizado pelo IBGE, é de 33.976 pessoas. A cidade possui uma área territorial de 536,073 km², resultando em uma densidade demográfica de aproximadamente 63,38 habitantes por km² (IBGE Cidades, 2022).

Em 2021, o PIB per capita era de R\$35.458,96. Na comparação com outros municípios do estado, ficou na posição 35 de 92. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,714, segundo dados mais recentes. Esse valor classifica a cidade em uma posição intermediária no ranking do estado do Rio de Janeiro (IBGE Cidades, 2022).

9.1. Análise da acessibilidade dos atrativos turísticos em Vassouras

No município de Vassouras foram analisados dez atrativos turísticos, conforme pode ser observado no mapa apresentado na Figura 20.

Figura 20: Localização dos atrativos turísticos mapeados em Vassouras



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

No Quadro 21 são sintetizadas as informações obtidas nas visitas técnicas para o mapeamento da acessibilidade em dez atrativos turísticos do município de Vassouras.

Quadro 21: Acessibilidade dos atrativos turísticos em Vassouras

Atrativo	Acesso e circulação	Travessia de pedestres	Estacionamento	Informação e sinalização	Sinalização horizontal	Circulação/ uso do atrativo	Circulação vertical	Atendimento ao público no local	Sanitários, banheiros e vestiários
Memorial Manoel Congo	Amarelo	Branco	Vermelho	Amarelo	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Branco
Mirante Imperial	Amarelo	Branco	Vermelho	Amarelo	Vermelho	Vermelho	Amarelo	Branco	Amarelo
Praça Sebastião de Lacerda	Vermelho	Vermelho	Branco	Amarelo	Vermelho	Vermelho	Branco	Branco	Branco
Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Amarelo	Vermelho	Vermelho	Branco	Branco	Branco
Centro Cultural Cazuzu	Amarelo	Branco	Vermelho	Amarelo	Vermelho	Vermelho	Amarelo	Vermelho	Amarelo
Praça Eufrásia Teixeira Leite	Amarelo	Vermelho	Branco	Amarelo	Vermelho	Branco	Branco	Branco	Branco
Câmara Municipal de Vassouras	Amarelo	Vermelho	Amarelo	Amarelo	Vermelho	Vermelho	Branco	Branco	Branco
Centro de Informações Turísticas	Amarelo	Vermelho	Amarelo	Amarelo	Vermelho	Vermelho	Branco	Branco	Branco
Praça Barão de Campo Belo	Amarelo	Vermelho	Amarelo	Amarelo	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Branco	Branco
Museu Casa da Hera	Vermelho	Branco	Vermelho	Amarelo	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Branco

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Os dados apresentados no quadro acima evidenciam que nenhum dos atrativos visitados possui recursos de acessibilidade totalmente em conformidade com as referências normativas, dada a ausência da cor azul no quadro. Há predominância da cor vermelha, que indica a ausência total de recursos de acessibilidade, em itens como “Sinalização horizontal” e “Circulação e uso do atrativo”.

A cor amarela também se destaca indicando a presença de diversos recursos de acessibilidade com inadequações como, por exemplo, o item “Informação e sinalização” em todos os atrativos visitados. No “Mirante Imperial” foram identificadas diferentes inadequações em relação às normas estabelecidas como escadas sem corrimão e sem sinalização adequada (Figura 21A) e a luneta com altura inadequada (Figura 21B), conforme o estabelecido pela NBR 9050/2020.

Figura 21: Inadequações de acessibilidade em escada e luneta do atrativo



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

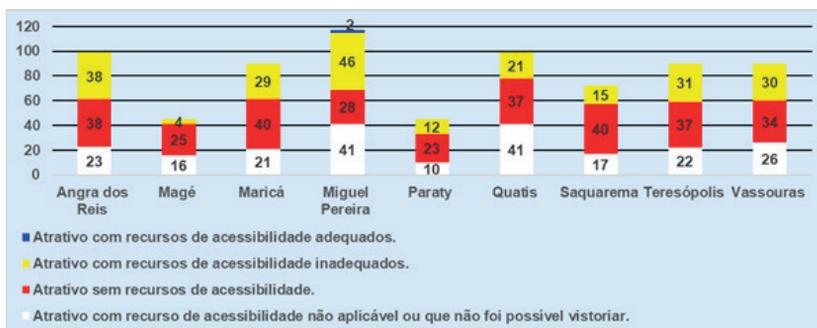
Já a presença da cor branca é maior em “Sanitários, banheiros e vestiários” e em “Atendimento ao público no local”, dois itens geralmente ausentes em atrativos ao ar livre, como praças, mirantes e semelhantes. A ausência de recursos de acessibilidade básicos destaca a necessidade de intervenções para que esses espaços obedeçam às normas de acessibilidade. Adequar-se a essas normas não é apenas uma exigência legal, mas também um passo importante para promover uma experiência turística mais inclusiva e segura, garantindo o direito de todas as pessoas ao acesso à cultura e ao lazer.

10. Algumas considerações

O mapeamento das condições de acessibilidade foi realizado em 83 atrativos turísticos de nove municípios do Estado do Rio de Janeiro, considerando nove itens da matriz de acessibilidade definida. Assim, foi possível analisar um total de 747 itens (ou seja, 83 atrativos x 9 itens da matriz de acessibilidade). Uma síntese dos achados é apresentada na Figura 22, por meio da qual se percebe a proporção entre as ocorrências das situações de acessibilidade avaliadas, sendo elas:

- atrativos com recursos de acessibilidade adequados (cor azul): n=0,3%, referente a apenas dois itens da matriz, de dois atrativos turísticos;
- atrativos com recursos de acessibilidade inadequados (cor amarela): n=30,3%, referente a 226 itens;
- atrativos sem recursos de acessibilidade (cor vermelha): n=40,4%, referente a 302 itens);
- atrativos com recurso de acessibilidade não aplicável ou que não foi possível vistoriar (cor branco): n=29%, referente a 217 itens.

Figura 22: Quantidade de ocorrências das quatro situações de acessibilidade por município



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Os resultados revelam que a maioria dos atrativos carece de recursos adequados de acessibilidade arquitetônica e urbanística, devido à ausência ou inadequação de itens essenciais, como circulação, travessia de pedestres e sanitários adaptados. Essas barreiras comprometem significativamente a autonomia de pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

Outro ponto que se destaca é a ausência de sinalização e de informações em formatos acessíveis em muitos atrativos, o que evidencia barreiras nas comunicações e no acesso à informação. Essas barreiras são recorrentes em atrativos turísticos e contribuem para a exclusão de pessoas com deficiência, mesmo em locais que, em tese, poderiam ser visitados por oferecerem acessibilidade arquitetônica.

No entanto, foram identificados alguns recursos de acessibilidade totalmente adequados às normativas vigentes em poucos atrativos, como a travessia de pedestres no “Espaço do Agricultor” e a circulação vertical no “Calçadão de Grawatta”, ambos no município de Miguel Pereira. Apesar de serem poucos, esses exemplos ilustram a viabilidade da implementação de recursos de acessibilidade em espaços turísticos.

Um mapa georreferenciado foi elaborado na versão digital (Apêndice F), com as informações desse mapeamento sobre a acessibilidade de atrativos turísticos em nove municípios do Estado do Rio de Janeiro, e está disponível no link: <https://bit.ly/taccess03>

REFERÊNCIAS

ABIH-RJ. Miguel Pereira (RJ): O guia completo da cidade – O que fazer, fotos, vídeos, história e muito mais!, 2024. Disponível em: <https://abihrj.com.br/site/turismo/miguel-pereira-rj-o-guia-completo-da-cidade-o-que-fazer-fotos-videos-historia-e-muito-maisatualizado-2024/?amp=1>. Acesso em: 09 ago. 2024.

ASSOCIAÇÃO ESTADUAL DOS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO, 2024. Disponível em: <https://www.aemerj.org.br/index.php/municipios/4-antra-dos-reis#:~:text=Angra%20dos%20Reis%20foi%20descoberta,de%20um%20mar%20profundamente%20azul>. Acesso em: 25 jul. 2024.

AZEVEDO, R. N. Plano de preservação do Centro Histórico de Angra dos Reis e sua aplicação na Rua do Comércio. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/21/teses/836920.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2024.

BRASIL. Ministério do Turismo. Destino Referência em Turismo Cultural: Paraty-RJ. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/destinos-referencia-em-segmentos-turisticos/destino-referencia-em-turismo-cultural-paraty-rj.pdf>.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAGÉ. Lei nº 2.778 traz diretrizes para a política municipal de turismo de Magé, 2023. Disponível em: <https://portal.camaramage.rj.gov.br/lei-no-2778-traz-diretrizes-para-a-politica-municipal-de-turismo-de-mage/>. Acesso em: 08 ago. 2024.

CIDADE DE TERESÓPOLIS, s.d. Disponível em: https://www.teresopolis.rj.gov.br/wp-content/uploads/2022/11/Livro-investidor_21x30_site_BX.pdf Acesso em: 19 jul. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Miguel Pereira, 2024. Disponível em: <https://www.turismo.rj.gov.br/cidades/miguel-pereira/>. Acesso em: 10 ago. 2024.

IBAM. Conhecimentos sobre o Município de Saquarema-RJ, 2022. Disponível em: https://www.ibam-concursos.org.br/documento/conhec_saquarema.

pdf. Acesso em: 01 ago. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / Cidades (2022).

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/angra-dos-reis/panorama>. Acesso em: 30 jul. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/teresopolis/pesquisa/38/46996>. Acesso em: 18 jul. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/marica/panorama>. Acesso em: 01 ago. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/vassouras/panoramama>. Acesso em: 15 jul. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / Cidades (2022). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/squarema/panorama>. Acesso em: 01 ago. 2024.

INFO MARICÁ, 2024. Disponível em: <https://maricainfo.com/conheca-marica/historia-de-marica>. Acesso em: 25 jul. 2024.

JORNAL EXTRA. Squarema está entre as 10 cidades que mais cresceram em participação no PIB nacional, 2023. Disponível em: <https://extra.globo.com/rio/cidades/squarema/noticia/2023/12/squarema-esta-entre-as-10-cidades-que-mais-cresceram-em-participacao-no-pib-nacional.ghtml>. Acesso em: 01 ago. 2024.

LOPES JÚNIOR, W.M.; HANAI, F.Y.; RIBAS, L.C.P.S. O perfil dos turistas com destino à Ilha Grande, Angra dos Reis (RJ) no verão de 2018. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v. 13, n. 3, ago-out 2020, pp. 534-555. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Frederico-Yuri-Hanai/publication/343378926_o_Perfil_dos_turistas_com_destino_a_Ilha_Grande_Angra_dos_Reis_RJ_em_periodo_do_verao_de_2018/links/63067c415eed5e4bd118178b/o-Perfil-dos-turistas-

com-destino-a-Ilha-Grande-Angra-dos-Reis-RJ-em-periodo-do-verao-de-2018.pdf?origin=journalDetail&_tp=eyJwYWdlIjoiam91cm5hbERldGFpbCJ9. Acesso em: 30 jul. 2024.

MELHORES DESTINOS. O que fazer em Magé, 2023. Disponível em: <https://melhores-destinos.com/glossario/o-que-fazer-em-mage/>. Acesso em: 08 ago. 2024.

MIRANDA, A. C. N. História e intervenção em sítios urbanos tombados: a experiência de Vassouras (RJ), 1958-2009. Dissertação (mestrado). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.

NET DIÁRIO. O melhor prefeito do estado do Rio. Disponível em: <https://rede.com.br/não/o-mel-preferência-fazer-estado-fazer-r>. Acesso em: 19 maio 2024.

ODIA. Miguel Pereira é um dos municípios mais seguros do Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/miguel-pereira/2023/11/6743871-miguel-pereira-e-um-dos-municipios-mais-seguros-do-rio-de-janeiro.html>. Acesso em: 08 ago. 2024.

O DIA. Novas viaturas reforçam o atendimento a mulheres vítimas de violência, 2023. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/miguel-pereira/2023/06/ia/6655346-novas-viaturas-reforcam-o-atendimento-a-mulheres-vitimas-de-violencia.html>. Acesso em: 09 ago. 2024.

O DIA. Projeto de crescimento turístico transforma Miguel Pereira em referência, 2023. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2023/03/6598585-projeto-de-crescimento-turistico-transforma-miguel-pereira-em-referencia.html>. Acesso em: 09 ago. 2024.

O DIA. TurisMagé: Prefeitura lança projeto turístico com mais de 15 roteiros, 2022. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/mage/2022/03/6369203-turismage-prefeitura-lanca-projeto-turistico-com-mais-de-15-roteiros.html>. Acesso em: 09 ago. 2024.

OLIVEIRA, M. M. Do Rio a Maricá: estratégia e experiência do êxodo urbano no Estado do Rio de Janeiro. Dissertação (mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/11631/3/2005%20-%20Maur%20adicio%20Martins%20de%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2024.

PORTAL TURISMO RJ. Maricá, 2024. Disponível em: <https://www.turismo.rj.gov.br/cidades/marica/>. Acesso em: 25 jul. 2024.

PORTAL SAQUAREMA, 2024. Disponível em: <https://portalsaquarema.webnode.com.br>. Acesso em: 25 jul. 2024.

PREFEITURA DE ANGRA DOS REIS, 2024. Disponível em: www.angra.rj.gov.br. Acesso em: 25 jul. 2024.

PREFEITURA DE MAGÉ. Turismo em Magé, 2024. Disponível em: <https://mage.rj.gov.br/turismo/>. Acesso em: 08 ago. 2024.

PREFEITURA DE MARICÁ, 2024. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/marica/>. Acesso em: 25 jul. 2024.

PREFEITURA DE PARATY, 2024. Disponível em: <https://www.paraty.rj.gov.br/>. Acesso em: 02 ago. 2024.

PREFEITURA DE QUATIS, 2024. Disponível em: <https://quatis.rj.gov.br/historia/uatis>. Acesso em: 18 jul. 2024.

PREFEITURA DE SAQUAREMA, 2024. Disponível em: <https://www.saquarema.rj.gov.br/historia/> Acesso em: 01 ago. 2024.

PREFEITURA DE VASSOURAS, 2024. Disponível em: <http://www.vassouras.rj.gov.br>. Acesso em: 15 jul. 2024.

SEBRAE. Data MPE Brasil, 2023. Disponível em: <https://datampe.sebrae.com.br/profile/geo/saquarema>. Acesso em: 01 ago. 2024.

SETUR-RJ. Secretaria de Estado de Turismo do Rio de Janeiro. Regiões e cidades. Disponível em: <https://www.turismo.rj.gov.br/category/regioes/>. Acesso em: 16 out. 2024.

SHRBST. Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Teresópolis, s.d. Disponível em: <http://www.shrbst.com.br/historiadeteresopolis.html> Acesso em: 18 jul. 2024.

TCU. Tribunal de Contas do Estado. Estudos Socioeconômico dos Municípios do Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.teresopolis.rj.gov.br/>

wp-content/uploads/2023/10/Teresopolis-2021.pdf. Acesso em: 18 jul. 2024.

TERESÓPOLIS. Portal da cidade, 2015. Disponível em: <https://www.teresopolis.rj.gov.br/>. Acesso em: 18 jul. 2024.

TRIPADVISOR. Quatis, 2024. Disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/Tourism-g2578163-Quatis_State_of_Rio_de_Janeiro-Vacations.html. Acesso em: 15 jul. 2024.

TRIPADVISOR. Teresópolis, 2024. Disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/Tourism-g303509-Teresopolis_State_of_Rio_de_Janeiro-Vacations.html. Acesso em: 19 jul. 2024.

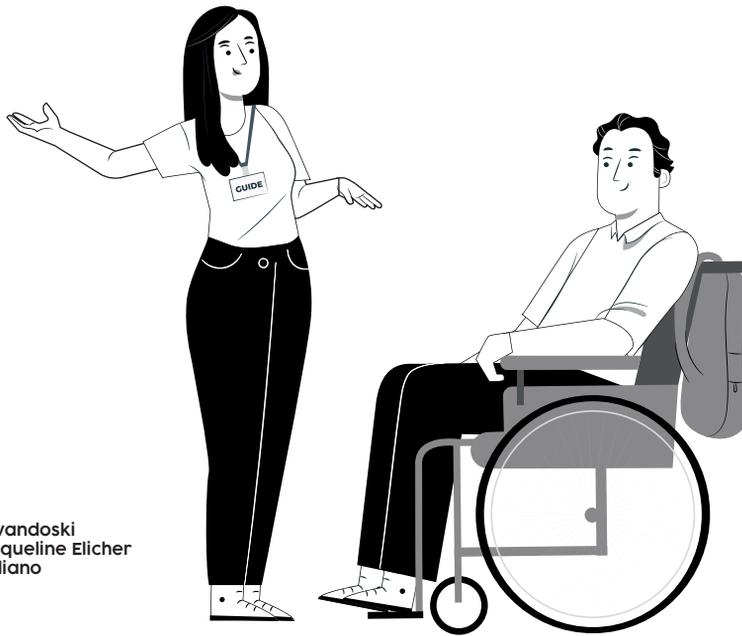
TURISANGRA. Pontos Turísticos, 2024. Disponível em: <https://visite.angra.rj.gov.br/pontos-turisticos.asp>. Acesso em: 25 jul. 2024.

VISITE VASSOURAS, 2024. Disponível em: <https://www.visitevassouras.com/>. Acesso em: 15 jul. 2024.



CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Joice Lavandoski
Maria Jaqueline Elicher
Tiago Juliano



INTRODUÇÃO

O Projeto de Extensão Turismo Acessível para Todos no Estado do Rio de Janeiro, parceria entre a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e a Organização Social Solares - Ação e Cidadania buscou promover o levantamento da situação de acessibilidade de atrativos turísticos em destinos do Estado do Rio de Janeiro, contribuindo para sensibilizar a cadeia produtiva do turismo por meio de informações e ações que possam engajar maior investimento na promoção do turismo acessível. O Projeto teve como principal público alvo os gestores públicos do setor turístico. Por outro lado, a abrangência das ações e relevância do tema permitiram que o Projeto alcançasse segmentos sociais mais amplos, como profissionais do setor, estudantes, pesquisadores e outros sujeitos interessados, incluindo pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Durante doze meses, o Projeto contemplou atividades de pesquisa, levantamentos exploratórios, atividades de campo e ações de retaguarda, que contemplaram o suporte para compilação, armazenamento e difusão das informações e dados coletados. Estruturado em cinco grandes metas, o Projeto atendeu as propostas e apresenta contribuições para compreender o estado da arte sobre o tema do turismo acessível e maior conhecimento sobre as condições de acessibilidades em destinos fluminenses. Com efeito, o Projeto promoveu a coleta e análise de dados, por meio de levantamentos realizados junto a gestores públicos e privados dos destinos; construiu um banco de dados georreferenciados com informações coletadas em levantamentos exploratórios e visitas in loco, que visa auxiliar no aperfeiçoamento de práticas acessíveis de turismo no Estado; desenvolveu uma logística de apoio às atividades necessárias aos levantamentos sociométricos sobre o turismo acessível no Estado; promoveu maior sensibilização social acerca do tema, por meio de eventos e capacitações sobre turismo acessível; contribuiu para ampliar o debate acerca da acessibilidade no turismo por meio da difusão dos resultados do Projeto, a partir de publicações e participação em eventos da área de turismo.

A seguir é apresentado o curso de capacitação que foi um dos produtos do Projeto.

CAPACITAÇÃO MAPEAMENTO DA ACESSIBILIDADE EM ATRATIVOS TURÍSTICOS

Uma das contribuições mais importantes do Projeto Turismo Acessível para Todos no Estado do Rio de Janeiro consistiu na promoção de um curso de capacitação intitulado 'Mapeamento da Acessibilidade em Atrativos Turísticos'. Essa capacitação foi oferecida como um curso à distância e autoinstrucional, organizado em sete módulos e que empregou uma diversidade de recursos pedagógicos, como materiais complementares, sessão de dicas, vídeos e relatos de pessoas convidadas e com experiência na área de acessibilidade; além de recursos de acessibilidade, como Libras e áudio descrição das imagens.

Essa capacitação pode ser entendida como um instrumento prático para o planejamento e implantação da acessibilidade nos destinos turísticos do Estado do Rio de Janeiro. O conteúdo da capacitação foi organizado em sete módulos sequenciais, totalizando 81 aulas e tempo estimado de 40 horas de estudos. O conteúdo contempla conceitos, ferramentas técnicas, normas e marcos legais para gestores públicos e prestadores de serviços turísticos promoverem a acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Ao final de cada módulo, os participantes são avaliados por meio de um quiz, com correção automática. As inscrições ocorreram em agosto de 2024 e contaram com mais de 1000 inscritos. O curso ficou disponível entre os meses de setembro e novembro de 2024.

O conteúdo da capacitação foi elaborado pela equipe técnica do Projeto e também contou com a colaboração de convidados. Na sessão de boas vindas, o engenheiro Paulo Nelson Araújo, coordenador técnico do Projeto Turismo Acessível para Todos no Estado do Rio de Janeiro, apresenta o projeto e destaca seus objetivos. A sessão introdutória também indica o conteúdo programático da capacitação e são descritos os objetivos do curso, a saber: informar sobre a existência de legislações sobre acessibilidade; apresentar o conceito de turismo acessível e o desenho universal; explicar os principais conceitos relacionados à pessoa com deficiência; enumerar os diversos modos de melhorar a infraestrutura de edificações e serviços para atender ao turista com deficiência e/ou mobilidade reduzida em conformidade com as normas técnicas específicas; informar sobre a acessibilidade e

sustentabilidade no turismo e o seu impacto na economia local; conceituar destinos turísticos inteligentes com destaque para os requisitos do eixo de acessibilidade; demonstrar a importância do mapeamento da acessibilidade em atrativos turísticos; e apresentar as fontes de financiamento e linhas de crédito para a promoção da acessibilidade em destinos turísticos.

O primeiro módulo é intitulado 'Turismo e Acessibilidade' e é formado por doze aulas. O conteúdo desse módulo contempla aspectos conceituais do turismo; o conceito de acessibilidade e seus tipos, elucidando as particularidades da acessibilidade atitudinal, comunicacional, arquitetônica, programática, instrumental, nos transportes e digital. Discute-se a relação entre acessibilidade e turismo; objetivos e ações do Programa Turismo Acessível; benefícios do turismo acessível para as economias locais; boas práticas no turismo acessível no Brasil e no mundo; e os nexos entre direitos humanos e acessibilidade de turistas com deficiência.

O primeiro módulo teve como objetivo apresentar os conceitos de turismo acessível e desenho universal; enumerar modos de melhorar a infraestrutura de edificações e serviços para atender ao turista com deficiência e mobilidade reduzida em conformidade com as normas técnicas específicas; informar sobre acessibilidade e sustentabilidade no turismo e seu impacto na economia local; demonstrar a importância do mapeamento da acessibilidade em atrativos turísticos. O módulo traz relatos de experiência de uma professora especialista em acessibilidade e desenho universal e de um gestor público. São elencados prestadores de serviços especializados em turismo acessível em diferentes países.

O segundo módulo é intitulado 'A Pessoa com Deficiência e o Turismo' e é formado por dez aulas. Seu conteúdo contempla o perfil das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida; as tipologias de deficiência, como visual, auditiva, física, intelectual, transtorno do espectro autista e pessoas surdocegas; as tipologias de mobilidade reduzida, destacando-se idosos e pessoas obesas; apresenta-se o perfil dos turistas com deficiência e mobilidade reduzida; a situação atual do setor de turismo em relação ao atendimento às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, quando são enfatizados como desafios a infraestrutura inadequada, falta de treinamento e baixa conscientização da população. Também se abordam aspectos de comunicação acessível, detalhando os princípios da linguagem simples e da informação em diferentes formatos.

Este módulo teve por objetivos apresentar o conceito de turismo acessível e desenho universal, bem como explicar os principais conceitos relacionados à pessoa com deficiência. É compartilhado o relato de uma pessoa com tetraplegia, que discute as dificuldades da pessoa com deficiência no planejamento e durante uma viagem de turismo, destacando-se as barreiras nos transportes e nos espaços públicos dos destinos visitados.

O terceiro módulo é intitulado 'Estruturando o Turismo Acessível' e é composto por treze aulas. Esse módulo da capacitação abordou a importância da preparação dos destinos turísticos para acessibilidade; o papel das políticas públicas para o turismo acessível no Estado do Rio de Janeiro; os incentivos para implementação de ações de acessibilidade, destacando o papel das parcerias entre setor público, setor privado e sociedade civil. O módulo apresenta, ainda, os principais protocolos relacionados ao turismo, conceituando dimensões da acessibilidade no destinos turísticos inteligentes (DTI) e dimensões da acessibilidade no turismo. O conteúdo aborda o desenvolvimento de planos de ação para melhoria da acessibilidade; o potencial do mercado de viagens para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida; o planejamento e a comercialização de produtos e serviços turísticos; a dinâmica de sistemas de certificação em acessibilidade turística e seus benefícios para o turismo acessível; e a importância de treinamento e desenvolvimento de profissionais no contexto do turismo acessível.

O terceiro módulo tem como objetivos informar sobre a existência de legislações sobre acessibilidade; apresentar os conceitos de turismo acessível e de desenho universal; enumerar os modos de melhorar a infraestrutura de edificações e serviços para atender ao turista com deficiência e mobilidade reduzida em conformidade com normas técnicas específicas; informar sobre a acessibilidade e sustentabilidade no turismo e seu impacto na economia local; conceituar destinos turísticos inteligentes com destaque para os requisitos do eixo de acessibilidade; e demonstrar a importância do mapeamento da acessibilidade em atrativos turísticos. O módulo apresenta relatos de uma turista que destaca fatores de decisão para escolha de destinos por parte de pessoas idosas, além da perspectiva de um guia de turismo acerca da preparação dos atrativos para recepção de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

O quarto módulo é intitulado 'Requisitos básicos para a implementação da acessibilidade' e contempla sete aulas. Esse módulo aborda definições

técnicas de acessibilidade, barreiras e seus tipos (urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, comunicacional, atitudinal, tecnológica); o conceito de desenho universal e seus princípios (uso equitativo, uso flexível, uso simples e intuitivo, informação de fácil percepção, tolerância ao erro, baixo esforço físico, dimensão e espaço para aproximação e uso); e dimensões referenciais para obras de engenharia e adequações de acessibilidade. São apresentadas medidas e especificações técnicas para estacionamentos, calçadas, guia de balizamento, rampas, plataforma de elevação vertical, plataformas de elevação vertical e elevação inclinada, elevadores, sanitários, banheiros e vestiários. Também são apresentados recursos de sinalização e comunicação, como recursos táteis. O Projeto 'Olinda além do Olhar' (Pernambuco) é discutido como case ilustrativo do emprego de recursos como painéis táteis com informações em braille, letras ampliadas, pictolínguas e audiodescrição por meio de QR Code. São apresentadas orientações para mobilidade no uso do piso tátil, categorizado em tátil alerta e tátil direcional; bem como recursos de audiodescrição, comunicação social háptica para pessoas surdocegas.

Objetivo do quarto módulo é informar sobre a existência de legislações sobre acessibilidade e apresentar o conceito de turismo acessível e desenho universal. O módulo apresenta relato de uma pessoa com deficiência visual, que debate a importância da promoção da autonomia para pessoas com deficiência no contexto do turismo. Além disso, compartilha o relato de um especialista em design de acessibilidade e que atua em projetos na área de turismo.

O quinto módulo é intitulado 'Normas e parâmetros de acessibilidade em equipamentos' e é constituído por quatorze aulas. Aborda-se a importância da adaptação de equipamentos e instalações físicas, bem como orientações gerais de acordo com a categoria e deficiência. São apresentadas recomendações para cinemas, teatros, espaços para eventos e casas de espetáculo; centros de convenção; feiras de eventos; centros de atendimento ao turista; estabelecimentos de compras e de alimentação; museus, atrativos histórico culturais e bens tombados; agências de turismo e operadoras; praias; parques temáticos e zoológicos; parques de aventura e acampamentos turísticos, conforme requisitos na NBR ABNT 9050. Também são apresentadas orientações para infraestrutura de equipamentos para atendimento à pessoa com deficiência, destacando-se atividades do segmento de turismo de aventura.

Esse módulo tem como objetivos informar sobre a existência de legislações sobre acessibilidade; apresentar os conceitos de turismo acessível e desenho universal; enumerar os diversos modos de melhorar a infraestrutura de edificações e serviços para atender ao turista em conformidade com normas técnicas de acessibilidade; e demonstrar a importância do mapeamento da acessibilidade em atrativos turísticos. Apresenta-se o relato de experiência de um auditor especialista em turismo de aventura.

O sexto módulo 'Mapeamento e diagnóstico das condições de acessibilidade no turismo local' é formado por dez aulas. Neste módulo, apresentam-se os principais símbolos de acessibilidade; termos técnicos, com amplo glossário que orienta as normas de acessibilidade. O módulo enfatiza o processo de mapeamento da acessibilidade, que é organizado em etapas sugeridas, a saber: i) visitas técnicas in loco para observação e registro das condições de acessibilidade, orientadas por check list elaborado a partir de parâmetros de normas técnicas de acessibilidade (Apêndice A); ii) compilação dos dados; iii) preenchimento de relatórios técnicos de acessibilidade a partir das etapas anteriores; iv) avaliação da acessibilidade por meio da produção de relatórios técnicos que descrevem detalhadamente a situação dos locais; v) recomendações para adaptação, conforme parâmetros das normas técnicas e enumerando intervenções necessárias; vi) sugestões para adequação; vii) parecer conclusivo, com indicação da situação atual e diretrizes de intervenção; e, por fim, viii) preenchimento da matriz de acessibilidade (Apêndice A), que indica para cada local contemplado pela visita a situação atual, situação desejada, ações futuras, responsáveis, parceiros, prazos e custos e que será a base para a elaboração do projeto executivo. O módulo também discute o papel das políticas públicas de acessibilidade, elencando responsabilidades do poder público como a criação da Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA), campanhas de sensibilização, reconhecimento e certificação de iniciativas em estabelecimentos, planejamento da acessibilidade em eventos públicos, formação continuada, fiscalização e ações para implantação da acessibilidade no plano diretor municipal.

O conteúdo do sexto módulo também contempla diretrizes para a promoção de cursos de capacitação na área de acessibilidade. São apresentados modelos de chamadas e divulgação de cursos de sensibilização, capacitação e qualificação sobre a acessibilidade para diferentes públicos. São recomendados tópicos temáticos para essas capacitações, a saber: cenário das pessoas com deficiência, requisitos mínimos de acessibilidade, diretrizes para o mapeamento da acessibilidade e exemplos de soluções

para projetos executivos; além de indicação de instrumentos de avaliação dos participantes do curso. Esta aula sugere um roteiro de conteúdo programático para qualificação em acessibilidade, bem como justifica a importância de vivências práticas, como simulações; e das visitas técnicas.

Os objetivos do sexto módulo são informar sobre a existência de legislações sobre acessibilidade; apresentar os conceitos de turismo acessível e desenho universal; explicar os principais conceitos relacionados à pessoa com deficiência; enumerar os diversos modos de melhorar a infraestrutura de edificações e serviços para atender o turista com deficiência e/ou mobilidade reduzida em conformidade com normas técnicas; demonstrar a importância do mapeamento da acessibilidade em atrativos turísticos. São apresentados relatos de uma pessoa com deficiência e com experiência como gestor público e de uma diretora executiva de um empreendimento reconhecido internacionalmente pela promoção de ações de acessibilidade.

O último módulo 'Caminhos para elaboração do projeto executivo em obras' é composto por oito aulas. O conteúdo contempla o papel do plano diretor municipal, destacando a importância da Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA); discute a natureza de projetos executivos de obras referentes a equipamentos turísticos, como portais, centros de atendimento, parques, praias, cachoeiras, mobiliário urbano, museus, sistemas viários etc. Ressalta-se a importância das normas técnicas, como NBR 9050:2021 e NBR 16.537:2024, para a aprovação e licenciamento de projetos do setor privado. O módulo também apresenta a preparação dos estudos sobre custos do projeto executivo e sugere um modelo de planilha orçamentária. São discutidos fatores que influenciam na escolha de empresas e prestadores de serviços para a execução da obra, como preços, histórico da empresa, documentação, registo em conselhos profissionais.

O sétimo módulo tem como objetivos informar sobre a existência de legislações sobre acessibilidade; apresentar os conceitos de turismo acessível e desenho universal; enumerar os diversos modos de melhorar a infraestrutura de edificações e serviços para atender o turista com deficiência e mobilidade reduzida em conformidade com as normas técnicas específicas; demonstrar a importância do mapeamento da acessibilidade em atrativos turísticos; apresentar as fontes de financiamento e linhas de crédito para promoção da acessibilidade em destinos turísticos. O módulo apresenta o relato de uma arquiteta e pessoa com deficiência, compartilhando suas perspectivas sobre a execução de projetos executivos.

Após a conclusão dos sete módulos, os participantes são convidados a avaliar a capacitação. O roteiro de avaliação levanta informações sobre a forma de conhecimento do curso; compara o nível de conhecimento sobre turismo acessível antes e depois da capacitação; avalia o nível de satisfação do participante acerca da acessibilidade através das ferramentas de audiodescrição, Libras, VLibras e legendas; bem como sobre o nível de exigência da capacitação; nível de satisfação com os recursos pedagógicos usados na capacitação; o entendimento da linguagem ou termos técnicos de acessibilidade usada no curso; e o método de avaliação ao final dos módulos; a duração da capacitação. No módulo de encerramento, também são investigados o interesse do participante em fazer outras capacitações sobre o tema turismo acessível e a possibilidade de recomendação do curso. O perfil do participante é traçado por meio de questões relacionadas ao setor de atuação, região de residência e interesse em receber notícias, materiais e informações técnicas.

Por fim, o curso de capacitação intitulado 'Mapeamento da Acessibilidade em Atrativos Turísticos' consistiu em um produto do Projeto e possibilitou aos participantes agregarem um arcabouço teórico e prático de conhecimento sobre a temática em tela.

CONCLUSÕES SOBRE O DIAGNÓSTICO

O levantamento-diagnóstico realizado pela equipe técnica e acadêmica do Projeto Turismo Acessível para Todos no Estado do Rio de Janeiro, junto aos municípios que compuseram a amostra de pesquisa, teve como objetivo levantar as condições de acessibilidade existentes nos organismos públicos de turismo. Dos 92 municípios que fazem parte da divisão administrativa do Estado do Rio de Janeiro, 62 responderam ao questionário, e o balanço final deste levantamento conheceremos a seguir.

Antes, vale lembrar que até a Constituição Federal de 1988, a acessibilidade não era algo visto com muita importância no Brasil. Foi apenas em 1961 que se começou a dar os primeiros sinais de uma sociedade mais inclusiva, com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Nela, estudantes com deficiência eram chamados de “excepcionais” e deveriam ser integrados nas salas de aula. Durante a ditadura militar, essa mesma lei foi alterada. Estudantes com deficiência começaram a ser chamados de alunos com deficiência física ou mental, e eram enviados a instituições específicas para suas necessidades.

Pouco tempo após a última constituição, em 1991, foi aprovada a Lei de Cotas, com o objetivo de quebrar as barreiras no mercado de trabalho para as pessoas com deficiência. A evolução foi constante até os dias atuais, ainda que a sociedade continue enfrentando muitas dificuldades nesse sentido.

Na mesma direção, as leis de acessibilidade no turismo no Brasil são fundamentadas em um conjunto de normas e políticas públicas voltadas para garantir que as pessoas com deficiência tenham acesso igualitário a todos os serviços e ambientes turísticos. Essas leis buscam assegurar que os destinos turísticos, os meios de transporte, o setor de hospedagem, os restaurantes, os eventos e outros instrumentos do setor sejam acessíveis, proporcionando segurança, conforto e autonomia a todos os visitantes e viajantes.

A principal legislação que rege a acessibilidade no país é o Estatuto da Pessoa com Deficiência ou Lei Brasileira de Inclusão (LBI) (Lei nº 13.146/2015), que estabelece direitos e garantias fundamentais para a inclusão de pessoas com deficiência em diversos setores, incluindo o turismo. Essa lei prevê

a adaptação de espaços públicos e privados de uso coletivo, incluindo infraestruturas turísticas, e estipula que os serviços oferecidos sejam acessíveis a todos. Além disso, regulamentações específicas para o setor de turismo são complementadas por normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), como a NBR 9050, que define padrões de acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. As políticas públicas de acessibilidade no turismo no Estado do Rio de Janeiro têm avançado, especialmente em áreas urbanas e destinos turísticos mais populares, mas ainda enfrentam desafios para garantir pleno acesso a pessoas com deficiência. O Rio de Janeiro segue a legislação nacional, como o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), e possui regulamentações locais que reforçam a necessidade de adaptação de espaços turísticos. O Plano Estadual de Turismo do Rio de Janeiro (2019-2024) também destaca a inclusão como um dos pilares do desenvolvimento turístico, apontando a acessibilidade como uma das metas para melhorar a experiência de todos os visitantes, incluindo pessoas com deficiência.

Na pesquisa junto às Secretarias Municipais, dos 62 municípios respondentes (ver listagem no Apêndice E), todos integram alguma Região Turística, sendo que cinco estão na categoria A e oito estão na categoria B do Mapa do Turismo. Este quantitativo de municípios se encontra nas primeiras categorias de classificação do turismo é um número considerado baixo, levando em consideração o total de municípios do Estado. A grande maioria dos municípios avaliados está localizado nas regiões interioranas do Estado. Foi possível constatar que nos principais destinos turísticos, como a cidade do Rio de Janeiro, em atrativos como o Cristo Redentor e o Pão de Açúcar, há investimentos significativos em infraestrutura acessível, incluindo rampas, elevadores, banheiros adaptados e mapas táteis. No entanto, em áreas menos urbanizadas ou em pontos turísticos pouco conhecidos, a infraestrutura ainda pode ser inadequada, com falta de sinalização apropriada e ausência de acessos adequados para cadeirantes ou pessoas com mobilidade reduzida. Essa última condição se amplia para municípios menos conhecidos/visitados do interior ou mesmo de importantes regiões turísticas, como a Costa Verde, a Costa do Sol, o Vale do Café, a Águas do Noroeste e os Caminhos da Mata.

Ainda no âmbito da legislação, foi questionado se o órgão municipal responsável pelo turismo aplica a legislação e as normas de acessibilidade (especialmente a NBR 9050 de 2020) na elaboração de termos de referência e/ou projetos para atrativos turísticos. Nota-se, pelos resultados, que o

atendimento às normas técnicas de acessibilidade é um grande desafio para os participantes, tendo em vista que apenas 13 indicaram atender aos requisitos de normas. Além disso, 20 participantes apontaram o desconhecimento dessa informação.

E quando questionados se o Órgão municipal responsável pelo turismo tem conhecimento sobre o “Programa Turismo Acessível” do Ministério do Turismo, que teve início em 2012, 27 responderam que sim, 19 responderam que não, e 16 não souberam responder. Nesse sentido, ao serem indagados sobre a busca de informações sobre o Turismo Acessível, pouco mais da metade afirmou fazer essa busca.

Outro dado levantado foi que as leis municipais de acessibilidade no interior do Estado do Rio de Janeiro variam significativamente entre os municípios, com grandes diferenças no nível de implementação e fiscalização das normas de acessibilidade. Enquanto cidades de maior porte ou que possuem grande fluxo turístico, como Petrópolis, Angra dos Reis e Paraty, têm avançado em políticas de inclusão e adaptação de infraestrutura, municípios menores enfrentam maiores desafios, tanto em termos de recursos quanto de priorização dessas políticas.

Nos municípios maiores ou com apelo turístico, há mais incentivos e pressão para o cumprimento das normas de acessibilidade, devido à visibilidade e demanda de turistas e moradores com deficiência. Petrópolis, por exemplo, tem adaptado museus e espaços públicos, e Angra dos Reis implementou algumas melhorias em áreas turísticas. No entanto, em áreas rurais ou municípios de menor porte, muitas vezes faltam verbas e uma fiscalização efetiva para garantir que os espaços públicos, escolas, postos de saúde e áreas de lazer sejam acessíveis.

No que tange aos Planos Diretores Municipais (PDMs) do Estado do Rio de Janeiro, estes desempenham um papel crucial na orientação do desenvolvimento urbano e na formulação de políticas públicas, incluindo a acessibilidade em espaços turísticos. Esses planos funcionam como instrumentos de planejamento territorial, sendo obrigatórios para municípios com mais de 20 mil habitantes e para aqueles integrantes de regiões metropolitanas, como é o caso de muitos municípios fluminenses. A acessibilidade, como componente essencial da mobilidade urbana e da inclusão social, deve ser uma prioridade nas diretrizes desses planos, especialmente no que se refere ao turismo.

No contexto turístico, a inclusão de políticas de acessibilidade nos PDMs é fundamental para garantir que os espaços e equipamentos turísticos sejam acessíveis a todos os cidadãos, especialmente pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Além disso, o turismo é uma das principais atividades econômicas de várias cidades fluminenses, como Rio de Janeiro, Paraty, Angra dos Reis, Petrópolis, Búzios, alguns dos municípios da amostra pesquisada. Além dos PDMs, é fundamental que as diretrizes municipais estejam alinhadas com as legislações estaduais e federais de acessibilidade, sobretudo o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015 e a Lei nº 10.098/2000).

Para que a acessibilidade no turismo seja plenamente atendida, os PDMs devem:

- a) Incorporar normas de acessibilidade: Os planos diretores devem incluir a NBR 9050 da ABNT, que estabelece critérios de acessibilidade em edificações, mobiliário urbano e vias públicas. A presença de calçadas acessíveis, rampas e sinalizações adequadas são fundamentais para a mobilidade de turistas com deficiência;
- b) Priorizar a adaptação de pontos turísticos: Monumentos, museus, praias e áreas de lazer devem estar devidamente adaptados para receber todos os turistas. O plano diretor deve prever a alocação de recursos para essas adaptações;
- c) Garantir acessibilidade no transporte público: Para o turismo acessível, o transporte público também deve ser acessível, com ônibus, metrô e estações adaptadas para pessoas com deficiência. A conectividade entre os meios de transporte e os pontos turísticos é um fator crucial nesse processo;
- d) Promoção da capacitação profissional: O treinamento de servidores públicos, guias turísticos e trabalhadores do setor de turismo para atender pessoas com deficiência é outro ponto importante a ser previsto nos PDMs, garantindo que a acessibilidade não se limite à infraestrutura, mas também ao atendimento.

Segundo dados do levantamento realizado, apenas 23 municípios possuem Plano Municipal sobre Acessibilidade e um Órgão voltado para o atendimento de pessoas com deficiência, o que sugere um avanço no reconhecimento institucional da necessidade de regulamentação sobre o tema, mas também, por outro lado, muito ainda a avançar. O que realmente é preocupante é o dado sobre a existência de um Plano Diretor de Turismo que contemple a acessibilidade nos municípios da pesquisa. Do montante

pesquisado, apenas sete municípios indicaram a existência de tal plano, o que reflete uma falta de planejamento estratégico que considere as necessidades de acessibilidade no planejamento e desenvolvimento turístico.

A existência e o funcionamento de espaços de negociação e conselhos municipais dos direitos da pessoa com deficiência (CONDEFI), varia significativamente nos municípios do interior do Estado do Rio de Janeiro, embora a pesquisa tenha apontado que a ampla maioria dos participantes indicou a existência de um Conselho Municipal de Turismo em atividade. A criação desses conselhos é incentivada em todo o país como um mecanismo de controle social e participação na formulação e monitoramento de políticas públicas de acessibilidade, mas muitos municípios do interior ainda enfrentam dificuldades em manter esses conselhos ativos e eficazes.

Nos maiores municípios e em regiões turísticas, como Petrópolis e Angra dos Reis, o CONDEFI costuma estar presente e, em alguns casos, atua de maneira mais estruturada, promovendo debates e pressionando o poder público por melhorias na acessibilidade. Esses conselhos reúnem representantes da sociedade civil, associações de pessoas com deficiência, além de representantes governamentais, sendo espaços importantes para a discussão de políticas e a fiscalização do cumprimento das leis de acessibilidade.

Vale ressaltar que são os órgãos municipais de turismo os responsáveis pela aplicação da legislação e das normas de acessibilidade (especialmente a NBR 9050 de 2020). Esta pesquisa evidenciou, através de seus resultados, que o atendimento às normas técnicas de acessibilidade são um grande desafio para os participantes, tendo em vista que apenas 13 indicaram atender aos requisitos de normas. Além disso, 20 participantes apontaram o desconhecimento dessa informação.

A aplicação das leis de acessibilidade nos municípios do estado do Rio de Janeiro representa um dos pilares fundamentais para assegurar o direito à mobilidade, ao acesso igualitário aos espaços e ao pleno exercício da cidadania por todas as pessoas, em especial aquelas com deficiência ou mobilidade reduzida. Embora existam marcos regulatórios e normativos estabelecidos — como o Estatuto da Pessoa com Deficiência e as diretrizes da ABNT NBR 9050 — sua implementação em nível municipal enfrenta uma série de obstáculos práticos e estruturais. Esses desafios são particularmente

evidentes nas áreas urbanas mais antigas e em locais públicos, onde a adaptação aos padrões de acessibilidade requer intervenções complexas e, frequentemente, custosas.

Esta pesquisa pode concluir, sobretudo por meio do mapeamento das condições de acessibilidade em atrativos turísticos, que um dos principais obstáculos na aplicação efetiva das leis de acessibilidade é a falta de fiscalização constante e a ausência de uma cultura consolidada de acessibilidade. Muitos municípios carecem de equipes qualificadas para fiscalizar e orientar o cumprimento das normas, o que resulta em projetos e obras que, mesmo quando planejados para serem acessíveis, acabam se desviando dos requisitos técnicos. Além disso, a escassez de treinamentos específicos para profissionais de engenharia, arquitetura e urbanismo pode levar a uma visão limitada sobre o conceito de acessibilidade, restringindo-o, por exemplo, à instalação de rampas, sem considerar outras necessidades, como a sinalização tátil, as adaptações para surdos e as adequações de iluminação para pessoas com baixa visão.

Para superar essas barreiras, recomenda-se um conjunto de ações integradas que combinem fiscalização, capacitação profissional, inclusão comunitária e financiamento público. Primeiramente, é crucial que os municípios estabeleçam um sistema de fiscalização contínuo e rigoroso, que não só supervisione o cumprimento das normas, mas também, que oriente construtoras e arquitetos sobre as melhores práticas de acessibilidade. Para que esse sistema seja efetivo, a criação do órgão municipal específico para acessibilidade é uma medida estratégica, além de incluir a adaptação progressiva de espaços e serviços públicos essenciais.

A capacitação é outro ponto essencial. Profissionais de engenharia, arquitetura e urbanismo, bem como gestores públicos, devem passar por treinamentos periódicos em acessibilidade, que incluam visitas técnicas a espaços acessíveis de referência e workshops sobre as mais recentes normas e inovações de acessibilidade. Parcerias com universidades e organizações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência podem contribuir para enriquecer esses programas de capacitação e estimular a formação de uma geração de profissionais mais sensíveis e qualificados para pensar a acessibilidade de forma integral.

Ademais, recomenda-se que os municípios criem canais de comunicação direta com as pessoas com deficiência, de forma que possam expressar

suas demandas e colaborar na identificação de problemas de acessibilidade em seus bairros e comunidades. Isso pode ser feito por meio de audiências públicas, conselhos municipais de acessibilidade e ferramentas digitais de denúncia e sugestões. Essa participação ativa da população não só garante que as políticas de acessibilidade atendam às reais necessidades das pessoas, mas também, que promovam uma cultura de inclusão e respeito à diversidade.

Por fim, a implementação de políticas de acessibilidade exige uma alocação orçamentária adequada. É importante que os municípios reservem, em seus orçamentos, recursos específicos para adaptações de infraestrutura e manutenção de espaços acessíveis. Além disso, o incentivo a parcerias público-privadas pode ser uma alternativa para viabilizar projetos de maior custo, especialmente em áreas de interesse turístico ou histórico.

Em resumo, a aplicação das leis de acessibilidade nos municípios do Estado do Rio de Janeiro é um processo que exige compromisso, planejamento e ação colaborativa entre o poder público, profissionais da área e a comunidade. Com investimentos em fiscalização, capacitação, inclusão comunitária e alocação de recursos, os municípios têm a oportunidade de construir um ambiente urbano inclusivo, acessível e que respeite a dignidade e os direitos de todas as pessoas.

Abaixo listamos algumas diretrizes e recomendações objetivas para gestores públicos e privados, no que tange ao planejamento e a gestão acessível dos destinos turísticos do nosso Estado:

- Os municípios precisam explorar o turismo acessível de maneira eficaz em suas campanhas promocionais;
- A acessibilidade e a inclusão social devem ser garantidas como prioridades constantes tanto para os gestores público e privados, quanto para a comunidade em geral;
- É necessário reverter o cenário de baixa acessibilidade e promover a sensibilização e adequação de infraestruturas como parte integrante da estratégia de planejamento turístico local;
- Mecanismos de fiscalização eficientes devem ser implementados para garantir o cumprimento das normas de acessibilidade;
- O conselho de turismo deve participar ativamente na formulação e implementação de políticas de acessibilidade no turismo local;
- Gestores e/ou colaboradores com deficiência devem atuar no órgão

municipal de turismo da cidade;

- Medidas específicas devem ser tomadas para garantir que o patrimônio histórico-cultural seja acessível para pessoas com deficiências físicas, sensoriais ou intelectuais;
- As infraestruturas turísticas atuais devem estar preparadas para oferecer acessibilidade em todos os segmentos turísticos;
- A administração municipal deve se comprometer a liderar e facilitar iniciativas de acessibilidade junto aos empresários e proprietários de atrativos turísticos;
- A mentalidade dos empresários locais deve ser transformada para que vejam a acessibilidade como um investimento, e não como um custo;
- As condições para obtenção de crédito devem ser favoráveis, especialmente para pequenos negócios e iniciativas locais, a fim de apoiar a adaptação para a acessibilidade;
- A falta de informações online sobre a acessibilidade de produtos e serviços turísticos compromete a transparência e dificulta o planejamento autônomo e seguro de viagens por parte de turistas com deficiência;
- Sem conhecimento sobre a quantidade de quartos acessíveis, é difícil incentivar adequadamente os meios de hospedagem a se adaptarem ou medir o progresso em acessibilidade;
- A ausência de intérpretes compromete a qualidade dos serviços para o público surdo, e o município deve considerar parcerias com associações locais de surdos ou oferecer cursos de Libras para servidores;
- O órgão de turismo precisa possuir equipes capacitadas para implementar e fiscalizar as normas de acessibilidade;
- Um programa de acompanhamento deve ser estabelecido para garantir que os projetos turísticos estejam adequados às normas de acessibilidade ao longo de sua execução.

Ao concluir esta pesquisa sobre acessibilidade no turismo, reconhecemos que, embora avanços importantes tenham sido alcançados, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que a experiência turística seja verdadeiramente inclusiva para todos. Identificamos limitações estruturais e culturais que persistem, dificultando o acesso e a plena participação de pessoas com deficiência em muitos atrativos turísticos de muitas localidades turísticas. Barreiras físicas, falta de informação acessível e limitações nos serviços oferecidos são alguns dos desafios mais comuns que comprometem o direito ao lazer e à descoberta do novo, por meio dos deslocamentos turísticos.

Diante desse cenário, é essencial que futuras pesquisas aprofundem temas ainda pouco explorados, como a experiência subjetiva das pessoas com deficiência nos espaços turísticos e a criação de tecnologias assistivas voltadas especificamente para o turismo. Estudos de campo que avaliem a eficácia das políticas públicas de acessibilidade e investigações sobre as necessidades de formação dos profissionais da área turística também são fundamentais para preencher as lacunas identificadas.

Este é um campo que exige esforço coletivo e o compromisso contínuo de pesquisadores, gestores e da sociedade. Assim, esperamos que este trabalho contribua para o fortalecimento de um turismo mais inclusivo, onde o direito de explorar, de se encantar e de pertencer ao mundo seja garantido a todos, sem exceção. Que as próximas gerações possam vislumbrar destinos mais abertos, acolhedores e acessíveis, onde a diversidade seja celebrada em cada ponto de partida e em cada lugar de chegada.



APÊNDICE - A

Matriz de acessibilidade em atrativos turísticos





MATRIZ DE ACESSIBILIDADE EM ATRATIVOS TURÍSTICOS

CHECK-LIST PARA AVALIAÇÃO DE ACESSIBILIDADE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Empresa:

Endereço:

Contato da Empresa:

Coleta de Dados:

Supervisão Técnica:

Data da visita:

Fonte: AVAPE – Associação para Valorização de Pessoas com Deficiência

1. Acessos:

1.1. Possui rota acessível: Sim Não

Distância máxima das demais rotas: _____

1.2. Possui piso tátil direcional: Sim Não

1.3. A rota acessível é também o acesso principal: Sim Não

1.3.1. Catracas ou cancelas de acesso: Sim Não

Alguma acessível Sim Não

1.3.2. Porta giratória / dispositivo de segurança: Sim Não

Alternativa acessível Sim Não

1.4. Passeios Externos Sim Não

1.4.1. Faixa livre: Sim Não

Dimensões: _____

1.4.2. Obstáculos: Sim Não Quais: _____

1.4.3. Estado de Conservação _____

1.5. Guias rebaixadas adequadas: Sim Não

1.6. Faixas de pedestre: Sim Não Rebaixada Elevada

1.6.1. Fluxo: _____ Largura da via: _____

1.7. Piso tátil de alerta em guias rebaixadas Sim Não

1.8. Piso tátil de alerta em obstáculos Sim Não

1.9. Comunicação e sinalização Sim Não

1.9.1. Indicativa Direcional Informativa

1.10. Estacionamento: Sim Não

1.10.1. Total de vagas existentes: _____ Vagas acessíveis: _____

1.10.2. Distância máxima até a rota acessível: _____

1.10.3. Possui sinalização SIA demarcada: Sim Não

1.10.4. Sinalização vertical: Sim Não

1.10.5. Área adicional: Sim Não Largura: _____

2. Circulação:

2.1. Fluxo de pessoas: _____

2.2. Largura: _____

2.3. Comprimento: _____

2.4. Inclinação: _____

2.4.1. Comprimento: _____ Área de descanso (medida): _____

2.5. Obstáculos: Sim Não

2.6. Área de manobra: Sim Não Dimensões: _____

2.7. Bolsão de retorno: Sim Não Distância: _____

2.8. Manobra com deslocamento: Sim Não

2.9. Objetos e/ ou botoeiras de acionamento: Sim Não Altura: _____

2.10. Guia de Balizamento: Sim Não

2.11. Revestimento piso: _____

2.12. Pisos táteis Direcional Alerta

2.13. Tratamento de desníveis: Sim Não

2.14. Grelhas e juntas de dilatação: Sim Não

Espaçamento máximo: _____

2.15. Caixas de Inspeção: Sim Não Niveladas Antiderrapantes

2.16. Capachos: Sim Não

2.17. Carpetes/Forrações: Sim Não Altura felpa: _____

Rugosidades: Sim Não

3. Portas de sanitários e rotas acessíveis:

3.1. Vãos mínimos existentes: _____

3.2. Altura maçaneta: _____ Tipo de acionamento: _____

3.3. Revestimento inferior resistente a impactos: Sim Não Altura: _____

3.4. Puxador interno horizontal associado à maçaneta: Sim Não
Dimensões: Altura: _____

3.5. Tipo Vaivém: Sim Não

3.5.1. Visor: Sim Não Dimensões: _____

3.6. Tipo Correr: Sim Não

3.6.1. Trilho superior: Sim Não

3.6.2. Trilho inferior: Sim Não
Nivelados com o piso: Sim Não

3.7. Dispositivos de acionamento: Sim Não Altura:

3.8. Sensores Ópticos: Sim Não
Atende pessoas de baixa estatura, crianças e usuários de cadeira de rodas:
 Sim Não

3.9. Sinalização (incluindo batentes):

3.9.1. Braille: Sim Não

3.9.2. Visual: Sim Não

4. Existência do SIA nos seguintes locais:

4.1. Acessos

4.2. Vagas de estacionamento destinadas aos Deficientes Físicos

4.3. Embarque / Desembarque

4.4. Sanitários

4.5. Equipamentos exclusivos

4.6. Áreas de refúgio, resgate e saídas de emergência

4.7. Área reservada para usuários de cadeira de rodas

5. Rotas de Fuga

5.1. Plano e Mapas táteis: Sim Não

5.2. Incorpora escada de emergência: Sim Não

5.2.1. Área de resgate: Sim Não Dimensões: _____

5.2.2. Livre do fluxo principal: Sim Não

5.2.3. Possui ventilação: Sim Não

5.3. Fluxo de Pessoas: _____ Quantidade de Módulos Referência: _____

6. Rampas

6.1. Largura mínima observada: _____

6.2. Altura : _____

6.3. Comprimento: _____

6.3.1. Possui área de descanso: Sim Não

6.4. Guias de balizamento: Sim Não Altura: _____

6.5. Inclinação longitudinal: _____

6.6. Inclinação transversal: _____

6.7. Corrimãos duplos: Sim Não

6.7.1. Material: _____

6.7.2. Ambos os lados: Sim Não

6.7.3. Largura / Diâmetro: _____

6.7.4. Distância da Parede: _____

6.7.5. Prolongamento no início e término: Sim Não Dimensões: _____

6.8. Anéis a cada 1,00m nos corrimãos: Sim Não

6.9. Sinalização Tátil de Alerta no início e término: Sim Não
Dimensões: _____

6.10. Patamares no início e término: Sim Não Dimensões: _____

7. Escadas

7.1. Largura observada: _____ Corrimão intermediário: Sim Não

7.2. Desnível: _____ Quantidade patamares: _____
Dimensão longitudinal Mínima: _____

7.3. Corrimões duplos: Sim Não
Altura 1: _____ Altura 2: _____

7.3.1. Material: _____

7.3.2. Contínuo: Sim Não

7.3.3. Ambos os lados: Sim Não

7.3.4. Largura / Diâmetro: _____

7.3.5. Distância da parede: _____

7.3.6. Prolongamento no início e término: Sim Não Dimensões: _____

7.3.7. Anteparo de paredes laterais: Sim Não
Guarda-Corpo: Sim Não

7.4. Anéis a cada 1,00m nos corrimãos: Sim Não

7.5. Sinalização tátil de alerta início e término: Sim Não

7.6. Degraus: Vazados Fechados

7.7. Existencial de bocel: Sim Não Dimensões: _____

7.8. Sinalização Braille nos corrimãos indicando os andares: Sim Não
Material: _____

7.9. Sinalização visual nas extremidades dos degraus em cor contrastante:
 Sim Não

7.10. Pisos Constantes: Sim Não

7.11. Espelhos constantes: Sim Não

8. Elevadores

8.1. Piso tátil de alerta: Sim Não Dimensões: _____

8.2. Sinalização externa: Sim Não

8.2.1. Indicação de posição para embarque: _____

8.2.2. Instruções de uso: _____

8.2.3. Indicação dos pavimentos atendidos: _____

8.3. Dispositivo de comunicação para solicitação de auxílio: Sim Não

8.4. Sinalização interna: Sim Não

8.4.1. Instruções de uso próximo à botoeira: _____

8.4.2. Indicação de posição para desembarque: _____

8.4.3. Indicação dos pavimentos atendidos: _____

8.5. Dimensões Cabine: Reforma: Sim Não
Espelho Oposto: Sim Não

8.6. Dimensões Porta: _____

8.6.1. Aproximação Frontal: Sim Não Lateral: Sim Não

9. Plataforma elevatória vertical:

Sim Não

9.1. Uso

9.1.1. Público Desnível:

9.1.2. Coletivo Desnível:

9.2. Caixa enclausurada: Sim Não

9.3. Dispositivo de comunicação para solicitação de auxílio: Sim Não

9.3.1. No equipamento:

9.3.2. Nos pavimentos atendidos

10. Plataforma elevatória inclinada:

Sim Não

10.1. Assento escamoteável: Sim Não

10.2. Parada programada: Sim Não Desnível: _____

10.3. Área de espera com sinalização tátil indicando obrigatoriedade por pessoa habilitada

10.3.1. Tátil

10.3.2. Visual

10.4. Demarcação de área de embarque e desembarque: Sim Não

10.5. Demarcação da projeção do equipamento em utilização: Sim
 Não

10.6. Equipamento para solicitação de auxílio no embarque/desembarque:
 Sim Não

11. Sanitários

11.1. Localizado em rota acessível ou próximo: Sim Não

11.2. Localizado em todos os pavimentos: Sim Não

11.3. Isolado Integrado

Altura: _____ Largura: _____ Comprimento: _____

11.4. Peças Sanitárias:

11.4.1.1. Vaso Sanitário Qtde total: _____ Qtde acessível: _____

Caixa Acoplada: Sim Não

11.4.1.2. Altura do assento: Sóculo Assento sobreposto

11.4.2. Lavatórios Qtde total: _____ Qtde acessível: _____

11.4.2.1. Aproximação frontal PCR-PMR: Sim Não Altura: _____

11.4.2.2. Proteção Sifão: Sim Não Altura: _____

11.4.2.3. Acionamento de torneiras: Alavanca Sensor Eletrônico

11.4.3. Mictórios Qtde total: _____ Qtde acessível: _____

11.4.3.1. Altura: Barra vertical de apoio: Sim Não

11.4.4. Box de chuveiro Qtde total: _____ Qtde acessível: _____

11.4.4.1. Dimensões: _____ Banco articulado: Sim Não

11.4.4.2. Chuveiro c/ ducha manual: Sim Não

Monocomando Alavanca

11.4.4.3. Barras de apoio: Sim Não

Dimensões: _____ Altura: _____

11.5. Sinalização de emergência: Visual Sonora Vibratória

11.6. Barras de apoio: Vaso Sanitário Lavatório Mictório Box/
chuveiro

Material: _____ Diâmetro: _____

11.7. Aproximação de portas: Sim Não

Frontal : _____ Lateral: _____

11.8. Acionamento de descargas: Comum Alavanca Automático

Altura: _____

11.9. Acessórios

11.9.1. Cabide Altura: _____

11.9.2. Toalheiro Altura: _____

11.9.3. Espelho Altura: _____

11.9.4. Saboneteira Altura: _____

11.9.5. Porta objetos Altura: _____

11.10. Possui área de transferência

11.10.1. Lateral Perpendicular Diagonal

11.13. Permite giro: 90° 180° 360°

12. Mobiliário:

12.1. Mesas:

Altura mínima inferior 0,73m: Sim Não

Permite avanço 0,50m: Sim Não

Dimensões: _____ Faixa livre de circulação 0,90m: Sim Não

5% das mesas são acessíveis: Sim Não

12.2. Balcões:

Atendimento: Alt. inferior: _____ Alt. superior: _____

Largura: _____ Alcance máximo: _____

Auto-Serviço (restaurantes): 50% total acessível: Sim Não

Bandejas, talheres, pratos, temperos, alimentos dentro da faixa de alcance manual: Sim Não

Passa-pratos com altura entre 0,75m e 0,85m: Sim Não

Caixa automático: 5% do total é acessível: Sim Não

Bilheteria acessível: Sim Não Altura máxima 1,05m: Sim Não

Área de manobra rotação 180° com MR: Sim Não

Auto-Atendimento: Mínimo 1 equipamento, por serviço, por pavimento acessível: Sim Não

Controles localizados entre 0,80 e 1,20m do piso: Sim Não

Profundidade máxima dos controles de 0,30m: Sim Não

Dispositivos para retirada e inserção de produtos entre 0,40 e 1,20m:
 Sim Não

Teclas numéricas com o mesmo arranjo telefônico: Sim Não

Mínimo de 1 equipamento com informações visuais, auditiva, táteis: Sim
 Não

12.3. Bebedouros:

Qtde total: _____ Qtde acessível: _____ Alt. livre inf.: _____
 Alt. bica: _____

12.4. Telefones:

Qtde total: _____ Qtde acessível: _____ Alt. livre inf.: _____

Anteparo altura mínima 2,10m: Sim Não
 Amplificador de sinal: Sim Não

Não Telefones com texto: Sim Não

Cabina:

Piso em nível vão livre 0,80m telef. suspenso Abert porta p/
 fora Barra vertical

12.5. Abrigos de Embarque e Desembarque de Transporte Coletivo:

Todos são acessíveis: Sim Não

Assento e MR fora da faixa livre.: Sim Não

Piso tátil de alerta entre o ponto e o leito carroçável: Sim Não

12.6. Semáforos ou focos de pedestres:

Emitem sinais sonoros intermitentes e não estridentes: Sim Não

12.7. Vegetação: Interferem na faixa livre de circulação: Sim Não

Dotada de espinhos, substâncias tóxicas ou que desprendam muitas folhas,
 flores ou frutos que tornem o piso escorregadio: Sim Não

13. Bens Tombados

13.1. Atende todos os critérios de acessibilidade: Sim Não

13.2. Atendo critérios específicos pelos órgãos de patrimônios: Sim Não

13.3. Existem locais específicos onde é impossível garantir a acessibilidade:

- Sim - Nesses locais é garantido o acesso às áreas ou elementos onde a adaptação seja impraticável, por meio de informação: Visual Auditiva Tátil
- Não

13.4. O sítio é considerado inacessível ou com visitação restrita: Sim Não

São oferecidas para proporcionar a possibilidade de serem tocados para compreensão tátil:

- Mapas Maquetes Peças de acervo (originais ou cópia)

14. Locais de reunião

14.1. Cinemas, teatros, auditórios e similares

14.1.1. Possui na área destinada ao público, espaços reservados para:

- PCR assentos para PMR assentos para PO

14.1.2. Qtde total: _____ Qtde acessível: _____ Qtde Setores: _____

14.1.3. Próximo rota acessível / fuga: Sim Não

Próximo circulação: Sim Não

14.1.4. Assento para acompanhante: Sim Não Quantidade: _____

14.1.5. Identificação através do SIA no local e na bilheteria: Sim Não

14.1.6. Distância do local ao palco: Altura máxima (tela/palco):

Existem anteparos em frente aos espaços para PCR: Sim Não

O espaço para PCR possui as dimensões mínimas de 0,80m x 1,20m, acrescido de 0,30m de largura na frente ou atrás para circulação: Sim Não

Os assentos para PMR e PO, possui espaço livre frontal mínimo de 0,60m:

- Sim Não

Suportam carga de no mínimo 250kg: Sim Não

14.1.7. Camarins acessíveis: Masculino Feminino Unissex

14.1.8. Existem rota acessível interligando o espaço PCR ao palco e bastidores:
 Sim Não

14.1.9. Possui desnível entre o palco e a platéia vencido por rampa:
 Sim Não
Altura do desnível: _____ Largura do desnível: _____

Guia Balizamento: Sim Não Piso tátil de alerta indicando desnível:
 Sim Não

No palco existe espaço para intérprete de libras:
 Identificado Iluminado Não há

14.1.10. Locais de exposições – objetos são acessíveis: Sim Não

Títulos e Textos explicativos: emitem sinais sonoros Estão em Braille

15. Restaurantes, refeitórios, bares e similares

15.1.1. Mesas:

Quantidade de mesas: _____ Quantidade acessíveis: _____
Altura mínima inferior 0,73m: Sim
Não Permite avanço 0,50m: Sim Não
Dimensões: Faixa livre de circulação 0,90m: Sim Não

15.1.2. Balcões:

Atendimento: Altura inferior: _____ Altura superior: _____
Largura: Alcance máximo: _____

Auto-Serviço (restaurantes): 50% total acessível: Sim Não

Bandejas, talheres, pratos, temperos, alimentos dispostos dentro da faixa de alcance manual: Sim Não

Passa-pratos com altura entre 0,75m e 0,85m: Sim Não

15.1.3. Cardápios em Braille: Sim Não

16. Parques, Praças e Locais Turísticos

16.1. O local admite: Pavimentação Mobiliário Equipamentos

Todos são acessíveis: Sim Não Comentários: _____

16.2. Características ambientais legalmente preservadas: Sim Não

16.3. Em rotas acessíveis os pisos possuem superfície regular, firme, estável e antiderrapante, que não provoque trepidação em dispositivos com rodas:

Sim Não Inclinação máxima de 5%

16.4. Mesas: Quantidade total: Quantidade acessíveis: Quantidade

adaptáveis: Altura mínima inferior 0,73m: Sim Não

Permite avanço 0,50m: Sim Não

Dimensões: Faixa livre de circulação 0,90m: Sim Não

16.5. Áreas Tombadas:

Atende todos os critérios de acessibilidade: Sim Não

Atende critérios específicos pelos órgãos de patrimônios: Sim Não

Existem locais específicos onde é impossível garantir a acessibilidade:

Sim - Nesses locais é garantido o acesso às áreas ou elementos onde a adaptação seja impraticável, por meio de informação: Visual Auditiva Tátil

Não.

O sítio é considerado inacessível ou com visitação restrita: Sim Não

São oferecidas para proporcionar a possibilidade de serem tocados para compreensão tátil:

Mapas Maquetes Peças de acervo (originais ou cópia)



APÊNDICE - B

Resumo de artigo turismo e acessibilidade



Bruna Ranção Conti¹
Ítalo de Paula Casemiro²
Kamilla Aguiar de Sousa Costa³
Joice Lavandoski⁴
Maria Jaqueline Elicher⁵
Tiago Juliano⁶

1- Doutora em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro(UFRJ). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); Universidade Federal Fluminense (UFF). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5130616222632742> E-mail: bruna.conti@unirio.br

2 - Mestrando em Segurança Alimentar e Nutricional pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0400215407886003> E-mail: italopc12@gmail.com

3 - Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9056011892938007> Email: kamillaaguiar573@gmail.com

4 - Doutora em Turismo pela Universidade do Algarve (UA/Portugal). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); Universidade Federal Fluminense (UFF). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8368984336321718> Email: joice.lavandoski@unirio.br

5 - Doutora em Geografia (Desenvolvimento Territorial e Ambiental) pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9506208215452597> Email: jaqueline.elicher@unirio.br

6 - Doutor em Ambiente e Sociedade pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7064218048398448> E-mail: tiago.juliano@unirio.br



RESUMO

A acessibilidade é um direito fundamental da sociedade mundial. No caso do turismo, a acessibilidade pode ser um diferencial na escolha de destinos e de experiências turísticas inclusivas. Assente numa revisão sistemática da literatura, o objetivo desta pesquisa é mapear a produção científica nacional sobre turismo e acessibilidade. Especificamente, buscou-se: (i) apresentar uma análise descritiva do perfil da produção; ii) problematizar o entendimento sobre turismo acessível e o enfoque da análise dos artigos que tratam do contexto brasileiro. Para isso, foram analisados de maneira quali-quantitativa 85 artigos científicos disponíveis na base de dados Publicações de Turismo e publicados, majoritariamente, em periódicos nacionais. As publicações ocorreram entre o período de 2005 e 2023, com maior concentração de pesquisas em 2013 (n=11) e a partir de 2020 (n=40). Os artigos são sobretudo empíricos, de natureza qualitativa, e abordam a acessibilidade de maneira ampla, sem especificar um tipo de deficiência ou público. Dentre os artigos que abordaram alguma deficiência específica, as deficiências física e visual foram as mais pesquisadas (n=28), sendo que a deficiência cognitiva esteve presente em apenas um artigo, o que evidencia uma lacuna na pesquisa. Foi possível identificar, também, que a temática vem sendo discutida à luz de teorias sobre hospitalidade, inclusão social, competitividade, destinos turísticos inteligentes e mobilidade. Há, portanto, dois entendimentos acerca do turismo acessível: como um segmento capaz de contribuir para a atração de novos turistas e para a formatação da imagem de um destino; e como uma forma de organização do turismo que suplanta a discussão de segmentação e o entende como caminho de promoção da inclusão social e igualdade de oportunidades.

Sobre os casos estudados, destacam-se as pesquisas de avaliação da acessibilidade em unidades de conservação, meios de hospedagem e equipamentos culturais, principalmente os localizados na região nordeste do país. O estudo oferece contribuições teóricas para a área de conhecimento do Turismo, no que tangencia a discussão sobre acessibilidade.

Palavras-chave: Turismo; Acessibilidade; Deficiência; Turismo Acessível.

Turismo y Accesibilidad: Una Revisión Sistemática de la Literatura en el Contexto Brasileño

Resumen

La accesibilidad es un derecho fundamental de la sociedad mundial. En el caso del turismo, la accesibilidad puede ser un diferencial en la elección de destinos y experiencias turísticas inclusivas.

Basándose en una revisión sistemática de la literatura, el objetivo de esta investigación es mapear la producción científica nacional sobre turismo y accesibilidad. Específicamente, se buscó: (i) presentar un análisis descriptivo del perfil de la producción; (ii) problematizar la comprensión sobre turismo accesible y el enfoque del análisis de los artículos que tratan el contexto brasileño. Para ello, se analizaron cuali-cuantitativamente 85 artículos científicos disponibles en la base de datos Publicaciones de Turismo y publicados mayormente en revistas nacionales. Las publicaciones ocurrieron entre 2005 y 2023, con mayor concentración de investigaciones en 2013 (n=11) y a partir de 2020 (n=40). Los artículos son principalmente empíricos, de naturaleza cualitativa, y abordan la accesibilidad de manera amplia, sin especificar un tipo de discapacidad o público. Entre los artículos que abordaron alguna discapacidad específica, las discapacidades física y visual fueron las más investigadas (n=28), mientras que la discapacidad cognitiva estuvo presente en solo un artículo, lo que evidencia una laguna en la investigación. También se pudo identificar que la temática se ha discutido a la luz de teorías sobre hospitalidad, inclusión social, competitividad, destinos turísticos inteligentes y movilidad. Por lo tanto, existen dos entendimientos sobre el turismo accesible: como un segmento capaz de contribuir a la atracción de nuevos turistas y a la formación de la imagen de un destino; y como una forma de organización del turismo que supera la discusión de segmentación y lo entiende como un camino para promover la inclusión social y la igualdad de oportunidades. En cuanto a los casos estudiados, se destacan las investigaciones de evaluación de la accesibilidad en unidades de conservación, alojamientos y equipamientos culturales, principalmente en la región nordeste del país. El estudio ofrece contribuciones teóricas para el área de conocimiento del Turismo, en lo que respecta a la discusión sobre accesibilidad.

Palabras clave: Turismo; Accesibilidad; Discapacidad; Turismo Accesible.

APÊNDICE - C

- Resumo expandido mapeamento da acessibilidade





INTRODUÇÃO

Os direitos das pessoas com deficiências foram reconhecidos por meio de um processo lento e contingente, que apesar dos avanços acabou não superando a permanência de diferentes tipos de barreiras. Essas barreiras afetam não apenas direitos básicos, mas também processos de sociabilidade como o lazer e o turismo.

No âmbito do turismo, o denominado “turismo acessível” assume importância crescente ao se apresentar como um fator que contribui para a inclusão social. Além disso, pode ser visto como um diferencial para a competitividade dos destinos turísticos e para a atração de uma demanda que busca por experiências turísticas inclusivas. Esta forma de turismo pode ser compreendida como aquela em que as atividades turísticas podem ser realizadas por todas as pessoas, contribuindo para a promoção da igualdade de oportunidades e de possibilidades para a efetiva participação das pessoas em múltiplos espaços sociais (Darcy; Dickson, 2009).

Nesse sentido, o Ministério do Turismo lançou em 2012 o programa denominado “Turismo Acessível”, para organizar um estudo de perfil de turistas com deficiência, um guia de Turismo Acessível e a qualificação de serviços e atendimentos turísticos específicos para esse segmento da sociedade. O alcance de segmentos sociais historicamente excluídos das práticas turísticas convencionais permitiu a emergência de propostas apresentadas a partir de uma diversidade de concepções, como turismo adaptado, turismo inclusivo, turismo responsável, turismo para pessoas com deficiência, turismo sem barreiras, turismo para todos, turismo acessível (Nascimento, 2018).

A fim de entender os avanços derivados dos esforços de políticas públicas já implementados e os entraves que ainda precisam ser superados, o presente trabalho teve como objetivo avaliar a acessibilidade em destinos turísticos no Estado do Rio de Janeiro.

REFERENCIAL TEÓRICO

Recentemente, a acessibilidade conquistou maior espaço no campo do turismo. Porém, muitos destinos não estão adequados para acolher pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, já que esses sujeitos ainda enfrentam diversas barreiras em espaços públicos e privados durante suas viagens. De La Fuente-Robles et al. (2020) destacam que as experiências de turistas com deficiência são limitadas por fatores como falta de informação, comunicação de baixa qualidade e falta de experiência dos prestadores de serviços e profissionais de turismo. Assim, o baixo nível de intervenção governamental no campo do turismo acessível parece ser um dos principais motivos que explicam a dificuldade de superar essas barreiras. A legislação brasileira indica seis categorias de barreiras: i) urbanísticas, ii) arquitetônicas, iii) nos transportes, iv) nas comunicações e informações, v) atitudinais (aquelas existentes em comportamentos que prejudiquem a participação social, como atitudes e comportamentos discriminatórios), e vi) tecnológicas (Brasil, 2015).

Henríquez et al. (2022) sinalizam que o turismo acessível tem sido compreendido como uma forma específica de turismo na qual processos colaborativos são gerados entre diferentes stakeholders, permitindo que as necessidades de pessoas com deficiência sejam atendidas de forma independente, com equidade e dignidade, através de produtos e serviços turísticos focados no desenho universal. Para Duarte et al. (2015), o turismo acessível surge motivado pelo princípio de inclusão social, buscando superar experiências turísticas que segregam sujeitos com deficiência em grupos isolados e reforçam estigmas sociais assentados na discriminação. No cenário brasileiro, a produção científica sobre turismo acessível ainda é incipiente. Nascimento (2018) analisou dissertações e teses produzidas em programas de pós-graduação entre 1987 e 2016, para identificar como a acessibilidade tem sido contemplada em pesquisas de turismo. O autor aponta que o tema é relativamente jovem, sendo debatido de forma mais sistemática apenas a partir de 2000. Acessibilidade em espaços urbanos, aspectos jurídicos, infraestrutura e transportes são temas destacados nessas pesquisas, que também evidenciam outras questões como qualidade de vida e consumo, internet e mercado de trabalho.

Em complemento, ao analisar publicações em periódicos brasileiros de turismo, Rodrigues e Valduga (2021) identificaram 45 artigos e concluíram

que o tema passou a ser pesquisado de forma mais sistemática a partir de 2016, ainda que o número de publicações oscile significativamente ao longo dos anos. Os autores categorizam as temáticas mais comuns, destacando-se questões relacionadas à infraestrutura turística e meios de hospedagem. Cabe sinalizar que as relações entre acessibilidade e políticas públicas são pouco exploradas na produção acadêmica brasileira.

METODOLOGIA

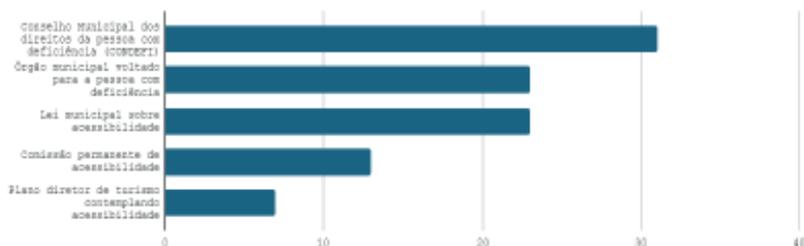
A pesquisa foi realizada envolvendo os 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, a partir do contato com as Secretarias Municipais de Turismo e o envio de um questionário no formato google forms. Os formulários foram elaborados contendo perguntas sobre: 1) a gestão pública (existência de Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência; Órgão Municipal voltado para a pessoa com deficiência; Lei Municipal sobre Acessibilidade; Comissão Permanente de Acessibilidade; e Plano Diretor de Turismo que contemple a acessibilidade). 2) a existência de atrativos adaptados e acessíveis. 3) a existência de informações acessíveis e pessoal capacitado para atender as pessoas com deficiência. Vale destacar que para a elaboração das perguntas referentes às adaptações físicas dos espaços (Centro de Informação/Atendimento ao Turismo e atrativos turísticos) foi utilizada como parâmetro a NBR 9050:2020, que prevê as condições de acessibilidade em edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos, empregando os conceitos de desenho universal e tecnologia assistiva na concepção da acessibilidade.

Os dados foram coletados no período de fevereiro a agosto de 2024, contemplando 62 municípios respondentes. Os dados foram tabulados em excel e analisados quantitativamente.

RESULTADOS

Com relação à análise da adequação dos documentos de políticas públicas, considerou-se a existência ou não de Lei Municipal sobre Acessibilidade, e se o Plano Diretor de Turismo do município contempla a temática da acessibilidade. Já sobre os espaços de negociação da gestão, foram identificadas a existência ou não de Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Órgão Municipal voltado para a pessoa com deficiência e Comissão Permanente de Acessibilidade. O gráfico a seguir evidencia a situação encontrada nos 62 municípios respondentes:

Gráfico 1 – Políticas Públicas de Acessibilidade nos Municípios

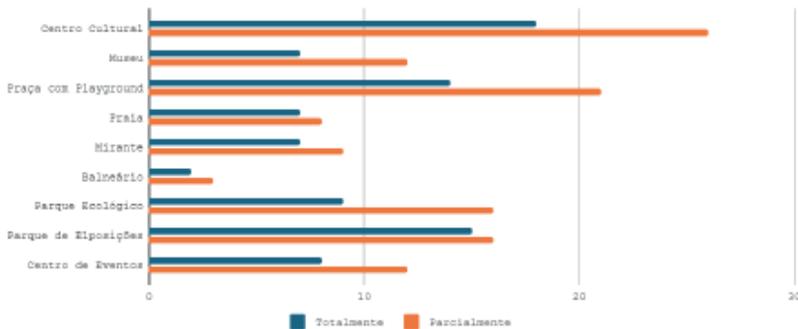


Fonte: Elaboração própria.

De acordo com o gráfico anterior, 23 municípios possuem Plano Municipal sobre Acessibilidade e um Órgão voltado para o atendimento de pessoas com deficiência. 31 possuem Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência e 13 possuem Comissão Permanente de Acessibilidade. Por fim, apenas 7 contam com Plano Diretor de Turismo que contemple a temática da acessibilidade. Portanto, do ponto de vista da organização da gestão pública e dos documentos norteadores das políticas de acessibilidade, percebe-se que ainda há uma lacuna importante a ser preenchida para que a acessibilidade e a inclusão sejam temas relevantes na gestão municipal.

No que diz respeito à acessibilidade dos atrativos turísticos, 51 municípios responderam que possuem algum equipamento turístico (parque, museu, mirante, ou outro atrativo turístico) adaptado para receber pessoas com algum tipo de deficiência e/ou com mobilidade reduzida. No entanto, muitos dos atrativos estão apenas parcialmente adaptados, como demonstrado no gráfico a seguir.

Gráfico 2 - Acessibilidade dos atrativos turísticos



Fonte: Elaboração própria.

Os atrativos naturais como os balneários, parques, mirantes e praias são os menos adaptados para receber pessoas com deficiência. Em contrapartida, os equipamentos destinados à recepção de eventos, como parque de exposições, centros de eventos e centros culturais estão melhor preparados para a recepção desse público. É possível que parte desses espaços estejam sobre a gestão da iniciativa privada, o que pode favorecer maior atenção dos gestores para a temática. No entanto, é importante destacar ainda a existência de praças públicas acessíveis, um equipamento que além de atender aos turistas, é essencial para a promoção do lazer aos residentes.

Com relação aos bens tombados dos municípios, apenas 9 responderam que possuem algum desses bens totalmente adaptado, e 27 que possuem algum bem tombado parcialmente adaptado. E sobre os Centros de Atendimento ao Turista (CAT), os municípios relataram que as principais adaptações existentes são as rampas nas entradas e a existência de vagas de estacionamento demarcadas para PcD. Com relação à questão do estacionamento, esta foi uma fragilidade identificada em muitos dos atrativos turísticos, apesar de existirem leis federais que garantem esse direito. Ainda sobre os CATs, ressalta-se que apenas 4 municípios afirmaram possuir profissional capacitado para atender aos PcDs. No que se refere ao pessoal capacitado para atender PcDs, apenas 7 órgãos municipais de turismo possuem em seu quadro intérpretes de Libras para atendimento ao turista surdo.

Por fim, sobre a acessibilidade das informações disponibilizada aos turistas, 20 municípios afirmaram possuir sites com recursos de acessibilidade.

Apenas uma quantidade mínima de municípios conta com: central de telefonia para o atendimento aos surdos, material impresso com letra ampliada, publicações acessíveis em redes sociais (como texto alternativo para imagens, audiodescrição, legendas e/ou libras para áudio e vídeos), ou aplicativo acessível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca por entender os avanços nas políticas públicas dos municípios e as barreiras que ainda precisam ser superadas, o presente trabalho teve como objetivo avaliar a acessibilidade em destinos turísticos no Estado do Rio de Janeiro.

A partir de uma pesquisa quantitativa que envolveu 67% dos municípios do estado, é possível diagnosticar que o tema da acessibilidade ainda não está presente no cotidiano da gestão pública, e que o turismo acessível ainda é uma meta a ser alcançada pelos órgãos municipais de turismo no Rio de Janeiro. Percebeu-se que adaptações da estrutura física de acesso aos atrativos e/ou equipamentos estão mais presentes, mas as informações ainda são inacessíveis e os profissionais qualificados para atendimento e apoio aos PcDs são minoria.

Para trabalhos futuros, recomenda-se a realização de visitas in loco para avaliação dos atrativos turísticos dos municípios que participaram da pesquisa.

Palavras-Chaves: Turismo, Acessibilidade, Destino Turístico, Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Dispõe sobre a inclusão da pessoa com deficiência e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

DARCY, S.; DICKSON, T. J. A whole-of-life approach to tourism: The case for accessible tourism experiences. *Journal of Hospitality and Tourism Management*, v. 16, n. 1, p. 32-44, 2009.

DE LA FUENTE-ROBLES, Y. M.; MUÑOZ-DE-DIOS, M. D.; MUDARRA-FERNÁNDEZ, A. B.; RICOY-CANO, A. J. Understanding stakeholder attitudes, needs and trends in accessible tourism: a systematic review of qualitative studies. *Sustainability*, v. 12, p. 10507, 2020.

DUARTE, D. C.; BORDA, G. Z.; MOURA, D. G.; SPEZIA, D. S. Turismo acessível no Brasil: um estudo exploratório sobre as políticas públicas e o processo de inclusão das pessoas com deficiência. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 45-60, 2015.

FERST, M. C.; COUTINHO, H. R. M.; CHAVES, P. C. P. R. Destino turístico e acessibilidade como diferencial de competitividade. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, PR, v. 6, n. 10, p. 112-130, 2020.

HENRÍQUEZ, C. S.; CANO, A. J. R.; GALÁN, J. H.; ROBLES, Y. M. de la F. The past, present and future of accessible tourism research: a bibliometric analysis using Scopus Database. *Journal of Accessibility and Design for All*, v. 7, n. 2, p. 25-40, 2022.

NASCIMENTO, E. D. Análise da produção teórica brasileira sobre turismo e acessibilidade 1987 a 2016. 2018. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

RODRIGUES, I. M.; VALDUGA, V. Turismo acessível para pessoas com deficiências: a produção científica dos periódicos de turismo do Brasil. *Revista Turismo em Análise*, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 123-145, 2021.



APÊNDICE - D

Questionário sobre acessibilidade em destinos turísticos do Estado do Rio de Janeiro





Instituição :

Local :

QUESTIONÁRIO DIAGNÓSTICO

Este questionário tem o objetivo de realizar um levantamento da situação da acessibilidade em destinos turísticos do Estado do Rio de Janeiro.

Para tal, desejamos que o respondente esteja vinculado à Secretaria Municipal de Turismo ou a órgão oficial da gestão responsável pelas ações de política pública do turismo. Em nenhum momento da pesquisa serão solicitadas informações que permitam sua identificação de forma a individualiza-lo.

Esta pesquisa envolve questões que se referem aos quatro (4) tipos de deficiência, a saber: Física e/ou Mobilidade Reduzida; Visual; Auditiva; e Mental e Intelectual (Cognitiva)

Seja bem vindo(a)!

1.1 Você atua na Secretaria Municipal de Turismo?

- () Sim
- () Parcialmente
- () Não

1.2 Qual é o tipo de turismo existente em seu município? Assinale quantos itens forem necessários:

- [] Cultural e Histórico
- [] Gastronômico
- [] Religioso
- [] Social e Turismo de Base Comunitária
- [] Rural e de Agroturismo
- [] de Natureza
- [] de Aventura e Esportes
- [] de Saúde e Bem Estar

- de Sol e Praia
- Náutico e Pesca
- de Estudos ou Intercâmbio
- de Negócios e Eventos
- de Compras
- Turismo de Experiências com ênfase na Produção Associada ao Turismo

1.3 A sede da Prefeitura Municipal está adaptada para atender pessoas com deficiência (PcD) e/ou com mobilidade reduzida (PMR)?

- Sim
- Parcialmente
- Não

1.4 Se sim ou parcialmente na questão anterior, a Prefeitura Municipal está adaptada para atender pessoas com quais tipos de deficiência (PcD)? Assinale quantos itens forem necessários:

- Física e/ou Mobilidade Reduzida
- Visual
- Auditiva
- Mental e Intelectual (Cognitiva)

1.5 Caso a prefeitura esteja adaptada, quais as adaptações estão presentes? Assinale quantos itens forem necessários:

- Estacionamento com alguma vaga demarcada para pessoas com deficiência (PcD) / Idoso / Gestantes
- Alguma entrada à edificação acessível
- Balcão de recepção acessível para pessoa com deficiência física e/ou com mobilidade reduzida
- Balcão de recepção acessível para pessoa com deficiência visual
- Recepção sinalizada com o Símbolo Internacional de Acesso (SIA)
- Banheiros adaptados nas áreas de uso comum para pessoa com deficiência física e/ou com mobilidade reduzida
- Alarmes de emergência visuais e sonoros nos sanitários acessíveis
- Sinalização em braille e relevo (placas e mapas)
- Piso tátil para pessoas com deficiência visual nas áreas comuns
- Escadas e rampas com corrimão duas alturas e sinalização tátil adequada
- Equipamentos eletromecânicos de elevação (plataforma / elevador)
- Profissional capacitado para apoio ou atendimento à pessoa com deficiência (PcD)
- Não possui nenhum tipo de adaptação para pessoas com deficiência

(PcD) e/ou com mobilidade reduzida (PMR)

1.6 O município tem em seu quadro de servidores públicos pessoas com algum tipo de deficiência e/ou com mobilidade reduzida?

- Sim
- Não
- Não sei informar

1.7 Se sim, qual o quantitativo de servidores públicos que são pessoas com algum tipo de deficiência e/ou com mobilidade reduzida?

- Até 3 pessoas
- De 4 a 10 pessoas
- Não sei informar

1.8 O órgão municipal responsável pelo turismo possui em seu quadro de servidores intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras) para atendimento ao turista surdo?

- Sim
- Não
- Não sei informar

1.9 Os bens tombados do município contam com acessibilidade?

- Sim
- Parcialmente
- Não

1.10 Sobre a acessibilidade, o município tem? Assinale quantos itens forem necessários:

- Plano diretor de turismo contemplando acessibilidade
- Lei municipal sobre acessibilidade
- Comissão permanente de acessibilidade
- Órgão municipal voltado para a pessoa com deficiência
- Conselho Municipal dos direitos da pessoa com deficiência (CONDEFI)
- Nenhuma das alternativas

1.11 O Conselho Municipal de Turismo está em atividade?

- Sim
- Não
- Não existe
- Não sei informar

1.12 O município conta com Centro de Atendimento ao Turista?

- Sim
- Não
- Não sei informar

1.13 Caso exista e o Centro de Atendimento ao Turista esteja adaptado, quais as adaptações (existentes/ estão presentes)? Assinale quantos itens forem necessários:

- Não se aplica
- Estacionamento com alguma vaga demarcada para pessoas com deficiência (PcD) / Idoso / Gestantes
- Alguma entrada à edificação acessível
- Balcão de recepção acessível para pessoa com deficiência física e/ou com mobilidade reduzida
- Balcão de recepção acessível para pessoa com deficiência visual
- Recepção sinalizada com o Símbolo Internacional de Acesso (SIA)
- Banheiros adaptados nas áreas de uso comum para pessoa com deficiência física e/ou com mobilidade reduzida
- Alarmes de emergência visuais e sonoros nos sanitários acessíveis
- Sinalização em braille e relevo (placas e mapas)
- Piso tátil para pessoas com deficiência visual nas áreas comuns
- Escadas e rampas com corrimão duas alturas e sinalização tátil adequada
- Equipamentos eletromecânicos de elevação (plataforma / elevador)
- Profissional capacitado para apoio ou atendimento à pessoa com deficiência (PcD)
- Não possui nenhum tipo de adaptação para pessoas com deficiência (PcD) e/ou com mobilidade reduzida (PMR)

1.14 No município existe algum equipamento público (parque, museu, mirante, ou outro atrativo turístico) adaptado para receber pessoas com algum tipo de deficiência (PCD) e/ou com mobilidade reduzida (PMR)?

- Sim
- Não
- Não sei informar

1.15 Se sim, quais equipamentos turísticos estão adaptados TOTALMENTE para receber pessoas com algum tipo de deficiência (PCD) e/ou com mobilidade reduzida (PMR)? Assinale quantos itens forem necessários:

- Centro de Eventos
- Parque de Exposições

- Parque Ecológico
- Balneário
- Mirante
- Praia
- Praça com Playground
- Museu
- Centro Cultural
- Não se aplica

1.16 Se sim, quais equipamentos turísticos estão adaptados PARCIALMENTE para receber pessoas com algum tipo de deficiência (PCD) e/ou com mobilidade reduzida (PMR)? Assinale quantos itens forem necessários:

- Centro de Eventos
- Parque de Exposições
- Parque Ecológico
- Balneário
- Mirante
- Praia
- Praça com Playground
- Museu
- Centro Cultural
- Não se aplica

1.17 O órgão municipal responsável pelo turismo aplica a legislação e normas de acessibilidade (especialmente a NBR 9050 de 2020) na elaboração de termos de referência e/ou projetos para atrativos turísticos?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não sei informar

1.18 O órgão municipal responsável pelo turismo tem informações sobre o perfil do turista que visita o município?

- Sim
- Não
- Não sei informar

1.19 O órgão municipal responsável pelo turismo tem informações sobre o perfil do turista com algum tipo de deficiência e/ou com mobilidade reduzida que visita o município?

- Sim
- Não
- Não sei informar

1.20 O órgão municipal responsável pelo turismo realiza pesquisa junto aos meios de hospedagem sobre número de quartos acessíveis que o município disponibiliza?

- Sim
- Não
- Não sei informar

1.21 O órgão municipal responsável pelo turismo tem informações sobre produtos e serviços turísticos com foco em Turismo Acessível no município?

- Sim
- Não
- Não sei informar

1.22 As informações sobre produtos e serviços turísticos acessíveis no município são divulgadas em website?

- Sim
- Não
- Não sei informar

1.23 O órgão municipal responsável pelo turismo busca informações relacionadas à acessibilidade junto às principais instituições estaduais, nacionais e internacionais sobre boas práticas de Turismo Acessível?

- Sim
- Não
- Não sei informar

1.24 O órgão municipal responsável pelo turismo possui em seu quadro de servidores intérpretes de Libras (Língua Brasileira de Sinais) para atendimento ao turista surdo?

- Sim
- Não

1.25 O órgão municipal responsável pelo turismo promove campanhas com a finalidade de conscientizar e sensibilizar a Cadeia Produtiva do Turismo quanto aos direitos, acessibilidade e inclusão social da pessoa com

deficiência e/ou com mobilidade reduzida?

- Sim
- Não
- Não sei informar

1.26 O órgão municipal responsável pelo turismo orienta (por meio de palestras, reuniões, cartilha etc) a Cadeia Produtiva do Turismo acerca da estruturação e promoção do Turismo Acessível no município?

- Sim
- Não
- Não sei informar

1.27 Os canais e/ou modalidades de atendimento, informação e divulgação sobre os serviços da Prefeitura contam com iniciativas de acessibilidade/inclusão? Assinale quantos itens forem necessários:

- Site acessível
- Site sem recursos de acessibilidade
- Publicações acessíveis em redes sociais (como texto alternativo para imagens, legendas e/ou Libras para áudio e vídeos)
- Central de telefonia para o atendimento aos surdos
- Material impresso
- Material impresso com letra ampliada
- Material impresso em braille
- Vídeos com janela de intérprete em Libras (Língua Brasileira de Sinais)
- Vídeos com legenda
- Aplicativo acessível
- Não dispõe
- Não sei informar

1.28 O site do órgão municipal responsável pelo turismo atende a estes princípios de acessibilidade? Assinale quantos itens forem necessários:

- Dispõe de audiodescrição das imagens para torná-las acessíveis para pessoas cegas
- Dispõe de recurso de contraste visual e fonte ampliada para pessoas com baixa visão
- Dispõe de janela com intérprete em Libras (Língua Brasileira de Sinais)
- Dispõe de aplicativo para tradução automática do Português para Libras (Língua Brasileira de Sinais)
- Possibilita navegação via teclado
- Não atende princípios de acessibilidade

Não sei informar

1.29 A Prefeitura tem conhecimento sobre a possibilidade de obtenção de crédito junto a bancos públicos para adequar edificações e atrativos turísticos, conforme as normas e legislações de acessibilidade vigentes no país?

Sim

Não

Não sei informar

1.30 A Prefeitura tem conhecimento sobre o Programa Turismo Acessível do Ministério do Turismo que iniciou em 2012?

Sim

Não

Não sei informar

1.31 A Prefeitura tem um programa de avaliação do nível de acessibilidade em seus equipamentos turísticos?

Sim

Não

Não sei informar

1.32 A Prefeitura tem programas internos de divulgação sobre a importância da acessibilidade previstos na Agenda Rio 2030 do Governo do Estado do Rio de Janeiro?

Sim

Não

Não sei informar

1.33 A Prefeitura tem programas de divulgação/cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU)?

Sim

Não

Não sei informar

1.34 A Prefeitura conhece o programa mundial de Destinos Turísticos Inteligentes (DTI) e o manual metodológico do Ministério do Turismo lançado em 2022 sobre o tema?

Sim

Não

1.35 Algum servidor do órgão responsável pelo turismo participou do curso de Capacitação na modalidade online do Projeto Turismo e Acessibilidade da Solares / Unirio realizado em 2023?

Sim

Não

Não sei informar

1.36 Você acredita que as questões aqui apresentadas são relevantes e ampliaram o seu conhecimento sobre o tema?

Sim

Não

Parcialmente

1.37 Gostaria de participar gratuitamente de um curso de capacitação voltada para o atendimento das normas técnicas de acessibilidade e marcos legais, visando o planejamento e a implantação da acessibilidade nos destinos turísticos?

Sim

Não



APÊNDICE - E

Listagem das Secretarias Municipais
que responderam o questionário





	Responderam Total ou Parcialmente	Sem nenhuma Resposta	Total Geral
Instituições	62 (67,3 %)	30 (32,61%)	92

Locais que responderam completamente

1. Município de Angra dos Reis - Fundação de Turismo de Angra dos Reis
2. Município de Aperibé - Secretaria Municipal de Turismo e Lazer
3. Município de Armação dos Búzios - SETUR | Secretaria de Turismo de Búzios
4. Município de Barra Mansa - Secretaria de Desenvolvimento Econômico Tecnologia e Inovação/Secretaria
5. Município de Bom Jardim - Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte, Lazer e Desenvolvimento
6. Município de Bom Jesus do Itabapoana - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Urbanismo
7. Município de Cabo Frio - Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer
8. Município de Cachoeiras de Macacu - Fundação Macatur - Secretaria de Cultura e Turismo
9. Município de Cambuci - Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer
10. Município de Cardoso Moreira - Secretaria de Cultura e Turismo
11. Município de Carmo - Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo
12. Município de Cordeiro - Secretaria de Turismo
13. Município de Duque de Caxias - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
14. Município de Itaboraí - Secretaria Municipal de Turismo e Eventos
15. Município de Itaguaí - Secretaria de Turismo e Esportes
16. Município de Itaperuna - Secretaria Municipal de Turismo
17. Município de Japeri - Secretaria Municipal de Esporte, Turismo e Lazer
18. Município de Mangaratiba - Turismo e Cultura
19. Município de Maricá - Secretaria de Turismo
20. Município de Miguel Pereira - Secretaria Municipal de Turismo, Desenvolvimento Econômico, Indústria
21. Município de Miracema - (Secretaria da Educação) Subsecretaria de Cultura e Turismo
22. Município de Natividade - Turismo
23. Município de Nilópolis - Secretaria Municipal de Turismo
24. Município de Niterói - NELTUR Niterói Empresa de Lazer e Turismo

25. Município de Nova Friburgo - Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade
26. Município de Nova Iguaçu - Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo
27. Município de Paraíba do Sul - Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer.
28. Município de Paraty - Secretaria Municipal De Turismo
29. Município de Paty do Alferes - Turismo
30. Município de Porto Real - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo
31. Município de Quatis - Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo
32. Município de Quissamã - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo
33. Município de Rio Bonito - Cultura e Turismo
34. Município de Rio de Janeiro - Riotur Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro
35. Município de São Fidélis - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
36. Município de São Francisco de Itabapoana - Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio
37. Município de São João de Meriti - Secretaria Municipal de Turismo
38. Município de São José de Ubá - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
39. Município de São José do Vale do Rio Preto - Turismo, Esporte, Lazer e Juventude
40. Município de Sapucaia - Secretaria de Cultura e Turismo
41. Município de Saquarema - Secretário Municipal de Esporte, Lazer e Turismo
42. Município de Seropédica - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura
43. Município de Silva Jardim - Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio e Cultura
44. Município de Sumidouro - Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer
45. Município de Teresópolis - Secretaria de Turismo
46. Município de Varre-Sai - Secretaria Municipal de Turismo
47. Município de Vassouras - Secretaria Municipal Desenvolvimento Econômico e Turismo
48. Município de Volta Redonda - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Locais que responderam parcialmente

1. Município de Areal - Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Turismo

2. Município de Duas Barras - Secretaria de Cultura e Turismo
3. Município de Engenheiro Paulo de Frontin - Secretaria Municipal de Turismo
4. Município de Iguaba Grande - Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer
5. Município de Italva - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer
6. Município de Laje do Muriaé - Secretaria da Cultura e Turismo
7. Município de Macuco - Secretaria de Esporte, Lazer, Turismo e Cultura
8. Município de Magé - Secretaria de Cultura, Turismo, Lazer e Eventos
9. Município de Pinheiral - Secretaria do Esporte, Cultura, Juventude, Lazer e Turismo
10. Município de Queimados - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
11. Município de Rio Claro - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Cultura, Turismo, Evento
12. Município de Tanguá - Secretaria de Cultura e Turismo
13. Município de Trajano de Moraes - Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo
14. Município de Valença - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo



APÊNDICE - F

LINKS DE ACESSO AOS MAPAS GEORREFENCIADOS





Os dados coletados e as análises realizadas permitiram a elaboração de três mapas georreferenciados ligados ao “Projeto Turismo Acessível para Todos no Estado do Rio de Janeiro”.

O mapa denominado “Turismo Acessível RJ - Secretarias Municipais” permite a visualização gráfica dos municípios que responderam o questionário, e está disponível através do link: <https://bit.ly/taccess01>

De forma complementar, o mapa denominado “Turismo Acessível RJ - Respostas das Secretarias Municipais” permite a visualização gráfica das respostas para as principais perguntas do questionário, e está disponível através do link: <https://bit.ly/taccess02>

O mapa denominado “Turismo Acessível RJ - Atrativos investigados” oferece reúne as informações do Mapeamento sobre a acessibilidade de atrativos turísticos em nove municípios do Estado do Rio de Janeiro, disponível em: <https://bit.ly/taccess03>

